

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília, março de 2012

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria CGU nº 2546/2010.

Brasília, março de 2012

Sumário

1. Identificação	208
Introdução.....	209
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	210
a) Responsabilidades institucionais da unidade	210
a.I) Competência Institucional.....	211
a.II) Objetivos Estratégicos	212
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	212
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	214
b.II) Análise do Plano de Ações.....	246
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	255
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	257
c.II) Execução Física das Ações.....	275
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	276
d.I) Programação Orçamentária das Despesas	276
d.I.1) Programação de Despesas Correntes	276
d.I.2) Programação de Despesas de Capital	276
d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	276
d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	276
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	276
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	276
Despesas por Modalidade de Contratação	276
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	276
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	276
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	276
d.III) Indicadores Institucionais	276
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	290
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	290
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	290
5. Recursos Humanos da Unidade.....	292
a) Composição do Quadro de Servidores Ativos	292
b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	292
c) Composição do Quadro de Estagiários	292
d) Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos	292
e) Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços	292
f) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	292
6. Informação sobre Transferências	293

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	293
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2011	293
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	294
6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	294
6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	295
6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	296
6.2. Análise Crítica.....	297
7. Declaração da Área Responsável	297
8. Declarações de Bens e Rendas	297
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	297
9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	297
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade.....	302
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	302
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ.....	302
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	302
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	302
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	302
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	302
14. Renúncia Tributária.....	302
15. Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno	303
15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	304
15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	304
15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	305
15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	305
16. Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno	310
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.	310
Parte B – Item 1: Declaração do Contador.....	311

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BISE - Boletim de Interrupção do Suprimento de Energia

BVENERGIA - Boa Vista Energia S.A.

CARIAMA - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Luziânia e Região

CBHP - Comitê da Bacia Hidrográfica da Paranaíba

CCC - Conta de Consumo de Combustíveis

CCCsol - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados

CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

CCEE - Câmara Comercializadora de Energia Elétrica

CCPs - Centros Comunitários de Produção

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CEAL - Companhia Energética de Alagoas

CEAM - Companhia Energética do Amazonas

CEPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico

CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica

CEPISA - Companhia Energética do Piauí

CERON - Centrais Elétricas de Rondônia

CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

CGU - Controladoria Geral da União

CHE - Complexo Hidroelétrico

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CMA - Comando Militar da Amazônia

CMO - Custo Marginal de Operação

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

CNBem - Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CONJUR/MME - Consultoria Jurídica do MME

CONACON - Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

COPRON - Comissão Nacional de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

CPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico

CPI - Comissão Parlamentar de Investigação

CPNSEE - Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CTC - Centro e Treinamento, Organização e Ação Social do Cidadão

CTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus

CUSE - Custo Unitário do Serviço

CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”

DGSE - Departamento de Gestão do Setor Elétrico

DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico

EER - Encargo de Energia de Reserva

ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil

ELETRONUCLEAR - Eletrobrás Termonuclear S.A.

ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

ESS - Encargo de Serviços de Sistema

ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUMIN/BID - Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento

FUNARBE - Fundação Arthur Bernardes

GAB - Gabinete

GEAF - Gestão Administrativa e Financeira

GesPública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

GM - Gabinete do Ministro

GT Crises - Gabinete de Crises sobre Enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco

GTI Meio Norte - Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Plano de Meio Norte

GTSIC-Energia - Grupo Técnico de Segurança de Infra-estruturas Críticas

GTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus

IEBMSE - Índice de Emissão de Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico

IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPDO - Informativo Preliminar Diário da Operação

IPRPMO - Índice de Participação nas Reuniões do Programa Mensal de Operação

IRTCE - Índice de Redução Tarifária por Compensação Ambiental

LD - Linhas de Distribuição

LpT - Luz para Todos

LTs - Linhas de Transmissão

MANAUSENERGIA - Manaus Energia S.A.

MDS - Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Mem. - Memorando

MF - Ministério da Fazenda

MME - Ministério de Minas e Energia

MP - Medida Provisória

MW - Megawatt

NESA - Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental da Secretaria Executiva

NITEG - Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração

NRMEG - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Geração

NRMET - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Transmissão

ONS - Operador Nacional do Sistema

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAR - Plano de Ampliação e Reforços

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

PEL - Planejamento da Operação Elétrica Anual

PEN - Planejamento Anual da Operação Energética

PET - Programa de Expansão da Transmissão

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco

PLpT - Programa Luz para Todos

PMIS - Programa de Melhoria de Instalações Sistêmicas

PMO - Programa Mensal de Operação

POCP - Procedimentos Operativos de Curto Prazo

PPA - Plano Plurianual

PRC/Prodeem - Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

RAP - Relatório de Análise de Perturbação

RGR - Reserva Global de Reversão

SE - Secretaria Executiva

SEB - Sistema Elétrico Brasileiro

SEE - Secretaria de Energia Elétrica

SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.

SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SIGET - Sistema de Gestão da Transmissão

SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIN - Sistema Interligado Nacional

SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISG - Sistema de Serviços Gerais

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática

SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

STGE - Sistema Transacional da Geração

STTE - Sistema Transacional de Transmissão de Energia

TC - Termo de Compromisso

TCU - Tribunal de Contas da União

THS - Tarifa Horo-Sazonal

TSEE - Tarifa Social de Energia Elétrica

UAR - Unidade de Adição e Retirada

UHE - Usina Hidrelétrica

UNI-SOL/AM - Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões

UTE - Usina Termelétrica

UTEJF - Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Estratégico da SEE	214
Figura 2: Evolução da Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (MW)	217
Figura 3: Indicador NRMEG.....	219
Figura 4: Indicador PRRENU	220
Figura 5: Indicador PRITEG.....	221
Figura 6: Indicador PRITEG _G	222
Figura 7: Indicador PRITEG _P	222
Figura 8: Ampliação da Transmissão – Novas Linhas.....	224
Figura 9: Capacidade de Transformação – MVA.....	225
Figura 10: Evolução do sistema de transmissão (1996-2014).....	226
Figura 11: Investimentos do Grupo Eletrobras em Geração e Transmissão de Energia (2005-2011).....	226
Figura 12: Reajustes Médios Positivos - Amostra (Tarifa de Energia Elétrica).....	233
Figura 13: Acréscimos anuais de quantidade física de energia elétrica, em MW médios, devido aos Leilões realizados em 2011.....	234
Figura 14: Preço médio da energia negociada nos leilões realizados em 2011.....	235
Figura 15: Evolução das ligações do Programa Luz para Todos no período de 2004 a 2011.....	238
Figura 16: Atendimento realizado no ano de 2011 pelo PLpT.....	239
Figura 17: Totalidade dos sistemas conveniados no âmbito do Prodeem	243
Figura 18: Comparativo dos sistemas conveniados e trabalhados.....	243
Figura 19: Comparativo da situação dos sistemas por região.....	244
Figura 20: Sistemas inspecionados no último triênio.....	245
Figura 21: Comparativo de inspeções de sistemas no último triênio.....	246
Figura 22: ISP: Índice de Satisfação dos Parceiros.....	247
Figura 23: Mapeamento de processos – Expansão da Geração	248
Figura 24: ISSE: Índice de Satisfação do Servidor da CGEG.	251
Figura 25: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia nos Sistemas Isolados”.....	261
Figura 26: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia na Região Norte”	263
Figura 27: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia na Região Nordeste”	266
Figura 28: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste” ...	269
Figura 29: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia na Região Sul”	271
Figura 30: Síntese histórica do índice de expansão da capacidade de geração instalada	277
Figura 31: Síntese histórica do índice de expansão da Rede Básica	278
Figura 32: Síntese histórica do índice de expansão da transmissão (Transformação).....	279
Figura 33: Indicador PRITEG (Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração)	280
Figura 34: Indicador PRITEG _G (Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos acima de 200 MW - Geração)	281
Figura 35: Indicador PRITEG _G Indicador PRITEG _P (Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos abaixo de 200 MW - Geração)	281
Figura 36: Indicador NRMEG (Número de Reuniões Mensais de Monitoramento da Expansão da Geração) ...	282
Figura 37: Simulação de impactos tarifários da nova fase do Programa Luz para Todos.....	284
Figura 38: Ranking da Tarifa Residencial, com ICMS e sem ICMS, das principais concessionárias de distribuição do Brasil	285
Figura 39: Evolução mensal da quantidade de reuniões setoriais realizadas e apuração do Índice de Realização de Reuniões Setoriais.....	286
Figura 40: Evolução quadrimestral da quantidade de edições do Informativo Tarifário elaboradas e apuração do Índice de Elaboração de Informativo Tarifário.....	287
Figura 41: Posicionamento da SEE sobre os Projetos de Lei que refletem impactos das tarifas de energia elétrica.	288
Figura 42: Apuração do Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei.	288
Figura 43: Quantidade de Instalações Realizadas pelo PLpT.....	289
Figura 44: Síntese histórica do índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos	290

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Identificação	208
Tabela II: Empreendimentos de Geração Monitorados pela SEE.....	217
Tabela III: Previsão de entrada em operação de usinas monitoradas pelo DMSE	218
Tabela IV: Empreendimentos de transmissão monitorados pela SEE.....	227
Tabela V: Síntese da situação de sistemas do Prodeem por área.....	242
Tabela VI: Sistemas monitorados por estado	244
Tabela VII: Comparativo das ligações realizadas em 2010 com as previstas para o mesmo ano por região geográfica	254
Tabela VIII: Distribuição das ações por Programas do PPA coordenados pela SEE.....	255
Tabela IX: Distribuição das ações orçamentárias por empresas e órgãos da Administração Pública	256
Tabela X: Programa 1042 - Energia Sistemas Isolados	257
Tabela XI: Programa 0297 - Energia na Região Norte.....	261
Tabela XII: Programa 0294 - Energia na Região Nordeste.....	264
Tabela XIII: Programa 0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.....	266
Tabela XIV: Programa 0295 - Energia na Região Sul.....	269
Tabela XV: Programa 0273 – Luz para Todos.....	271
Tabela XVI: Ações do Programa Luz para Todos	273
Tabela XVII: Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica	273
Tabela XVIII: Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional	274
Tabela XIX: Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	274
Tabela XX: Metas e Resultados das Ações do Programa Luz para Todos	275
Tabela XXI: Execução física das ações realizadas pela UJ	275
Tabela XXII: Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	290
Tabela XXIII: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	293
Tabela XXIV: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	294
Tabela XXV: Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	294
Tabela XXVI: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	295
Tabela XXVII: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	296
Tabela XXVIII: Estrutura de Controles Internos da Coordenação de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico	297
Tabela XXIX: Estrutura de Controles Internos da Coordenação de Monitoramento da Expansão da Geração	299
Tabela XXX: Estrutura de Controles Internos da Coordenação de Monitoramento da Expansão da Transmissão	300
Tabela XXXI: Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	304
Tabela XXXII: Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	305
Tabela XXXIII: Declaração do Contador.....	311

1. Identificação

Tabela XLVI: Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia		Código SIORG: 2852	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria-Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 03245	Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320011	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2032-5923	(61) 2032-5948	
Endereço eletrônico: secex@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregada			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Energia Elétrica			
Denominação abreviada: SEE			
Código SIORG: 1919	Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320013	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Energia Elétrica		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2032-5923	(61) 2032-5013	(61) 2032-5948
Endereço eletrônico: see@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/see/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios; Bloco U; Brasília DF; CEP 70.065-900; 6º Andar; Sala 603.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto. Nº 5.267, de 09/11/2004 (DOU de 10/11/2004) e republicado em 17/11/2004; Port. Nº 144, de 26/06/2006 (DOU de 26/06/2006); e Port. Nº 261, de 15/04/2011 (DOU de 18/04/2011).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Boletim de Monitoramento Sistema Elétrico; Informativo Tarifário de Energia Elétrica; Informativos Luz para Todos; Manual de Projetos Especiais do LpT; Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos.			

Introdução

O Relatório de Gestão da Secretaria de Energia Elétrica-SEE, referente ao exercício de 2011, foi elaborado em conformidade com as orientações expedidas pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – IN/TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, pela Decisão Normativa – DN/TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, pela Decisão Normativa – DN/TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, além das orientações do órgão de controle interno, a Controladoria-Geral da União – CGU, sobretudo por meio da Portaria nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

O Relatório descreve as atividades que foram desenvolvidas em 2011 para o cumprimento das competências institucionais desta Unidade. Ele proporciona uma visão detalhada das ações realizadas pela SEE, bem como define as estratégias de atuação para o cumprimento de suas metas institucionais, principalmente aquelas relacionadas ao monitoramento do sistema elétrico, à gestão do setor elétrico e à universalização do acesso e uso da energia elétrica.

A SEE, em 2011, atuou de forma a estabelecer e zelar pelo cumprimento das Políticas e Diretrizes Energéticas que assegurem a universalização do acesso à energia elétrica, a modicidade tarifária, a segurança, a continuidade, a confiabilidade e a qualidade da energia fornecida, com foco principalmente na satisfação dos consumidores.

Em 2012, além das atividades correntes que a SEE desenvolve, pretende-se dar especial atenção ao monitoramento de empreendimentos que proporcionarão o aumento da capacidade instalada de geração de energia elétrica, bem como acompanhar os empreendimentos de transmissão e de transformação, que trarão ainda mais segurança e disponibilidade de energia ao Sistema Elétrico Brasileiro - SEB. Cabe destacar também como importante papel a ser desempenhado por esta Secretaria, no ano de 2012, a continuidade da implementação do Programa Luz para Todos, com vistas a prover acesso à energia a milhares de brasileiros que vivem no meio rural. E, por fim, a SEE permanecerá avaliando a operacionalização e a execução da tarifa social, política pública que tem beneficiado milhões de brasileiros de baixa renda e acompanhará as primeiras revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica, no âmbito do 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas, que se iniciou em 2011 e terminará em 2014.

Importa registrar que em 2009, foi criado o mapa estratégico da SEE, estabelecendo suas missões, visão e valores. A missão da SEE consiste em: *“estabelecer e zelar pelo cumprimento das Políticas e Diretrizes Energéticas que assegurem a universalização do acesso à energia elétrica, a modicidade tarifária, a segurança, a continuidade, a confiabilidade e a qualidade da energia fornecida, com foco principalmente na satisfação dos consumidores.”* A visão da SEE, por sua vez, é: *“Ser reconhecida como modelo de Excelência em Gestão Pública.”*. E, por fim, os valores que norteiam a atuação dessa Secretaria são: i) Excelência em Gestão – busca permanente da qualidade dos processos e resultados; ii) Comprometimento – assumir riscos e responsabilidades decorrentes de decisões compartilhadas; iii) Ética e Transparência – clareza e veracidade nos posicionamentos adotados e nos motivos determinantes das tomadas de decisão; e iv) Valorização das Pessoas – criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, aprendizado contínuo e harmonia interpessoal.

No que se refere à estrutura do Relatório de Gestão da SEE, cabe destacar que os itens 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente o subitem d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação; 3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 8 - Declaração de Bens e Rendas; 10 - Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade; 11 - Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ; 12 - Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ;

13 - Cartões de Pagamento do Governo Federal; e 14 - Renúncia Tributária, não se aplicam à SEE e, por esse motivo, as informações relativas a esses temas não estão contempladas no presente Relatório. Dando continuidade, importa destacar que a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME será responsável por fornecer os dados referentes item 5 - Recursos Humanos da Unidade.

As informações referentes ao item 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente contidas nos subitens: d) Desempenho Orçamentário e Financeiro; d.I) Programação Orçamentária das Despesas; d.II) Execução Orçamentária das Despesas; e d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários (Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa) serão prestadas pela Secretaria-Executiva do MME.

2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

a) Responsabilidades institucionais da unidade

A estratégia de desenvolvimento constante do Plano Plurianual 2008-2011 estabeleceu três objetivos do Governo Federal a serem alcançados pelas áreas relacionadas com infraestrutura: i) a inclusão social e redução das desigualdades; ii) o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda; e iii) a implantação de uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional.

Considerando que a política energética deve estar alinhada com esses objetivos estratégicos, é indispensável que as ações do Ministério de Minas e Energia - MME atendam essas orientações. Desta forma, o MME assume dois grandes desafios: impulsionar os investimentos em infraestrutura, de forma coordenada e sustentável e promover o acesso dos cidadãos brasileiros à energia elétrica, no âmbito de um ambiente regulatório que possibilite o equilíbrio econômico e financeiro dos agentes do setor e a modicidade tarifária.

Por sua vez, a atuação da Secretaria de Energia Elétrica – SEE também deve estar em consonância com todas essas orientações e, nesse contexto, a missão institucional da SEE é coordenar, orientar e monitorar as ações do Ministério de Minas e Energia relacionadas com as políticas do setor de energia elétrica. Desta forma, busca-se garantir o suprimento a todos os consumidores do território nacional, com desempenho adequado da operação do sistema elétrico, sob os requisitos de qualidade, continuidade e segurança operacional e tarifas justas para a sociedade e para o estímulo aos investimentos, observando premissas de sustentabilidade socioambiental, de inclusão social e de integração energética nacional e com os países vizinhos.

a.I) Competência Institucional

Tendo como referência o Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, que estabelece a estrutura regimental do MME, assim como a Portaria MME nº 144, de 23 de junho de 2006, e a Portaria MME nº 261, de 15 de abril de 2011, compete à Secretaria de Energia Elétrica (SEE), resumidamente: monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos visando assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda; acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos; participar da formulação de política tarifária, bem como acompanhar sua implementação, tendo como referência a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes sociais; coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os países vizinhos; coordenar as ações de políticas sociais e de acesso e uso da energia elétrica; prestar assistência técnica ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

Para executar essas competências, a SEE tem uma estrutura organizacional baseada em três Departamentos:

- **Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE:** agrupa as competências relacionadas com a área de segurança do suprimento de energia elétrica, monitorando as atividades de expansão da geração, transmissão e de desempenho do sistema elétrico brasileiro, inclusive as relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O Departamento é base de apoio técnico e operacional para o funcionamento do CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, importante órgão do setor que atua na preservação do equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica.
- **Departamento de Gestão do Setor Elétrico – DGSE:** agrupa fundamentalmente as competências de comercialização e tarifas de energia elétrica. O Departamento tem como atribuições, dentre outras: acompanhar e avaliar a evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica em todo o território nacional, em conformidade com a política tarifária; participar na formulação e implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda; desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo; e acompanhar os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais.
- **Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia – DPUE:** atua no processo da implementação do acesso à energia elétrica a todos os cidadãos brasileiros que vivem no meio rural e coordena ações integradas para o uso produtivo da energia elétrica. O Departamento tem como principal atribuição coordenar o Programa Luz para Todos, importante ação de universalização do acesso à energia do Governo Federal. Paralelamente, promove ações integradas que asseguram a eletrificação no campo, proporcionando a geração de trabalho e aumento da renda da população beneficiada pelo Programa LPT.

No exercício de 2011, a SEE atuou firmemente no sentido de consolidar a implementação dessas funções e, assim, cumprir suas responsabilidades institucionais. Adicionalmente, através da metodologia preconizada pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - **GesPública**, a SEE concentrou esforços no aprimoramento de seus processos e procedimentos, com foco na melhoria da gestão e atendimento ao cidadão.

a.II) Objetivos Estratégicos

A SEE tem a missão de estabelecer e zelar pelo cumprimento das Políticas e Diretrizes de Energia Elétrica que busquem a universalização do acesso à energia elétrica, a modicidade tarifária, a segurança, a continuidade, a confiabilidade e a qualidade da energia fornecida, com foco principalmente na satisfação dos consumidores.

No desempenho das suas atribuições institucionais, a SEE atua de forma a dar continuidade aos benefícios da modicidade tarifária aos consumidores finais; inspecionar e monitorar o Sistema Interligado Nacional, com foco na segurança eletro-energética, garantindo a confiabilidade, continuidade e qualidade da energia fornecida aos consumidores finais; e, além disso, assegurar a universalização da energia elétrica, em consonância com as Políticas Sociais do Governo Federal. Estes são os objetivos estratégicos perseguidos pela Secretaria, que traçam os caminhos para que ela alcance sua visão de futuro: “Ser reconhecida pela sociedade com modelo de excelência em gestão pública”.

Para alcançá-los, a SEE implementa, desde 2010, um plano de melhoria da gestão, materializado no Planejamento Estratégico, tomando por base os objetivos estratégicos da Secretaria, bem como o resultado do diagnóstico da gestão fundamentado nos mecanismos preconizados pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública, que apontou os pontos fortes e oportunidades de melhoria a serem abordados através de planos de ação elaborados pelas distintas áreas da Secretaria e monitorados periodicamente pela Direção da SEE.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Considerando as competências atribuídas à SEE, a Secretaria implementou novas atividades e rotinas para cumprir com as suas responsabilidades, e consolidou outras já implementadas em anos anteriores. Em relação ao monitoramento da expansão da geração e transmissão, foram aperfeiçoadas as reuniões inaugurais com os novos agentes, as inspeções técnicas em campo dos projetos em andamento, as reuniões de avaliação da execução das obras com os empreendedores, e as reuniões mensais de avaliação da expansão da oferta da geração e da transmissão com as Secretarias do MME, além de outras organizações do setor elétrico: ANEEL, ONS, EPE e CCEE.

Foram desenvolvidas reuniões com empreendedores de projetos relevantes - tais como: a UHE Belo Monte, as usinas do complexo do rio madeira (UHes Jirau e Santo Antônio), a UTN Angra III, as UHes do rio Teles Pires (UHes Teles Pires e Colíder), as reuniões a respeito da logística de transporte de equipamentos eólico-elétricos e reuniões para identificar óbices na entrada em operação comercial principalmente de usinas térmicas e linhas de transmissão. Na área de transmissão foram realizadas reuniões com os empreendedores da interligação Tucuruí-Manaus-Macapá e da integração das usinas do Madeira. Essas reuniões são importantes para assegurar a disponibilização dessas instalações em tempo, e garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia. Ainda em 2011, foi antecipado o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos Taubaté-Nova Iguaçu e Manaus-Boa Vista, importantes complementações das integrações do Madeira e de Tucuruí.

Em atendimento às solicitações de informação e acompanhamento do PAC, destaca-se a evolução na sistematização da rotina de informações do Sistema WEB-PAC. Nesse contexto, a ação dos grupos especiais para acompanhar os principais empreendimentos monitorados foi importante para acelerar os processos de inicialização dos projetos, as etapas de licenciamento ambiental, mobilização para instalação do canteiro de obras e enchimento do lago para entrada em operação

comercial de empreendimentos (como por exemplo, o enchimento do lago da UHE Santo Antônio – rio madeira, a entrada em operação da UHE Estreito e outros).

Quanto ao desempenho dos sistemas elétricos brasileiros, foram realizadas ações - criação de grupos de trabalho e encaminhamentos emergenciais junto ao ONS e concessionárias envolvidas - no sentido de contornar problemas de risco de não atendimento à carga para algumas regiões mais críticas, como os estados do Acre, Amapá, Roraima, Goiás e o Distrito Federal. Essas ações são realizadas por grupos de trabalho específicos criados no âmbito do MME, com participação do ONS, da Eletrobras/GTON, EPE, ONS e as concessionárias de distribuição da região de estudo. Adicionalmente, foi criado o grupo de trabalho para avaliação sobre disponibilização de transformadores reservas em instalações estratégicas do SIN, envolvendo MME, ONS, EPE e ANEEL.

Dando continuidade, o DMSE/SEE coordenou em 2011 diversas atividades decorrentes da implementação do GT-Copa pelo CMSE, no sentido de acompanhar e monitorar as obras e a expansão necessária para a dotação da infraestrutura exigida nas cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014. Foram realizadas 31 reuniões com os agentes setoriais e outras instituições de governo para a devida organização das ações cabíveis ao Setor Elétrico para a Copa do Mundo. Em 2012, a SEE/DMSE dará continuidade ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras definidas para o sistema elétrico pelo planejamento da expansão e da operação do sistema.

O aperfeiçoamento contínuo dos sistemas informatizados de armazenamento dos dados de monitoramento também foi fundamental para promover melhor controle e fidedignidade das informações.

Tendo como referência as competências regimentais do Departamento de Gestão do Setor Elétrico (DGSE) e os seus objetivos, é possível avaliar as estratégias adotadas pelo Departamento com a finalidade de obter os resultados que serão apresentados na próxima sessão desse relatório - Análise do andamento do Plano Estratégico -, bem como a busca da excelência em gestão.

Com relação à sistemática de acompanhamento dos processos de reajustes e revisões tarifárias, houve diversas contribuições técnicas pela atuação transparente entre o Departamento e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que é responsável pela homologação dos processos de reajustes tarifários anuais. O DGSE acompanhou reuniões de diretoria desta Agência, reuniu informações presentes nos diversos documentos técnicos emitidos por ela, como resoluções, notas técnicas e votos de diretoria, e analisou informações presentes no banco de dados de mercado da Agência. Além disso, foram realizadas diversas reuniões e contatos com técnicos da Aneel responsáveis pelos processos.

No que tange à regulamentação da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, o DGSE realizou reuniões com a ANEEL e os Ministérios da Saúde (MS) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com vistas à publicação do Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, e da Portaria Interministerial nº 630, de 8 de novembro de 2011, que regulamentaram a nova lei da tarifa social.

Tendo ainda como referência os consumidores de baixa renda, o DGSE atuou no sentido de subsidiar a tomada de decisão da nova fase do Programa Luz para Todos – LPT, por meio de cálculos de impactos tarifários.

Em relação às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia, importa registrar que, em 2011, foi publicado o Decreto nº 7.520, que instituiu uma nova fase para o Programa Luz para Todos, para o período de 2011 a 2014, e cujos critérios de atendimento foram redefinidos para priorizar o atendimento à população da extrema pobreza. Nesta

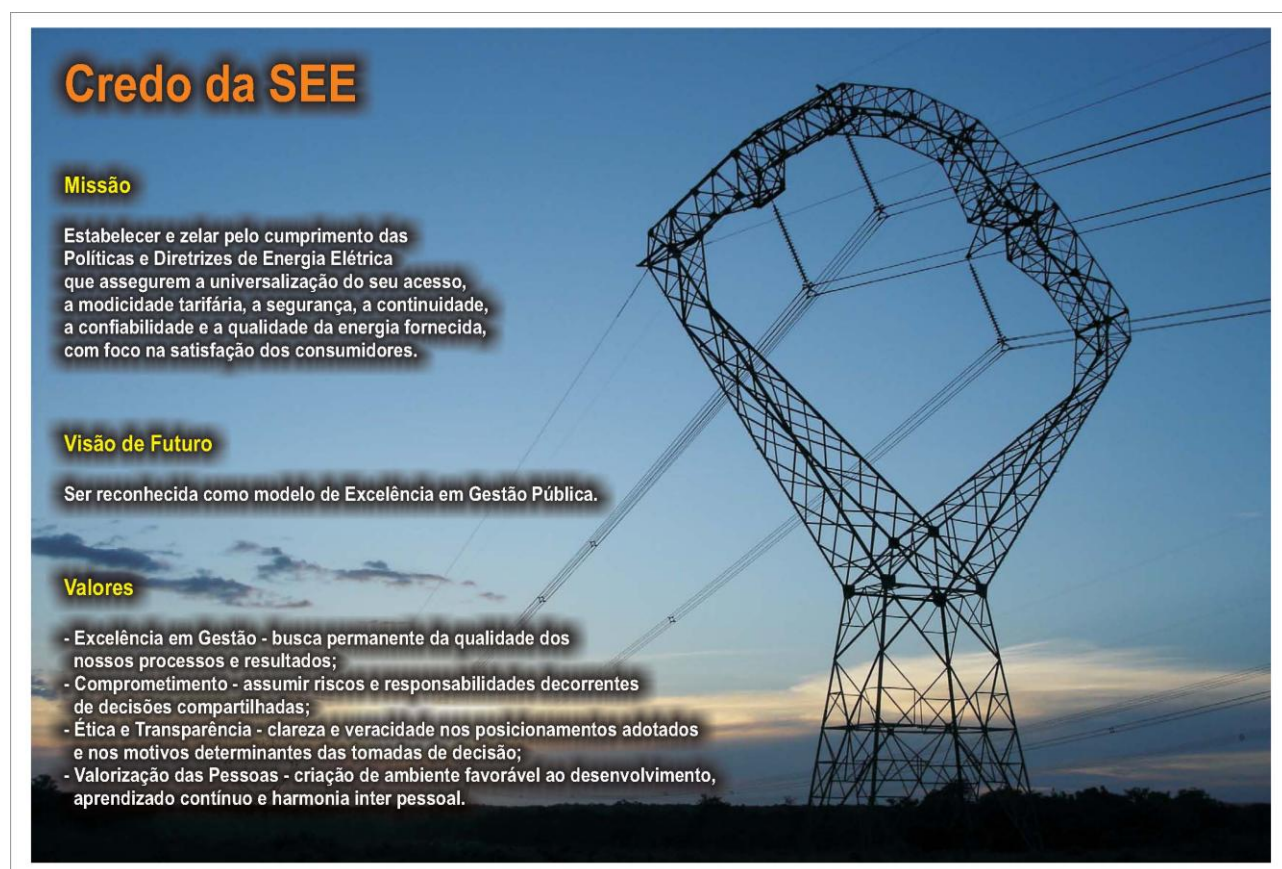
etapa, os governos estaduais não terão mais participação na execução do Programa, mas manterão seus representantes nos Comitês Gestores Estaduais.

Vale registrar que em 2011, algumas dificuldades interferiram no cumprimento da meta estabelecida para o ano e elas tiveram origem em fatores: como as chuvas excessivas, que atrasaram as obras de eletrificação e prejudicaram os acessos às obras, além de problemas de licitação enfrentados pelas seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON, Eletrobras Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Piauí – CEPISA, bem como a inadimplência da CELG que prejudicou o Programa no estado de Goiás.

As ações de melhoria de gestão do Programa tiveram continuidade ao longo de 2011, com destaque para: os Relatórios Gerenciais Mensais e reuniões regionais, com a participação dos coordenadores estaduais e concessionárias de energia elétrica, com o objetivo de acompanhar o cumprimento das metas e de correção de rumo, quando necessário.

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

Em 2011, a SEE deu continuidade à implementação do seu Planejamento Estratégico, reforçando sua missão, visão e valores organizacionais, bem como o seus objetivos estratégicos, conforme demonstrado na figura 1 abaixo.



Fonte: SEE

Figura 6: Mapa Estratégico da SEE

O Planejamento Estratégico da SEE contribui para que os Departamentos desta Secretaria desenvolvam suas atividades institucionais e alcancem os seus objetivos. Neste sentido, segue descrição do conjunto de atividades desenvolvidas pelos Departamentos, assim como os resultados alcançados.

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO – DMSE

As atividades do DMSE envolvem o monitoramento de empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos, ações estas coordenadas pela Secretaria de Planejamento Energético - SPE. Levando em consideração os cronogramas dos empreendimentos, o Departamento monitora a execução das obras, atuando para que os projetos entrem em operação nos prazos pactuados, no sentido de garantir a ampliação da oferta energética, conforme planejado, e apoiar o CMSE na avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

Para o cumprimento de suas atribuições, o DMSE desenvolveu as seguintes atividades em 2011:

- Avaliação e propostas de aperfeiçoamentos nas rotinas de monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, relativas à obtenção de dados e acompanhamento dos empreendimentos, em consonância com as competências legais do DMSE, e no desempenho do seu papel fundamental na interação com os órgãos de coordenação do PAC, alimentando, periodicamente, a base de dados do programa e participando das reuniões;
- Participação e promoção de articulações intra-setoriais, principalmente junto à área ambiental, com objetivo de superar riscos legais que impactam os cumprimentos dos prazos de conclusão das usinas, linhas de transmissão e subestações, aproveitando as atividades e rotinas de acompanhamento do PAC, por meio das novas ferramentas técnico-gereciais de controle dos empreendimentos instituídas e desenvolvidas no âmbito do Programa;
- Identificação e análise antecipada de possíveis riscos que podem ocorrer durante o desenvolvimento dos projetos. Essa atividade se dá por meio da troca de experiências entre os agentes e os órgãos públicos, facilitando a viabilização do cronograma das obras, com o aperfeiçoamento das atividades de monitoramento da expansão do sistema elétrico, dentre as quais destacam-se as reuniões inaugurais com os empreendedores vencedores dos leilões, reuniões mensais de monitoramento e as inspeções técnicas em campo dos projetos, e outras atividades, criadas e/ou aperfeiçoadas, que permitiram um melhor controle na implementação dos empreendimentos;
- Participação em reuniões de análises de perturbações e ocorrências de destaque no sistema elétrico, e outros eventos do gênero, com o objetivo de avaliar o desempenho operacional do sistema, e propor ações para melhoria da qualidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica, em conformidade com as atribuições do Departamento relativas ao monitoramento do desempenho do sistema elétrico;
- Ampliação da participação ativa em grupos e comitês de assuntos relacionados às competências do Departamento e, principalmente, com novas interações setoriais, na operacionalização da tarefa principal de monitorar a expansão e o desempenho do sistema elétrico, entre os quais destacam-se: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, o

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e o Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranaíba – CBHP, a Comissão Nacional de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - COPRON, a Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica - CPNSEE, o Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Plano do Meio Norte – GTI Meio Norte, o Grupo Técnico de Segurança de Infra-estruturas Críticas – GTSIC-Energia; e

- Elaboração de 28 relatórios, 70 notas técnicas, e 268 boletins sobre atividades pertinentes ao monitoramento do sistema, subsídios à Consultoria Jurídica do MME na defesa de ações diversas associadas ao sistema elétrico brasileiro, bem como à Assessoria Parlamentar na avaliação de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional.

Considerando as suas atividades específicas de monitoramento da expansão da geração e transmissão, e do desempenho dos sistemas elétricos, são descritas a seguir as principais atividades, produtos e resultados do Departamento no ano de 2011.

Geração de Energia Elétrica

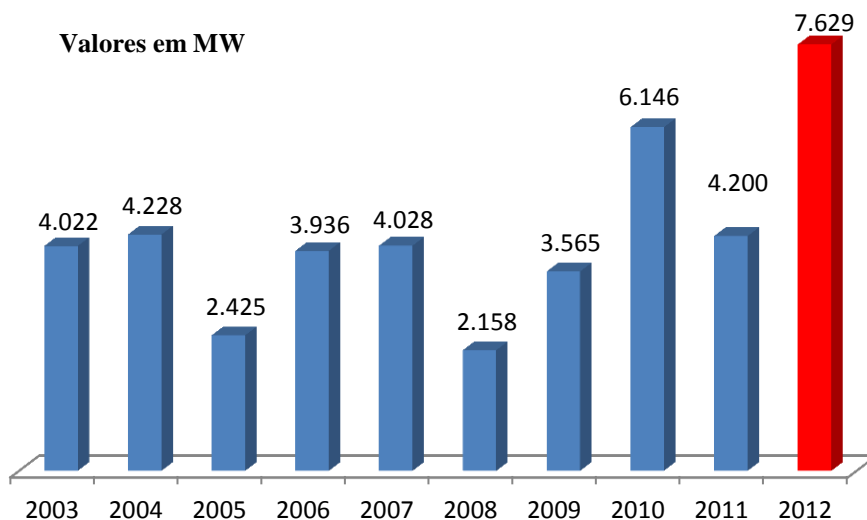
Para cumprir os objetivos do Departamento de Monitoramento, em atendimento ao Decreto n° 5.267/2004 e à Portaria MME n° 144/2006, compete à Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Geração (CGEG), principalmente:

- monitorar a expansão da geração de energia elétrica nos sistemas interligado e isolados, com o propósito de garantir a segurança eletroenergética, a confiabilidade, a continuidade e a qualidade da energia fornecida aos consumidores finais;
- implementar mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos, com participação dos agentes setoriais envolvidos no processo de expansão da geração de energia elétrica;
- identificar impedimentos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração, propondo ações preventivas e corretivas para o efetivo cumprimento do planejamento setorial;
- participar na elaboração de documentos institucionais que consolidam informações relativas à implantação e à evolução da expansão da oferta de energia elétrica;
- acompanhar e participar das definições da regulamentação legal e institucional relativas aos empreendimentos de geração de energia elétrica;
- promover o desenvolvimento e a atualização do sistema de informações relativo à expansão da geração.

A seguir é descrito um panorama do Sistema Elétrico Brasileiro, no que concerne aos empreendimentos de geração.

A potência instalada das usinas geradoras de energia elétrica em operação totalizou em 2011, 117.135 MW. Neste último ano, a matriz de energia elétrica teve um acréscimo de 4.200 MW. A

figura 2 mostra os acréscimos de capacidade de geração no período de 2003 a 2011 e a meta para o ano de 2012.



Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 7: Evolução da Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (MW)

As principais realizações na expansão da geração foram a implantação da UHE Estreito com 1.087 MW, da UHE Dardanelos com 261 MW, UHE Rondon II com 73,5 MW, UHE São José com 51 MW, UTE Do Atlântico com 490 MW, UTE Candiota III com 350 MW, UTE Campina Grande com 169 MW, 919 MW de UTEs à biomassa e 498 MW de usinas eólicas.

Para o desenvolvimento das atividades de monitoramento da expansão da geração foram realizadas, em 2011, 12 reuniões de monitoramento, com a participação das Secretarias do MME (SPE e SE), da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da Eletrobras – referente ao PROINFA - e convidados quando se fizeram necessários. Adicionalmente, foram realizadas reuniões com órgãos de Licenciamento Ambiental com o intuito de remover óbices à realização das obras. Para complementar as informações e discutir temas específicos dos empreendimentos, foram realizadas reuniões com os empreendedores. Foram realizadas ainda, no ano de 2011, visitas técnicas a 58 usinas em construção, distribuídas entre usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas, eólicas e termelétricas. A tabela II apresenta os números associados aos empreendimentos monitorados em 2011.

Tabela XLVII: Empreendimentos de Geração Monitorados pela SEE

EMPREENDIMENTOS MONITORADOS PELA SEE			
	Quantidade	Potência (MW)	Investimento Estimado (R\$ milhões)
UHE	28	25.360,3	80.602,3
PCH	12	218,1	1.221,5

UTE	77	13.584,9	36.867,8
UEE	251	6.634,2	20.935,5
Total Geral	368	45.797,5	139.627,1

Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

A tabela III representa a expansão da geração prevista de usinas com energia vendida no ambiente de contratação regulada - ACR e usinas concedidas pelo antigo modelo do setor elétrico.

Tabela XLVIII: Previsão de entrada em operação de usinas monitoradas pelo DMSE

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Sem Previsão
UHE	1.853,80	2.391,58	1.842,58	4.732,59	4.193,83	3.666,66	3.666,66	611,11	2.265,70
PCH	95,8	43,26	30,54	48,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UEE	1.251,2	2.345,8	2.025,9	879,71	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00
UTE	4.428,00	5.905,90	1.369,03	1.445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390,00
Total	7.628,80	10.686,5	5.268,1	7.105,9	4.193,8	3.666,7	3.666,7	611,1	2.835,7

Fonte: SEE/DMSE/Dez/2011

Dos empreendimentos monitorados, 29.566,16 MW estão com obras em andamento, sendo 21.930,4 MW de UHEs, 148,9 MW de PCHs, 6.728,9 MW de UTEs e 757,9 MW de eólicas.

No que se refere aos investimentos realizados durante o ano de 2011, estima-se que foram realizados um total de R\$ 22,7 bilhões em obras de Geração Outorgada do PAC, sendo R\$ 13,5 bilhões em UHEs, R\$ 5,6 bilhões em UTEs, R\$ 377 milhões em PCHs e R\$ 3,2 bilhões em eólicas.

Para o cumprimento das atribuições relativas ao monitoramento da expansão da geração de energia elétrica nos sistemas interligados e isolados e a implementação de mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos, com participação dos agentes setoriais envolvidos, o DMSE/SEE realiza mensalmente reunião de monitoramento da expansão da geração e elaborou indicador de acompanhamento dessas reuniões denominado Percentual de Realização das Reuniões de Monitoramento da Expansão da Geração (NRMEG), conforme figura abaixo.

Essas reuniões fornecem subsídios para a elaboração do Programa Mensal da Operação - PMO, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Em 2011, estavam previstas 12 reuniões e todas foram realizadas, assim, o indicador NRMEG encerrou o ano com 100% de realização, conforme indicado na figura 3.

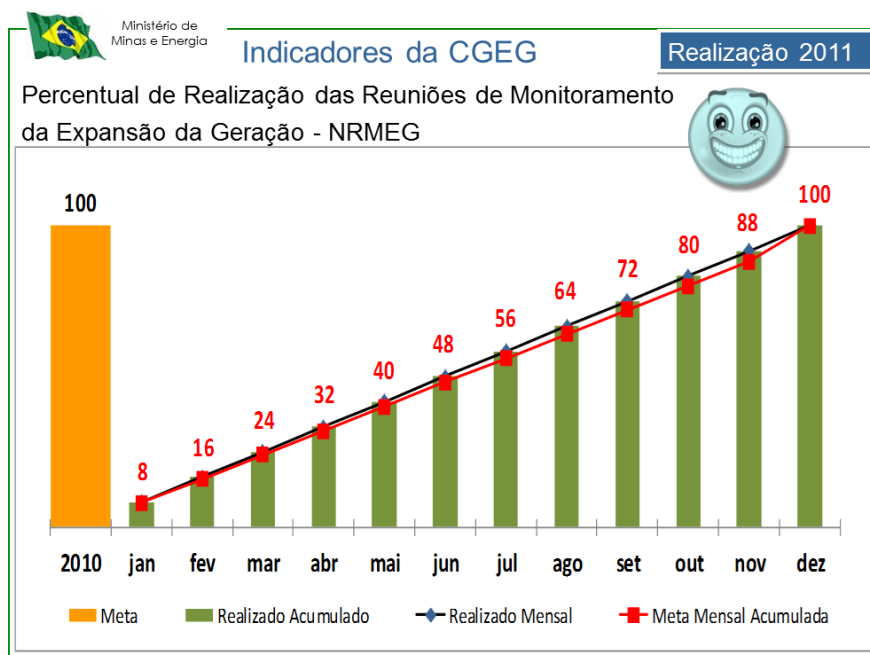


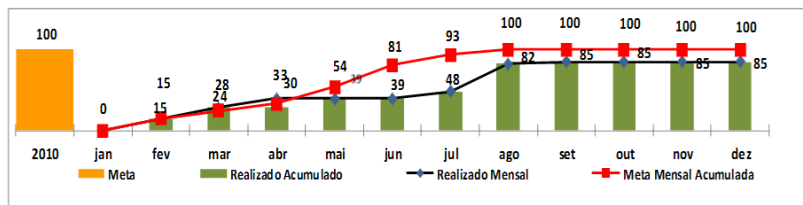
Figura 8: Indicador NRMEG
(Percentual de Realização das Reuniões de Monitoramento da Expansão da Geração)

Com a realização de Leilões de Energia, e a partir das assinaturas dos contratos de concessão e publicação das outorgas, o DMSE/SEE tem como prática o convite dos empreendedores para reunião. O intuito dessa reunião é apresentar o processo de monitoramento de implantação das usinas, abrir canal de comunicação com os agentes e identificar óbices que possam comprometer a implantação dos empreendimentos.

Nessa reunião, o DMSE solicita ao empreendedor informações sobre a execução do empreendimento, tais como: localização, licenciamentos ambientais, cronogramas físico e financeiro, contrato de fornecimento e de montagem de equipamentos eletromecânicos, conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e outras informações que os empreendedores julgarem pertinentes sobre a evolução do empreendimento.

Para acompanhar o desenvolvimento dessas reuniões, foi criado o indicador denominado Percentual de Realização das Reuniões com Empreendedores de Novas Usinas - PRRENU, conforme figura 4. Como pode ser observado, em 2011, foram realizadas 85% das reuniões previstas. Devido à não emissão das outorgas de alguns empreendimentos em 2011, não foram realizadas as reuniões com empreendedores da PCHs Inxú, UEEs Casa Nova, Primavera, Cristal e São Judas.

Percentual de Realização das Reuniões com Empreendedores de Novas Usinas - PRRENU



Número de reuniões com empreendedores												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previstas	0	5	2	4	7	9	4	2	0	0	0	0
Realizadas	0	5	4	1	3	0	6	8*	1	0	0	0
% Realização	100%	100%	200%	25%	43%	0%	150%	400%	100%	100%	100%	100%

* Duas reuniões contabilizadas são referentes a empreendedores que também venderam no Leilão de Energia de Reserva de 2009 - Eólicas Empreendedores: Gestamp

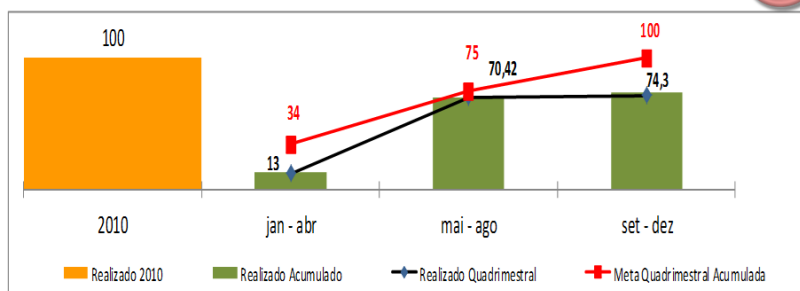
Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 9: Indicador PRRENU
(Percentual de Realização das Reuniões com Empreendedores de Novas Usinas)

Também como forma de identificar óbices que possam comprometer os cronogramas de implantação e a entrada em operação dos empreendimentos, bem como verificar *in loco* o estágio das obras em comparação com os cronogramas enviados, o DMSE/SEE realiza inspeções técnicas nos empreendimentos de forma periódica. Para acompanhar o planejamento dessas inspeções, foram criados indicadores relativos à quantidade de inspeções técnicas realizadas anualmente.

O indicador é denominado Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração (PRITEG), conforme figura 5. Observa-se, nessa figura, que do total de inspeções planejadas, apenas 74,3% foram realizadas. O desvio apresentado deve-se principalmente ao contingenciamento do orçamento público federal de 2011, que afetou diretamente o orçamento previsto para a SEE e, conseqüentemente, para o DMSE.

Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração - PRITEG



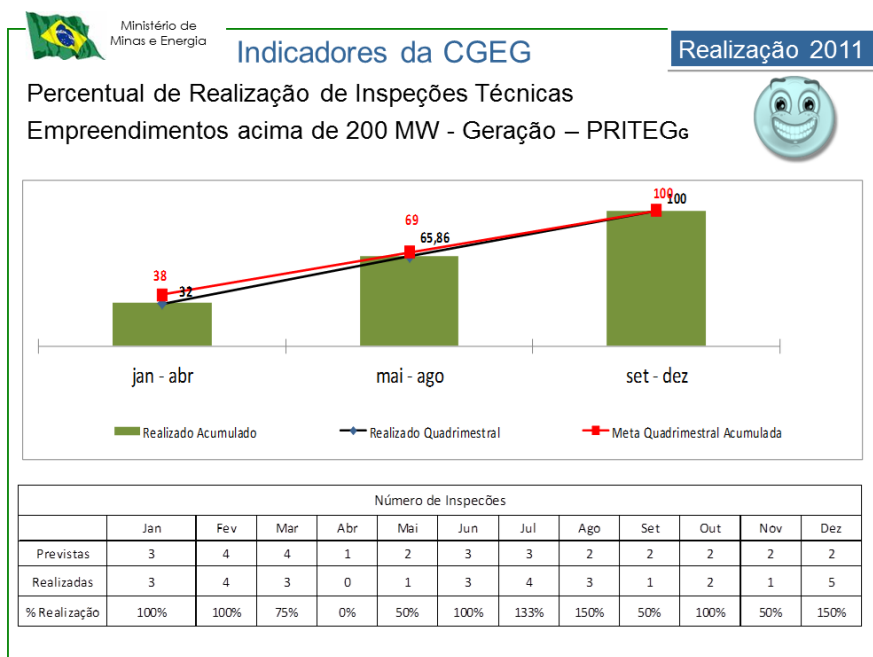
Número de Inspeções												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previstas	3	4	5	16	8	8	8	9	4	4	4	5
Realizadas	3	4	3	1	2	14	9	7	2	4	4	5
% Realização	100%	100%	60%	6%	25%	175%	112,50%	77,70%	50%	100%	100%	100%

Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 10: Indicador PRITEG
(Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração)

Com o objetivo de melhorar o planejamento das inspeções técnicas, o indicador PRITEG foi dividido em dois sub-indicadores, denominados PRITEG_G e PRITEG_P. Essa subdivisão está baseada na Nota Técnica n° 54/2010-DMSE/SEE-MME, que tem como foco um planejamento mais detalhado dos critérios para realização de inspeções técnicas.

O PRITEG_G compreende empreendimentos com potência igual ou superior a 200 MW, também denominados empreendimentos emblemáticos. Pode ser observado que o indicador fechou o ano com 100% de realização (figura 6) e que apesar do contingenciamento do orçamento, o DMSE priorizou os empreendimentos emblemáticos na sua execução do planejamento de inspeções técnicas.

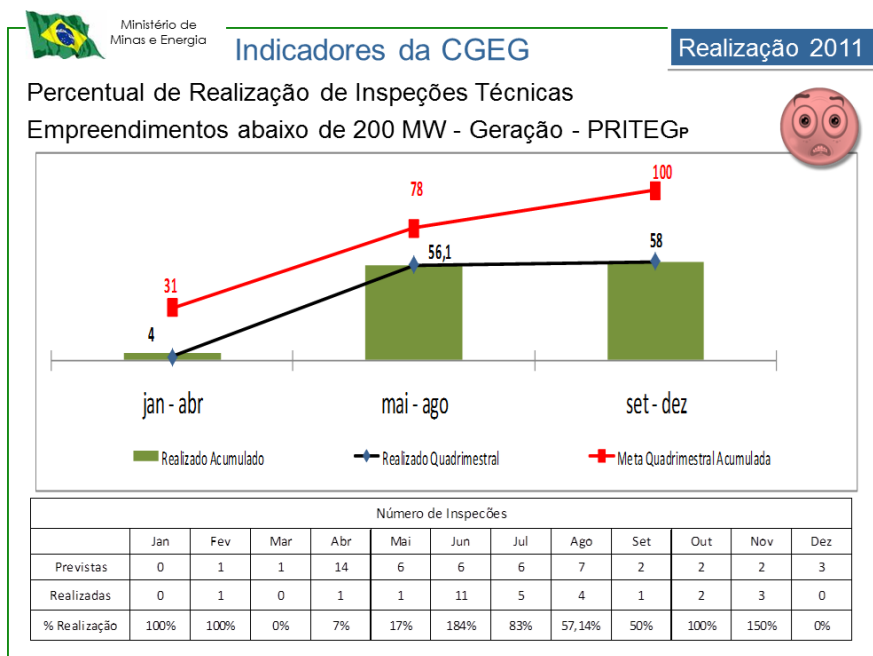


Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 11: Indicador PRITEG_G

(Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos acima de 200 MW - Geração)

O PRITEG_P compreende empreendimentos com potência inferior a 200 MW. Pode ser observado na figura 7 que o indicador fechou o ano com 58% de realização. O resultado abaixo do previsto foi devido ao contingenciamento do orçamento público de 2011.



Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 12: Indicador PRITEG_P

(Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos abaixo de 200 MW - Geração)

Cabe ressaltar que as inspeções técnicas realizadas pela CGEG são fundamentais para avaliação da data de tendência de entrada em operação comercial de usinas - informações importantes para o Programa Mensal da Operação, coordenado pelo ONS -, bem como para o monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, observa-se que as inspeções técnicas realizadas nos empreendimentos com potência superior a 200 MW foram priorizados, tendo em vista que são usinas que possuem maior impacto na segurança-eletoenergética do País.

Transmissão de Energia Elétrica

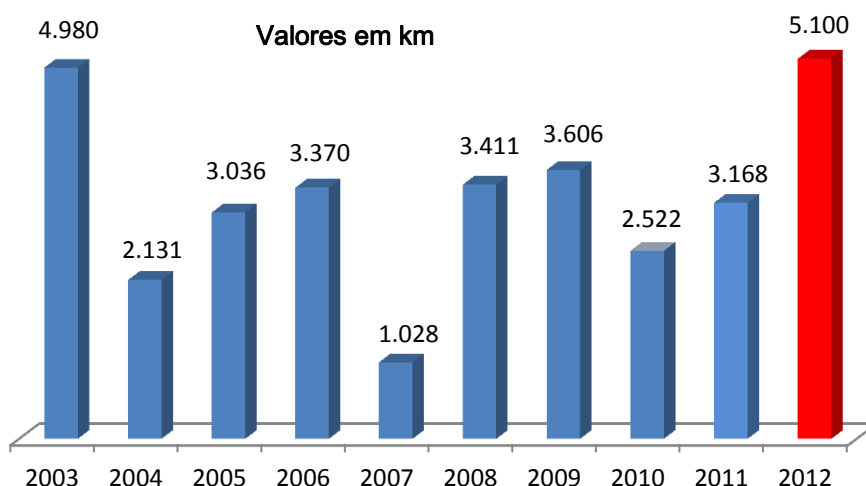
As atividades da Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão (CGET) envolvem o monitoramento de empreendimentos de transmissão licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Baseado nos cronogramas dos empreendimentos, a Coordenação monitora a execução das obras, atuando para que os projetos entrem em operação nos prazos pactuados, no sentido de garantir a ampliação da oferta, conforme planejado, e apoiar o CMSE na avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. Além disso, cabe à CGET as seguintes atribuições:

- Promover o desenvolvimento e a atualização dos sistemas de informação relativos à expansão da Transmissão, dentre eles destacam: o WEBPAC, o SIGET (Sistema de Gestão da Transmissão) e o STTE (Sistema Transacional de Transmissão de Energia);
- Realizar reuniões mensais de monitoramento com a participação de outros agentes do Setor Elétrico, tais como: outras Secretarias do MME (SPE e SE), ONS, ANEEL, EPE e concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica;
- Disponibilizar informações e relatórios técnicos relativos ao processo de monitoramento da expansão da transmissão de energia elétrica, contribuindo com áreas de pesquisa, planejamento e operação, e identificando desvios em relação às metas de expansão estabelecidas;
- Acompanhar e participar das decisões regulatórias e legais relativas à gestão dos sistemas de transmissão de energia elétrica;
- Interagir com os órgãos ambientais, IBAMA, ICMBio, FUNAI e outros em busca do entendimento satisfatório que associe a preservação ambiental sem comprometimento ao atendimento das demandas de energia e à eficiência operacional do Sistema Interligado Nacional;
- Realizar as reuniões entre MME, ONS, ANEEL e Concessionárias, com o intuito de debater melhorias nos sistemas locais de distribuição. Nessas reuniões são abordados os projetos em estudo pelo ONS, que analisam o desempenho das redes locais.

Importa ressaltar que para o cumprimento das atribuições relativas ao monitoramento da expansão da transmissão e a implementação de mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos, com participação dos agentes setoriais envolvidos, o DMSE/SEE realizou 11 reuniões mensais de monitoramento da expansão da transmissão, tendo cumprido a meta prevista no ano.

Vale destacar ainda que a extensão total do sistema de transmissão de energia elétrica alcançou, em dezembro de 2011, a marca de 104.000 km, montante que inclui, além da Rede Básica, 550 km relativos aos Sistemas Isolados e 3.224 km do Sistema de Conexão de Itaipu, em 600 kV.

Foram integrados, no ano de 2011, 3.168 km de linhas de transmissão ao Sistema Elétrico Brasileiro - SEB, e ainda há a previsão da conclusão de 5.100 km em 2012. A figura 8 demonstra os acréscimos de linhas no período de 2003 a 2011 e a meta para o ano de 2012.



Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 13: Ampliação da Transmissão – Novas Linhas

Entre as linhas de transmissão construídas em 2011, destacam-se o conjunto Chapadão - Inocência-Ilha Solteira – 230 kV C1, C2 e C3 com 742 km no total, e o empreendimento Juína - Brasnorte – 230 kV C1 e C2 totalizando 430 km. A primeira obra permitirá o escoamento das usinas termelétricas à biomassa Unidade de Bioenergia Costa Rica, com 79,80 MW, e Porto das Águas, com 70 MW, aumentando a confiabilidade de atendimento à região Centro-Oeste. A segunda promove a transmissão da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Dardanelos/MT, que entrou em operação em agosto de 2011. Além disso, foi concluída a linha Jauru – Cuiabá 500 kV, com 348 km, e Cuiabá – Nobres – Nova Mutum 230 kV, de 235 km, e Nova Mutum - Sorriso – Sinop – 230 kV C2, com 222 km, aumentando a segurança eletro-energética do Mato Grosso e futura integração entre os subsistemas do Sistema Interligado Nacional - SIN.

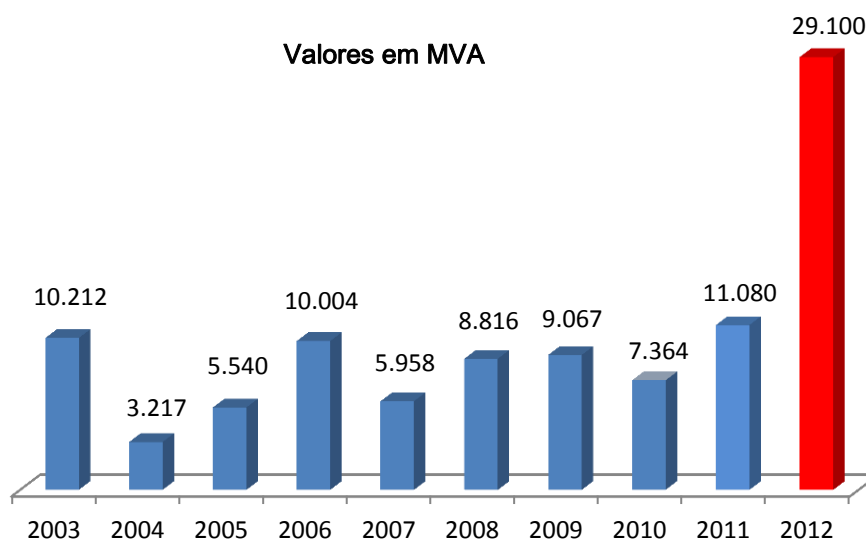
A entrada em operação, em dezembro de 2011, da linha de transmissão Coletora Porto Velho-Porto Velho, circuitos 1 e 2, primeira fase do complexo de obras denominado Integração do Madeira,

permitirá o início da operação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Este empreendimento proporcionará aumento da confiabilidade de suprimento à região da capital de Rondônia, que é tradicionalmente uma região isolada do Sistema Interligado Nacional (SIN), e permitirá a redução dos custos com a geração térmica local, além de possibilitar os testes das usinas e do sistema de transmissão do Madeira.

Destaca-se também a conclusão, em dezembro de 2011, da linha de transmissão Foz do Iguaçu-Cascavel Oeste – 500 kV, com 125 km de extensão. Essa obra melhora o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu para os centros de carga do Sudeste e do Sul.

Destaca-se em 2011 também, a continuação das obras de grandes empreendimentos de transmissão. A Linha de Transmissão em 500 kV Tucuruí-Macapá-Manaus, com 1.846 km de extensão, que está em pleno andamento das obras e tem previsão para término do empreendimento em maio de 2013. Já o primeiro bipolo da Linha de Transmissão Madeira-Porto Velho-Araraquara, com 2.375 km de extensão, que permitirá o escoamento da energia gerada pelas usinas do Rio Madeira, está com 40% das obras concluídas e tem previsão para entrada em operação em janeiro de 2013.

Cabe ressaltar que a capacidade instalada de transformação atingiu, ao final de 2011, o total de 230.200 MVA. No ano de 2012, serão implantados 29.100 MVA de potência de transformação em 75 Subestações distribuídas em todo o território nacional. A figura 9 mostra os acréscimos de capacidade instalada de transformação no período de 2003 a 2011 e a meta para o ano de 2012.



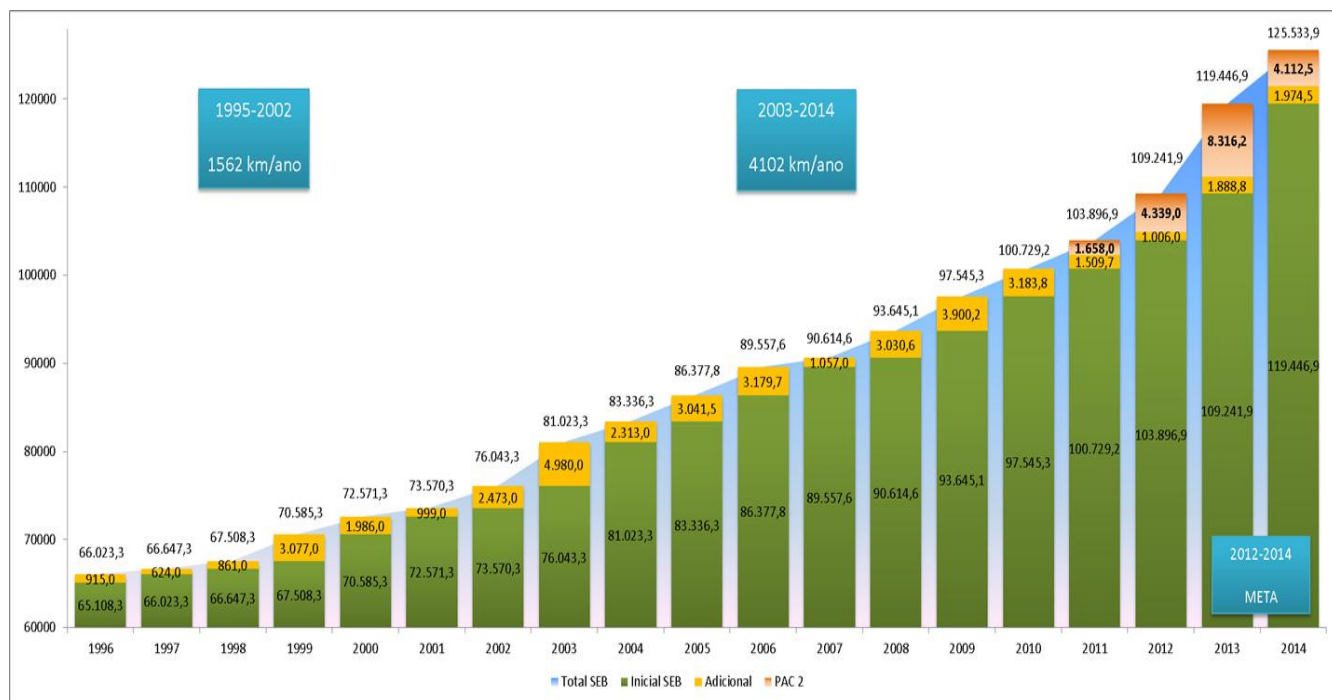
Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 14: Capacidade de Transformação – MVA

Em relação às subestações, destacam-se a entrada em operação da SE Piratininga II 345/138/88 – 1.200 MVA, Jauru 500/230 kV – 750 MVA, e as subestações Ilha Solteira 2/SP, de 1.350 MVA, Forquilha/SC, de 300 MVA, e Narandiba/BA, de 100 MVA. Em 2012, espera-se um acréscimo expressivo na capacidade de transformação das subestações devido à entrada em operação de boa parte do sistema de integração das usinas do Rio Madeira, da interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, e da integração das novas usinas termelétricas e eólicas no nordeste do País.

O investimento realizado na expansão da transmissão de energia elétrica em 2011, no âmbito do PAC, foi de cerca de R\$ 7,2 bilhões, com índice de realização de 99% do previsto no Programa.

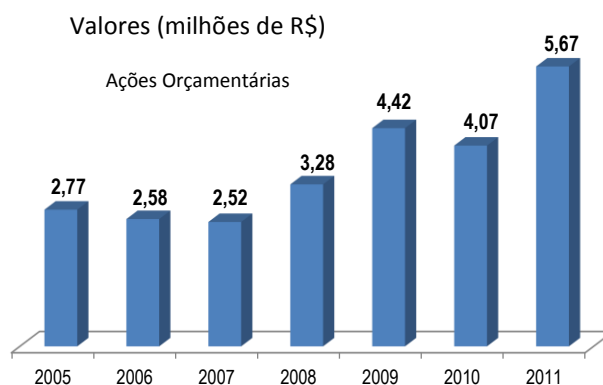
Deste total de realização do PAC, R\$ 3,0 bilhões são de investimentos públicos, e destes R\$ 2,8 bilhões das empresas federais. Os empreendimentos constantes no PAC, e concluídos em 2011, representam 1.658 km do total de 3.168 km que entraram em operação em 2011. No período 2003-2014, o Sistema Elétrico Brasileiro deverá crescer a uma razão média de 4.100 km por ano. Esse crescimento no período 1995-2002 expandiu a uma média de somente 1.500 km por ano. A figura 10 mostra essa evolução do sistema, enfocando o acréscimo anual de expansão da transmissão.



Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 15: Evolução do sistema de transmissão (1996-2014)

Os investimentos em transmissão de energia elétrica em 2011, nas ações orçamentárias, foram de R\$ 2,53 bilhões, praticamente o dobro do valor de 2010, de 1,25 bilhão, e 50% acima da média do período do PPA 2008-2011 do Sistema Eletrobras, que foi de cerca de R\$ 1,7 bilhão. A figura 11 apresenta a evolução dos investimentos orçamentários na expansão da geração e da transmissão de energia elétrica, envolvendo as ações do Sistema Eletrobras.



Fonte: Eletrobras - Fev/2012

Figura 16: Investimentos do Grupo Eletrobras em Geração e Transmissão de Energia (2005-2011)

Para o desenvolvimento das atividades de monitoramento da expansão da transmissão, foram realizadas, em 2011, onze reuniões mensais com participações da ANEEL, ONS e EPE.

Adicionalmente, foram realizadas reuniões com órgãos de Licenciamento Ambiental com o intuito de remover óbices à realização das obras. Com o objetivo de complementar as informações e discutir temas específicos dos empreendimentos foram realizadas diversas reuniões com os empreendedores.

Em relação ao Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014 (GT-Copa) foram realizadas também, a partir de agosto de 2011, quatro reuniões de coordenação para definição das obras a serem acompanhadas no âmbito do grupo, duas reuniões com a CGU e ANEEL visando à definição de procedimentos de monitoramento, regulação e controle, além de quatro reuniões de monitoramento das obras com os concessionários. Ainda em 2011 foi realizada a primeira reunião específica com os empreendedores na cidade de Porto Alegre, procedimento que terá continuidade em 2012 nas demais cidades sedes. A tabela IV apresenta o comparativo, entre os anos de 2010 e 2011, dos empreendimentos monitorados pelo DMSE.

Tabela XLIX: Empreendimentos de transmissão monitorados pela SEE

EMPREENDIMENTOS MONITORADOS				
Empreendimentos Monitorados	Período			
	dez/2010		dez/2011	
	Quant.	Meta física	Quant.	Meta física
Linha de Transmissão [km]	115	17.993	139	24.263
Transformação [MVA]	100	53.497	166	64.810
Compensação Reativa [Mvar]	128	17.108	96	15.324

Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Desempenho dos Sistemas Elétricos Brasileiros

Em continuidade à etapa de monitoramento, desde a construção dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica até a operação e manutenção, foram realizadas atividades de monitoramento e avaliação do desempenho dos sistemas elétricos, durante o ano de 2011, dentre as quais destacam-se:

- Acompanhamento diário das informações de operação, com base no Informativo Preliminar Diário da Operação (IPDO), do ONS, que objetiva avaliar o desempenho da operação eletroenergética e o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica nos subsistemas ao menor custo associado do denominado Custo Marginal de Operação - CMO, bem como a avaliação dos eventuais desequilíbrios decorrentes das contingências elétricas ou energéticas ocorridas em tempo real. Nessa atividade, são importantes as informações relativas às previsões de precipitações, níveis dos reservatórios equivalentes, intercâmbios regionais e internacionais, despacho de usinas termelétricas e entrada em operação de novas instalações no Sistema Interligado Nacional - SIN. O produto final da SEE, neste processo de

acompanhamento, é o Boletim Diário de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico, que apresenta a síntese da avaliação dessas informações;

- Elaboração de Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico, sintetizando aspectos diversos relativos à hidrologia, intercâmbios entre regiões, intercâmbios internacionais, mercado de energia elétrica, encargos setoriais, consumo de combustíveis, matriz de energia elétrica, expansão da rede elétrica e ocorrências no sistema elétrico brasileiro;
- Acompanhamento das reuniões de elaboração do Programa Mensal de Operação - PMO na sede do ONS, no Rio de Janeiro. Esse Programa estabelece diretrizes eletroenergéticas de curto prazo, de modo a otimizar a utilização dos recursos de geração e transmissão do SIN, segundo procedimentos e critérios consubstanciados nos Procedimentos de Rede. Como resultados desse trabalho, realizado no âmbito do ONS, obtém-se como produtos: o Custo Marginal de Operação - CMO, os riscos de não atendimento das demandas ao longo do horizonte de planejamento, as metas de geração térmica e hidráulica e intercâmbios entre os subsistemas. A SEE elabora mensalmente, o documento intitulado Resenha do Programa Mensal de Operação;
- Acompanhamento da aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP, a cada PMO, partindo do término do período úmido, para verificar a necessidade de geração térmica complementar para segurança energética, de modo a evitar a violação futura da Curva de Aversão ao Risco – CAR, em situações de hidrologia crítica;
- Monitoramento do desempenho energético, que tem como base os relatórios do Planejamento Anual da Operação Energética - PEN do ONS, cujo objetivo é avaliar as condições de atendimento ao mercado previsto de energia elétrica do SIN para o horizonte do planejamento anual da operação energética, cinco anos à frente. Este horizonte permite que se possa tomar decisões de antecipação ou implantação de novos projetos de geração e transmissão pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE e/ou pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com a coordenação do MME. As diretrizes para efetuar as avaliações estão estabelecidas nos Procedimentos de Rede;
- Desenvolvimento de atividades de monitoramento do desempenho elétrico, tendo como base os relatórios de Planejamento da Operação Elétrica Anual – PEL e Diretrizes para Operação Elétrica com Horizontes Quadrimestral e Mensal, do ONS, e como referência os critérios e padrões estabelecidos nos Procedimentos de Rede, indicando as áreas e regiões críticas para atendimento elétrico e medidas operativas para eliminar as restrições, avaliando o desempenho do SIN com a entrada em operação de obras previstas para o horizonte, bem como os reflexos de possíveis atrasos no seu cronograma e analisando ainda os limites de transmissão nas interligações regionais;
- Identificação de limitações nos sistemas elétricos que impedem o suprimento e a otimização eletroenergética do SIN e dos Sistemas Isolados;
- Acompanhamento das ocorrências e perturbações no SIN, monitoradas com o intuito de melhorar os processos de análise das perturbações. Nesse sentido, a SEE participa diretamente de reuniões coordenadas pelo ONS, para avaliar as ocorrências consideradas relevantes, de modo a identificar as causas dos desligamentos, analisar a funcionalidade e o desempenho dos esquemas de proteção, supervisão e controle. Analisa-se também o desempenho das equipes de operação e manutenção, e equipamentos. Propõem-se recomendações e providências aos agentes, referentes a não conformidades identificadas na análise, de modo a evitar

reincidências e/ou novas perturbações. O produto que consolida as análises e recomendações é o Relatório de Análise de Perturbação - RAP, emitido pelo ONS;

- Avaliação de obras consideradas prioritárias para eliminação de pontos críticos nos suprimentos regionais e/ou de capitais, bem como compatibilização das obras do Programa de Melhoria de Instalações Sistêmicas - PMIS que causam impacto nas obras da Rede Básica e outras ações realizadas para garantir a qualidade, continuidade e confiabilidade dos serviços;
- Participação nas reuniões de consolidação de obras da Rede Básica que contemplam as necessidades de ampliações e reforços identificadas pelo ONS no Plano de Ampliação e Reforços - PAR e nos estudos do planejamento da EPE, através do Programa de Expansão da Transmissão - PET, constituindo uma proposta comum para as instalações de transmissão que serão objeto de licitação ou autorização pela ANEEL;
- Realização de atividades do Grupo de Trabalho, envolvendo MME, EPE, Eletrobras, Eletrobras Eletronorte e CEA, visando consolidar as análises de balanço de carga-geração, para identificação da necessidade ou não de complementação de geração no sistema elétrico do Amapá;
- Participação no Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus - GTSEM, avaliando as condições para melhoria do suprimento eletroenergético da cidade de Manaus;
- Realização de atividades de acompanhamento das condições de suprimento de energia elétrica ao Distrito Federal, envolvendo o MME, ONS, Eletrobras Furnas e CEB, visando melhorar a qualidade do atendimento;
- Realização de reuniões com a CELG para averiguar as condições de atendimento eletroenergética no estado de Goiás;
- Participação do Grupo de Trabalho para a Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de conduzir a realização de atividades necessárias à elaboração e acompanhamento do Relatório “Síntese Gerencial das FTs Copa 2014”, com foco no suprimento de energia elétrica às doze capitais que serão sede da Copa do mundo de 2014.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

A SEE atua como base de apoio técnico e operacional do CMSE. Todo trabalho de preparação das reuniões é executado pela Secretaria, como, por exemplo, proposição de agenda, convocação, registros da reunião, elaboração de apresentações e outras tarefas de suporte aos trabalhos do Comitê.

O CMSE, criado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, tem como finalidade avaliar periodicamente o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, adotando, quando necessário, ações que garantam a segurança do suprimento e o atendimento a todos os consumidores.

A rotina das reuniões do CMSE consiste nas apresentações do balanço da expansão da oferta, contemplando obras de geração e transmissão, da avaliação das condições de atendimento eletroenergético do SIN, do Boletim de Interrupção do Suprimento de Energia – BISE, que registra as principais perturbações no sistema e outros temas pontuais de relevância para o setor elétrico.

No decorrer do ano de 2011 foram realizadas 16 reuniões, 12 ordinárias e 4 extraordinárias. As principais temas abordados pelo Comitê foram:

- Monitoramento da expansão da geração e transmissão;
- Avaliação das condições de atendimento eletroenergéticas do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Aprovação dos parâmetros do procedimento operativo de curto prazo – POCP;
- Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia;
- Homologação das “Datas de Tendência” da operação comercial das usinas;
- Monitoramento do mercado de energia elétrica;
- Avaliação da perturbação envolvendo a região Nordeste, ocorrida no dia 4 de fevereiro de 2011;
- Desempenho da Operação e Manutenção da Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletrosul, Eletrobras Furnas e Eletrobras Chesf;
- Aspectos de segurança das UTNs Angra I e II;
- GT Roraima (Portaria MME nº 14/2011);
- Desempenho das empresas distribuidoras de energia elétrica;
- Condições de atendimento às demandas máximas do mercado de energia elétrica do sistema Macapá;
- Planejamento anual da operação energética - Ciclo 2011;
- Apresentação do relatório das Forças-Tarefa do GT Copa 2014;
- Perturbação do dia 2 de setembro de 2011, envolvendo o sistema de transmissão de Itaipu 60 Hz;
- Perturbação do dia 6 de setembro de 2011, envolvendo os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Perturbações que afetaram o suprimento ao Acre-Rondônia;
- Condições de atendimento eletroenergética ao estado de Goiás;
- Consolidação de obras de Rede Básica – Período 2012 – 2014;
- GT Copa – monitoramento;
- Perturbação do dia 11 de novembro de 2011 no sistema elétrico de Manaus;
- Plano de contingência para recuperação de linhas de transmissão com queda de torres.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SETOR ELÉTRICO - DGSE

De acordo com as competências previstas na estrutura regimental do Departamento, das diretrizes governamentais para o setor elétrico brasileiro e das principais necessidades da sociedade brasileira no âmbito da política tarifária e da comercialização de energia elétrica, o DGSE traçou seus principais objetivos para o ano de 2011 conforme segue:

- Desenvolver estudos com a finalidade de criar políticas que promovam a modicidade tarifária;
- Desestimular a criação de novos subsídios ou descontos tarifários, para classes de consumo específicas, que possam gerar impactos tarifários, bem como o aumento dos percentuais dos subsídios ou descontos tarifários já existentes, através de atuação técnica junto aos fóruns correspondentes;
- Manter no MME informações relevantes sobre as tarifas de energia elétrica aplicadas no Brasil, de maneira que subsidiem decisões no âmbito governamental;

- Buscar novas tecnologias que estimulem a redução tarifária e promovam a melhoria da qualidade do serviço de energia elétrica;
- Participar do aprimoramento do processo de comercialização de energia elétrica, tanto para leilões quanto no relacionamento com as concessionárias com os consumidores;
- Organizar e consolidar as informações necessárias para obtenção dos montantes a serem contratados pelos agentes de distribuição e acompanhar a realização dos leilões de energia elétrica A-1, A-3, A-5 e de Reserva;
- Dar continuidade aos estudos para o estabelecimento de políticas públicas para a implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente - *Smart Grid*;
- Contribuir para o processo de regulamentação da nova Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) quanto ao uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para financiar a concessão do subsídio e quanto ao benefício às unidades consumidoras que tenham, entre seus membros, pessoas portadoras de doença ou deficiência cujo tratamento requeira o uso contínuo de equipamento elétrico;
- Acompanhar a consolidação da atualização do regulamento setorial Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, que agrupa as condições gerais de fornecimento e os direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica; e
- Acompanhar o processo de revisão metodológica e início do 3º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das distribuidoras de energia elétrica.

Gestão da Política Tarifária

A sistemática de acompanhamento dos processos de reajustes anuais e de revisões periódicas das tarifas das concessionárias de distribuição de energia elétrica conduzidos pela ANEEL tem permitido analisar os efeitos das mudanças advindas da publicação de legislações pertinentes ao Setor Elétrico Nacional no que se refere à regulação econômica e, de igual modo, à evolução tarifária anual, bem como sua adequação às políticas públicas setoriais.

Em 2011, a ANEEL homologou 56 (cinquenta e seis) processos de reajustes tarifários anuais. Conforme previsto, o DGSE alcançou a meta de avaliar os resultados desses processos tarifários.

Merece destaque o início do 3º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas-RTP que contempla as distribuidoras de energia elétrica. No que refere ao tema, o DGSE acompanhou as etapas regulatórias e ritos administrativos divulgados pela ANEEL.

Em 2011 estava prevista a realização da Revisão Tarifária de 7 (sete) concessionárias de distribuição, todavia a metodologia aplicável a esse ciclo (2011 a 2014) somente foi consolidada e homologada pela ANEEL no final do ano. Em 24 de dezembro, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 471/2011, que estabeleceu os procedimentos que serão adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária das concessionárias e permissionárias até a publicação das respectivas metodologias. Assim sendo, foi mantida a tarifa até a efetiva aplicação do 3º ciclo de revisão tarifária que ocorrerá em 2012.

Importa registrar que o País dispõe de 63 (sessenta e três) distribuidoras de energia elétrica. Do universo das 56 (cinquenta e seis) concessionárias analisadas, que efetivamente tiveram as tarifas atualizadas em 2011, identificou-se que 36 (trinta e seis) reajustes apresentaram resultados positivos entre 0,08% e 9,86% e 16 (dezesesseis) reajustes entre 10,74% e 17,49%. Somente 1 (um) reajuste apresentou resultado negativo, de -0,09%. Para as distribuidoras CERR, CEA e CELG o índice de reajuste tarifário foi calculado mas não pôde ser aplicado, uma vez que essas concessionárias encontram-se em situação de inadimplência.

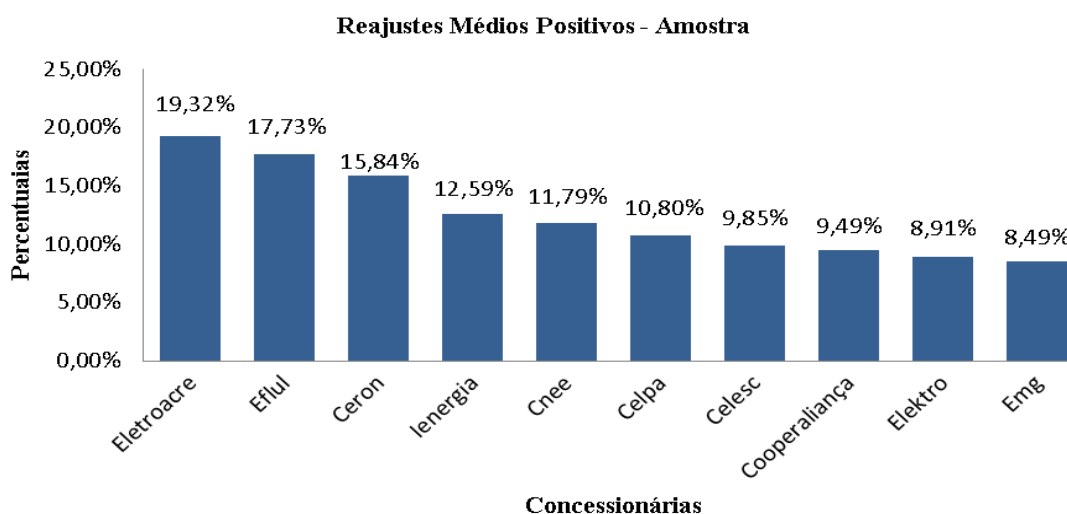
Pelos resultados observados, tais reajustes refletem diversas motivações que contribuíram para a alteração no nível tarifário e podem ser justificados pelos itens destacados a seguir:

- O IGP-M (FGV), um dos principais indicadores econômicos aplicado aos reajustes, variou, em 2011, de 5,95% a 11,50%. O IPCA (IBGE), por sua vez, variou de 5,99% a 7,31%. Esses percentuais são calculados pela variação dos índices nos doze meses anteriores à data do reajuste de cada concessionária de distribuição;
- É importante ressaltar que o reajuste tarifário não segue necessariamente a mesma variação da inflação. A fórmula paramétrica constante nos contratos de concessão considera uma Parcela “A”, com despesas não gerenciáveis pela distribuidora, e uma Parcela “B”, com despesas gerenciáveis. As despesas integrantes da Parcela “B” são corrigidas pela variação do IGP-M, deduzido o compartilhamento de ganhos de produtividade, o fator X, que leva em conta o IPCA. As despesas constantes da Parcela “A” são consequência da aplicação de legislações e podem sofrer variações superiores à inflação medida no período analisado;
- O Encargo Setorial conhecido por Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados (CCCisol) que, em razão da publicação da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a partir de 2010, passou a reembolsar novos custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos sistemas isolados;
- Em 2011, conforme determinado pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que acrescentou parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 9.991/2000, as distribuidoras continuaram a recolher um adicional temporário (extinção prevista para 31 de dezembro de 2012) destinado ao ressarcimento de estados e municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS, incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados;
- Os Encargos de Serviços de Sistema (ESS) e de Energia de Reserva (EER)⁸, embora com impacto menor em alguns reajustes tarifários, apresentaram aumento em 2011 em relação a 2010;
- A Reserva Global de Reversão – RGR foi prorrogada, o que gerou a manutenção desse encargo nos cálculos dos reajustes. A sua extinção estava prevista para o final de 2010, mas por força do disposto no art. 20 da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011, o encargo foi prorrogado até 2035.

Em 2011, cabe destacar também que os reajustes tarifários mantiveram os critérios de considerar as novas regras introduzidas pelos aditivos contratuais que visam neutralizar a Parcela “A” (Encargos Setoriais, Transmissão e compra de energia). Essa alteração contratual refletiu em favorável redução dos índices de impacto tarifário.

⁸ As resoluções homologatórias que estabelecem as tarifas das distribuidoras após reajustes ou revisões tarifárias apresentam o resultado da soma do valor a ser recolhido a título de ESS e do valor a ser recolhido a título de EER. Nesse caso, o montante de cada encargo não é apresentado separadamente.

Na figura 12 é apresentada uma amostra dos reajustes médios positivos.



Fonte: Aneel

Percentuais dos Reajustes Anuais e/ou Revisões Periódicas – representam valores médios percebidos pelos consumidores.

Figura 17: Reajustes Médios Positivos - Amostra (Tarifa de Energia Elétrica).

Em 2011, a gestão da política tarifária foi marcada pela interface com diversas áreas do MME, ANEEL e de outros Ministérios, de forma que vários estudos foram realizados, com simulações de impactos tarifários, objetivando a formulação da política ou o seu aperfeiçoamento. Nesse contexto, destacam-se as seguintes atividades:

- Atuação e acompanhamento dos efeitos da aplicação da Lei nº 12.212/2010, que modificou os critérios de classificação das unidades consumidoras de energia elétrica na Subclasse Residencial Baixa Renda, bem como atuação conjunta aos Ministérios da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na sua regulamentação;
- Simulação de cenários de impactos tarifários decorrentes do cumprimento e ampliação das metas da nova fase do Programa Luz Para Todos – PLpT;
- Acompanhamento dos recursos e desembolsos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; e
- Análise de Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que pudessem acarretar em aumento tarifário visando orientar a Assessoria Parlamentar sobre como proceder junto ao Congresso Nacional.

Gestão da Comercialização de Energia

A gestão da comercialização contempla as seguintes atuações: i) recebimento, consolidação e providências acerca das “Declarações de Necessidades de Compra de Energia nos Leilões”; ii) acompanhamento e atualizações dos Contratos de Suprimento de Energia Elétrica – BRASIL; iii) acompanhamento dos processos de contratação e de comercialização de energia elétrica nos leilões; e iv) acompanhamento e desenvolvimento de estudos sobre práticas e processos de comercialização, no que diz respeito às condições gerais de fornecimento de energia elétrica a serem observadas

tanto por concessionárias e permissionárias, quanto por consumidores, notadamente as disposições da Resolução da ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010.

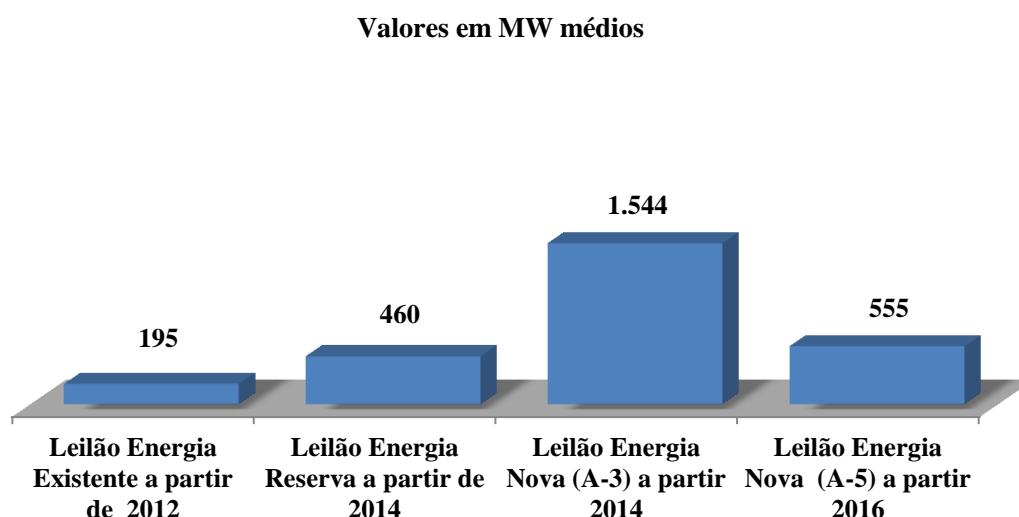
Importa registrar que foi encaminhada pela SEE à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA, encontrando-se neste momento sob apreciação, demanda de novo sistema de Declaração Digital-Leilões de Energia Elétrica, que contribuirá para tornar mais ágil e seguro o processo de recebimento das declarações pelo MME.

Ao longo do ano de 2011 foram realizados quatro leilões de compra de energia. Os leilões são previstos na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e regulamentados pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, modificado pelo Decreto nº 7.317, de 28 de setembro de 2010. Pela legislação, os agentes devem celebrar Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) para atendimento do mercado. Os leilões são mecanismos transparentes de comercialização de energia e têm contribuído para a modicidade tarifária.

Segue abaixo a relação dos leilões realizados em 2011 e os devidos gráficos com os resultados dos leilões.

- 12º Leilão de Energia Nova, realizado em 17 de agosto de 2011 (A-3);
- 4º Leilão de Energia de Reserva, realizados em 18 de agosto de 2008;
- 10º Leilão de Energia Existente, realizado em 30 de novembro de 2011 (A-1);
- 13º Leilão de Energia Nova, realizado em 20 de dezembro de 2011 (A-5).

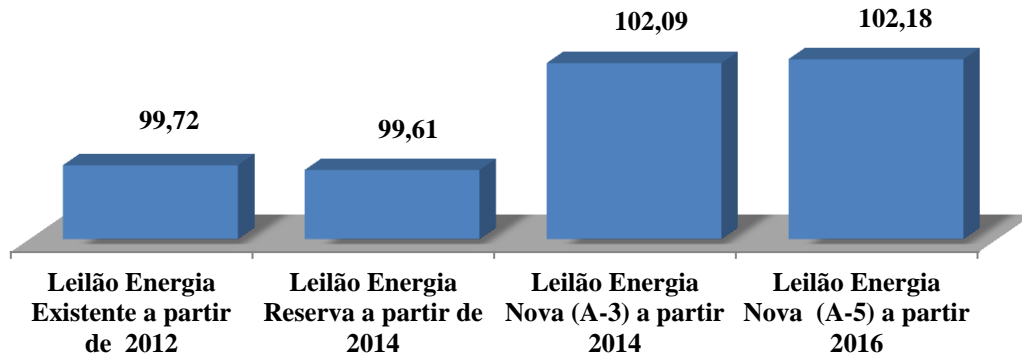
Nas figuras 13 e 14 são apresentados os resultados dos leilões de energia elétrica realizados em 2011 - Quantidade Física de Energia Elétrica e Preço Médio, respectivamente.



Fonte: SEE/DGSE/dez 2011.

Figura 18: Acréscimos anuais de quantidade física de energia elétrica, em MW médios, devido aos Leilões realizados em 2011.

Valores em R\$/MWh



Fonte: SEE/DGSE/dez 2011.

Figura 19: Preço médio da energia negociada nos leilões realizados em 2011.

Gestão de Programas e Regulamentações

As atribuições da Coordenação-Geral de Programas e Regulamentações estão relacionadas ao acompanhamento da implementação das políticas, diretrizes e orientações emanadas para o setor elétrico, avaliando seus impactos na legislação vigente, o que se faz a partir de estudos, simulações de impactos e proposições, tendo como vetores a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O desenvolvimento desta competência é marcado pela participação em audiências junto à ANEEL, Câmara dos Deputados e Senado Federal, articulações com agentes setoriais e áreas afins do MME.

Outro ponto que merece destaque é a análise de Projetos de Leis e Propostas de Emenda à Constituição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, objetivando subsidiar a atuação da Assessoria Parlamentar do MME na condução dessas matérias.

Os temas, em geral, tratam de matéria regulada pela ANEEL ou de solicitação de concessão de subsídios tarifários, tais como: transferências de ativos de iluminação pública; convocação de audiências públicas pelas distribuidoras; obrigatoriedade de postagem com antecedência de 10 dias da data do vencimento de boletos bancários, documentos de cobrança ou similares por parte das empresas dos setores públicos e privados para seus clientes; instituição de regime especial de tributação para incentivo às fontes alternativas; desconto nas tarifas de consumidores que residam em cidade onde esteja situada usina nuclear; instituição de subsídios nas tarifas de energia elétrica de instituições filantrópicas; e outras.

A atuação faz-se presente, também, nas diversas demandas oriundas da Ouvidoria do MME, de Assembleias Legislativas Estaduais, das Prefeituras dos diversos municípios da federação, de vereadores e associações.

Em 2011, o DGSE elaborou 30 Notas Técnicas distribuídas da seguinte forma: 18 relacionadas a Projetos de Lei; 1 à Proposta de Emenda à Constituição; 1 a Requerimento de Informações e 10 relacionadas a assuntos diversos.

Grupo de Trabalho “Smart Grid”

Em 2011, também merece destaque a continuidade das atividades relativas ao estabelecimento de políticas públicas para a implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente (*Smart Grid*).

Após a finalização das atividades do Grupo de Trabalho (GT) criado pela Portaria MME nº 440, de 15 de abril de 2010, o DGSE atuou na elaboração do relatório final do GT e na definição de macrodiretrizes para a construção de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente (*Smart Grid*). Para tanto, o Departamento conduziu reuniões com diversos segmentos da sociedade, como concessionárias, fabricantes, órgãos de governo, dentre outros. Definiram-se as seguintes 10 macrodiretrizes:

- I – Legislação: analisar as mudanças necessárias de forma a dar suporte às modificações introduzidas pela implantação das redes inteligentes;
- II – Sustentabilidade Econômica: apresentar soluções para tornar viável o modelo de negócio a ser implantado, observando a modicidade tarifária;
- III – Política Industrial: priorizar o conteúdo nacional, visando ao nivelamento da competição e à exportação de soluções;
- IV – Incentivos Fiscais: analisar possibilidades de tais incentivos para toda a cadeia envolvida na implantação das redes inteligentes;
- V – Fontes de Recursos: apresentar formas de financiamento para implantação das redes inteligentes, analisando o uso dos fundos setoriais para evitar impactos tarifários;
- VI – Participação do Consumidor: propor formas para disponibilização das informações e para o controle de dados de consumo, bem como estimular programas de educação e divulgação das redes inteligentes;
- VII – Comunicação: analisar as formas de uso das redes de comunicação, incentivando a adoção de protocolos abertos e públicos para todos os equipamentos, a integração com outros serviços, priorizando a segurança dos dados.
- VIII – Microgeração Distribuída: apresentar mecanismos para sua expansão, analisar a introdução de veículos elétricos na rede e o aperfeiçoamento e a flexibilização dos mecanismos de comercialização, visando ao ingresso de novos agentes;
- IX – Qualificação de Mão-de-obra: apresentar soluções para criação de programas de formação de mão-de-obra qualificada para atuar no segmento;
- X – Política de P&D: estipular as redes inteligentes como tema estratégico, incentivando o desenvolvimento de tecnologia nacional.

Ao longo do ano, o DGSE também participou de visitas técnicas à Coreia do Sul e à Grã-Bretanha. A visita à Coreia teve como objetivo participar da 1ª Reunião do Comitê Executivo do *Smart Grid Action Network (ISGAN)*, grupo de trabalho criado no âmbito do *1º Clean Energy Ministerial (CEM)*, da Agência Internacional de Energia, para estabelecer ambiente para troca de experiências dos governos de diferentes países na implantação das redes inteligentes. Nessa visita também foi possível conhecer a experiência da Coreia do Sul nessa área.

A visita à Grã-Bretanha teve como objetivo conhecer a experiência do país na implantação das redes inteligentes. Na ocasião, houve contato com órgãos de governos, associações, distribuidoras, universidade, dentre outros. Quanto à experiência inglesa, merece destaque o Fundo para Redes de Baixo Carbono, que financia pesquisas na área de tecnologias que emitem menor quantidade de carbono, dentre elas as Redes Inteligentes (*Smart Grid*).

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA - DPUE

O DPUE é responsável pelas políticas públicas de promoção da universalização do acesso e uso à energia elétrica, tendo como principal atribuição a coordenação do Programa Luz para Todos. Neste sentido, e em consonância com o estabelecido no Regimento Interno, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2011:

- Monitoramento da universalização e o encerramento do Programa Luz para Todos em vários Estados;
- Acompanhamento do cumprimento das metas de universalização estabelecidas na Resolução nº 365 da ANEEL;
- Definição de novas metas do Programa Luz para Todos para o período de 2011 a 2014;
- Estabelecimento de novos Termos de Compromisso com as distribuidoras de energia elétrica que participam da nova fase do Programa Luz para Todos;
- Análise dos dados resultantes do Censo 2010, do IBGE, para identificação da população localizada na extrema pobreza;
- Continuidade ao desenvolvimento de políticas para a implantação de sistemas de geração alternativa de energia elétrica em comunidades isoladas;
- No âmbito das comunidades isoladas, houve a definição das metas e adequação, em conjunto com a ANEEL, à legislação para viabilizar o atendimento a essa população, bem como estímulo ao uso de novas tecnologias;
- Apoio à capacitação de pessoal para o uso eficiente, seguro e produtivo da energia elétrica no meio rural;
- Apoio aos programas e projetos de promoção de uso produtivo da energia elétrica;
- Produção, publicação e distribuição de informativos com os resultados alcançados pelo Programa Luz para Todos, disponíveis no portal do MME, no endereço: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/informativos.asp>

Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos - PLpT, foi instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, com a meta de levar o acesso à energia elétrica a 2 milhões de domicílios do meio rural, até o ano de 2008. Cabe ressaltar que esta meta inicial foi alcançada em maio de 2009.

A transformação provocada no meio rural, com a chegada da energia elétrica, vem estimulando o retorno ao campo de muitas famílias que haviam procurado oportunidades nos grandes centros urbanos o que, somado ao crescimento vegetativo, estimulou um grande número de novos pedidos de ligações de energia elétrica, estimado em cerca de 1 milhão, dando origem ao Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, que prorrogou o Programa até o ano de 2010.

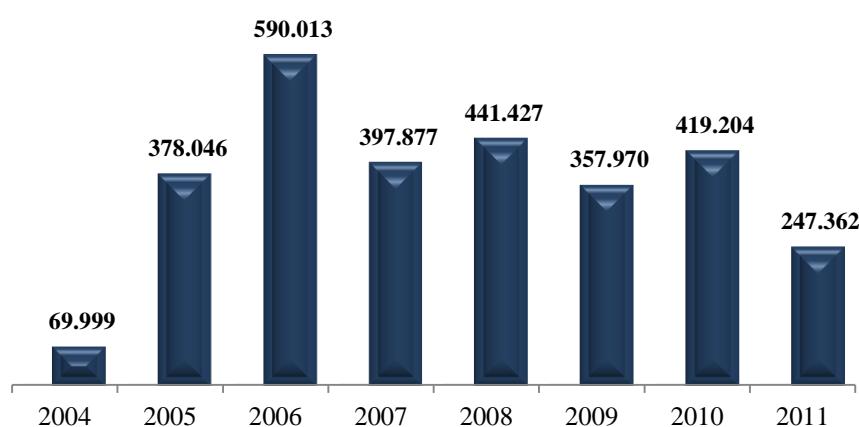
Com isso, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL reviu as metas de atendimento estabelecidas na Resolução nº 175, de 28 de novembro de 2005, que, após audiência pública, resultou na publicação da Resolução nº 365, de 19 de maio de 2009, definindo a meta de 578 mil ligações para o ano de 2010 para o Programa Luz para Todos, dos quais 419.204 foram realizadas até dezembro de 2010.

Em 5 de outubro de 2010, o Decreto nº 7.324 prorrogou o prazo de execução do Programa para dezembro de 2011, com o objetivo de garantir a finalização das ligações contratadas até 30 de outubro de 2010.

Porém, o Censo de 2010 apontou a existência de um contingente ainda sem acesso à energia elétrica, majoritariamente nas Regiões Norte e Nordeste, promovendo a publicação do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, instituindo uma nova fase do Programa, com ênfase no atendimento à população localizada na extrema pobreza.

Em 2011, o Programa atendeu a 247.862 famílias rurais, levando o benefício para mais de 1,2 milhão de pessoas. No acumulado, até dezembro de 2011, foram atendidas 2.902.398 famílias em todo o país, beneficiando mais de 14,5 milhões de brasileiros do meio rural.

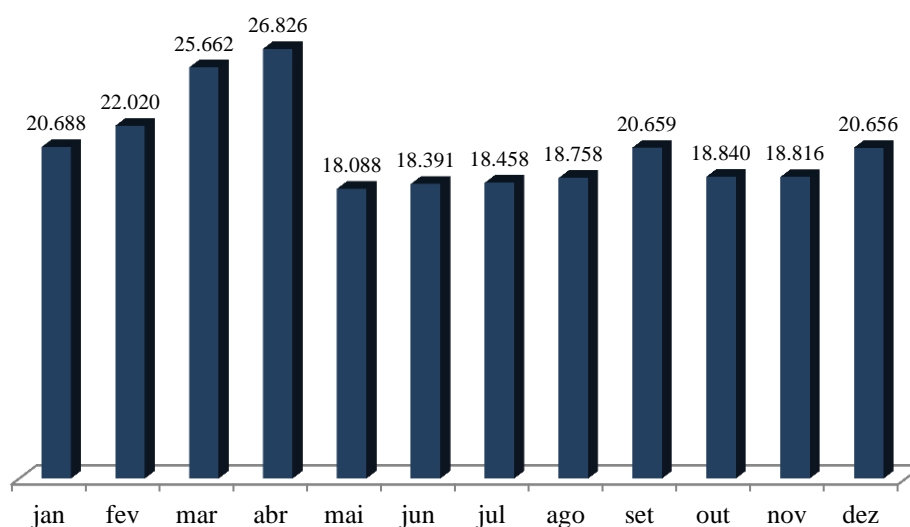
A figura 15 demonstra a evolução das ligações do Programa Luz para Todos no período de 2004 a 2011.



Fonte: SEE/DPUE/Dez.2011

Figura 20: Evolução das ligações do Programa Luz para Todos no período de 2004 a 2011.

A figura 16 apresenta a quantidade de domicílios atendidos pelo Programa, através das ligações de energia elétrica realizadas no ano de 2011.



Fonte: SEE/DPUE/Dez.2011

Figura 21: Atendimento realizado no ano de 2011 pelo PLpT

Quatro estados ultrapassaram a marca de 1 milhão de pessoas beneficiadas pelo Programa, quais sejam: a Bahia, o Pará, Minas Gerais e o Maranhão.

Em 2011, até dezembro, o Governo Federal, por intermédio da Eletrobras, assinou contratos que somam R\$ 392,3 milhões para a implementação do Programa. Além disso, liberou R\$ 1,295 bilhão para as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, decorrentes de contratos assinados no ano de 2011 e nos exercícios anteriores.

Estima-se que a execução das obras em 2011 tenha promovido a inserção de 37 mil pessoas no mercado de trabalho e foram utilizados 680 mil postes, 92 mil transformadores e 120 mil km de cabos elétricos.

Ações como a publicação do decreto que instituiu a nova fase do Programa – para 2011 a 2014 –, que evitou a desmobilização das empresas contratadas, a elaboração de contratos para 44,6 mil ligações e o emprego de materiais alternativos, como cabos subaquáticos e postes de fibra de vidro, contribuíram para que o Programa alcançasse 78% da meta estabelecida para o ano de 2011. O alcance da meta poderia ter sido maior caso não houvesse a ausência da contrapartida financeira por parte de vários governos estaduais, a inadimplência da concessionária Celg e o baixo desempenho das concessionárias da Região Norte em razão da carência de mão de obra e dificuldades logísticas para execução de obras em regiões remotas.

Sistemas Isolados

Em vista da publicação do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica -“Luz para Todos” para o período de 2011 a 2014, houve a necessidade da publicação do novo Manual de Operacionalização do Programa, para o mesmo período, anexo à Portaria MME nº 628, de 3 de novembro de 2011, contemplando todas as diretrizes contidas no referido decreto. Ainda para atender ao mesmo

Decreto, há necessidade de adequação do Manual de Projetos Especiais, cuja revisão está em andamento.

O Manual de Projetos Especiais estabelece os critérios técnicos e financeiros para o atendimento às comunidades isoladas e de difícil acesso. Dentre as opções tecnológicas, serão considerados os sistemas de geração descentralizada a partir das mini e micro centrais hidrelétricas; sistemas hidrocinéticos; usinas térmicas a biocombustíveis ou gás natural; usina solar fotovoltaica; torres eólicas para captar a força dos ventos, e sistemas híbridos. E também o emprego de cabos subaquáticos que irá atender as ilhas fluviais e oceânicas, os postes de fibra que, por flutuarem e poderem ser transportados até em canoas, vieram facilitar, em muito seu deslocamento pelos caminhos inacessíveis, principalmente da região Amazônica.

Até dezembro de 2011 foram analisados, aprovados e acompanhados pelo DPUE, 71 anteprojetos de Projetos Especiais, encaminhados por 8 Agentes Executores, dos quais, 12 já estão em operação comercial, 5 em fase final de construção, 11 estão em fase de licitação e 43 estão em análise técnica e orçamentária na Eletrobras. Os 59 Projetos Especiais que ainda não estão em operação, quando concluídos, atenderão a 4.151 unidades consumidoras e levarão o conforto da energia elétrica a 20.755 pessoas residentes em comunidades situadas nas regiões remotas dos Sistemas Isolados.

Desses Projetos Especiais destaca-se a entrada em operação comercial das 12 miniusinas solares com minirredes de distribuição, da Eletrobras Amazonas Energia, que estão em operação comercial desde julho de 2011, beneficiando 1.110 pessoas de comunidades do município de Novo Airão, no Estado do Amazonas, que passaram a usufruir dos benefícios da energia elétrica para atendimento de suas necessidades básicas de iluminação, refrigeração e comunicação.

Ainda no ano de 2011, foi publicada a Portaria MME nº 493, de 23 de agosto de 2011, que estabeleceu regras específicas para aplicação da Lei nº 12.111/2009 nos sistemas isolados e regiões remotas, e o Decreto nº 7.656, de 23 de dezembro de 2011, que alterou o Decreto nº 7.520/2011, possibilitando a inclusão dos contratos não concluídos até 31 de dezembro de 2011 no Programa Luz para Todos, para o período de 2011 a 2014.

Ações Integradas

Visando otimizar as oportunidades geradas pelo acesso à energia elétrica, o Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos estabelece como um de seus objetivos integrar-se “aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos estados para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada.”

Para atingir esse objetivo a Secretaria de Energia Elétrica desenvolve grande esforço de negociação de parcerias para celebrar diversos instrumentos de transferência voluntária que são, por sua vez, monitorados ao longo de sua implementação pela equipe do DPUE.

O objetivo das Ações Integradas do Programa Luz para Todos é que a energia elétrica utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda e contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. O Programa vem apoiando a criação de Centros Comunitários de Produção – CCPs – constituídos de pequenas agroindústrias que utilizam equipamentos eletrorrurais para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, tais como: resfriamento de leite, em sua maioria;

produção de rapadura, açúcar mascavo e doces de frutas; criação de pequenos animais; artesanato; confecção; entre outros.

No exercício de 2011 não foram apoiados novos projetos, porém até 2011, foram apoiados projetos que beneficiaram cerca de 25.000 famílias. Além dos CCPs, outros projetos como os de perfuração e instalação de 73 poços tubulares favoreceram 1.936 famílias. Em 2011, a prioridade foi o acompanhamento e monitoramento dos projetos implantados.

Programa de Desenvolvimento de Estados e Municípios – Prodeem

Instituído por Decreto de 27 de dezembro de 1994, o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem) integra os Programas Finalísticos do Governo - Plano Plurianual 2008-2011 - Programa 0273 – Luz Para Todos – Projeto 1379: Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional.

O Prodeem tem por objetivo governamental implantar uma infraestrutura integradora do território nacional e por objetivo setorial contribuir para garantir o acesso e uso da energia elétrica em localidades não supridas pelas concessionárias de distribuição, dentro do ambiente regulado.

O Programa teve caráter pioneiro, tanto no sentido da universalização do atendimento quanto na utilização de fonte renovável em estágio de desenvolvimento tecnológico incipiente, difundindo novas tecnologias de geração de energia elétrica descentralizada, com foco no desenvolvimento econômico e social das regiões mais isoladas do país.

A implementação desta política pública ocorreu entre os anos de 1996 a 2002. Como resultado, o Programa instalou o equivalente a 5 MW de energia, em aproximadamente 7.000 comunidades, atendendo aproximadamente 400 mil pessoas, com ações nas mais longínquas comunidades isoladas em um país de regiões territoriais heterogêneas.

O MME acolheu as recomendações e determinações do TCU emanadas em virtude de uma auditoria de natureza operacional. A partir do acervo técnico-documental do Prodeem, em 2004, o MME adotou um roteiro de trabalho para a revitalização do Programa, mas visando a integração do Prodeem ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia – Luz para Todos, com a subsequente transferência dos ativos à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, atribuição das concessionárias e permissionárias regularmente estabelecidas.

O movimento ministerial no cumprimento deste objetivo – reestruturação, sustentabilidade e integração do Prodeem ao Programa Luz para Todos – consistiu no lançamento do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem – PRC/Prodeem, que vem sendo executado desde 2005, tendo por principais atividades o levantamento, o diagnóstico e a recuperação dos sistemas existentes.

A implementação do PRC/Prodeem é coordenada pela SEE/MME, com a participação executiva das empresas federais, assim estruturadas por área da abrangência: (i) Eletronorte: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; (ii) CHESF: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; (iii) Furnas: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; e (iv) Eletrosul: Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na definição do escopo dos serviços de cada empresa foi utilizada a base de dados conhecida à época, final do ano de 2003, e, portanto, baseada e fundamentada em um mapeamento precário, sem

fidelidade quanto ao número de equipamentos e de suas localizações. Sendo assim, os números de sistemas que deveriam ser revitalizados foram estimados, considerando que o processo de revitalização seria dinâmico.

Somente ao final do PRC é que se teria um quadro fiel do inventário desses equipamentos. Assim, incluindo os aditivos aos convênios em que foram aumentadas as quantidades iniciais com a CHESF e Furnas, nos quais foram incluídos os sistemas da Fase V instalados nas áreas dessas empresas, estão conveniados 5.712 sistemas fotovoltaicos, sendo: 2.043 com a Eletronorte, 2.578 com a CHESF, 771 com Furnas e 320 com a Eletrosul.

Durante a execução do PRC/Prodeem na Região Geométrica da Eletrosul, foram localizados 16 sistemas a mais que os inicialmente conveniados, e a CHESF trabalhou 3 a mais no Estado do Piauí, que somados aos 5.712 (cinco mil setecentos e doze) conveniados para revitalização, perfazem um total de 5.731 (cinco mil setecentos e trinta e um) sistemas.

A Eletronorte tem também sob sua responsabilidade 582 sistemas que foram conveniados para instalação, totalizando então 2.625 sistemas do Prodeem em sua Região Geométrica.

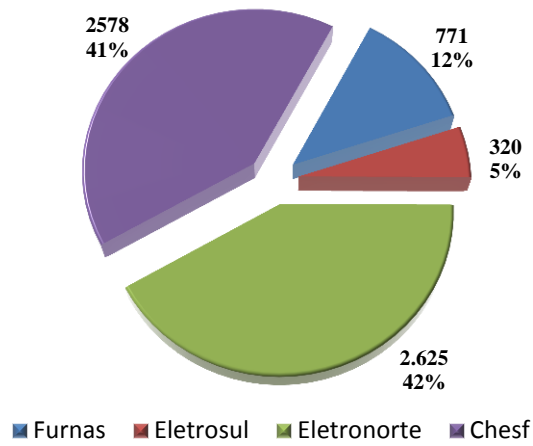
Importa destacar que a Eletrosul, a CHESF e Furnas concluíram os trabalhos de revitalização dos sistemas que estão sob suas responsabilidades e que a Eletronorte falta concluir alguns sistemas localizados nos estados do Pará, Amazonas e Acre.

Tabela L: Síntese da situação de sistemas do Prodeem por área

Sistemas	Furnas	Eletrosul	Eletronorte	Chesf	Total
A trabalhar			608		608
Trabalhados	771	336	1714	2581	5402
Conveniados	771	320	2625	2578	6294
Extraviados	124	84	403	1353	1964
Armazenados	449	214	511	653	1827
Instalados	192	38	1103	575	1908

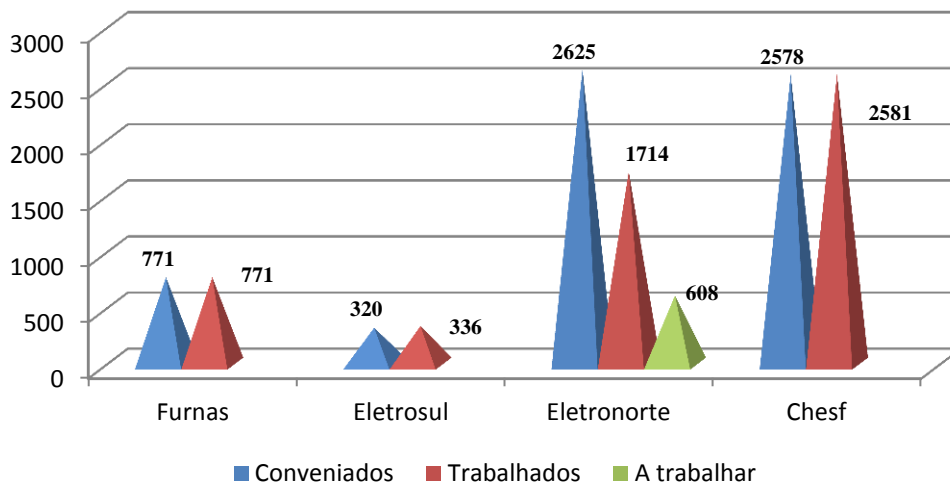
Fonte: SEE/DPUE/Prodeem/Dez/2011

Sistemas Conveniados



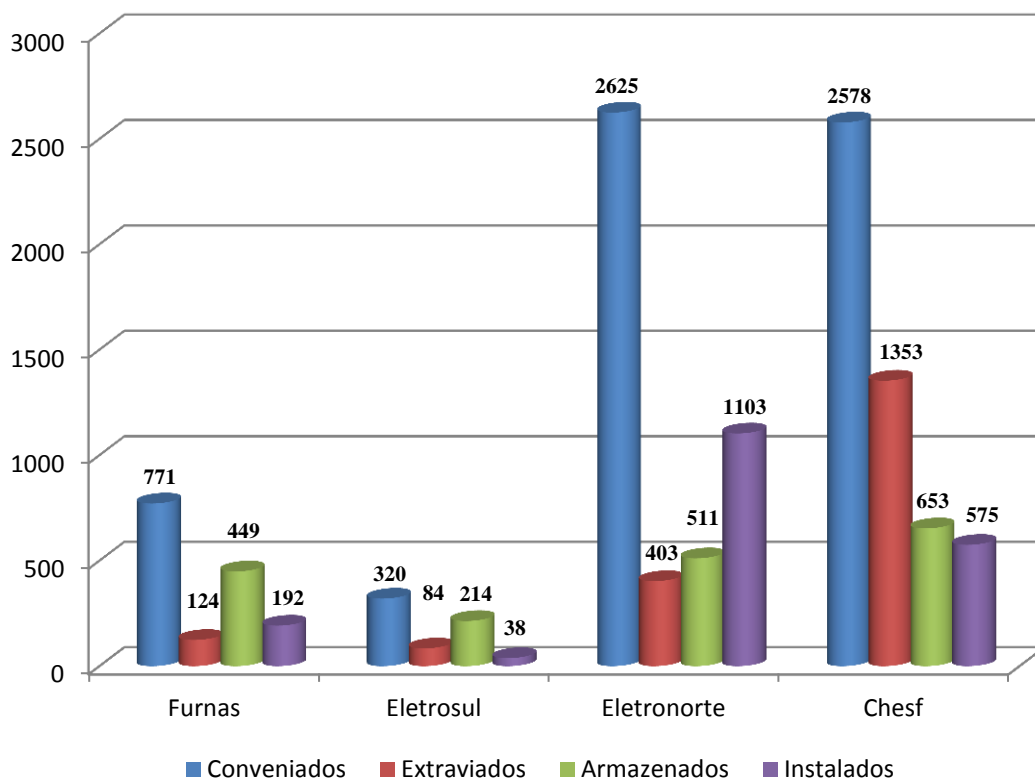
Fonte: SEE/DPUE/Prodeem/Dez/2011

Figura 22: Totalidade dos sistemas conveniados no âmbito do Prodeem



Fonte: SEE/DPUE/Prodeem/Dez/2011

Figura 23: Comparativo dos sistemas conveniados e trabalhados



Fonte: SEE/DPUE/Prodeem/Dez/2011

Figura 24: Comparativo da situação dos sistemas por região

No ano de 2011, foram realizadas 429 inspeções em sistemas do Prodeem, incluindo três em mini-usinas hidrelétricas, conforme demonstrado na tabela VI. Essas inspeções contaram com a colaboração de três consultores, cujos respectivos produtos foram agrupados aos processos de cada convênio. Essa ação possibilitou o aumento de três vezes o inspecionado em 2010. Importa destacar que foram 348 sistemas inspecionados em 2009 e 143 em 2010.

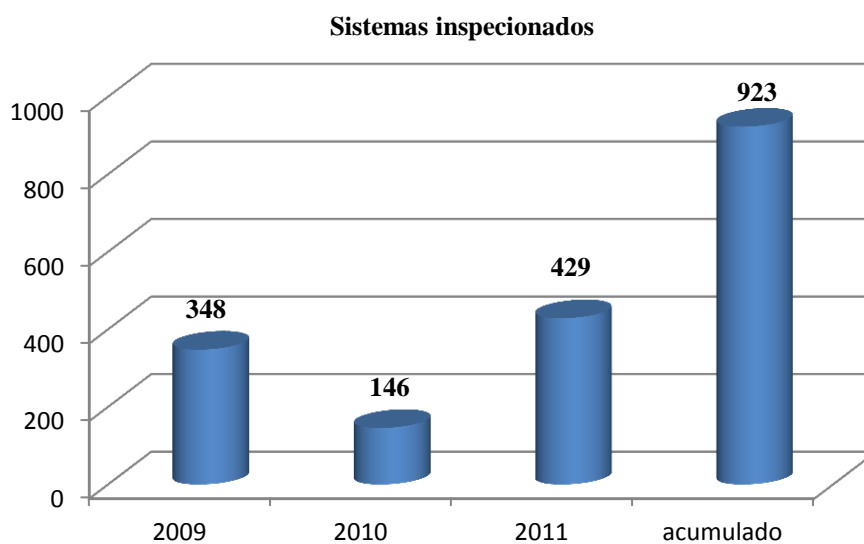
Tabela LI: Sistemas monitorados por estado

ESTADO	PERÍODO	INSPEÇÕES
Sergipe	01/05 a 30/05/2011	10
Bahia	01/05 a 30/05/2011	37
Goiás	01/06 a 15/07/2011	14
Minas Gerais	01/06 a 15/07/2011	10
Alagoas	01/03 a 15/04/2011	08
Pernambuco	01/03 a 15/04/2011	05
Rio Grande do Norte	01/03 a 15/04/2011	05
Paraíba	01/03 a 15/04/2011	07
Tocantins	01/04 a 15/05/2011	21
Maranhão	01/04 a 15/05/2011	16
Mato Grosso	01/06 a 15/07/2011	19
Rondônia	01/06 a 15/07/2011	13
Rio Grande do Sul	07/08 a 13/08/2011	03
Acre	20/08 a 03/09/2011	36
Amapá	29/08 a 01/09/2011	36

Maranhão	22/08 a 03/09/2011	32
Roraima	25/09 a 29/09/2011	17
Piauí	17/10 a 26/10/2011	33
Pará	30/10 a 11/11/2011	36
Amazonas	20/11 a 01/12/2011	46
Espírito Santo	07/11 a 09/11/2011	08
Rio de Janeiro	09/11 a 11/11/2011	05
São Paulo	21/11 a 25/11/2011	12
Total do ano		429

Fonte: SEE/DPUE/Prodeem/Dez/2011

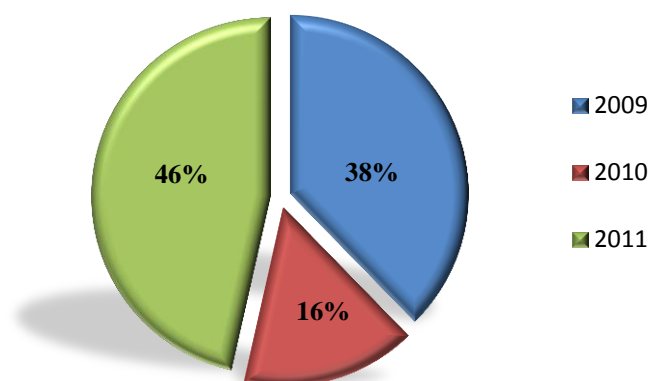
As figuras 20 e 21 a seguir demonstram a distribuição de sistemas inspecionados em números absolutos e percentualmente, no triênio 2009/2011, no total de 923 sistemas:



Fonte: SEE/DPUE/Prodeem/Dez/2011

Figura 25: Sistemas inspecionados no último triênio

Percentuais do triênio
(sobre o total de 923)



Fonte: SEE/DPUE/Prodeem/Dez/2011

Figura 26: Comparativo de inspeções de sistemas no último triênio

b.II) Análise do Plano de Ações

Durante o ano de 2011, os seguintes planos de ação foram desenvolvidos pelos Departamentos da SEE, com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria de Energia Elétrica e do Ministério de Minas e Energia.

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Monitorar o Sistema Elétrico Brasileiro, com foco na segurança eletro-energética, garantindo a confiabilidade, segurança, continuidade e qualidade da energia fornecida aos consumidores finais.

PLANO DE AÇÃO: 001 – Monitorar a Expansão da Geração

COMENTÁRIOS:

Esse Plano envolve a realização de 12 reuniões mensais de monitoramento da expansão da geração, inspeções técnicas em campo dos empreendimentos de geração em construção no País, reuniões com os empreendedores de usinas vencedores dos leilões realizados em 2010, e monitoramento das obras do PAC.

Todas as 12 reuniões mensais de monitoramento foram realizadas. Com os novos empreendedores de expansão da geração foram realizadas 25 reuniões no ano, e visitados 54 empreendimentos de geração de energia elétrica em construção em todo o País, envolvendo hidrelétricas, termelétricas e usinas eólicas. O DMSE elaborou material de subsídio e monitoramento para as obras do PAC e participou de todas as reuniões da sala de situação e de balanço do PAC.

PLANO DE AÇÃO: 002 – Aperfeiçoamento do processo de monitoramento dos empreendimentos de geração.

COMENTÁRIOS:

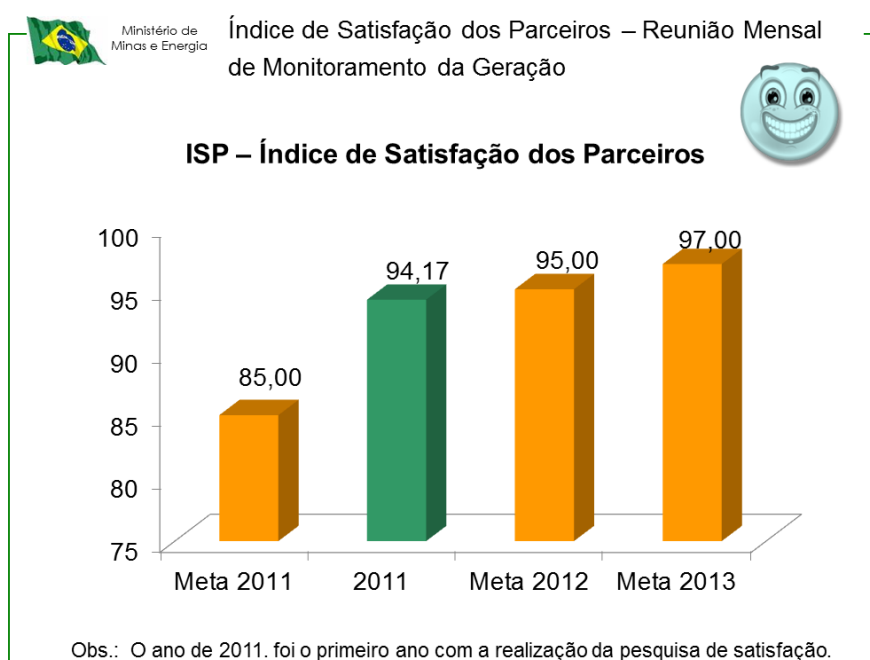
01.01 - Aprovado o processo de avaliação dos empreendimentos de geração.

01.02 - Aperfeiçoada a reunião de monitoramento dos empreendimentos de geração

Em abril de 2011, foi aprovada e aplicada a pesquisa de satisfação dos parceiros (Secretarias do MME, ANEEL, ONS, EPE e CCEE) em relação à importância e qualidade da reunião de monitoramento dos empreendimentos de geração.

Em maio de 2011, foram compilados os resultados da referida pesquisa de satisfação. Destaca-se a criação do indicador denominado Índice de Satisfação dos Parceiros (ISP) no qual o resultado consolidado superou a meta estabelecida para o ano de 2011, conforme apresentado na figura 22.

Em julho de 2011, foram implementadas melhorias com intuito de aperfeiçoar o processo de monitoramento da expansão da oferta de geração, com base no resultado da pesquisa de satisfação aplicada em abril de 2011. Foi elaborado plano de ação para melhorar os processos, cujo objetivo é a melhoria contínua e a superação das metas dos anos subsequentes, conforme apresentado no item “Geração de Energia Elétrica”.



Fonte: SEE/DMSE/dezembro/2011

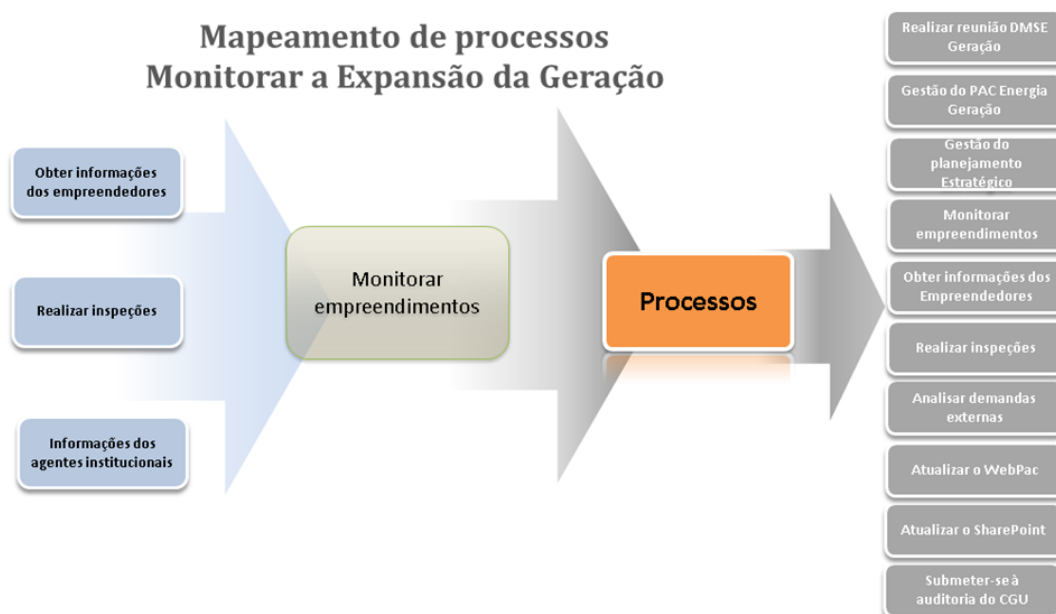
Figura 27: ISP: Índice de Satisfação dos Parceiros

01.03 - Elaborado, em junho de 2011, padrão dos itens de trabalho necessários ao monitoramento dos empreendimentos de geração.

01.04 - Elaborado, em junho de 2011, o mapeamento de processos da área.

Com o mapeamento de processos da área, apresentado na figura 23, foi possível aperfeiçoar os processos conduzidos pela Coordenação Geral da Geração identificando todos os parceiros - por meio da cadeia “cliente-fornecedor”, principais entradas e saídas, recursos e suportes necessários para o monitoramento da expansão da oferta de geração.

Foram identificados no mapeamento 10 (dez) processos conduzidos pela CGEG, dentre os quais destacam-se: monitorar e avaliar os empreendimentos de geração - acompanhados pelo DMSE - com as informações obtidas por cada agente institucional do Setor Elétrico (MME, ANEEL, CCEE, ONS e EPE) e empreendedores; consolidar as informações para o PAC – Energia; elaborar e acompanhar o planejamento estratégico; realizar inspeções técnicas nos empreendimentos em construção; analisar demandas externas; atualizar os sistemas de informações relativo à expansão da geração; e submeter-se a auditorias.



Fonte: SEE/DMSE/dezembro/2011

Figura 28: Mapeamento de processos – Expansão da Geração

PLANO DE AÇÃO: 003 – Monitorar a Expansão do Sistema de Transmissão

COMENTÁRIOS:

Esse Plano envolve a realização de 11 reuniões mensais de monitoramento da expansão da transmissão, reuniões com os empreendedores que tiveram contratos de concessão assinados em 2010 e 2011, e monitoramento das obras do PAC.

Foram realizadas todas as 11 reuniões mensais de monitoramento, assim como 17 reuniões com os novos empreendedores de expansão da transmissão. Assim como no caso da expansão da geração, o DMSE elaborou material de subsídio e monitoramento para as obras do PAC e participou de todas

as reuniões da sala de situação e de balanço do PAC. Além disso, realizou 5 reuniões do subgrupo específico para monitoramento do Sistema de Interligação das usinas do Madeira e 2 do subgrupo para monitoramento do Sistema Tucuruí-Macapá-Manaus.

PLANO DE AÇÃO: 004 – Aperfeiçoamento do processo de monitoramento dos empreendimentos de transmissão

COMENTÁRIOS:

Foi adotada, para cumprimento dessa meta, a sistemática de se realizar reuniões regulares com empreendedores visando a identificação de entraves que possam causar atrasos na entrada em operação dos empreendimentos de transmissão e, conseqüentemente, medidas a serem tomadas com o objetivo de mitigar os atrasos. Nesse sentido foram realizadas 17 reuniões com empreendedores em 2011.

Foi concluída e aprovada em reunião de apresentação pelo Diretor do Departamento a documentação dos procedimentos que deverão ser adotados no Plano de Ação. Esses procedimentos deverão ser consolidados em uma Nota Técnica específica, ação prevista para 2012.

Continua em andamento, já em fase final, com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2012, o diagnóstico e análise dos processos de monitoramento dos empreendimentos de transmissão, visando a validação do sistema adotado atualmente, e identificando as oportunidades de melhorias. Faz parte dos procedimentos de avaliação desse processo a realização de reuniões e sessões de “brainstorming” com os colaboradores, incentivando-os a apresentar e debater ideias e sugestões para as melhorias do processo. Com os resultados dessa avaliação está sendo elaborado Relatório com a descrição de propostas de melhorias para esse processo.

PLANO DE AÇÃO: 005 – Aperfeiçoamento do processo de monitoramento do desempenho do Sistema Elétrico

COMENTÁRIOS:

Após a implementação em testes, aprovação e documentação de procedimentos, as atividades relativas à elaboração dos boletins diário e mensal de monitoramento do sistema foram definidas também como atividades de rotina. Em 2011 foram emitidos 325 boletins diários de monitoramento, e 12 boletins mensais, com as principais informações da expansão e do desempenho do sistema eletroenergético brasileiro. Estes últimos são publicados no site do MME sistematicamente.

Foram também convertidas em atividades contínuas as ações de analisar as perturbações relevantes no sistema elétrico, e acompanhar as reuniões do Programa Mensal de operação – PMO, realizadas no Operador Nacional do Sistema Elétrico, no Rio de Janeiro. Em 2011 a participação nas reuniões do PMO foi temporariamente suspensa, em consequência dos cortes orçamentários, prejudicando a elaboração mensal da Resenha do PMO pelo DMSE.

Com relação ao acompanhamento das perturbações relevantes no sistema elétrico, outra atividade de rotina do DMSE, foram realizados ajustes de procedimentos em 2011, com a participação do DMSE nas reuniões de análise das ocorrências mais relevantes, e conseqüente acompanhamento da elaboração dos informativos operacionais, e das recomendações do RAP, elaborando, quando necessário, Notas Técnicas para o MME.

Outra atividade continuada em 2011 foi a participação nas reuniões do GTSEM, cabendo ao DMSE geralmente os subsídios para análises técnicas específicas e a elaboração de Notas Técnicas. Essa ação deverá ter continuidade em 2012.

PLANO DE AÇÃO: 006 – Aprimorar sistema de gestão de informação

COMENTÁRIOS:

Ações desenvolvidas:

01.01 - Concluído o desenvolvimento do STGE – Sistema Transacional de Geração de Energia.

Em abril de 2011, foram homologadas as versões 8.0 e 9.0. Em maio de 2011, o STGE foi colocado em produção na Reunião de Monitoramento da Geração. Em junho de 2011, foram cadastrados novos empreendimentos dos últimos leilões (leilões de 2011) e atualizados os dados, bem como solicitadas implementações de melhorias no sistema.

01.02 - Otimizar as pastas do *Sharepoint* da CGEG.

Em julho de 2011, foram padronizadas e otimizadas as pastas do servidor corporativo *Sharepoint* de modo a aprimorar a transparência, a facilidade e a gestão da informação e do conhecimento da CGEG.

PLANO DE AÇÃO: 007 – Fortalecimento do quadro funcional do DMSE

COMENTÁRIOS:

Em agosto de 2011 foi elaborada a Nota Técnica nº 33/2011-DMSE/SEE- MME com o objetivo de se obter um diagnóstico da equipe DMSE para carga de trabalho, e apresentar uma proposta de estrutura à SEE. Essa avaliação concluiu que boa parte dos processos do DMSE seriam seriamente comprometidos, com a saída dos colaboradores que haviam sido selecionados pelo concurso da ANEEL de 2010, e que pelo menos essa mão de obra deveria ser reposta no quadro de pessoal do DMSE. Entretanto, em 2011 foi possível incorporar somente 4 novos analistas de infraestrutura aprovados pelo concurso de 2010 no quadro do DMSE.

Com relação a treinamento, foi definida uma meta para 2011 de treinar toda a equipe de analistas de infraestrutura do DMSE, com pelo menos 80 horas para cada novo integrante. Essa meta foi plenamente alcançada. Os principais cursos realizados no ano foram: “Curso de Noções de Projetos de Usinas Termonucleares”; “Curso de Aspectos Básicos de Transmissão de Energia Elétrica em Corrente Contínua”; “Curso de Licenciamento Ambiental para servidores”. Além desses cursos, os técnicos do DMSE participaram de diversos seminários e encontros técnicos realizados no MME, destacando-se: “Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica”; “Emprego de Recursos Hídricos - Modelo de Simulação e Custo da Água”; “Políticas Públicas - Formação das Agendas Públicas”; “Geração de Energia Hidrelétrica”; “Obras de Infraestrutura do SIVAM”; “Planejamento Estratégico da Secretaria de Energia Elétrica (SEE)”; “Planejamento Estratégico de Médio Prazo”; “Metodologia para Cálculo de Garantia Física de Usinas Hidrelétricas e Termelétricas”; “UTE-Termoverde - Termoelétrica a BIOGÁS - Salvador – BA”; “Integração Sistemas Isolados ao SIN – Responsabilidades das Concessionárias de Distribuição”; “Leilões de Energia 1ª Parte (teoria, estruturação e especificidades)”; “Recuperação e Repotencialização de uma MCH em um Pelotão de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira”; e “Leilões de Energia 2ª Parte do Encontro sobre Leilões de Energia”.

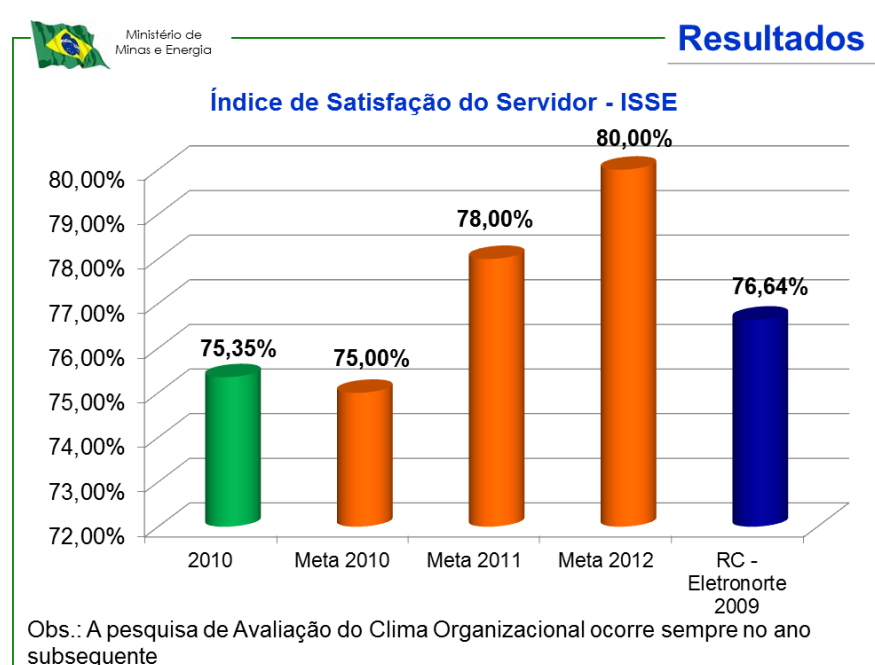
PLANO DE AÇÃO: 008 - Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento, aprendizado contínuo e harmonia interpessoal

COMENTÁRIOS:

Ações desenvolvidas:

Em maio de 2011, foi aplicada avaliação do clima organizacional aos servidores da CGEG. Essa pesquisa propiciou uma discussão a respeito do ambiente de trabalho visando a criação de um ambiente favorável, valorizando as pessoas.

Em junho de 2011, foram compilados os resultados da avaliação do clima organizacional. Em julho de 2011, foi elaborado plano de ação para melhorar o clima organizacional, com o objetivo de atingir as metas para os anos subsequentes, conforme apresentado na figura 24.



Fonte: SEE/DMSE/dezembro/2011

Figura 29: ISSE: Índice de Satisfação do Servidor da CGEG.

PLANO DE AÇÃO: 009 – Fortalecer a participação e atuação do DMSE em Grupos de Trabalho, Comissões e Fóruns Técnicos

COMENTÁRIOS:

Em 2011 os principais fóruns novos que exigiram a participação do DMSE foram o Grupo de Trabalho específico para monitoramento das obras do sistema elétrico para a COPA 2014, e Grupo de Trabalho para avaliação do suprimento ao estado de Roraima, criado pela Portaria MME nº 14/2011, de 18 de janeiro de 2011.

Com relação ao GT-Copa, o DMSE coordenou atividades de expansão e monitoramento do Setor Elétrico, e realizou 31 reuniões com os agentes setoriais e outras instituições de governo, no decorrer do ano. Esse trabalho deve continuar em 2012, com o monitoramento de 152 obras nos sistemas de distribuição de energia elétrica nas cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014.

Em relação ao GT-Roraima os trabalhos foram concluídos em 2011, com a emissão do Relatório Final pelo Grupo e apresentação dos resultados ao CMSE.

Além desses grupos de trabalhos, o DMSE continuou, em 2011, sua participação nas comissões de Recursos Hídricos, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional, de proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, coordenada pelo GSI-PR, e do Grupo de Trabalho de Infraestruturas Críticas de Energia, coordenado também pelo GSI-PR.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SETOR ELÉTRICO - DGSE

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer a continuidade dos benefícios da modicidade tarifária aos consumidores finais.

PLANO DE AÇÃO: 001 – Fortalecimento do quadro funcional do DGSE.

COMENTÁRIOS: Conforme disposto no Plano de Ações do DGSE, essa ação estava dividida em 2 atividades. A primeira, avaliar o dimensionamento do corpo funcional do DGSE, tinha como meta obter o diagnóstico da carga de trabalho para 100% dos membros da equipe DGSE e seu indicador mensurava o percentual da equipe avaliada. No escopo dessa atividade, ao longo do ano finalizou-se o dimensionamento do corpo funcional do departamento. Dessa forma, o indicador dessa atividade atingiu o valor de 100%.

A segunda atividade, elaborar e executar o plano de capacitação possuía a meta de treinar a equipe do DGSE em 960 horas no ano de 2011 e seu indicador visava a elucidar o número de horas/homem de treinamento do Departamento por ano. Para essa atividade, ainda no primeiro quadrimestre foi concluída a elaboração do Levantamento da Necessidade de Treinamento. Também nesse período foram verificados os treinamentos existentes no mercado. Até o final do primeiro semestre elaborou-se o plano de capacitação.

Apesar de não ter sido totalmente alcançado o Plano de Capacitação, ao longo de 2011 a equipe do DGSE realizou diversos treinamentos, totalizando 728 horas. Destaca-se nestes, o curso de inglês ministrado no MME duas vezes por semana, do qual fizeram parte 7 membros da equipe em 2011.

Considerando uma equipe composta de 11 membros, o indicador dessa atividade atingiu o valor 66,18 horas/homem.

PLANO DE AÇÃO: 002 – Modernização dos processos finalísticos e de gestão do Departamento.

COMENTÁRIOS: Esta ação estava dividida em 2 atividades. A primeira, planejar e executar as reuniões setoriais, tinha como meta realizar 100% das reuniões setoriais planejadas e seu indicador era o percentual de realização das reuniões setoriais planejadas. Para esta atividade, no início do ano planejou-se a execução de 12 reuniões setoriais. Até o final do ano todas as reuniões programadas foram realizadas, assim o indicador dessa atividade atingiu 100%.

Para a segunda atividade, mapear os processos do departamento, ficou definida a meta de obter 100% dos processos do DGSE mapeados e o indicador “Percentual dos processos do DGSE mapeados”. Com vistas ao atingimento da meta, no primeiro semestre de 2011 foram levantados os dados para elaborar o diagrama da cadeia cliente-servidor. Todavia, houve dificuldades para finalização do trabalho e não houve mapeamento efetivo de nenhum processo, resultando em um indicador de 0%.

PLANO DE AÇÃO: 003 – Desenvolvimento e implementação de políticas e procedimentos visando à adequada formação da tarifa de energia elétrica para promover o fortalecimento dos benefícios da modicidade tarifária.

COMENTÁRIOS: Esta ação estava dividida em 3 atividades. Para a primeira, elaborar estudos sobre impacto da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), proporcionado após a conclusão da interligação Manaus/Macapá, Decretos nº 7.246, de 28 de julho de 2010, e nº 7.355/10, de 5 de novembro de 2010, estava traçada a meta de apresentar planilha e Nota Técnica sobre o impacto da CCC e o indicador “Nota Técnica e planilha apresentadas”. A realização da atividade ficou prejudicada pela não disponibilidade de dados, uma vez que interligação ainda não foi efetivada.

A segunda atividade, acompanhar os estudos de impacto, a ser realizado pela ASSEC (Assessoria Econômica do MME), da arrecadação de tributos nos Estados do Amazonas e Amapá, tinha como meta apresentar a Nota Técnica sobre o impacto da arrecadação de tributos nesses dois Estados e como indicador “Nota Técnica apresentada”. A realização da atividade ficou prejudicada pela não disponibilidade de dados, uma vez que interligação entre Manaus e Macapá não foi efetivada.

A terceira atividade, elaborar estudos sobre uso da CDE, considerando entrada de recursos e aplicações – tarifa social, LpT e carvão mineral, tinha como meta apresentar planilha e Nota Técnica sobre o uso da CDE e indicador “Nota Técnica e planilha apresentadas”. Uma vez que o ano de 2011 foi marcado por um período de transição quanto à nova Tarifa Social de Energia Elétrica, nova fase do Programa Luz para Todos e início da operação da Usina Candiota III, não foi possível levantar dados consolidados e a realização dessa atividade foi comprometida.

PLANO DE AÇÃO: 004 – Desenvolver políticas e mecanismos visando incentivar a implantação das Redes Inteligentes de Energia – *Smart Grid*.

COMENTÁRIOS: Esta ação continha 1 atividade, participar na elaboração da minuta de portaria do MME para a criação de Grupo de Trabalho (GT) para continuação dos estudos sobre *Smart Grid* e participar das atividades do grupo, cuja meta era realizar 15 reuniões com integrantes do GT e o indicador era “Percentual de reuniões realizadas”. O DGSE preparou a documentação para criação do GT, mas não houve deliberação quanto à criação do grupo. O indicador dessa atividade ficou em 0%.

PLANO DE AÇÃO: 005 – Manter no MME informações relevantes sobre as tarifas de energia elétrica aplicadas no Brasil, de maneira que subsidiem decisões no âmbito governamental.

Esta ação continha 1 atividade, dar continuidade às edições do Informativo Tarifário, cuja meta era Publicar 3 edições do Informativo Tarifário e o indicador era “Percentual de informativos publicados”. Em dezembro de 2011 o DGSE apresentou a 3ª Edição do Informativo Tarifário do ano, atingindo a meta estabelecida. O indicador dessa atividade totalizou 100%.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA - DPUE

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar a Universalização da Energia Elétrica, em consonância com as Políticas Sociais do Governo Federal.

Missão do Departamento: Atuar no processo da implementação do acesso à energia elétrica a todos os cidadãos brasileiros que vivem no meio rural. O Departamento tem como principal atribuição coordenar o Programa Luz para Todos.

Meta do Programa Luz para Todos para 2011: Realizar 317.854 ligações no meio rural, referente ao saldo da meta estabelecida pela Resolução nº 365/2009-Aneel. Foram executadas 247.862 ligações, representando 78%.

Tabela LII: Comparativo das ligações realizadas em 2010 com as previstas para o mesmo ano por região geográfica

REGIÕES GEOGRÁFICAS	LIGAÇÕES REALIZADAS 2011	PREVISÃO DE LIGAÇÕES (2011)	PERCENTUAL DE REALIZAÇÕES (%)
NORTE	70.860	151.853	47
NORDESTE	102.102	121.226	84
SUDESTE	51.160	10.497	487
SUL	8.652	4.874	178
CENTRO-OESTE	15.088	29.304	51
TOTAL	317.854	317.854	78

Fonte: SEE/DPUE/ Dez.2011

As principais dificuldades para o cumprimento da meta do Programa Luz para Todos para o ano de 2011 foram:

- A) Ausência da contrapartida financeira por parte de vários Governos Estaduais comprometendo sobremaneira o cumprimento das metas;
- B) Inadimplência da concessionária CELG. Fato que comprometeu 7.800 ligações no Estado de Goiás;
- C) Baixo desempenho das concessionárias da região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas;
- D) Carência de mão de obra especializada em vários Estados;
- E) Atraso na entrega de materiais por parte dos fornecedores; e
- F) Chuvas intensas nas regiões Norte e Nordeste.

As principais ações desenvolvidas que permitiram a realização de 78% da meta estabelecida foram:

- A) Instituição de nova fase do programa, por meio da edição do Decreto nº 7.520/11, para o período de 2011 a 2014. Esta ação evitou a desmobilização das empresas contratadas;
- B) Reuniões de acompanhamento da gestão, junto aos Agentes Executores, CGEs, Governos Estaduais;

- C) Elaboração e aprovação de contratos representando 44,6 mil ligações e investimentos de R\$ 392,3 milhões no ano de 2011;
- D) Os postes de fibra de vidro, cabos subaquáticos e a geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativa continuam sendo implementados para aumentar o ritmo e escala de atendimento, em especial na Região Amazônica;
- E) Ainda no âmbito de prestação de informações à população, o Programa possui uma área de recepção de solicitações sobre o andamento de demandas com vistas a esclarecer ao interessado sobre a situação do seu pedido de ligação.j

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade

A SEE é responsável pela gestão dos programas finalísticos do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 referente à Energia, sendo eles: “1042 - Sistemas Isolados”; “0297 - Região Norte”; “0294 - Região Nordeste”; “0296 - Regiões Sudeste e Centro Oeste”; “0295 – Região Sul”; e “0273 - Luz para Todos”. Estes programas, no geral, têm como objetivo atender às necessidades de energia elétrica das diversas regiões do País, e contemplam ações relacionadas com a expansão da geração (construção de usinas hidrelétricas e termelétricas), transmissão (construção de linhas e subestações) e universalização do atendimento de energia elétrica no meio rural.

As ações dos programas são executadas por empresas federais, como Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, Centrais Elétricas do Sul do Brasil - Eletrosul e outras, além das distribuidoras federalizadas, Centrais Elétricas de Rondônia – CERON, Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Companhia Energética de Alagoas - CEAL e Cia Energética do Piauí - CEPISA. Além destas empresas, boa parte das ações é executada por entidades privadas, as quais são denominadas, no âmbito do PPA, de ações não-orçamentárias. No programa finalístico “0273 - Luz para Todos”, composto por 10 ações, existem 3 ações com destinação de recursos orçamentários da União.

A tabela VIII mostra que, das 281 ações que compõem os Programas de Energia nas Regiões e Luz para Todos, 107 ações, ou seja, 38% são de agentes privados, portanto sem participação no orçamento da União.

Tabela LIII: Distribuição das ações por Programas do PPA coordenados pela SEE

Programa	Tipo da Ação				Total
	Não Orçamentário (9)	Orçamentário			
		Projeto (1,3,5,7)	Atividade (2,4,6,8)	Operação Especiais (0)	
1042 - Energia nos Sistemas Isolados	1	18	16	0	35
0297 - Energia na Região Norte	20	7	5	0	32
0294 - Energia na Região Nordeste	43	16	12	0	71

0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	49	20	13	0	82
0295 - Energia na Região Sul	25	20	6	0	51
0273 - Luz para Todos	7	1	2	0	10
Total	145	82	54	0	281

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

A tabela IX mostra a distribuição das ações orçamentárias por empresas e órgãos da Administração Pública.

Tabela LIV: Distribuição das ações orçamentárias por empresas e órgãos da Administração Pública

Empresa	Sistemas Isolados	N	NE	SE-CO	S	LpT	Total Empresa
Ministério de Minas e Energia	1	0	0	0	0	3	4
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	0	-	-	-	1	1	2
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE	3	8	4	0	-	-	15
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	4	-	-	-	-	1	5
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	6	-	-	-	-	1	7
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	5	-	-	-	-	1	6
Manaus Energia S.A. - MANAUSENERGIA	16	-	-	-	-	1	17
Companhia Energética do Amazonas - CEAM	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	-	-	8	-	-	-	8
Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS	-	-	3	5	2	-	10
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	-	-	5	-	-	1	6
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	-	-	5	-	-	1	6
Termoceaná - Ltda.	-	-	1	-	-	-	1
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	-	-	-	3	-	-	3
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	-	2	1	22	2	-	27
SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.	-	-	-	1	-	-	1
TERMORIO S.A.	-	-	-	1	-	-	1
FAFEN Energia S.A.	-	-	1	-	-	-	1
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	11	-	11
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	-	-	-	-	4	-	4
TERMOMACAÉ LTDA	-	-	-	1	-	-	1

Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. - UTEJF	-	-	-	1	-	-	1
Porto Velho Transmissora de Energia S/A	-	1	-	-	-	-	1
Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE	-	2	-	-	-	-	2
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	-	1	-	-	-	-	1
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	-	-	-	-	6	-	6
Total	35	14	28	34	26	10	147

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

Programa 1042 - Energia nos Sistemas Isolados

Tabela LV: Programa 1042 - Energia Sistemas Isolados

Código no PPA: 1042		Denominação: Energia nos Sistemas Isolados				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados.						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Ildo Wilson Grütner			Responsável: Elizeu Pereira Vicente			
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.017.788.613	578.780.245		427.415.516		427.415.516	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2009		31/12/2010	0	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
A continuidade da conversão das usinas térmicas de Manaus para operação com gás natural, importante ação prevista para o período, foi cumprida no ano de 2011.						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV	31/12/2010		31/12/2011	0	0,0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual de linhas de transmissão de energia elétrica, com tensão igual ou superior a 230 kv.						

Análise do Resultado Alcançado						
Não foi prevista e nem realizada expansão da transmissão nos sistemas isolados em 2011.						
3	Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados	31/12/2010	23,67	31/12/2011		22,48
Fórmula de Cálculo do Índice						
Produção de Energia Elétrica (MWh) - Faturamento de Energia Elétrica (MWh) / Produção de Energia Elétrica (MWh) * 100.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2011 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

O Programa Energia nos Sistemas Isolados caracteriza-se por múltiplos e pequenos polos de geração, em sua maioria de geração termelétrica a óleo diesel, com distribuição aquém das necessidades de expansão do mercado consumidor, que invariavelmente cresce acima da média nacional. A geração nas pequenas localidades tem elevados custos de operação e manutenção, associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

O perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda, e de cultura e hábitos diferenciados, requer intensa fiscalização por conta das fraudes que geram elevadas perdas comerciais. O processo de universalização nessas regiões necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geoeletricas.

Foram executadas 34 (trinta e quatro) ações nos Sistemas Isolados, sendo 33 (trinta e três) de origem orçamentária, executadas pela Amazonas Energia S.A, Eletrobras Distribuição Rondônia (antiga Ceron), Eletrobras Distribuição Roraima (antiga Bovesa), Eletrobras Distribuição Acre (antiga Eletroacre). As ações inseridas nesse Programa estão relacionadas com as áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Os Sistemas Isolados passam por um processo de intensa transformação. Três importantes ações estratégicas estão sendo implantadas na Região: a primeira, com a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá ao SIN; a segunda, com a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a terceira, a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Os Estados do Acre e Rondônia já se encontram interligados ao Sistema Nacional desde novembro de 2009. Os Estados do Amazonas e Amapá têm previsão de interligação para 2013, enquanto que a previsão para o Estado de Roraima é para 2014.

No tocante ao reforço e ampliação do sistema elétrico de Manaus, foram realizadas, pela Amazonas Energia, várias ações de manutenção, revitalização e modernização do parque de geração térmica. Foi revitalizada boa parte das unidades geradoras da UTE Aparecida e da UTE Mauá, assim como a transformação de unidades geradoras dessas usinas para utilização do gás natural, e a ampliação e manutenção do sistema de transmissão e subtransmissão que atende à Capital. Na UTE Aparecida foram convertidas 4 unidades geradoras, num total de 156 MW, enquanto que na UTE Mauá foram 2 unidades geradoras, que totalizam 110 MW. No sistema de subtransmissão foram construídas as linhas de 69 kV entre Distrito Dois e Cachoeirinha (7,9 km) e entre Aparecida II e Ponta do Ismael

(5,0 km). Foram construídas também as subestações de Marapatá 69/13.8 kV, Jaraqui 69/13.8 kV e Mutirão Dois 69/13.8 kV. Por fim, foram ampliadas as subestações de Distrito Industrial, Seringal Mirim e Manaus.

Para o interior do Estado, foi ampliada a capacidade de geração térmica com a instalação de 6 grupos geradores a diesel, no total de 14 MW, para as usinas de Humaitá, Boca do Acre e Parintins. Encontram-se em implantação 4 usinas com grupos geradores a gás natural, nas cidades de Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás, com previsão de conclusão para maio de 2012. Foram ainda realizadas a implantação de oleodutos e tanques nas Usinas Termoelétricas, a implantação de sistema de controle dos impactos ambientais causados pela geração térmica de energia elétrica e a ampliação e manutenção da rede urbana de distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas.

Foram realizadas também várias ações de melhoria e modernização na UHE Balbina, como: a substituição das Moto-Bombas de Esgotamento e Drenagem; a instalação do Sistema Automático de Limpeza do Trocador de Calor, a modernização do conjunto de bombas de combate a incêndio e dos painéis de comando, controle e proteção dos transformadores elevadores, melhorando o sistema de automação da usina, e a manutenção quinquenal nas unidades geradoras 1 e 2 e bianual na unidade geradora 5.

No tocante às ações de Modernização e Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição – Redução das Perdas Técnicas e Comerciais no Estado do Amazonas, foram realizadas cerca de 104.400 inspeções em unidades consumidoras do Grupo A e B, da capital e do interior do Estado, o que resultou na abertura de quase 6.000 processos por irregularidades, trazendo recuperação para a empresa de cerca de R\$ 10 milhões. No interior, as inspeções realizadas resultaram na abertura de 297 processos por irregularidades na medição, sendo recuperados 611 MW, equivalentes a R\$ 212.609,80.

Em Roraima as principais ações da Eletrobras Distribuição Roraima – EDRR – em 2011 se voltaram para a ampliação da rede urbana de distribuição de Boa Vista, para a modernização e adequação de sistema de comercialização e distribuição com vistas à redução das perdas técnicas e comerciais, e para a manutenção e ampliação dos sistemas de distribuição e subtransmissão. Com relação à ampliação da rede urbana de distribuição de Boa Vista, a EDRR construiu 30 km de rede de distribuição, com a ligação de 6.000 novas unidades consumidoras. A realização financeira foi de R\$ 3,2 milhões, correspondendo a 104,55% da dotação inicialmente aprovada. Na ampliação do sistema de subtransmissão, a realização orçamentária foi de 103,73%, também superior à previsão inicial. Com isso, houve uma redução da Duração Equivalente de Interrupção - DEC, na Distribuição, em 31%, se comparado ao ano de 2010, e da Frequência Equivalente de Interrupção – FEC - de 36%, alcançando as metas estabelecidas pela ANEEL. Essas ações também impactaram a redução das perdas técnicas, uma parte das perdas totais da Empresa.

Em relação à modernização e adequação do sistema de comercialização e distribuição, o índice de realização de 60,28% da dotação orçamentária aprovada para essa ação, com investimento de R\$ 1,9 milhão, para a regularização de 2.258 unidades consumidoras. O desvio financeiro ocorreu devido à redefinição na realização dos projetos que serão financiados pelo Banco, ocasionando um atraso na tomada de decisão em adquirir ou não os medidores para substituição e atendimento ao crescimento de mercado. Mesmo assim, houve um impacto considerável na redução das perdas comerciais da Empresa, que contribuíram para a redução das perdas totais de 15,92% em 2010 para 15,78% em 2011.

No estado do Amapá, está em execução, pela Eletronorte, a ampliação da capacidade de geração da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes, com a implantação da 2ª casa de força. Isso possibilitará o

aumento da capacidade da UHE de 78 MW para 182 MW. O avanço físico de apenas 1% no ano de 2011 ficou limitado pela impossibilidade de dar continuidade às obras. A Empresa ainda aguarda a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Importa destacar que estão em execução os levantamentos topográficos e batimétrico, para coletas dos dados de campo e elaboração do projeto básico e que foi iniciada no mês de julho a contratação de empresa especializada para a elaboração do projeto básico.

No tocante ao sistema de subtransmissão do Amapá, a Eletronorte executou a ampliação da capacidade transformadora das subestações Central e Portuária, em Macapá, considerando realizados 69,3% do orçamento aprovado para 2011. O principal motivo para o desvio de realização orçamentária deve-se à transferência de obras de transmissão, com tensão abaixo de 230 kV, para as concessionárias estaduais, conforme previsto no modelo setorial vigente.

No Estado do Acre, foram construídos, pela Eletrobras Distribuição Acre, 57 km de rede de distribuição de energia elétrica, para atendimento a 1.979 novas unidades consumidoras, com realização financeira correspondente a 61% e meta física de 150%. Esta ação também contempla a construção de rede de distribuição de energia elétrica para atender as obras do PAC, por meio do atendimento aos conjuntos habitacionais dos Programas Minha Morada, Minha Casa Minha Vida, PAR e Pró-Moradia. A realização física acima da financeira ocorreu principalmente em função da utilização de materiais em estoque disponíveis no almoxarifado.

Com relação à ampliação do sistema de subtransmissão, a principal ação da ED Acre foi a construção da subestação de Taquari – 69/13,8 kV - de 50 MVA de capacidade transformadora. No que se refere à ação de manutenção do sistema elétrico, a realização orçamentária da ED Acre foi de 76%, com investimentos de R\$ 16,5 milhões.

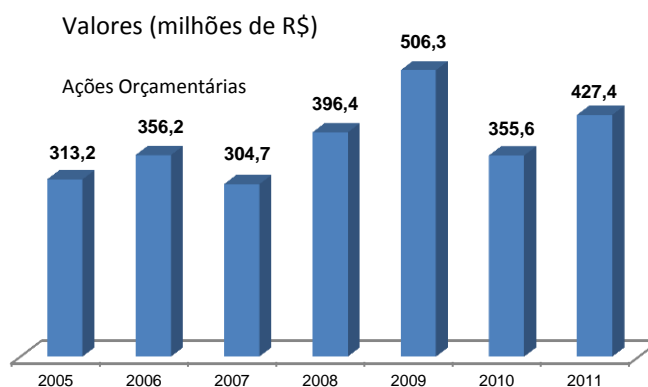
Em Rondônia, na ação de ampliação de rede urbana de distribuição, a ED Rondônia implantou novas redes de distribuição urbana e construiu novos alimentadores, para dotar o sistema regional das condições operativas necessárias para atendimento ao mercado, realizando 100% do orçamento aprovado para o ano. Na ampliação do sistema de subtransmissão, as principais ações da ED Rondônia foram a implantação da subestação de Urupá, e o remanejamento da linha de subtransmissão 69 kV entre Porto Velho e Areal, além da aquisição e instalação de vários equipamentos em outras subestações, com uma realização orçamentária de 65%. Na manutenção do sistema elétrico de Rondônia, foram investidos em 2011 R\$ 24,3 milhões, com realização orçamentária de 93,5%.

A ED Rondônia deu continuidade à ação de modernização e adequação do seu sistema de comercialização e distribuição, com vistas à redução das perdas técnicas e comerciais na sua área de concessão. Foram investidos nessa ação R\$ 4,5 milhões, equivalente a 37,5% do orçamento aprovado para essa ação. Essa baixa realização deve-se ao fato de 60% do investimento previsto estar relacionado com projetos do Banco Mundial, os quais estão em processo de licitação e foram postergados para o exercício de 2012. Outro fato que contribuiu para a baixa realização dessa ação foi o adiamento da compra centralizada de medidores pelo Grupo Eletrobras.

A realização orçamentária geral da ED Rondônia, no exercício de 2011, foi de R\$ 51,9 milhões, representando 77,4% do valor aprovado para o ano, bem superior a 2010, que foi de 54,81%. Os principais problemas que provocaram os desvios da realização orçamentária se referem aos fracassos de processos licitatórios, necessidade de rescisão de contratos durante o processo de execução de obras, e dependência de aplicação dos recursos do Banco Mundial que foi postergada para 2012.

Na área de transmissão a Eletronorte deu sequência à realização de reforços e melhorias nos sistemas de transmissão isolados da Região Norte. A principal finalidade dessa ação é adequar o sistema atual para melhorar a qualidade e a confiabilidade para os usuários de energia elétrica. As principais realizações dessa ação foram a ampliação da capacidade transformadora da subestação Macapá II e a melhoria no sistema de telecomunicações dos Estados do Amapá e de Rondônia, utilizando o Sistema Multiplex SDH, com realização orçamentária em torno de 55,6%. As ações anteriormente previstas de instalação de capacitor série e ampliação na capacidade transformadora da SE Boa Vista, ainda aguardando autorização da ANEEL, comprometeram a execução orçamentária em 2011. A redução no orçamento previsto inicialmente e a menor realização física devem-se à transferência de obras de transmissão, com tensão abaixo de 230 kV, para as concessionárias estaduais, conforme previsto no modelo setorial vigente.

Em 2011, foram investidos nesse Programa, em ações orçamentárias, R\$ 427,4 milhões, valor 20% maior se comparado ao ano de 2010, resultando numa realização orçamentária de 53,7%. A média de investimentos do período do PPA 2008-2011 nos sistemas isolados foi de R\$ 391,1 milhões, com um crescimento médio no período de 12%.



Fonte: SIGPlan-Dez/2011

Figura 30: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia nos Sistemas Isolados”

A figura 25 acima mostra que o volume de investimentos nesse Programa tem se situado no patamar de R\$ 420 milhões, com destaque para a realização de R\$ 506 milhões realizados em 2010.

Programa 0297 – Energia na Região Norte

Tabela LVI: Programa 0297 - Energia na Região Norte

Código no PPA: 0297		Denominação: Energia na Região Norte			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.					
Objetivos Específicos:					
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner			Responsável: Renato Dalla Lana		
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica da Região Norte.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
593.802.292	1.412.822.354		1.211.698.576		1.211.698.576

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2010		31/12/2011	1.330	543,6
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2011 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv	31/12/2010		31/12/2011	599	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2011 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						

Fonte: SIGPlan-Dez/2011

A região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferenciado das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. A expansão da geração e transmissão na Região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos socioambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões.

As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

Foram executadas 32 (trinta e duas) ações na Região Norte, sendo 8 (oito) de origem orçamentária. As ações desse programa estão relacionadas com as áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

O grande destaque em 2011 na Região Norte foi a emissão da Licença de Instalação definitiva da UHE Belo Monte, emitida pelo IBAMA em 1º de junho de 2011, que permitiu o início das obras pela Norte Energia S.A. que prevê investimentos da ordem de R\$ 25,8 bilhões. Até 31 de dezembro de 2011 as obras estavam com 1,04% de andamento físico e a previsão de operação da primeira unidade está prevista para fev/2015 e a conclusão para fev/2019.

Outras grandes ações de geração desse Programa são as UHEs Marabá – 2.160 MW, São Luiz – 9.080 MW e Cachoeira Porteira -1.400 MW, que encontram-se na fase de execução dos estudos de viabilidade técnica e econômica. Já a UHE de Serra Quebrada – 1.328 MW apresenta estudos ambientais na fase de EIA/RIMA, visando a obtenção da Licença Prévia.

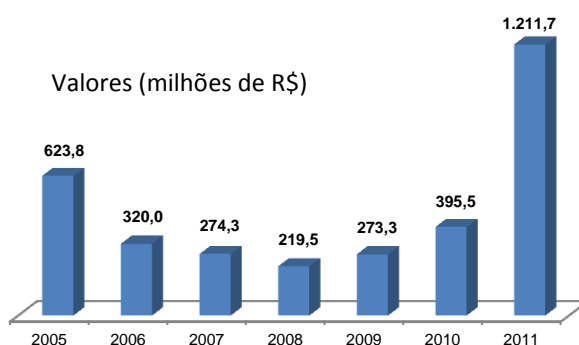
Em 4 de dezembro de 2011 foi concluída a linha de transmissão em 230 kV Ribeiro Gonçalves - Balsas, com 95 km, e a subestação Balsas 500/230 kV-300 MVA e 230/69 kV-100 MVA, tendo como principal benefício reforçar o suprimento de energia elétrica às regiões sul do Maranhão, nordeste do Tocantins e ao estado do Piauí. O empreendimento possibilitou a integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de aproximadamente 247 MW de geração previstos a partir de 2012, pelas novas usinas hidrelétricas a serem implantadas no Rio Parnaíba.

Os principais empreendimentos energizados em 2011 foram:

- LT Utinga – Santa Maria 230 kV – Seccionamento na SE Castanhal;
- SE Altamira – Reator de Barra 230 kV – 30 MVar;
- SE Coxipó – Etapa AT5 230 / 138 / 13,8 kV – 3 x 33,3 MVA;
- SE Guamá – Etapa BC1 / BC2 230 kV 2 x 55 MVar;
- SE Jaurú – Autotransformador AT2 – 1F 230 / 138 / 13,8 kV – 3 x 100 MVA;
- SE JI-PARANÁ: BC3 3F 230 kV 18,5 MVar;
- SE MIRANDA II: AT3 3F 230/138-13,8 kV 100 MVA;
- SE SANTA MARIA - Adequação de EL 230 kV;
- SE SANTA MARIA -TR2/TR1-230/69/13,8kV - 150 MVA;
- SE TUCURUÍ-VILA - Substituição TR1 3F 69/13,8KV-20MVA;
- SE UTINGA - Adequação de EL 230 kV;
- SE UTINGA - Etapa BC3/BC4 230 kV 2x55 MVar;
- SE VILHENA: BC1/BC2/BC3 3F 230 kV 18,5 MVar;
- SE VILHENA: CE 3F 230 kV (-50+100) MVar;

As ações de manutenção têm por finalidade manter o sistema de geração e transmissão de energia elétrica da empresa dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento, implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão. Estas ações estão voltadas à adequação do suprimento de energia elétrica nos sistemas de transmissão da região Norte, dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade.

Também consta neste Programa a implantação do sistema de transmissão Porto Velho – Araraquara (600 kV - 2450 km), que possibilitará o escoamento da energia gerada nas UHEs Santo Antonio e Jirau. A conclusão do circuito 1 está prevista para fevereiro de 2013 e o circuito 2 para fevereiro de 2014.



Fonte: SIGPlan-Dez/2011

Figura 31: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia na Região Norte”

Foram investidos no Programa Energia na Região Norte em ações orçamentárias, em 2011, R\$ 1.211,69 milhões. Esse nível de investimentos extraordinário deve-se principalmente ao avanço na construção do sistema de transmissão associado às usinas do Rio Madeira, que tem grande participação das estatais federais. Por isso, o nível de investimentos de 2011 nesse Programa foi superior em 130% à média do PPA 2008-2011, que foi de R\$ 525 milhões. A Eletronorte continuou responsável por grande parte da realização orçamentária na Região.

Programa 0294 - Energia na Região Nordeste

Tabela LVII: Programa 0294 - Energia na Região Nordeste

Código no PPA: 0294		Denominação: Energia na Região Nordeste				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica da região Nordeste.						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner				Responsável: José Brito Trabuco		
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.814.245.553	1.942.904.172		1.270.891.005		1.270.891.005	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2010		31/12/2011	2.569,5	137,4
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2011 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv	31/12/2010		31/12/2011	175	95
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2011 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

A região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda.

O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da matriz energética nacional. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Foram monitoradas a execução de 71 (setenta e uma) ações na região Nordeste, sendo 28 (vinte e oito) de origem orçamentária, executadas pelas empresas Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte; Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras; Companhia Energética do Piauí – Eletrobras Distribuição Piauí; e Companhia Energética de Alagoas – Ceal. As ações orçamentárias inseridas nesse Programa estão relacionadas com as áreas de transmissão e distribuição de energia.

No exercício de 2011, estava prevista a incorporação de 2.569,5 MW em ações de expansão da geração e 126 km de linhas de transmissão na Região. Em função de uma série de reprogramações nos cronogramas de obras de usinas para o exercício de 2012, foram acrescentados ao SIN, em 2011, mais 137,4 MW de capacidade, provenientes de geração térmica e eólica, em sua maioria. Em relação à expansão da transmissão, foram incorporados 95 km, com a incorporação do sistema de transmissão Ribeiro Gonçalves-Balsas no Maranhão.

Destacam-se ainda as obras de reforços e melhorias em linhas e subestações de propriedade da Chesf. Nessas obras, foram investidos R\$ 195 milhões. Devem ser considerados também os investimentos realizados na área de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica na região Nordeste e na implantação de lotes irrigados em reassentamentos, que correspondem a R\$ 100 milhões e R\$ 119,1 milhões, respectivamente.

Na ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste foi aplicado o valor de R\$ 225 milhões e na Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na região Nordeste a importância de R\$159 milhões de reais.

Na área de atuação da Eletrobras Distribuição Piauí, entre a ampliação da rede rural e urbana, implantação da transmissão do Estado, as reformas e melhorias do sistema de subtransmissão e da distribuição e a redução de perdas foi investido no exercício a quantia de R\$ 300 milhões.

Em relação às responsabilidades da Eletrobras Eletronorte, na região Nordeste, importa destacar que também foi implantada Linha de Transmissão de energia elétrica com 95 km, em 230 kV, entre as Subestações de Ribeiro Gonçalves, no estado do Piauí, e Balsas, no estado do Maranhão, bem como a implantação do transformador trifásico AT3 230/138-13,8 kV 100 MVA, na SE Miranda.

No estado de Alagoas foram investidos, no exercício de 2011, um total de R\$ 228 milhões de reais, em ações de ampliação da rede rural e urbana, ampliação da rede de transmissão do Estado, reformas e melhorias do sistema de subtransmissão e de distribuição, e redução de perdas técnicas e comerciais. Em termos gerais, foram iniciadas obras importantes, como a Construção da Subestação de Stella Maris, as Linhas de Distribuição de Zebu/Delmiro, Arapiraca I/II, Cruz das Almas/Stella e envolvimento da empresa e no programa de reconstrução das casas de vítimas das enchentes em Alagoas.

O investimento aprovado para o ano de 2011, para o Programa Energia na região Nordeste, foi de R\$ 1,942 bilhão, porém foi realizado R\$ 1,270 bilhão, correspondendo a 65% do total previsto inicialmente. Em relação ao ano anterior, cujo índice de realização foi de 69%, o índice de 2011 foi inferior, porém o investimento total de 2011 foi superior ao de 2010 em 39%.



Fonte: SIGPlan-Dez/2011

Figura 32: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia na Região Nordeste”

Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Tabela LVIII: Programa 0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Código no PPA: 0296		Denominação: Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner			Responsável: Elizeu Pereira Vicente			
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.990.173.067	3.158.276.692		2.491.872.449		2.491.872.449	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2010		31/12/2011	200,0	1.837,1
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						

2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv	31/12/2009		31/12/2010	373	2.281
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2011 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

As regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do SIN. Estas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial, responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto do País.

Mesmo assim, estas regiões ainda apresentam elevados índices de crescimento da demanda por energia elétrica e, por isso, necessitam de constantes melhorias e expansão no seu sistema de transmissão e no seu parque gerador regional, de forma a promover o intercâmbio de grandes blocos de energia e atender adequadamente o mercado. As obras de expansão, além de atenderem as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

O Programa “Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste” é composto por 82 ações que, basicamente, retratam projetos nas áreas de geração e transmissão, promovendo ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica à população dessas regiões. Desse total de ações, 33 (trinta e três) são de origem orçamentária, executadas pelas empresas Furnas e Petrobras.

Na área de geração, cabe destacar a conclusão, em 2011, dos seguintes empreendimentos: (i) Usina Hidrelétrica de Dardanelos, em Mato Grosso, com 261 MW, e o sistema de transmissão associado em 203 kV, com 505 km de extensão; (ii) Usina Termelétrica do Atlântico, no Rio de Janeiro, com 490 MW, movida a gás de processo e vapor; e (iii) diversas novas usinas termelétricas à biomassa a partir do bagaço de cana, nos estados da Região Sudeste e Centro Oeste, totalizando 517,2 MW de acréscimo de capacidade de geração para o SIN, com destaque para o estado de São Paulo, onde entraram em operação 254,8 MW de capacidade desse tipo de fonte. Cabe ressaltar que continua em implantação, para conclusão em 2012, o Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica da UHE Simplício, envolvendo a UHE Simplício, com 305 MW, a PCH Anta, com 28 MW, e o sistema de transmissão associado em 138 kV, com 120 km de extensão.

Continua em construção da UTN Angra III, sob responsabilidade da Eletronuclear. A usina termonuclear Angra 3 atingiu ao final de 2011 cerca de 18% de realização, sendo realizado 11,5% de execução física e investimentos de cerca de R\$ 1,25 bilhão. Após atendimento das condicionantes da Licença de Construção (Resolução nº 77/10 – CNEN), em 2011 foram autorizadas pela CNEN a concretagem das partes estruturais do Edifício do Reator, do Edifício Auxiliar do Reator, do Edifício de Controle e do Edifício de Alimentação de Emergência. Com relação a licitações e contratos, foram realizados e assinados contratos, para os serviços de cálculos

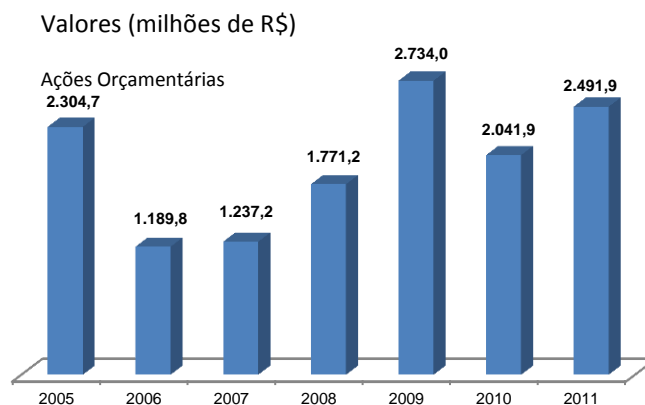
estruturais, elaboração e detalhamento de fluxogramas de sistemas mecânicos, projeto da tubulação da área externa e tubovia Angra 3 - Angra 2, engenharia do pacote eletromecânico associado ao secundário, fiscalização da fabricação de componentes e dos serviços de montagem. Foram concluídas as renegociações contratuais com a Bardella, com a Nuclep e com a EBSE para fornecimento de alguns bens e serviços nacionais, e com a Areva, para suprimentos de bens e serviços importados.

No tocante às ações de manutenção, modernização e revitalização de usinas geradoras e subestações foi dada sequência ao Plano de Modernização das usinas hidrelétricas da região Sudeste e Centro-Oeste, por Furnas S/A. Na UHE Furnas, foram realizadas uma série de melhorias e recuperação das condições operativas das unidades 2, 5 e 7, tratamento de óleo de mancais de diversos equipamentos da usina, instalação de instrumentação e controle em novos pontos e equipamentos, revisão e brasagem de conexões e isolações, entre outras ações para a modernização das instalações da Usina. Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho foi instalado novo sistema de ar condicionado do Edifício de Controle, revitalização e ampliação de bacias de contenção de óleo de transformadores, revitalização e modernização de sistemas de resfriamento, manutenção e ampliação dos sistemas de controle e comando das unidades e de segurança da usina em geral, além de uma série de melhorias e recuperação das condições operativas das unidades 4, 5 e 6.

Na área de transmissão, destaca-se a conclusão da primeira parte das obras do Sistema de Transmissão das usinas do Madeira, com a conclusão da LT Jauru – Cuiabá, em 500 kV, com 348 km de extensão, no estado de Mato Grosso. O trecho entre Cuiabá/MT e Rio Verde/GO, de 606 km de extensão, deverá entrar em operação ainda no primeiro trimestre de 2012. Ainda no Mato Grosso, foram concluídas diversas novas interligações do sistema de suprimento regional, entre Cuiabá – Nobres – Nova Mutum, Nova Mutum – Sorriso – Sinop, e Juína – Brasnorte - Parecis, todas em 230 kV, totalizando 1.099 km de novas linhas de transmissão no Estado.

No ano de 2011 estava previsto inicialmente no PPA o incremento de apenas 373 km de linhas de transmissão. Foram implantados 2.281 km, resultado bem acima do previsto, por conta da falta de revisão do PPA no período, que não capturou a dinâmica do processo de planejamento e expansão do sistema elétrico. Os principais empreendimentos concluídos em 2011 foram; a LT Jauru - Cuiabá 500 kV, de 380 km de extensão, e as linhas Juína – Brasnorte 230 kV, de 215 km, e Cuiabá – Nobres – Nova Mutum – Sinop 230 kV, com 457 km, todas em Mato Grosso; e a LT Ilha Solteira – Inocência – Chapadão do Sul 230 kV, em Mato Grosso do Sul, de 513 km. A primeira se constitui de elementos de integração das usinas do Rio Madeira. As linhas de transmissão em 230 kV do Mato Grosso são de reforço ao suprimento regional e integração de novas usinas hidrelétricas, e a de Mato Grosso do Sul serve de reforço no suprimento ao Estado e para integração de novas usinas termelétricas a biomassa.

Foram investidos nesse Programa em ações orçamentárias R\$ 2,49 bilhões, montante esse 22% acima do nível de investimentos de 2010, que foi de R\$ 2,04 bilhões. A realização orçamentária geral de 2011 foi de 67,2%. Em relação à média do PPA 2008-2011, que se situou no patamar de R\$ 2,25 bilhões, os investimentos de 2011 foram superiores em 10%. Importa destacar que Furnas foi responsável por 68% do orçamento na região.



Fonte: SIGPlan-Dez/2011

Figura 33: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste”

Foram investidos nesse Programa em ações orçamentárias R\$ 2,49 bilhões, montante 22% acima do nível de investimentos de 2010, de R\$ 2,04 bilhões. A realização orçamentária geral de 2011 foi de 67,2%. Em relação à média do PPA 2008-2011, que se situou no patamar de R\$ 2,25 bilhões os investimentos de 2011 foram superiores em 10%, para esse Programa. Furnas foi responsável por 68% do orçamento na região.

Programa 0295 – Energia na Região Sul

Tabela LIX: Programa 0295 - Energia na Região Sul

Código no PPA: 0295		Denominação: Energia na Região Sul				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner				Responsável: Enio Ferreira Bocorny		
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica da região Sul.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
800.202.166	1.294.199.636		1.022.382.156		1.022.382.156	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2010		31/12/2011	935,4	1.162,4
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						

Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2011 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV	31/12/2010		31/12/2011	431,2	261,0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 30/03/2012).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

A região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, e por desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do SIN. Além disso, caracteriza-se como polo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo nessa classe.

No entanto, o sistema elétrico da Região Sul também convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

As obras de expansão do sistema elétrico, além de atenderem às necessidades energéticas da Região e do Sistema Interligado Nacional, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Foram executadas 51 (cinquenta) ações na região Sul, sendo 26 (vinte e seis) de origem orçamentária, executadas pela Eletrosul, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE e Petrobrás. As ações inseridas nesse programa estão relacionadas com as áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

Na área de geração, foram concluídas usinas que passam a agregar 1.162,4 MW de capacidade ao sistema de geração da Região Sul. Os principais destaques são: UHE Foz do Chapecó – 231,8 MW; UHE São José - 51 MW; UTE Candiota - 350 MW; e UEE Cerro Chato - 58 MW. Além destes empreendimentos específicos, deve-se destacar a entrada em operação de diversas usinas eólicas na região, contempladas pelo Proinfa, totalizando 285,3 MW, e diversas Pequenas Centrais Hidrelétricas, totalizando 156,5 MW fora do Programa, mas que trazem grande contribuição à capacidade de geração elétrica da região Sul e do SIN.

No ano de 2011, estava previsto o incremento de 935,4 MW de capacidade de geração. Foram incorporados 1.162,4 MW, isto é, 24% acima da meta prevista inicialmente, com destaque para entrada em operação da UTE Candiota com 350 MW e diversas usinas eólicas distribuídas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, totalizando 372 MW de capacidade adicional ao sistema.

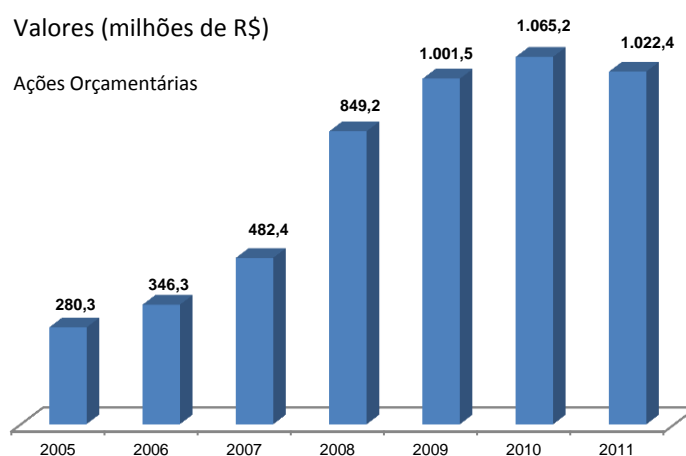
Continuam em implantação nessa região, pela Eletrosul, as usinas hidrelétricas de Mauá – 361 MW – PR, Passo São João - 77 MW - RS, e o Complexo Hidrelétrico São Bernardo - 53 MW - SC. A conclusão de todos esses empreendimentos está prevista para 2012. A CGTEE está dando continuidade ao processo de revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici (446 MW), no Rio Grande do Sul, na qual foram investidos cerca de R\$ 122 milhões em 2011, dos quais R\$ 12

milhões foram alocados na adequação da Usina aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo Ibama (TAC CGTEE//Eletrobras/Ibama/MMA/MME/AGU).

No segmento de transmissão, dos 455,2 km de linhas de transmissão previstos no início de 2011, foram implantados 261 km de extensão no total. Nesse segmento cabe destacar a conclusão da LT Foz do Iguaçu – Cascavel Oeste, em 525 kV, com 115 km de extensão, no estado do Paraná, que deverá melhorar o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu para os centros de carga do Sudeste e do Sul.

A capacidade de transformação instalada nas subestações teve acréscimo de 1.724 MVA no ano de 2011, dos quais 900 MVA foram instalados no Paraná.

Dos mais de R\$ 90 milhões previstos no orçamento da Eletrosul para investimento no sistema de transmissão que atende à Região Sul e Mato Grosso do Sul, envolvendo ações de ampliação, manutenção, reforços e melhorias no Sistema de Transmissão, a empresa realizou 96,3% do montante total em 2011. O valor do investimento de 2011 foi 4% inferior ao de 2010, mas ficou na média dos últimos três anos, e 4% superior à média do PPA 2008-2011, que foi de R\$ 984 milhões, para esse Programa.



Fonte: SIGPlan-Dez/2011

Figura 34: Investimentos realizados no âmbito do Programa “Energia na Região Sul”

Programa 0273 – Programa Luz para Todos

Tabela LX: Programa 0273 – Luz para Todos

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0273	Denominação: Programa Luz para Todos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade.	
Objetivos Específicos: Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d’água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.	
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner	Responsável: Aurélio Pavão de Farias
Público Alvo: População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas de	

escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
347.487.952	863.721.852	896.180	1.360.159.101	96.225	249.113	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de unidades consumidoras atendidas	31/12/2010	2.654.536	2.902.398	0	91,46
Fórmula de Cálculo do Índice						
Valor acumulado de domicílios atendidos						
Análise do Resultado Alcançado						
O baixo índice alcançado corresponde a dificuldades encontradas nas licitações de mão de obra, atendimento aos sistemas isolados e dificuldades logísticas na Amazônia.						

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento. Deste modo, o Programa faz parte da estratégia do Governo Federal de utilizar a energia elétrica como instrumento para o desenvolvimento econômico das comunidades atendidas e para a redução dos índices de pobreza e da fome.

A chegada da luz representa mais conforto, melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades de geração de renda para as famílias beneficiadas contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas atendidas.

O Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais.

O Programa Luz para Todos é executado com recursos extra-orçamentários oriundos da CDE e RGR, portanto não é afetado pelo contingenciamento orçamentário governamental.

As principais dificuldades encontradas para cumprir as metas de atendimento do Programa Luz para Todos foram as seguintes:

- A) Ausência da contrapartida financeira por parte de vários Governos Estaduais comprometendo sobremaneira o cumprimento das metas;
- B) Inadimplência da concessionária CELG. Fato que comprometeu 7.800 ligações no Estado de Goiás;
- C) Baixo desempenho das concessionárias da região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas;
- D) Carência de mão de obra especializada em vários Estados. Atraso na entrega de materiais por parte dos fornecedores;
- E) Chuvas intensas nas regiões Norte e Nordeste.

As ações desenvolvidas que permitiram a realização de 78% da meta estabelecida foram:

- I) Instituição de nova fase do programa, por meio da edição do Decreto nº 7.520/11, para o período de 2011 a 2014. Esta ação evitou a desmobilização das empresas contratadas;
- II) Elaboração e aprovação de contratos representando 44,6 mil ligações e investimentos de R\$ 392,3 milhões no ano de 2011; e
- III) Os postes de fibra de vidro, cabos subaquáticos e a geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativa continuam sendo implementados para aumentar o ritmo e escala de atendimento, em especial na Região Amazônica.

A tabela XVI mostra o conjunto de ações do Programa Luz para Todos e suas respectivas unidades executoras.

Tabela LXI: Ações do Programa Luz para Todos

Ações do Programa Luz para Todos	
Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
11X8	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Acre)
11XE	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Alagoas)
10WO	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz Para Todos (Boa Vista-RR)
11XU	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Manaus)
11YL	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Piauí)
11XI	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Rondônia)
20A9	Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica (MME)
1379	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (MME)
2272	Gestão e Administração do Programa (MME)
9642	Promoção da Universalização do Acesso à Energia (Eletrobras)

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

As únicas ações com recursos orçamentários do MME, no âmbito do Programa 0273 – Luz para Todos, são:

Tabela LXII: Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica	
Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de incremento à utilização da energia elétrica em comunidades carentes, de forma produtiva e eficiente, proporcionando maior possibilidade de alcançar os objetivos do Programa Luz para Todos
Descrição	Apoio à implantação e utilização de sistemas e instalações elétricas possibilitando o abastecimento de água por meio de poços coletivos e à aquisição de equipamentos eletromecânicos destinados ao fortalecimento da capacidade produtiva para as comunidades carentes atendidas pelo Programa Luz para Todos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

Tabela LXIII: Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional

Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional	
Tipo	Projeto
Finalidade	Apoiar o atendimento da demanda por energia elétrica para os consumidores, escolas, postos de saúde, saneamento, atividades produtivas comunitárias e informação em comunidades não atendidas pelo sistema elétrico convencional, mediante a instalação de sistemas energéticos que utilizam, preferencialmente, fontes de energia renováveis locais
Descrição	Elaboração de estudos e projetos de engenharia, aquisição, instalação, revitalização, testes e monitoramento da operação de equipamentos para geração de energia elétrica em pequena escala, por intermédio, preferencialmente, de fontes renováveis de energia para comunidades isoladas. Promover a capacitação de executores e beneficiários visando estimular o desenvolvimento da demanda e uso sustentável de energia elétrica
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

Tabela LXIV: Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagem e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

As metas e resultados das ações do Programa 0273 – Luz para Todos, com recursos orçamentários do MME, são apresentadas na tabela XX, a seguir:

Tabela LXV: Metas e Resultados das Ações do Programa Luz para Todos

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
442	44.150.508	0	89.412
Ação 1379- Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
9.506	36.120.407	0	0
Ação 2272- Gestão e Administração do Programa			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	6.633.114	0	159.701

Fonte: SIGPlan/Dez/2011

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica – Em 2011, foi pago o valor de R\$ 89.412,00 (oitenta e nove mil, quatrocentos e doze reais), referente à 2ª parcela do Convênio nº 720600/2009 – cujo objeto correspondente a implementação um Centro Comunitário de Produção - CCP integrado para produção e industrialização e comercialização de galinhas caipiras para os agricultores familiares de Formosa e suas organizações, bem como capacitar os gestores da agroindústria, beneficiando 669 famílias no município de Formosa-GO.

Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Convencional do Programa Luz para Todos – Não houve nenhuma realização financeira nesta ação.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – Os valores realizados nesta ação correspondem às despesas com diárias e passagens realizadas em 2011.

c.II) Execução Física das Ações

Tabela LXVI: Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	752	0273	20A9	A	4	Unidade	442	0	10
25	752	0273	1379	P	3	Unidade	9.506	0	1
25	752	0273	2272	A	4				

Fonte: SIGPlan/ Dez/2011

A baixa realização das ações 20A9 e 1379, que são complementares ao Programa Luz para Todos, correspondeu ao contingenciamento orçamentário e financeiro que limitou os recursos não permitindo a implantação de novos projetos.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

A SE e a SPOA fornecerão as informações referentes ao item d e seus subitens.

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

d.I.1) Programação de Despesas Correntes

d.I.2) Programação de Despesas de Capital

d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

d.III) Indicadores Institucionais

A) Índice de realização de orçamento 2011

OBJETIVO: verificar a execução orçamentária da SEE.

ÍNDICE: (valor do orçamento (custeio e investimento) empenhado no ano / valor do orçamento limite final anual) * 100 = % indicativo da execução orçamentária.

RESULTADO ORÇAMENTO LIMITE FINAL:

$$(R\$ 896.180,00 / R\$ 1.033.824,00) * 100 = 86,69\%$$

Comentário: Do valor autorizado no LIMITE FINAL:

- Orçamento de custeio de R\$ 944.412,00 foi empenhado 85,43% ou R\$ 806.768,00.
- Orçamento de investimento de R\$ 89.412,00 foi empenhado 100%.

RESULTADO ORÇAMENTO LOA:

$$(R\$ 896.180,00 / R\$ 86.904.029,00) * 100 = 1,02\%$$

Comentário: Do valor autorizado LOA:

- Orçamento de custeio de R\$ 18.760.848,00, foi empenhado 4,25% ou R\$ 806.768,00.
- Orçamento de investimento de R\$ 68.143.181,00, foi empenhado 0,13% ou R\$ 89.412,00.

Fonte: GEAF/GAB/SEE/MME e CGOF/SPOA/MME

B) Índice de expansão da capacidade de geração instalada no Brasil

OBJETIVO: acompanhar a expansão da capacidade de geração instalada no Brasil, com relação à meta estabelecida.

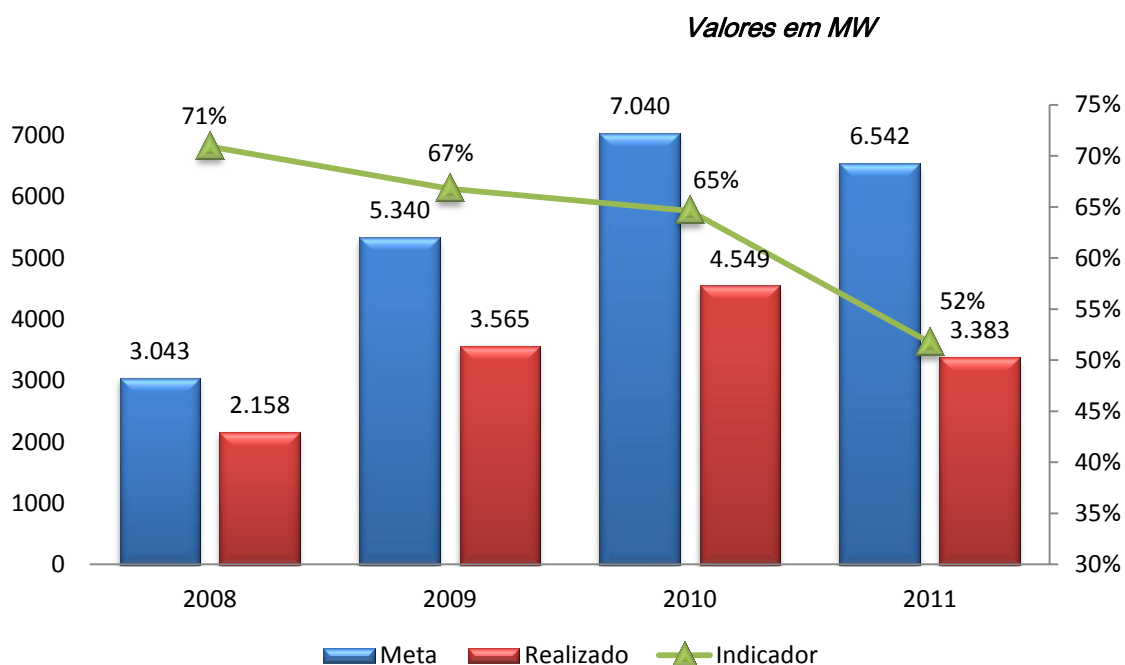
ÍNDICE: $(\text{capacidade de MW instalada} / \text{capacidade prevista}) \times 100 = \% \text{ de adequação à meta estabelecida (6.542 MW)}$.

$$(3.383 \text{ MW} / 6.542 \text{ MW}) \times 100 = 52\%$$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2011, após um balanço geral do plano de expansão da geração, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2011 era de uma expansão da capacidade instalada em novas usinas de 6.542 MW, compreendendo usinas hidrelétricas, termelétricas, PCHs e usinas eólicas do Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

Entre os motivos que provocaram desvio na obtenção da meta destacam-se os problemas relativos aos licenciamentos ambientais, conexão à rede (básica/distribuição), dificuldade de obtenção de financiamento devido à crise internacional de 2008/2009, além das dificuldades inerentes à implantação dos projetos, tais como: atrasos na entrega de equipamentos por fornecedores e do cronograma de execução das obras, além de problemas na gestão dos empreendimentos. Isso provocou uma diminuição do índice de expansão da capacidade instalada no Brasil em 2011, se comparado com os índices de 2010, 2009 e 2008, conforme destacado na figura 30 abaixo.



Fonte: DMSE/SEE/MME-Dez/2011

Figura 35: Síntese histórica do índice de expansão da capacidade de geração instalada

C) Índice de expansão da Rede Básica

OBJETIVO: acompanhar a expansão da Rede Básica (Tensão ≥ 230 kV), com relação à meta estabelecida (3.103 km).

ÍNDICE: (km de linhas de rede básica instalada/km de linhas previstos) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (3.103 km).

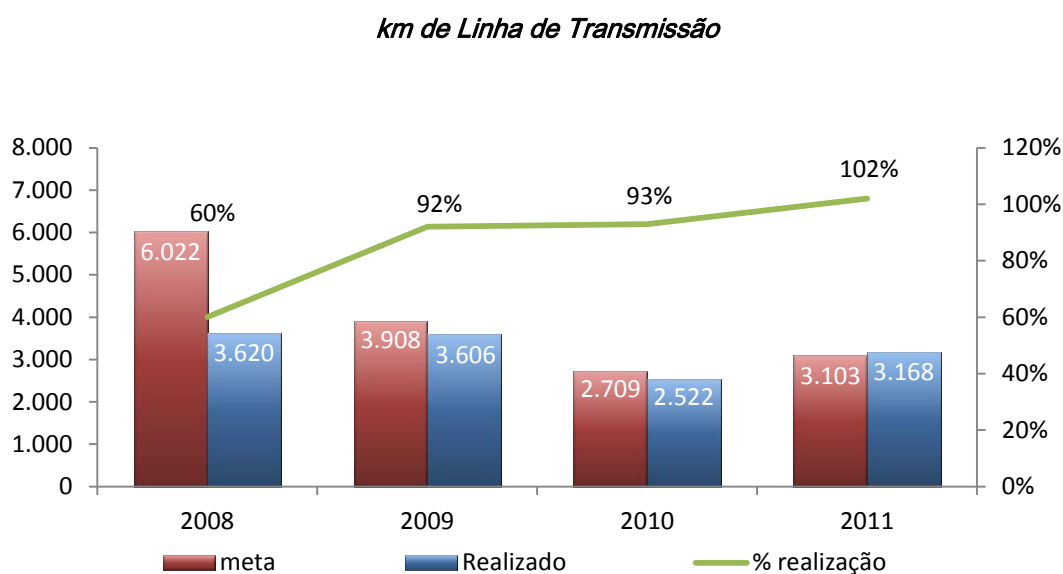
$(3.168 \text{ km} / 3.103 \text{ km}) \times 100 = 102\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: Com o objetivo de acompanhar a expansão da rede básica, foi criado um indicador para mensurar a ampliação das linhas de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A meta foi definida no início do ano de 2011, após um balanço geral do plano de expansão da transmissão, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2011 era de uma ampliação de 3.103 km em novas linhas de transmissão. No entanto, foram concluídos, até 31/12/2011, 3.168 km de Linhas de Transmissão, realizando-se assim um montante superior à meta estabelecida.

O atraso na obtenção das licenças ambientais, principalmente na Licença Prévia – LP continua sendo a principal dificuldade para cumprimento dos cronogramas. Entre outras obras que se enquadram nessa situação podem ser citadas a interligação N-CO III (Rio Branco – Jauru) e a LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, em Minas Gerais.

Percebe-se uma melhora no índice de expansão da Rede Básica, em 2011, se comparado ao resultado dos anos anteriores (2009 e 2010), o que indica uma melhoria no cumprimento das metas institucionais da Secretaria.



Fonte: DMSE/SEE-Dez/2011

Figura 36: Síntese histórica do índice de expansão da Rede Básica

D) Índice de expansão da Transmissão (Transformação)

OBJETIVO: acompanhar a expansão da Capacidade de Transformação das subestações do SIN, com relação à meta estabelecida (10.162 MVA).

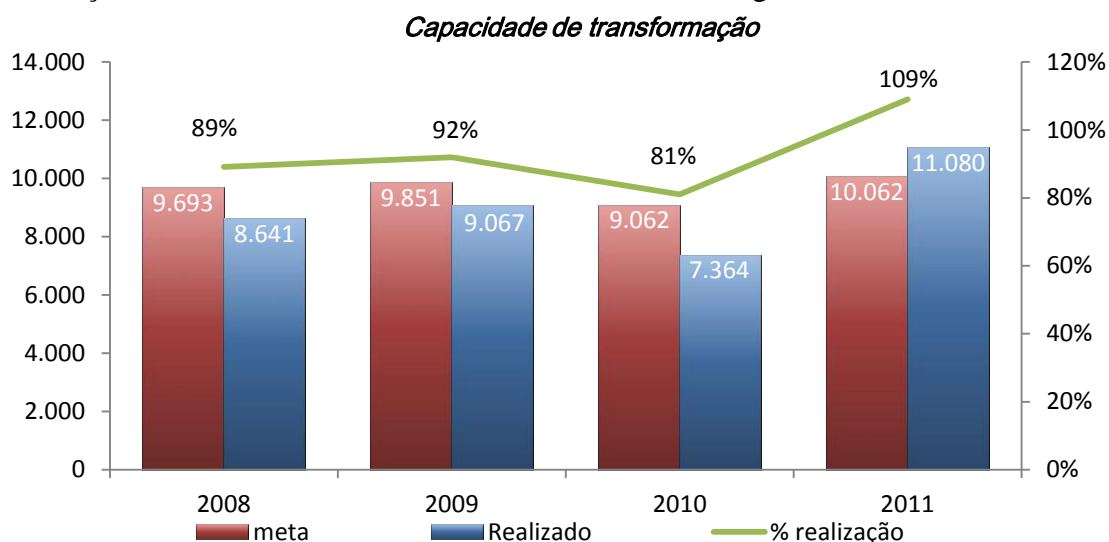
ÍNDICE: (expansão em MVA instalada/expansão em MVA prevista) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (10.162 MVA).

$(11.080 \text{ MVA} / 10.162 \text{ MVA}) \times 100 = 109\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2011, após um balanço geral do plano de expansão da transmissão, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2011 era de uma ampliação de 10.162 MVA, com instalação de novos transformadores em subestações novas e/ou em operação.

Ao final do ano de 2011 incorporou-se ao sistema uma capacidade de transformação de 11.080 MVA, 9% acima da meta estabelecida. Pode-se observar uma significativa melhora no índice de 2011 em relação aos anos anteriores de 2009 e 2010, conforme figura 32 abaixo.



Fonte: DMSE/SEE/MME-Dez/2011

Figura 37: Síntese histórica do índice de expansão da transmissão (Transformação)

E) Índice de Realização de Inspeções Técnicas dos Empreendimentos de Geração de Energia

OBJETIVO: Aferir o cumprimento das atribuições da CGEG/DMSE/SEE, relativas à identificação de impedimentos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração, propondo ações preventivas e corretivas para o efetivo cumprimento do planejamento setorial.

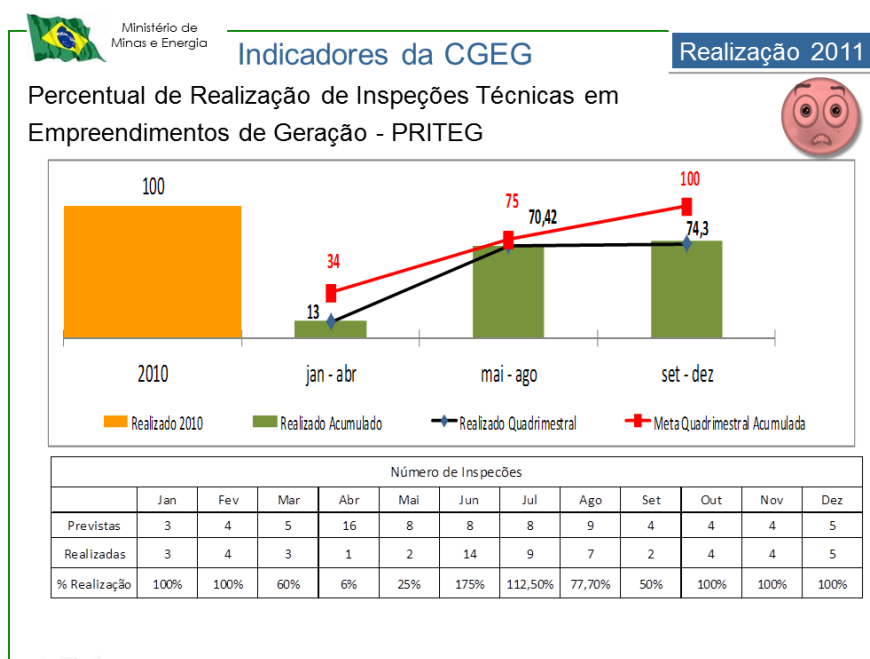
ÍNDICE: NITEG = (Nº de Inspeções Realizadas em 2011) / (Nº de Inspeções Planejadas para 2011) * 100.

$(58 / 78) \times 100 = 74,3\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2011, após um balanço geral do plano de expansão da geração, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2011 era de visitar 78 empreendimentos em implantação com percentual de avanço físico de obra maior ou igual a 20% (vinte per cento), compreendendo usinas e pequenas centrais hidrelétricas, eólicas e termelétricas.

O indicador de consolidação para acompanhamento dessa meta é o PRITEG (Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração), conforme figura abaixo. Observa-se nessa figura que do total de inspeções planejadas, apenas 74,3% foram realizadas. O desvio apresentado deve-se principalmente ao contingenciamento do orçamento público federal de 2011, ocorrido no mês de abril.

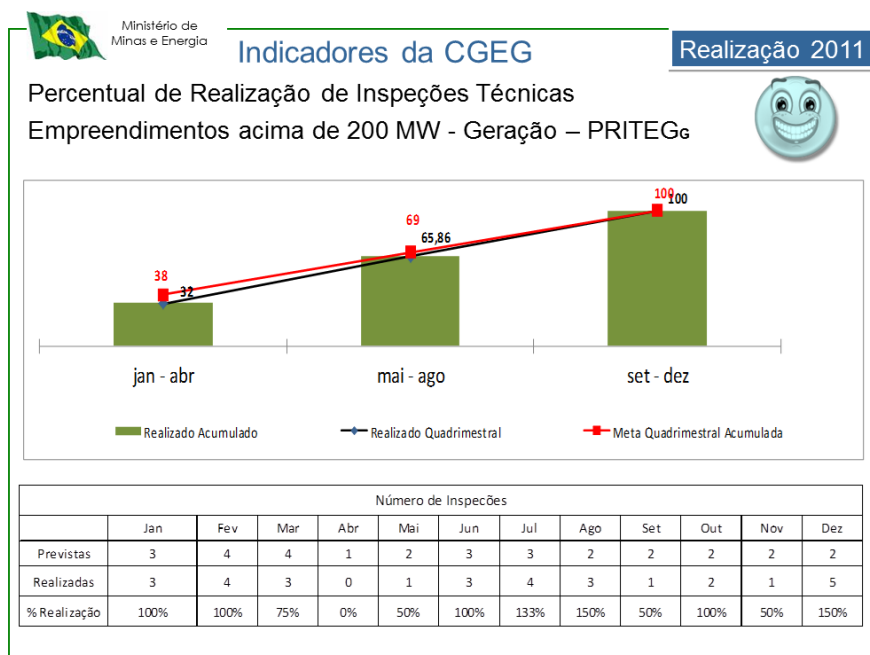


Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 38: Indicador PRITEG (Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração)

Com o objetivo de melhorar o planejamento das inspeções técnicas, o indicador PRITEG foi dividido em dois sub-indicadores, denominados PRITEG_G e PRITEG_P. Essa subdivisão está baseada na Nota Técnica nº 54/2010-DMSE/SEE-MME, que tem como foco um planejamento mais detalhado dos critérios para realização de inspeções técnicas.

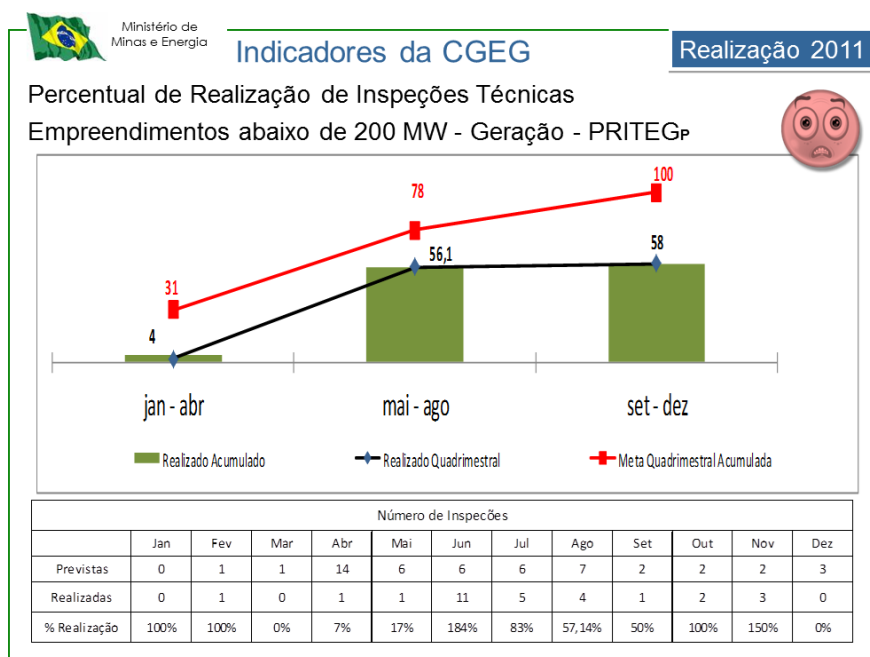
O PRITEG_G compreende empreendimentos com potência igual ou superior a 200 MW, também denominados empreendimentos emblemáticos. Pode ser observado que o indicador fechou o ano com 100% de realização e que, apesar do contingenciamento do orçamento, o DMSE priorizou os empreendimentos emblemáticos na sua execução do planejamento de inspeções técnicas.



Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 39: Indicador PRITEG_G (Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos acima de 200 MW - Geração)

O PRITEG_P compreende empreendimentos com potência inferior a 200 MW. Pode ser observado que o indicador fechou o ano com 58% de realização. Esse resultado, que ficou abaixo do previsto, foi devido ao contingenciamento do orçamento público de 2011.



Fonte: SEE/DMSE-Dez/2011

Figura 40: Indicador PRITEG_G Indicador PRITEG_P (Percentual de Realização de Inspeções Técnicas em Empreendimentos abaixo de 200 MW - Geração)

Mesmo diante da adversidade do corte do orçamento público federal de 2011, fica clara - pelo critério de priorização de inspeções técnicas definido pelo DMSE - a priorização dos empreendimentos emblemáticos, ou seja, aqueles que dão maior garantia ao suprimento

eletroenergético do setor elétrico brasileiro, devido a sua capacidade instalada e garantia física associada.

F) Índice de realização de Reuniões de Monitoramento da Expansão de Geração

OBJETIVO: Aferir o cumprimento das atribuições da CGEG/DMSE/SEE, relativas ao monitoramento da expansão da geração de energia elétrica e à implementação de mecanismos e processos de acompanhamento dos empreendimentos.

ÍNDICE: $NRMEG = (N^{\circ} \text{ de Reuniões Realizadas em 2010}) / (N^{\circ} \text{ de Reuniões Planejadas para 2010}) * 100$.

$(12 / 12) \times 100 = 100\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2011, sustentada pela necessidade de acompanhamento da implantação dos empreendimentos com participação dos agentes setoriais envolvidos, de acordo com monitoramento do DMSE.

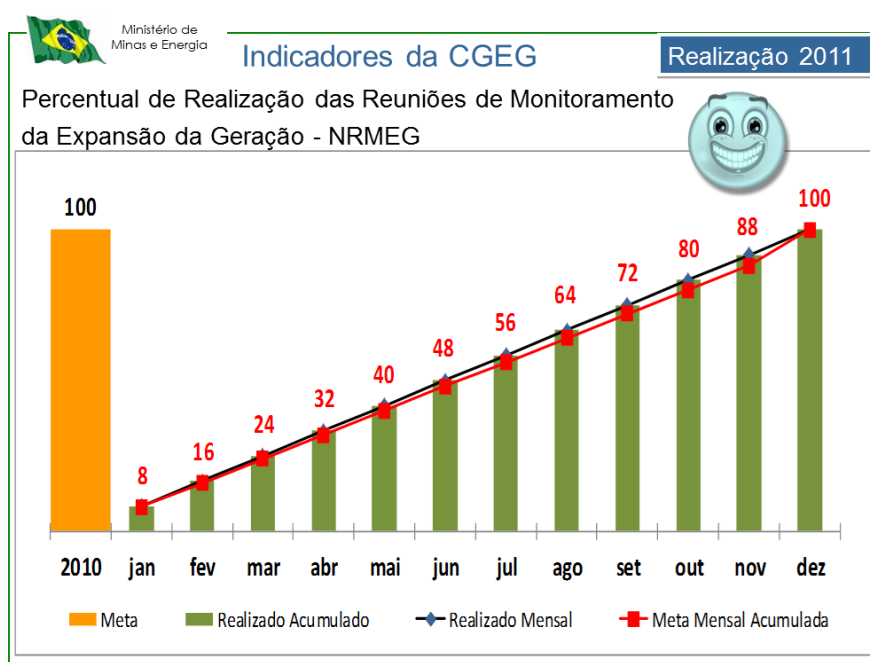


Figura 41: Indicador NRMEG (Número de Reuniões Mensais de Monitoramento da Expansão da Geração)

G) Índice de realização de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Transmissão

OBJETIVO: Aferir o cumprimento das atribuições da CGET/DMSE/SEE, relativas ao monitoramento da expansão do sistema interligado, compreendendo as linhas de transmissão e subestações da Rede Básica, às demais instalações de transmissão e instalações de distribuição de interesse sistêmico, monitorar a expansão dos sistemas isolados, compreendendo as linhas de transmissão e subestações, às demais instalações de interesse sistêmico e integração dos novos empreendimentos e implementar mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos

empreendimentos com a participação de agentes setoriais envolvidos no processo de expansão da transmissão e distribuição de energia elétrica no processo de expansão da geração de energia elétrica.

ÍNDICE: NRMET = (Nº de Reuniões Realizadas em 2011) / (Nº de Reuniões Planejadas para 2011) * 100.

$(11 / 11) \times 100 = 100 \%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2011, sustentada pela necessidade de acompanhamento da implantação dos empreendimentos com participação dos agentes setoriais envolvidos, de acordo com monitoramento do DMSE.

A meta inicialmente estabelecida foi plenamente cumprida, com a realização das 11 reuniões previamente estabelecidas, permitindo um acompanhamento mais efetivo dos cronogramas de realização dos empreendimentos monitorados pelo DMSE.

H) Índice de Participação nas Reuniões do Programa Mensal de Operação – PMO

OBJETIVO: Aferir a participação da CGDE/DMSE/SEE na Reunião do Programa Mensal de Operação do SIN, visando monitorar o desempenho dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando os aspectos de continuidade e segurança.

ÍNDICE: IPRPMO = (Nº de Participações em Reuniões do PMO em 2010) / (Nº de Reuniões do PMO Realizadas em 2010) = 100 %

$(8 / 12) \times 100 = 67 \%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: As reuniões do PMO são realizadas mensalmente no escritório central do ONS e tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a operação coordenada do SIN, em um horizonte mensal com etapas semanais, com o objetivo de atender ao mercado empregando os recursos disponíveis de forma otimizada.

I) Índice de Emissão de Boletins de Monitoramento do Sistema Elétrico

OBJETIVO: Acompanhar a emissão dos Boletins de Monitoramento do Sistema Elétrico (Diário e Mensal), visando a continuidade dos modelos e mecanismos criados para o monitoramento do Sistema Elétrico pela CGDE/DMSE/SEE, de forma a manter atualizados os acompanhamentos, planilhas e bancos de dados com as informações obtidas do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e dos agentes que compõem o Setor Elétrico.

ÍNDICE: IEBMSE = (Nº de Boletins Emitidos em 2011) / (Nº de Boletins Programados para 2011) = 100 %

Boletim Mensal - $(12 / 12) \times 100 = 100\%$

Boletim Diário - $(249 / 249) \times 100 = 100\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: O boletim diário reúne as principais informações relativas ao Sistema Elétrico Brasileiro – SEB, sendo uma ferramenta para o monitoramento diário do desempenho do sistema, considerando os aspectos de continuidade e segurança. O boletim mensal, por sua vez, contém uma visão mais detalhada do SEB, englobando a oferta e demanda de energia elétrica, intercâmbios regionais e internacionais, além das ocorrências que afetaram o sistema.

J) Índice Médio de impacto do Programa Luz para Todos nos reajustes/revisões tarifárias

OBJETIVO: simular o impacto tarifário da nova fase do Programa LpT nos reajustes/revisões tarifárias, de forma a orientar o planejamento da execução do programa.

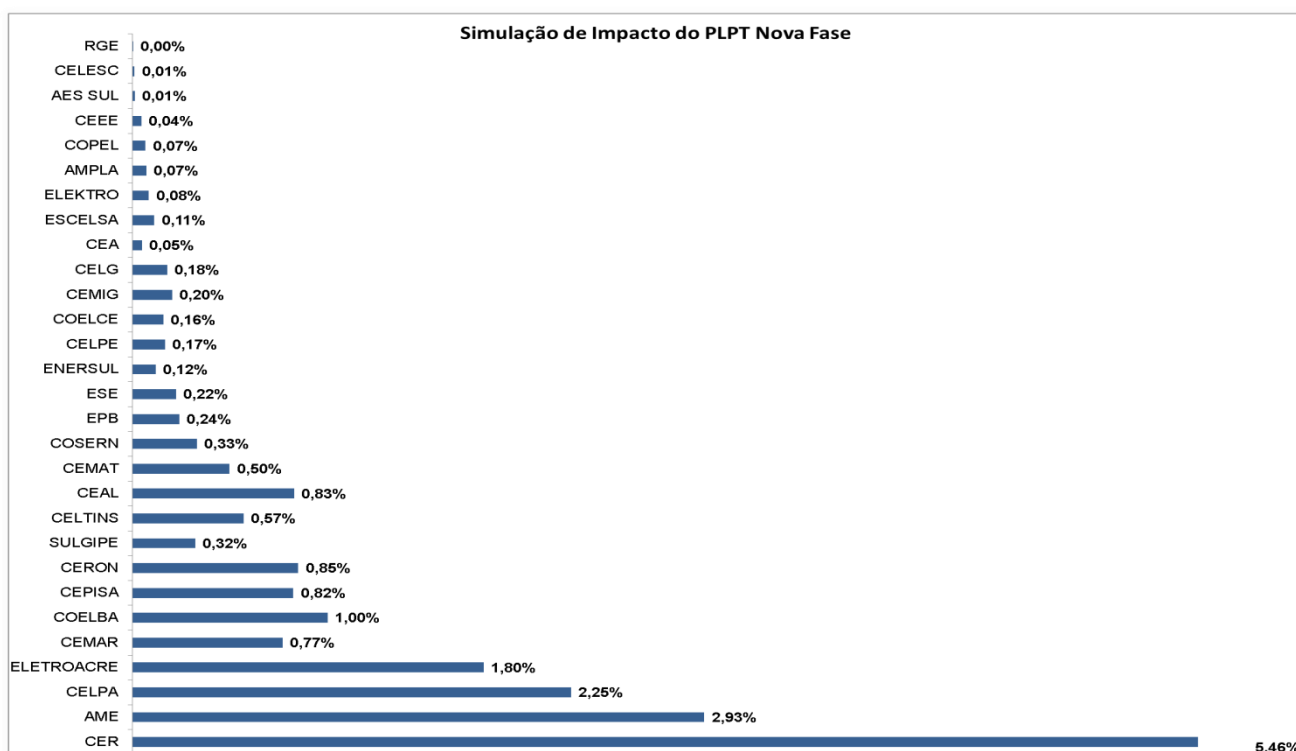
ÍNDICE MÉDIO: $(\sum \text{índices das concessionárias}/\text{quantidade de concessionárias}) = \%$

RESULTADO: $20,14\%/30 = 0,67\%$

FONTE: DGSE/SEE/MME

Maior índice: 5,46%

Menor índice: 0,0%



Fonte: DGSE/SEE/MME

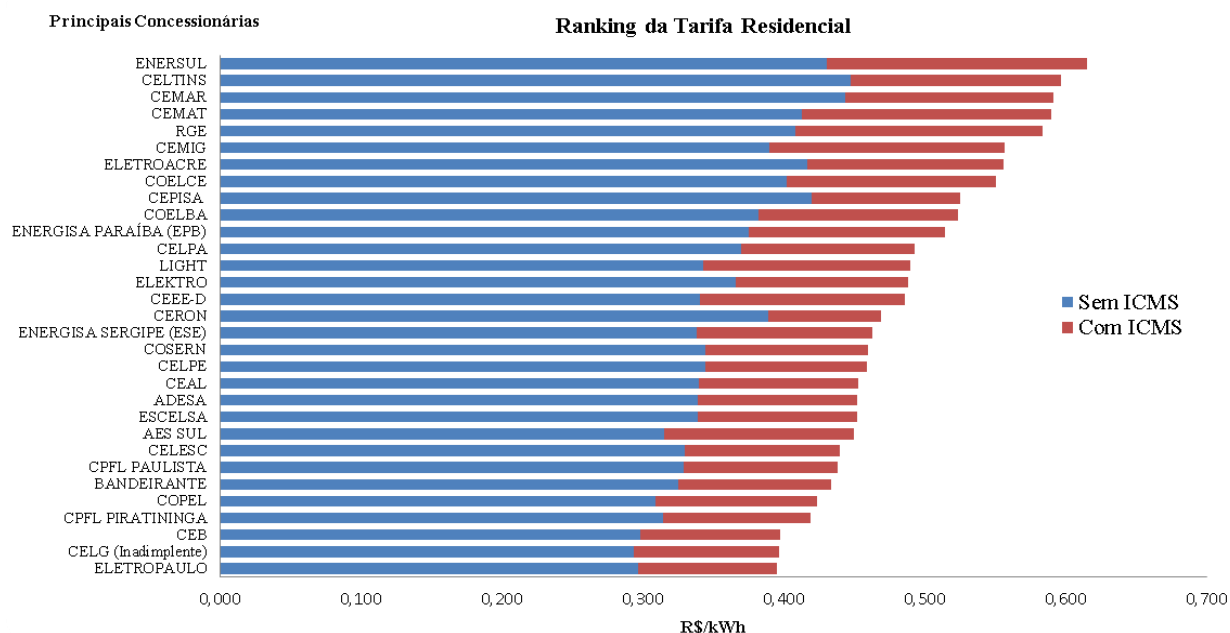
Figura 42: Simulação de impactos tarifários da nova fase do Programa Luz para Todos.

COMENTÁRIO: A figura 37 apresenta a simulação de impacto tarifário nas 29 distribuidoras que receberão a segunda fase do Programa Luz para Todos. Destaca-se que há casos em que uma distribuidora que receberá grande quantidade de ligações não tenha impacto tarifário tão expressivo devido à sua elevada receita requerida.

K) Indicador das tarifas residenciais

OBJETIVO: Acompanhar os processos de reajustes/revisões das tarifas residenciais de todas as concessionárias de distribuição, objetivando a menor tarifa possível.

INDICADOR: Classificação Decrescente da Tarifa Residencial Praticada



Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 43: Ranking da Tarifa Residencial, com ICMS e sem ICMS, das principais concessionárias de distribuição do Brasil

COMENTÁRIO: Na composição da tarifa residencial existem vários itens a serem levados em consideração, tratados em respeito aos Contratos de Concessão assinados. Dentre estes, destacam-se a compra de energia pelas distribuidoras, a necessidade de remunerar o investimento feito pelas empresas, os custos de operação e manutenção característicos de cada área de concessão e o recolhimento dos encargos setoriais. Um dos destaques do modelo tarifário é a busca de eficiência empresarial que é revertida em favor da modicidade tarifária por meio de mecanismos como Fator X / Empresa de Referência. Convém salientar que a cada ano são revisadas as tarifas praticadas por todas as distribuidoras do Brasil, seja no processo de reajuste seja no processo de revisão tarifária.

Cabe ressaltar que os tributos (impostos) estaduais e federais não integram o cálculo das tarifas do setor elétrico.

Os dados apresentados refletem a atualização ocorrida, em cada mês de aniversário de cada distribuidora, em 2011.

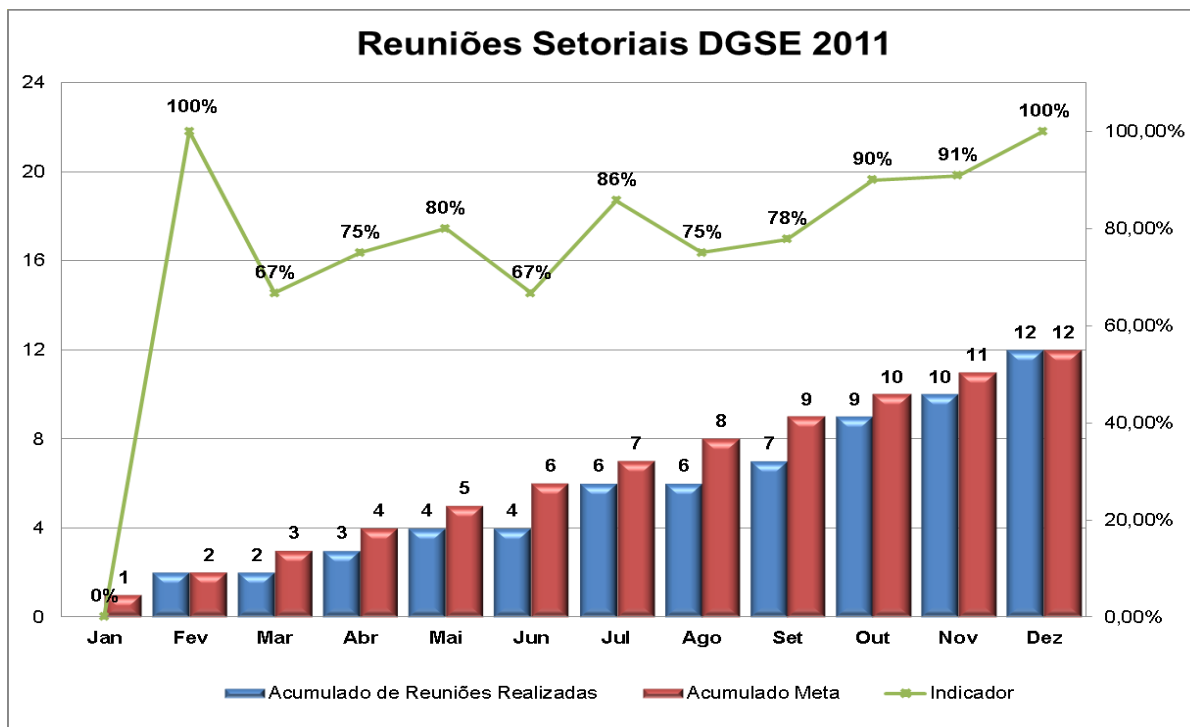
L) Índice de Realização de Reuniões Setoriais - DGSE

Objetivo do Indicador - Acompanhar a execução periódica das reuniões setoriais programadas no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador – $(\text{N}^\circ \text{ de Reuniões Setoriais Realizadas no Ano} / \text{N}^\circ \text{ de Reuniões Setoriais Planejadas no Ano}) * 100$.

Frequência de apuração do Indicador – mensal.

A figura 39 apresenta a evolução mensal da quantidade de reuniões setoriais realizadas. Ela apresenta também a apuração do Índice de Realização de Reuniões Setoriais.



Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 44: Evolução mensal da quantidade de reuniões setoriais realizadas e apuração do Índice de Realização de Reuniões Setoriais

Em 2011 foram planejadas e executadas 12 reuniões setoriais até dezembro. Em alguns meses a realização das reuniões setoriais foi prejudicada pelo ritmo das atividades desenvolvidas pelo DGSE. O Departamento esteve à frente das discussões sobre a minuta de decreto que regulamenta a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE; o acompanhamento das alterações propostas pela ANNEL para o terceiro ciclo de revisões tarifárias das distribuidoras e da proposta de alteração da metodologia de definição da estrutura tarifária (distribuição), além de outras atividades. De toda forma, o final do ano o Departamento atingiu a meta estipulada e o indicador ficou em 100%.

Cabe destacar que a disseminação de informações na equipe do DGSE também se deu por meio de e-mails e do diretório “i:”, disponível na rede MME.

M) Índice de Elaboração de Informativo Tarifário.

Objetivo do Indicador – Acompanhar a elaboração periódica dos Informativos Tarifários programados no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador – (Número de Informativos Tarifários emitidos no Ano/Número de Informativos Tarifários Planejados no Ano) *100.

Frequência de apuração do Indicador – Quadrimestral.

A figura 40 apresenta a evolução trimestral da quantidade de edições elaboradas do Informativo Tarifário. Ela apresenta também a apuração do Índice de quantidade de edições do Informativo Tarifário.

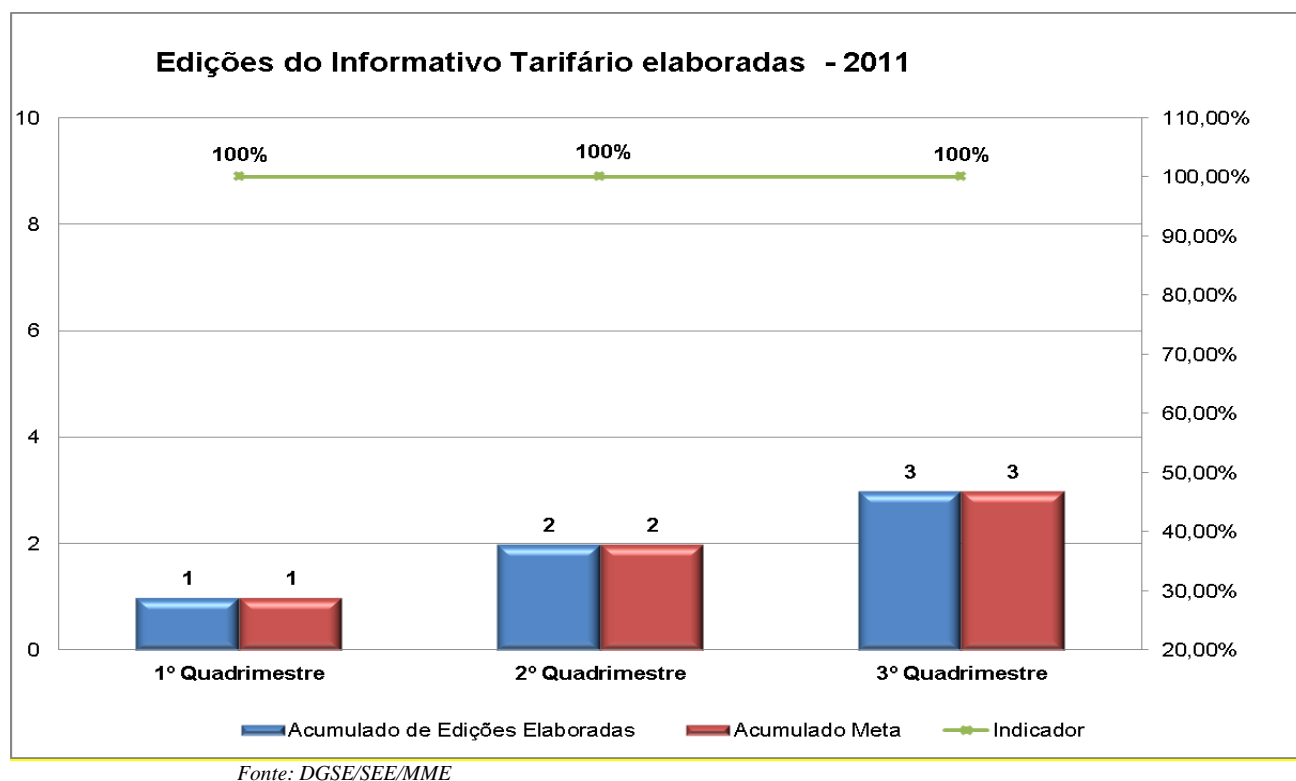


Figura 45: Evolução quadrimestral da quantidade de edições do Informativo Tarifário elaboradas e apuração do Índice de Elaboração de Informativo Tarifário

Em 2011, planejou-se a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações referentes às tarifas de energia e subsidiar decisões do MME. Dessa forma, o DGSE cumpriu a meta estabelecida no início do ano e o indicador ficou em 100%.

N) Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei

Objetivo do Indicador – Mensurar o cumprimento das atribuições da SEE relativas à análise das propostas contidas nos Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição e elaboração de Notas Técnicas (Pareceres Técnicos), com vista a subsidiar a atuação da Assessoria Parlamentar - ASPAR e Consultoria Jurídica – CONJUR na condução de temas sobre a política tarifária.

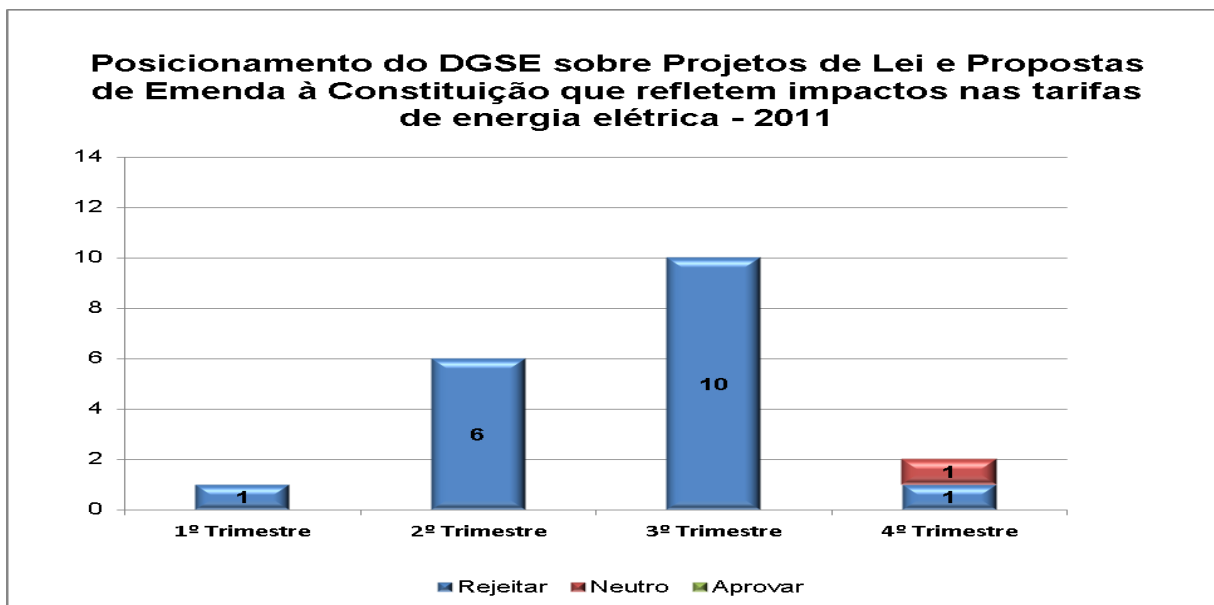
Fórmula de Cálculo do Indicador – (Número de Projetos de Lei analisados no Ano/Número de Projetos de Lei Recebidos no Ano) *100.

Frequência de apuração do Indicador – Trimestral.

A SEE tem atuado no sentido de evitar a concessão de novos subsídios ou descontos tarifários com o intuito de preservar a modicidade tarifária, ao evitar que as tarifas dos demais consumidores se elevem por esse motivo. A SEE tem se posicionado contrária à concessão de novos subsídios ou descontos, para isso tem emitido pareceres técnicos que subsidiam a atuação da Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia junto ao Congresso Nacional, em diversos Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição.

Em 2011 o DGSE elaborou 18 (dezoito) Notas Técnicas relacionadas a Projetos de Lei e 1 (uma) Nota Técnica relacionada à Proposta de Emenda à Constituição.

A figura 41 apresenta o posicionamento da SEE sobre os Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que refletem impactos das tarifas de energia elétrica.

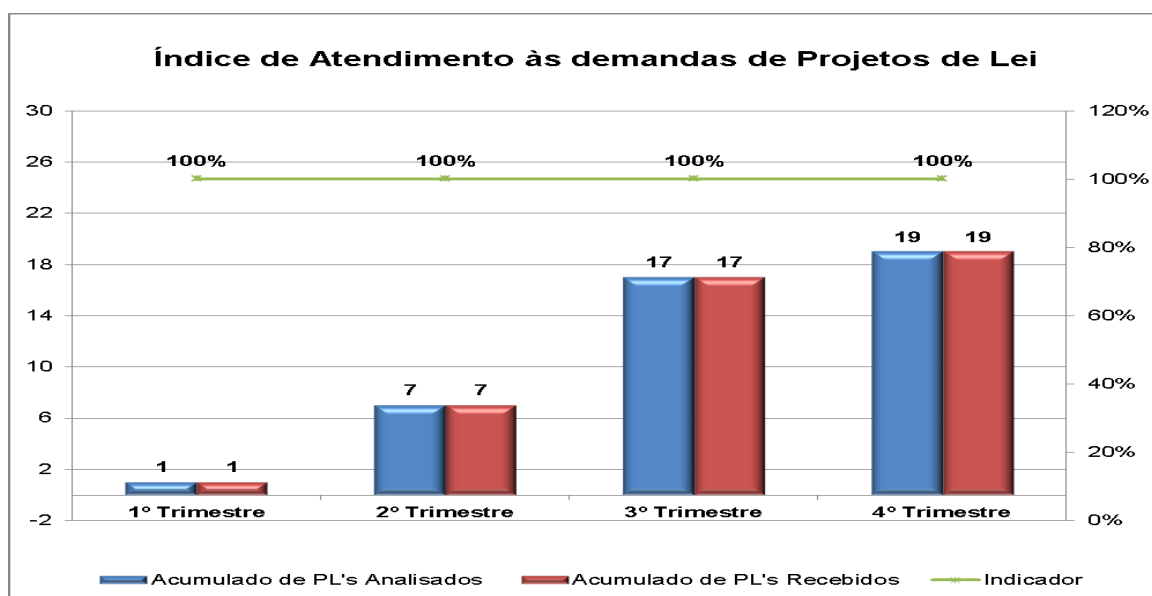


Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 46: Posicionamento da SEE sobre os Projetos de Lei que refletem impactos das tarifas de energia elétrica.

No primeiro trimestre foi recebido 1 (um) Projeto de Lei (PL) do Congresso Nacional, no segundo 6 (seis) PL's, no terceiro 9 (nove) PL's e 1 (uma) Proposta de Emenda à Constituição e no quarto trimestre 2 (dois) PL's.

A figura 42 apresenta a apuração do Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei.



Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 47: Apuração do Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei.

O) Índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos

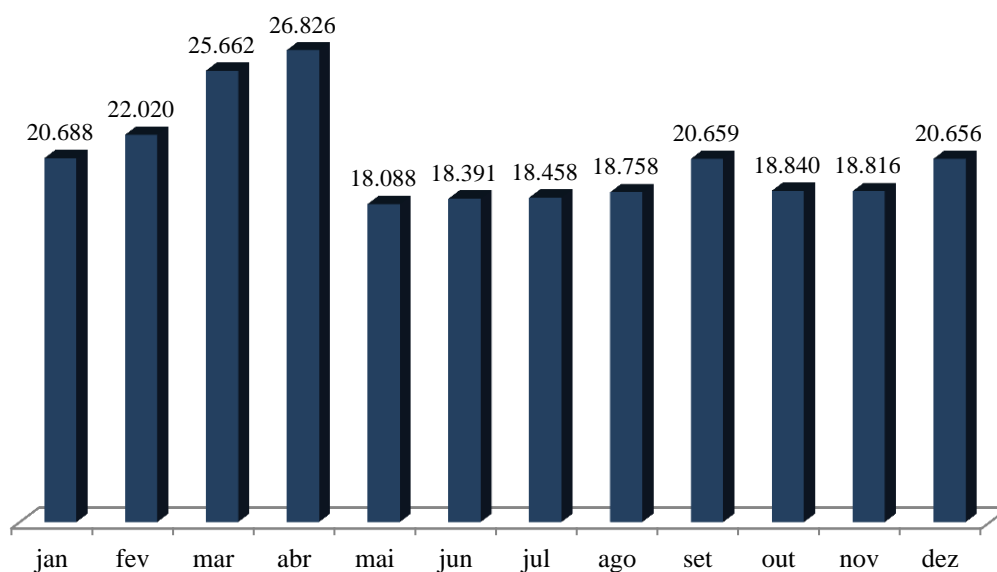
OBJETIVO: verificar a execução do plano de instalações do Programa LPT, com relação à meta estabelecida.

ÍNDICE: (quantidade de instalações executadas/quantidade de instalações previstas) x 100 = % indicativo do desempenho do Programa.

FONTE: LpT/DPUE/SEE/MME

RESULTADO: $(247.862 / 317.854) \times 100 = 78\%$

Quantidade de Instalações Realizadas em 2011



Fonte: SEE/DPUE/PLpT

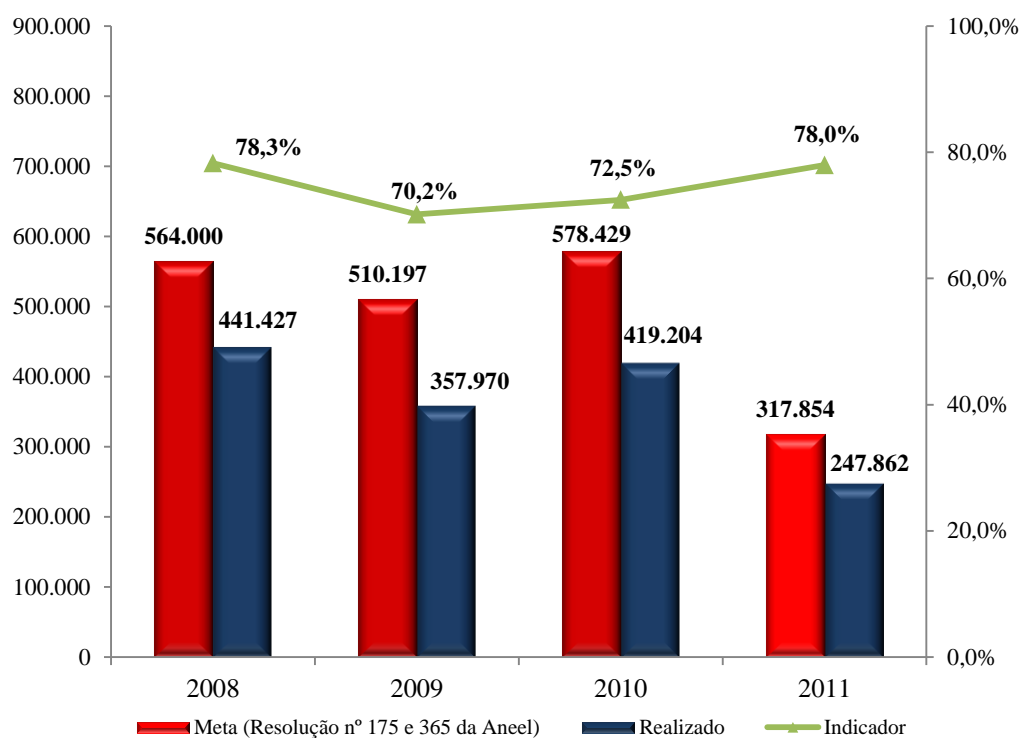
Figura 48: Quantidade de Instalações Realizadas pelo PLpT

COMENTÁRIO: apesar de o Programa não ter atingido 100% da meta estabelecida para o ano de 2011, no acumulado, desde a criação do Programa até dez/2011, o LpT cumpriu 145% de sua meta inicial de 2 milhões de atendimentos, totalizando 2.902.398 ligações realizadas.

Ao longo de 2011, as ações de gestão do Programa foram aprimoradas e a coordenação nacional está mais próxima dos agentes executores no acompanhamento e cumprimento das metas. Estão sendo realizadas, ainda, reuniões de planejamento com as empresas.

Em relação ao resultado alcançado no ano de 2010, no ano de 2011 houve uma melhora no índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos, conforme destacado na figura 44.

Síntese histórica do índice domicílios atendidos pelo PLpT



Fonte: LpT/DPUE/SEE/MME

Figura 49: Síntese histórica do índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à SEE/MME.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela LXVII: Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	96.225,31	11.549,67	4.675,64	80.000,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise crítica

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

CONTA CONTÁBIL: 195110000 - RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
2010NE000002 - SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA	2.619,63 D
2010NE900001 - AIRES TURISMO LTDA	10.643,93 D
2010NE900002 - AIRES TURISMO LTDA	2.961,75 D
2010NE900019 - FUNDAÇÃO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	10.014,17 D
2010NE900020 - FUNDAÇÃO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	6.808,18 D
2010NE900021 - FUNDAÇÃO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	49.449,97 D
2010NE900022 - FUNDAÇÃO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	13.727,68 D
Total	96.225,31 D

CONTA CONTÁBIL: 195140200 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
2010NE000002 - SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA	2.619,63 C
2010NE900001 - AIRES TURISMO LTDA	5.968,29 C
2010NE900002 - AIRES TURISMO LTDA	2.961,75 C
Total	11.549,67 C

CONTA CONTÁBIL: 295110300 - RP NÃO PROCESSADOS PAGO

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
2010NE900001 - AIRES TURISMO LTDA	4.675,64 C
Total	4.675,64 C

CONTA CONTÁBIL: 295110100 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR

CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
2010NE000002 - SECRETARIA DE ENERGIA ELETRICA	0,00
2010NE900001 - AIRES TURISMO LTDA	0,00
2010NE900002 - AIRES TURISMO LTDA	0,00
2010NE900019 - FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	10.014,17 C
2010NE900020 - FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	6.808,18 C
2010NE900021 - FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	49.449,97 C
2010NE900022 - FUNDACAO SOUSANDRADE DE APOIO AO DES	13.727,68 C

Total

80.000,00 C

Análise Crítica

Restos a Pagar não Processados em 2010, no montante de R\$ 96.225,31, corresponde a:

- R\$ 16.225,31 refere-se a diárias e passagens da SEE. Informamos que foram cancelados, porque a demanda por passagens e diárias da SEE foi menor do que o valor empenhado.

- R\$ 80.000,00 destinados a Fundação Sousandrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA-FSADU, Processo 48000.003398/2005-85. Inscrição devido à pendência na prestação de contas de parcela do convênio (devolução de recursos), ocasionando posicionamento da área jurídica deste Ministério para posterior pagamento ou cancelamento das referidas notas de empenho. Após pronunciamento da CONJUR, foi solicitado o cancelamento integral das notas de empenho nº 2010NE900019, 2010NE900020, 2010NE900021 e 2010NE900022, totalizando o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), por meio do Memorando nº 10/2012-DPUE/SEE-MME, registro nº 48370.000516/2012-00, encaminhado a CGOF/MME, fato esse já foi realizado.

Importa ressaltar que não houve permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados por mais de um exercício.

5. Recursos Humanos da Unidade

A SPOA fornecerá as informações referentes ao item 5 e seus subitens.

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos

b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

c) Composição do Quadro de Estagiários

d) Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

e) Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços

f) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

6. Informação sobre Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2011

Tabela LXVIII: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Energia Elétrica					UG/GESTÃO: 3200013				
CNPJ: 37.115.383/0001-53									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	720600/2009	01.738.780.0001/34	312.550,00	30.345,00	0	282.205,00	29/12/2009	23/06/2012	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 -	Convênio				1 -	Adimplente			
2 -	Contrato de Repasse				2 -	Inadimplente			
3 -	Termo de Parceria				3 -	Inadimplência Suspensa			
4 -	Termo de Cooperação				4 -	Concluído			
5 -	Termo de Compromisso				5 -	Excluído			
					6 -	Rescindido			
					7 -	Arquivado			

Fonte: DPUE/SEE

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Tabela LXIX: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Energia Elétrica						
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 3200013		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	11	11	0	3.161.348,00	2.373.499,00	184.350,00
Contrato de Repasse	0	0	1	0	0	329.623,00
Termo de Parceria	1	0	0	0	513.590,00	
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	12	11	1	3.161.348,00	2.887.089,00	513.973,00

Fonte: DPUE/SEE

6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Tabela LXX: Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Energia Elétrica					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 3200013		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	16	24.588.810,15	17.747.615,98	2.500.000,00	88% - Prodeem 2% - DPUE
Contrato de Repasse	1	668.933,17	668.933,17	0,00	100%
Termo de Parceria	1	513.590,00	513.590,00	0,00	
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	17	25.771.333,32	18.930.139,15	2.500.000,00	

Fonte: DPUE/SEE

6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Tabela LXXI: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Energia Elétrica					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 3200013		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	16	0
			Montante Repassado (R\$)	3.142.633,71	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	0
Montante Repassado (R\$)	329.886,00		0		
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		9	2
		Montante Repassado		4.516.920,30	5.709.800,00
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	1	0
			Montante Repassado (R\$)	1.672.000,00 (Devolvido: 1.468.584,73)	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
Montante Repassado (R\$)	0		0		
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	0	
		Montante Repassado (R\$)	4.240.057,00	0	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
2008	Contas prestadas	Quantidade	1	0	
		Montante Repassado (R\$)	497.354,00	0	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	0	

Fonte: DPUE/SEE

6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Tabela LXXII: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Secretaria de Energia Elétrica							
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 3200013				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2011	Quantidade de contas prestadas			16	0		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			0	0	
		Montante repassado (R\$)			0	0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			0	0
			Quantidade Reprovada			0	0
			Quantidade de TCE			0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade			16	0
Montante repassado (R\$)			3.142.633,71	0			
2010	Quantidade de contas prestadas			3	0		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			9	2	
		Montante repassado (R\$)			4.516.920,30	5.709.800,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			0	0
			Quantidade Reprovada			0	0
			Quantidade de TCE			0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade			1	0
Montante repassado (R\$)			1.672.000,00 (Devolvido: 1.468.584,73)	0			
2009	Quantidade de contas prestadas			3	0		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			1	0	
		Quantidade Reprovada			0	0	
		Quantidade de TCE			0	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			1	0	
Montante repassado (R\$)			4.709.451,00	0			
2008	Quantidade de contas prestadas			0	1		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			0	9.402.503,22	
		Quantidade Reprovada			0	0	
		Quantidade de TCE			0	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			0	0	
Montante repassado			0	0			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			0	0	
		Montante repassado			0	0	

Fonte: DPUE/SEE

6.2. Análise Crítica

Não há inadimplência referente às transferências voluntárias. As transferências voluntárias não foram afetadas pela legislação referente ao disposto no art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010.

A quantidade e volume dos recursos transferidos nos exercícios de 2008 a 2011 apresentaram declínio significativo, em razão dos contingenciamentos orçamentários, porém, não trouxeram prejuízo no atendimento aos projetos planejados.

As prestações de contas expiradas até 2010 estão sendo analisadas, porém para aprovação necessitam de documentos complementares que estão sendo solicitados aos convenientes.

A partir de 2008 as prestações de contas estão sendo colocadas no Sistema de Convênios – SICONV.

A estrutura de controle definida para o gerenciamento e fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho estão adequados considerando o volume de transferências realizadas.

7. Declaração da Área Responsável

Não se aplica à SEE/MME.

8. Declarações de Bens e Rendas

Não se aplica à SEE/MME.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Os macroprocessos contemplados nas tabelas XXVIII, XXIX e XXX, constituem-se naqueles considerados como de maior representatividade no tocante ao Monitoramento do Sistema Elétrico Nacional e da pontuação atribuída a cada um dos quesitos analisados, decorrerão, em 2012, algumas ações com vista ao aprimoramento de seus resultados.

Tabela LXXIII: Estrutura de Controles Internos da Coordenação de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X
Avaliação de Risco				
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	NA			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	NA			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X
Procedimentos de Controle				
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X
Informação e Comunicação				
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X
Monitoramento				
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Considerações gerais:				
Item 5- Procedimentos, principalmente boletins estão bem fundamentados e com manuais;				
Item 7- Atividades e responsabilidades bastante claras;				
Itens com avaliação 3 e 4 podem melhorar;				

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
Importante realizar treinamento sobre avaliação de risco. Neutro deveria ser "0".	
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

Tabela LXXIV: Estrutura de Controles Internos da Coordenação de Monitoramento da Expansão da Geração

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	NA				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<p>Item 3- foi discutido com foco no macroprocesso do Monitoramento da Expansão da Geração, mas cabe ressaltar que alguns colaboradores foram enfáticos em afirmar que a comunicação da SEE e do MME como um todo são extremamente falhas;</p> <p>Item 4- Existe o código de ética formalizado na Lei 8.112/90 e no Decreto 1.171/94, porém necessita ser internalizado no macroprocesso;</p> <p>Item 16 – A maioria não identificou, porém um servidor identificou um processo perdido, fora da área;</p> <p>Item 20- Existem atividades de controle porém ainda não estão alinhadas com o planejamento de longo prazo.</p>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Tabela LXXV: Estrutura de Controles Internos da Coordenação de Monitoramento da Expansão da Transmissão

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X	
Avaliação de Risco				
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	NA			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	NA			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X
Procedimentos de Controle				
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X	
Informação e Comunicação				
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X		
Monitoramento				
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu			X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
desempenho.					
<p>Considerações gerais:</p> <p>Item 5- Procedimentos bem fundamentados e manualizados; Item 7 – Atividades e responsabilidades bastante claras; Itens com avaliação 3 e 4 podem melhorar; Importante realização de treinamento sobre avaliação de risco.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: SEE

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

A SPOA encaminhará as informações

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

A SPOA encaminhará as informações

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

A SPOA encaminhará as informações

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica à SEE/MME.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica à SEE/MME.

15. Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno

O Tribunal de Contas da União – TCU realizou, no ano de 2002, Auditoria de Natureza Operacional, com o objetivo de avaliar o desempenho do “Programa Energia das Pequenas Comunidades”, constante do Plano Plurianual 2000-2003, que integrava o Projeto Alvorada, cuja missão foi a de atender com energia elétrica as escolas, postos de saúde e sistemas comunitários de bombeamento d’água situados nas localidades isoladas não supridas pela rede convencional, além de priorizar as ações relacionadas com eletrificação rural e energia dos eixos norte e nordeste.

Como resultado, foi prolatado o Acórdão nº 598/2003 – TCU – Plenário, contendo 14 recomendações – itens 9.1 (9.1.1 a 9.1.14) e 4 determinações – itens 9.2 (9.2.1 a 9.2.4). A partir desse Acórdão e do diagnóstico efetivado pelo MME foi lançado o Plano de Revitalização e Capacitação – PRC/PRODEEM, com as premissas e diretrizes voltadas à reestruturação do Programa.

A Controladoria-Geral da União – CGU, em cumprimento à determinação da Corte de Contas, vem, a partir da efetiva evolução do PRC/PRODEEM, fiscalizando, orientando e reorientando os atos de gestão da Unidade Jurisdicionada, objetivando a implementação das ações consideradas mais complexas, adequando-as ao atual cenário das políticas públicas setoriais, saneando, com as devidas baixas, aquelas consideradas efetivamente cumpridas.

Nesse contexto, a Secretaria de Energia Elétrica elaborou, em julho de 2008, o PLANO DE AÇÃO PRODEEM 2008-2009, resultando, no Plano de Providências Permanente – PPP, o qual contempla o conjunto de constatações e recomendações da CGU, decorrentes do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224468, bem como as correspondentes ações da SEE voltadas ao saneamento das pendências, cujos avanços foram compartilhados com a CGU por meio de reuniões periódicas.

O Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224468 e, conseqüentemente, o PPP, fixaram 04 Constatações: 004 – 1.1.1.1, com as seguintes Recomendações correspondentes: 001, 002, 003, 004, 005, 006 e 007; 003 – 1.1.2.3, com 2 Recomendações – 001 e 002; 002 – 1.1.2.2, com 1 Recomendação - 001; 001 – 1.1.2.1, com 1 Recomendação – 001; e 005 – 2.1.1.1, com 3 Recomendações – 001, 002 e 003.

Dessa forma, desde 2008, a SEE atua no sentido de implementar o conjunto de constatações, recomendações e ações decorrentes do PPP no que se refere ao Programa Nacional de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios.

Em 2011, não houve recomendações expedidas pela CGU, referente à análise do exercício de 2010 da SEE. No entanto, conforme Relatório de Auditoria da CGU nº 201109019, haviam 14 recomendações pendentes referentes ao exercício de 2008 (Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224468), envolvendo principalmente assuntos relacionados ao Prodeem e aos convênios celebrados pela SEE. Dessas recomendações, a SEE atendeu 9 Recomendações, ainda no exercício de 2010. As 5 Recomendações pendentes de atendimento pela SEE são referentes à Constatação 004 – 1.1.1.1, sendo elas: 001, 002, 003, 005 e 007.

Sendo assim, importa descrever as decisões e ações tomadas para atendimento dessas Recomendações, com os destaques referentes às providências adotadas; síntese dos resultados obtidos; análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de

providências e justificativas para o seu não cumprimento, conforme Item 15.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

Em relação ao Programa Luz para Todos, o TCU realizou, no ano de 2010, Auditoria de Natureza Operacional, com o objetivo de avaliá-lo. Como resultado, foi prolatado os Acórdãos nº 371 e 1500/2011 – TCU – Plenário, os quais tratam, respectivamente, dos resultados da Auditoria Operacional realizada no Programa Luz para Todos, e do deferimento de prorrogação do prazo, objetivando a elaboração de Plano de Ação para o desenvolvimento de estudo que tenha por finalidade fomentar a eficácia e a efetividade no processo de universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Nesse contexto, a Secretaria de Energia Elétrica, a partir das oportunidades de melhorias sinalizadas pelo TCU elaborou, no ano de 2011, o PLANO DE AÇÃO para o desenvolvimento de estudos voltados à execução do processo de universalização do acesso à energia elétrica, e que foi estruturado em cinco macro ações, considerando as variáveis técnicas e legais que permeiam o assunto, notadamente em se tratando da complexidade que decorre do atendimento aos Sistemas Isolados e regiões remotas do país.

Ao final dos estudos, cujo prazo está previsto para abril de 2012, deseja-se conhecer as técnicas mais apropriadas e adequadamente voltadas ao atendimento do público-alvo remanescente do processo de universalização. Essas informações estão detalhadas na tabela XXXI do item 15.2 desse Relatório de Gestão.

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não se aplica.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Tabela LXXVI: Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:			Código SIORG		
Secretaria de Energia Elétrica			1919		
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	028.492/2007-5	371/2011	9.3		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação			Código SIORG		
Secretaria de Energia Elétrica			1919		
Descrição da Deliberação:					
Elaboração, em conjunto com a Aneel, de Plano de Ação que contemple a realização de estudo detalhado com vistas à identificação do total do público-alvo que resta ser atendido no processo de universalização do acesso à energia elétrica, com ênfase nas localidades mais remotas do País, em termos de quantidade, de forma de atendimento e de estimativa de recursos, bem como avaliação quanto à necessidade de aperfeiçoamento regulatório.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		

Secretaria de Energia Elétrica	1919
Síntese da providência adotada:	
A partir das oportunidades de melhorias sinalizadas pelo TCU, o MME promoveu reuniões com a Aneel e desenvolveu o Plano de Ação para o desenvolvimento de estudos voltados à execução do processo de universalização do acesso à energia elétrica.	
Síntese dos resultados obtidos	
O Plano de Ação foi estruturado em cinco macro ações e elaborado considerando as variáveis técnicas e legais, quais sejam: 1 – Análise Jurídica; 2 – Aperfeiçoamento Regulatório; 3 – Reuniões com os Agentes Executores; 4 – Consolidação dos dados pelos Agentes Executores; 5 – Cenários de Atendimentos.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O ponto positivo para a adoção pelo gestor das providências necessárias ao cumprimento desta recomendação foi o ambiente de cooperação entre o MME e a Aneel, que facilita o compartilhamento de informações e a resolução das questões levantadas.	

15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Em 2011, não houve recomendações da CGU para a SEE. No entanto, conforme relatado no Relatório de Gestão de 2010, a SEE atendeu diversas deliberações da CGU, que foram corroboradas no Relatório de Auditoria da CGU nº 201109019.

15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Item 1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (004)

Deficiência no planejamento e execução do PRC do PRODEEM, em razão da não observância das recomendações do Controle Interno e não acatamento de recomendações e determinações do Acórdão 598/2003 – TCU Plenário.

Tabela LXXVII: Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica – SEE			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Promova imediata elaboração de arcabouço normativo necessário e suficiente para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos Ativos do Programa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
No Plano de Providências Permanente da SEE, foram definidas três ações para atender a Recomendação 001 da CGU, são elas:			

Ação SEE nº 01/2009: Elaborar e submeter à análise e aprovação da Conjur/MME, Nota Técnica e arcabouço normativo para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos ativos do Prodeem.

Ação SEE nº 02/2009: Análise e aprovação do arcabouço legal.

Ação SEE nº 03/2009: Submeter o arcabouço legal à análise e aprovação da Casa Civil, para posterior publicação.

A **Ação SEE nº 01/2009** foi concluída, com a elaboração da minuta de Decreto de encerramento do Prodeem, realizada em parceria com a Aneel e Eletrobras. Em seguida, foi confeccionada a Nota Técnica nº 92/DPUE/SEE/2009, em 18 de setembro de 2009, com subsídios para a Conjur/MME analisar a proposta de Decreto (Processo nº 48000.001732/2008-17), encaminhada por meio do Memorando nº 624/SEE/2009, de 7 de outubro de 2009.

A **Ação SEE nº 02/2009** De acordo com as diretrizes definidas pelo MME, nos termos do Ofício nº 896/2010/SE-MME, de 07 de junho de 2011, dirigido à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, a emissão de decreto será providenciada após a conclusão do processo de desfazimento dos bens armazenados em almoxarifados das empresas executoras do PRC/PRODEEM.

Para a implementação dessa estratégia, importa registrar que já foram criadas duas comissões de desfazimento: a Comissão da Eletrosul e a Comissão de Furnas.

Comissão da Eletrosul (Processo Administrativo nº 48000.001157/2010-69)

Criada mediante a Portaria/SE nº 540, de 24 de maio de 2010, publicada no DOU do dia 25 de maio de 2010.

A Comissão entregou o Relatório Final em 25 de fevereiro de 2011. Aprovado Secretário de Energia Elétrica, foi encaminhado para homologação da Secretaria-Executiva do MME, por meio do Memorando nº 132/2011-SEE/MME, em 13 de abril de 2011.

Comissão de Furnas (Processo Administrativo nº 48000.002450/2010-43)

A comissão para propor desfazimento de bens remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem armazenados nos almoxarifados da Empresa Furnas, foi criada mediante a Portaria nº 1.006, de 29 de dezembro de 2010, publicada no DOU no dia 30 de dezembro de 2010. A Comissão não teve atuação em virtude da não realização da inspeção técnicas dos equipamentos, o que motivou solicitação de prorrogação por meio do Memorando nº 10/2011-Prodeem/DPUE-MME e Memorando nº 158/2011-SEE-MME.

Por meio da Nota Técnica nº 15/2011-Prodeem/DPU-MME, de 20 de dezembro de 2011, a Coordenação-Geral do Prodeem justificou a necessidade de edição de nova portaria com a finalidade de dar encaminhamento a essa ação.

Em 02 de janeiro de 2012, o Cepel, por meio da correspondência DTE-011/2012, encaminhou o Relatório DTE – 21528/2011, com o resultados da inspeção e testes realizados nos equipamentos.

A **Ação SEE nº 03/2009** depende da conclusão da Ação nº SEE nº 02/2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Como fator positivo à definição das estratégias de encerramento relacionadas às Ações da SEE 01 e 02, destacamos o engajamento dos seguintes atores: Secretaria-Executiva/MME, Conjur/MME, SEE/MME, SPOA/MME, empresas estatais (Eletronorte, Chesf, Eletrosul e Furnas) e Aneel, bem como a própria CGU. O resultado dessa ação foi o encaminhamento à Conjur de minuta de decreto de encerramento do Prodeem e a publicação de portarias de desfazimento dos bens armazenados nos almoxarifados da Eletrosul (540/2010) e Furnas (1.006/2010).

Destaca-se, ainda, como fator positivo, a participação voluntária do Cepel no processo de realização das inspeções técnicas dos equipamentos armazenados nos almoxarifados das empresas conveniadas, o que envolve, também, testes nos laboratórios do Centro de Pesquisa, no Rio de Janeiro.

Descrição da Recomendação:	
002 - Na execução remanescente do convênio com a Eletronorte, ainda em vigência, priorize as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque, para subsequente utilização nos projetos especiais do Luz para Todos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>No Plano de Providências da SEE, foi definida uma ação para atender essa recomendação da CGU:</p> <p>Ação SEE nº 04/2009: Realizar reunião com a Eletronorte para compartilhar os resultados da auditoria e reorientar a execução do PRC, definindo como prioridades as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque.</p> <p>Essa recomendação se refere especificamente à Eletronorte, porque, das empresas conveniadas para executar o PRC/Prodeem, ela era a única que possuía um convênio para instalação: Convênio nº 011/2004. Esse convênio tinha o objetivo de instalar 582 sistemas fotovoltaicos da Fase V do Prodeem no Estado do Maranhão. O outro firmado com a Eletronorte, o Convênio nº 10/2004, em sua cláusula 1ª – do objeto – tinha:</p> <p style="text-align: center;"><i>Constitui objeto deste Convênio os serviços de levantamento, cadastramento, diagnóstico, manutenção preventiva e corretiva, obras, tombamento e regularização patrimonial, assim como atividades que se tornem necessárias à execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios – PRC/Prodeem.</i></p> <p>No decorrer da execução do Convênio nº 011/2004, o Programa Luz Para Todos avançou de forma expressiva no Estado do Maranhão, provocando a necessidade de se definirem novos locais para instalação dos sistemas fotovoltaicos.</p> <p>Em consonância com o recomendado pela CGU, em 31 de dezembro 2009, não se prorrogou o prazo de vigência do Convênio nº 011/2004, finalizando, dessa forma, a instalação de novos sistemas fotovoltaicos no âmbito do Prodeem.</p> <p>Na condução do Convênio nº 10/2004, diante dos recursos financeiros disponíveis, foi priorizada a revitalização de 11 sistemas do Estado do Amapá e de 200 sistemas no Estado do Pará. Concluídas as atividades no Estado do Amapá, continua em curso a recuperação dos sistemas fotovoltaicos no Estado do Pará, que devido ao grande número de módulos, houve a necessidade de definição uma nova configuração técnica padrão para atender a necessidade das comunidades, decorrendo como consequência, a transferência de equipamentos de outras unidades da Federação para aquele Estado.</p> <p>Pela Nota Técnica nº 49/2011-CGOF/SPOA-MME, de 20 de dezembro de 2011, a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MME aprovou a prestação de contas do Convênio nº 11/2004, cujas ressalvas foram encaminhadas à Eletronorte, por meio do Ofício nº 350/2011-SEE-MME, de 26 de dezembro de 2011, cujos pontos foram saneados.</p> <p>A Coordenação-Geral do Prodeem identifica a necessidade de se incorporarem os sistemas instalados no âmbito do Convênio nº 11/2004 ao Convênio nº 10/2004, para assegurar a prestação do serviço à população ou a retirada de sistemas onde se fizer necessário.</p> <p>Conforme Ofício nº 017/2012/SEE-MME e Memorando 03/2012-Prodeem/DPUE-MME, encaminhado à CGU em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 201118344/005, dadas as dificuldades que envolvem o atendimento aos Sistemas Isolados e Regiões Remotas do país, e a necessidade de sustentabilidade do fornecimento que se faz por meio do Prodeem, estudos estão sendo realizados no sentido de padronização das configurações e arranjos físicos e de se diagnosticar as ações futuras, inclusive no que se refere à aplicação de recursos materiais, humanos e financeiros.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Descrição da Recomendação:	
003 - Adote providências no sentido de concluir e encerrar os convênios com Chesf, Furnas e Eletrosul, ainda em vigência.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
No Plano de Providências Permanentes da SEE, foram definidas duas ações para atender a Recomendação 003 da CGU:	
Ação SEE nº 05/2009: Realizar reunião com a Chesf, Furnas e Eletrosul para compartilhar os resultados da auditoria e estabelecer os prazos de encerramento dos convênios.	
Ação SEE nº 06/2009: Monitorar o andamento da execução do PRC-Prodeem por meio de reuniões periódicas com as empresas conveniadas e inspeções técnicas em campo e almoxarifados.	
Em relação à Ação SEE nº 05/2009 , foram realizadas reuniões com a Chesf, Furnas e Eletrosul para compartilhar os resultados da auditoria. Os convênios, no final do ano de 2010, tiveram aditamento de prazo para que se pudesse dar continuidade às atividades de conclusão do PRC, assistência técnica dos sistemas e recolhimento daqueles situados em localidades atendidas pelo Programa Luz para Todos.	
No que se refere à Ação SEE nº 06/2009 , a SEE tem acompanhado a execução PRC/Prodeem, por meio de reuniões e inspeções técnicas em campo e almoxarifados, com o seguinte desempenho: no ano de 2009 foram monitorados 348, em 2010 uma amostra de 150 sistemas, e em 2011 foram realizadas 429 inspeções.	
Considerando a estratégia definida pelo MME, comentada na Ação SEE 02/2009, vinculada à Recomendação 001, os convênios com as empresas do Grupo Empresarial Eletrobrás não poderão ser encerrados, até que seja feita toda a transferência dos sistemas do Prodeem que estão em campo atendendo às comunidades ainda não contempladas por energia elétrica.	
Desta forma, os convênios firmados com a Eletronorte e com a Chesf, que estavam com encerramento previstos para o final de 2011, foram prorrogados até o final de 2014, coincidindo com o prazo de encerramento do Luz para Todos. Cabe destacar que a mesma ação será realizada para os convênios com a Eletrosul e Furnas, que estão vigentes até o final de 2012.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Destacamos, como fator positivo, a integração que se fez entre o MME e as empresas federais conveniadas para a execução do PRC/Prodeem, tarefa que demanda dedicação extraordinária às atividades finalistas dessas empresas.	

Descrição da Recomendação:	
005 - Promova a integração das atividades do PRC/Prodeem com o Programa Luz para Todos, conforme previsto no Manual de Operacionalização do Programa, preferencialmente no âmbito dos projetos especiais, de acordo com o Manual de Projetos Especiais, instituído pela Portaria nº 60, de 12/02/2009.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
No Plano de Providências Permanente da SEE, foram definidas duas ações para atender a Recomendação 005 da CGU:	
Ação SEE nº 08/2009: Publicar arcabouço legal para transferência dos equipamentos instalados para as concessionárias de distribuição, no âmbito do Programa Luz para Todos;	
Ação SEE nº 09/2009: Transferir os equipamentos armazenados em almoxarifados das empresas federais para a	

Eletrobras, para serem utilizados no Programa Luz para Todos, utilizando o Decreto nº 99.658/90.

Para cumprimento da **Ação SEE nº 08/2009** é fundamental concluir a Ação nº 002/2009 – Análise e aprovação do arcabouço legal referente ao encerramento do Prodeem (Recomendação 001), ambas prejudicadas diante da estratégia traçada de somente se publicar o arcabouço legal após a conclusão dos trabalhos de desfazimento dos sistemas armazenados.

No que se refere à **Ação SEE nº 09/2009**, a Comissão criada pela Portaria nº 540, de 24 de maio de 2010, para propor desfazimento de bens remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, armazenados nos almoxarifados da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., concluiu seus trabalhos e entregou o relatório em fevereiro de 2011, aprovado pela SEE e encaminhado por meio do Memorando nº 132/2011-SEE/MME, para homologação da Secretaria-Executiva do MME.

A comissão para propor desfazimento de bens remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem armazenados nos almoxarifados da empresa Furnas foi criada pela Portaria nº 1.006, de 29 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2010, conforme exposto na Ação SEE nº 002/2009, vinculada à Recomendação 001/2009.

O processo de integração está, também, vinculado ao aproveitamento desses materiais diretamente pelo MME em locais cujo atendimento pelas concessionárias seja inviável diante dos critérios do Programa Nacional e Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz Para Todos (LPT). Desta forma, essa integração foi contemplada no Manual de Operacionalização do Luz para Todos, item 3.2 – Formas de atuação, página 6:

“O PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, ora em processo de revitalização, é parte integrante do Programa “LUZ PARA TODOS” e será utilizado em circunstâncias específicas a serem definidas pelo MME”.

“Os equipamentos em estoque remanescente do PRODEEM poderão ser utilizados para o atendimento de comunidades isoladas, no âmbito do Programa “LUZ PARA TODOS”, conforme diretrizes a serem definidas pelo MME”.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Destaca-se, como fator positivo, a participação voluntária do Cepel no processo de realização das inspeções técnicas dos equipamentos armazenados nos almoxarifados das empresas conveniadas, o que envolve, também, testes nos laboratórios do Centro de Pesquisa, no Rio de Janeiro.

Descrição da Recomendação:

007 - Elabore e apresente a esta CGU-PR, para acompanhamento, reportes mensais sobre o andamento da implementação das recomendações anteriores.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Secretaria de Energia Elétrica

Código SIORG

1919

Justificativa para o seu não cumprimento:

No Plano de Providências da SEE, foi estabelecida uma ação para atendimento desta recomendação:

Ação SEE nº 10/2009: Realizar reuniões mensais, com participação da CGU, para acompanhamento do plano de providências, a partir de agosto de 2009.

Foram realizadas diversas reuniões com a CGU, desde 2009, sobre acompanhamento do Plano de Providências da SEE, que contou com a participação da SE/MME, SPOA/MME, CONJUR/MME e GM/MME, além de representantes da SEE.

O compartilhamento das informações sobre as atividades desenvolvidas pela SEE para atender as recomendações da CGU não se resumiu às realizações de reuniões. Foram encaminhadas à CGU, por meio de ofício, informações sobre Plano de Ação para a normalização dos convênios que estavam com prazo de vigência expirado. Além disso, a SEE respondeu a todas as solicitações de auditoria realizadas pelo CGU neste período.

De acordo com o Relatório de Auditoria da CGU nº 201109019, essa recomendação encontra-se parcialmente

atendida, tendo em vista que a CGU acredita que ela será finalizada apenas com a extinção Prodeem. A SEE possui um posicionamento diferente, pois como os informes à CGU sobre o Plano de Providências da SEE viraram rotina nas atividades realizadas pela Secretaria, logo a recomendação foi acatada e internalizada às práticas institucionais da organização, sendo, então, a recomendação atendida.

Foram realizadas 4 reuniões com a CGU sobre acompanhamento do Plano de Providências da SEE, que contou com a participação da SE/MME, SPOA/MME, CONJUR/MME e GM/MME, além de representantes da SEE.

O compartilhamento das informações sobre as atividades desenvolvidas pela SEE para atender as recomendações da CGU não se resumiu às realizações de reuniões. Foram encaminhadas à CGU, por meio de ofício, informações sobre Plano de Ação para a normalização dos convênios que estavam com prazo de vigência expirado. Além disso, a SEE respondeu a todas as solicitações de auditoria realizadas pelo CGU neste período.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O ponto positivo para a adoção pelo gestor das providências necessárias ao cumprimento desta recomendação foi a consolidação da parceria SEE e CGU para adequação desta Secretaria às recomendações expedidas pelo órgão de controle. Criou-se um ambiente de cooperação entre as duas organizações que facilita o compartilhamento de informações e a resolução das questões levantadas pelo Relatório de Auditoria nº 224468, referente ao exercício de 2008.

Fonte: SEE/MME

16. Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno


Não se aplica. Na estrutura do MME não existe Unidade dessa natureza.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

O Contrato de Gestão firmado entre o MME e a ANEEL será apresentado pela Secretaria-Executiva.

Parte B – Item 1: Declaração do Contador.

Tabela LXXVIII: Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA
UJ: Secretaria Executiva - SE/MME UG: 320013 – Secretaria de Energia Elétrica - SEE
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p><u>BALANÇO FINANCEIRO</u></p> <p>INGRESSOS Depósitos de Diversas Origens</p> <p>Nota 1 – Conta Contábil: 211460000 – Transferências Voluntárias Devolvidas No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de 1.008,09 (hum mil e oito reais e nove centavos), que conforme orientação contida na Norma de encerramento da Secretaria do Tesouro nacional – STN, a conta não deveria ter apresentado saldo. Embora existisse rotina contábil no SIAFI para esta regularização, não foi possível em virtude de ausência destes procedimentos no Portal de Convênios – SICONV para convênios cuja vigência tenha sido expirada. A divergência foi comunicada à equipe de suporte do Portal de Convênios e será acompanhada no exercício seguinte no intuito de regularização.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.</p> <p> Elizane Velozo Costa Guedes Contadora Responsável CRC –DF nº 018138/O-2</p>

1

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília, março de 2012

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria CGU nº 2546/2010.

Brasília, março de 2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CENBIO	Centro Nacional de Referência em Biomassa
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CERPCH	Centro Nacional de referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF
CGU	Controladoria-Geral da União
CND	Conselho Nacional de Desestatização
DDE	Departamento de Desenvolvimento Energético
DOC	Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações
DPE	Departamento de Planejamento Energético
DRDH	Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
GT -GDSF	Grupo de Trabalho para Estudo de Geração Distribuída com Sistemas Fotovoltaicos conectados à rede
IEE	Instituto de Eletrotécnica e Energia
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MME	Ministério de Minas e Energia
N3E	Núcleo de Estudos Estratégicos de Energia
OLADE	Organização Latino Americana de Energia
ONS	Operador Nacional do Sistema
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PEE	Programas de Eficiência Energética
PND	Plano Nacional de Desestatização
PNEf	Plano Nacional de Eficiência Energética
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas
SE	Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia
SIN	Sistema Elétrico Interligado Nacional
SPE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
TCU	Tribunal de Contas da União
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
USP	Universidade São Paulo

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Tabela I - Identificação	319
Tabela II - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo -	328
Tabela III - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo -	331
Tabela IV - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo -	333
Tabela V - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo -	334
Tabela VI - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DPE	335
Tabela VII - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DDE	335
Tabela VIII - CRONOGRAMA DA ENTRADA EM OPERAÇÃO	340
Tabela IX - PROINFA TOTAL	341
Tabela X- Resumo das Outorgas de Geração - Ano 2011.....	343
Tabela XI - Concessões de Geração Prorrogadas em 2011	343
Tabela XII - Situação dos Processos de Prorrogação de prazo de Concessões de Geração.	343
Tabela XIII - Processos de Extinção de Concessão de Geração.....	344
Tabela XIV - Resumo das Outorgas de Transmissão Publicadas em 2011.....	346
Tabela XV - Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	347
Tabela XVI - Quadro A.2.4. - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Originários da SPE.....	347
Tabela XVII - Quadro A.4.1. - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	348
Tabela XVIII – A.6.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2011	350
Tabela XIX – A.6.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	351
Tabela XX – A.6.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes	352
Tabela XXI – A.6.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	353
Tabela XXII – A.6.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	354
Tabela XXIII - Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da SPE	358
Tabela XXIV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	361
Tabela XXV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	362
Tabela XXVI - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	363
Tabela XXVII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	364
Tabela XXVIII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	365
Tabela XXIX - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	366
Tabela XXX - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	367
Tabela XXXI - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	368
Tabela XXXII - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	369
Tabela XXXIII - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	370
Tabela XXXIV - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	371

Sumário

Introdução.....	318
1. Identificação.....	319
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	320
a) Responsabilidades Institucionais	320
a.I) Competência Institucional	320
a.II) Objetivos Estratégicos	321
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	322
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	322
b.II) Análise do Plano de Ações.....	323
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	326
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPE	328
c.III) Indicadores Institucionais.....	346
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	347
d.I) Programação Orçamentária das Despesas	347
d.I.1) Programação de Despesas Correntes	347
d.I.2) Programação de Despesas de Capital	347
d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	347
d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	347
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	347
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPE	348
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPE por Movimentação..	348
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	348
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	348
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	349
5. Recursos Humanos da Unidade	349
6. Informação sobre Transferências.....	349
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	349
6.2. Transferências Efetuadas no Exercício	353
6.3. Análise Crítica.....	355
6. Declaração da Área Responsável.....	358
8. Declarações de Bens e Rendas.....	358
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	358
9.1. Estrutura de Controles Internos.....	358
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade.....	360
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	360

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SPE	360
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	360
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SPE.....	360
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	360
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	360
14. Renúncia Tributária.....	360
15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	360
15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	360
15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	361
15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	361
15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	367
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	371
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.....	371
Parte B – Item 1.....	372

Introdução

Em atendimento às orientações e recomendações emanadas da CGU e do TCU, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, órgão da estrutura organizacional do Ministério de Minas e Energia, e na qualidade de Unidade Jurisdicionada Agregada, elaborou este Relatório de Gestão de prestação de contas anual, em consonância com as políticas e diretrizes de governo no setor nas quais atua e em plena sintonia com as atribuições que lhe são conferidas na legislação e diplomas derivados.

Em seu desenvolvimento, o Relatório de Gestão da SPE buscou manter-se fiel à discriminação de itens sugerida pelas orientações supracitadas, e postulou-se por uma linguagem direta e concisa ao longo de toda sua exposição. Dos principais campos, emergem os objetivos e metas institucionais; as responsabilidades da Unidade quanto ao seu papel de executora de políticas públicas; as principais ações e atividades; e suas realizações no ano.

O planejamento do setor de energia é função já bem consolidada e reconhecida, e tem se empenhado para atender aos requisitos do mercado e da sociedade, maximizando o equilíbrio entre a disponibilização de novas fontes de energia com o desenvolvimento sustentável, o que subentende, por um lado, a modicidade tarifária, garantia de abastecimento com qualidade de serviço e franco acesso de toda a população à energia, e por outro, preservação ambiental e respeito aos direitos sociais.

Embora extenso e complexo, o arcabouço legal, o aparato regulatório e as normas infralegais e administrativas, têm servido de lastro ao exercício do planejamento energético, agora muito mais robusto com o novo modelo setorial.

Na medida em que as instituições do setor energético vinculadas à função de planejamento se fortalecem e estabelecem um relacionamento mais produtivo, os resultados dele esperados estão se consolidando e grande parte disto se pretende demonstrar neste Relatório de Gestão.

Dentre os Itens que constam na Portaria-TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, os abaixo discriminados não se aplicam ao Relatório de Gestão da SPE:

- d.I.1) Programação de Despesas Correntes
 - d.I.2) Programação de Despesas de Capital
 - d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas
 - d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
 - d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPE
 - d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPE por Movimentação
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
 - 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
 5. Recursos Humanos da Unidade.
 8. Declarações de Bens e Rendas.
 - 10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
 - 11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial
 - 12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal.
14. Renúncia Tributária
- 15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
- 15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)

5. Identificação

Tabela LXXIX - Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia		Código SIORG: 02852	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria-Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 03245	Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320011	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:			(061)2032-5211
Endereço eletrônico: secex@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/se			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			
Denominação abreviada: SPDE			
Código SIORG: 1917	Código na LOA: 320010	Código SIAFI: 320010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2032-5019	(061) 2032-5762	(061) 2032-5185
Endereço eletrônico: spe@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spe			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco “U” 5º andar, sala 500			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 5.267, de 9/11/2004			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 144, de 23/6/2006			

6. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

c) Responsabilidades Institucionais

O exercício das competências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE ocorre em consonância com as políticas e diretrizes do setor de energia e em harmonia com as ações de outras instituições do governo com as quais interage.

No desenvolvimento deste Relatório será mais bem configurada a interação supracitada, apresentando um melhor entendimento das responsabilidades da SPE e das ações decorrentes destinadas à implementação das políticas e diretrizes, bem como para o alcance dos seus objetivos e metas setoriais.

a.I) Competência Institucional

Na formulação das políticas e diretrizes de energia, o assessoramento ao Presidente da República é feito pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e consolidado em forma de resoluções. A Presidência do CNPE é exercida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Considerando que o CNPE é um órgão com representação interministerial, das unidades federadas e da sociedade civil, garante-se naturalmente uma harmonização das políticas públicas e diretrizes para o setor de energia, bem como o alinhamento destas com o desenvolvimento sustentável, além de firmar naturalmente um comprometimento dos órgãos internos destes entes representados para com a formulação e execução de planos, programas e ações sintonizados com as decisões do Conselho.

O Ministério de Minas e Energia, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

As principais políticas públicas para o setor energético foram consolidadas no Plano Plurianual 2008-2011, que apresenta como principais objetivos gerais de Governo:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- e
- d) Fortalecer a soberania do país no espaço internacional e a integração sul-americana.

Também no Plano Plurianual supracitado foram estabelecidos os objetivos setoriais:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional, por um processo de planejamento participativo, que promova a diversificação da matriz energética, o uso de fontes renováveis, a eficiência e conservação de energia, incentivando a integração energética, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor; e
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade, alicerçado em regras econômico-financeiras que permitam a remuneração atrativa dos investimentos, em harmonia com os princípios da modicidade tarifária, do desenvolvimento sustentável e da universalização e inclusão social.

Compete à SPE coordenar o planejamento e o desenvolvimento energético, inclusive nas áreas de geração de energia renovável e de eficiência energética, bem como, e apenas formalmente, a

universalização do acesso à energia, já que este assunto está sendo conduzido por outra Secretaria do MME, o que se prevê ajustar em revisão futura do Decreto 5.267/04.

A ela também cabe prestar apoio ao MME em sua inter-relação com o CNPE, na formulação das políticas e diretrizes para o setor energético, bem como cuidar da implementação do que for estabelecido neste campo. Por força da Portaria MME nº 72, de 17 de fevereiro de 2009, a SPE passou a exercer as funções de Secretaria Executiva do CNPE.

Em complementação ao que já foi explicitado, e com base nas competências estabelecidas para a SPE no Decreto nº 5.267/04, as ações desta Secretaria estarão estruturadas para:

- Coordenar os estudos de planejamento energético e a elaboração de programas de desenvolvimento, inclusive nas áreas de energia renovável, eficiência energética e novas tecnologias;
- Orientar e estimular os negócios sustentáveis de energia;
- Articular-se com a EPE para a prestação de serviços ao MME e ao setor; com a ANEEL nas interfaces das competências legalmente instituídas; com a CCEE para a execução dos leilões de energia, com o ONS para a definição de parâmetros técnicos indispensáveis à operação dos sistemas interligados e com a Eletrobrás;
- Apontar as potencialidades do setor energético, para o estabelecimento de políticas de concessões e acompanhar a implementação dos procedimentos de concessão pelas secretarias finalísticas e os contratos decorrentes;
- Acompanhar a situação dos empreendimentos quanto aos problemas ambientais visando orientar os procedimentos licitatórios do setor energético e acompanhar as ações decorrentes;
- Promover a integração setorial interna e externamente ao MME; e
- Coordenar o sistema de informações energéticas.

a.II) Objetivos Estratégicos

As atividades imediatas da SPE, as políticas públicas e diretrizes orientam para:

- Disponibilizar novas fontes de geração para atendimento ao mercado de energia elétrica;
- A identificação das soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;
- A manutenção das matrizes energética e elétrica nacionais com expressiva presença de fontes renováveis;
- A utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;
- O suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País;
- Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico e promover o consumo racional de energia;
- Promover programas específicos, como os de uso do gás natural, da energia termonuclear, do álcool e de outras biomassas, do carvão;
- A importação e exportação; e de forma correlata:
- A promoção da livre concorrência;
- A atração de investimentos na produção de energia; e,
- A ampliação da competitividade do País no mercado internacional.

O modelo setorial em vigor prioriza o processo concorrencial na operacionalização dos seus objetivos estratégicos, e o arcabouço legal, as normas regulamentares e os procedimentos

administrativos garantem segurança aos investimentos privados ou das parcerias público/privados, permitindo o pleno alcance de tais objetivos.

No segmento de geração de energia elétrica, na medida em que se fortalece a função planejamento para a disponibilização de novos empreendimentos, os leilões de energia nova apresentaram resultados satisfatórios. Repetindo o ano anterior, em 2011 as fontes renováveis marcaram forte presença, e ofertaram cerca de 905 MW de energia eólica a preços bastante competitivos, quando comparados aos de comercialização no Programa de incentivo às fontes alternativas – Proinfa.

Estudos das grandes bacias hidrográficas na região amazônica foram concluídos ou estão em desenvolvimento, o que poderá disponibilizar montantes consideráveis de novos potenciais hidrelétricos para os próximos anos. Estes estudos estão sendo realizados com cuidado redobrado nas questões socioambientais e de uso múltiplo dos recursos hídricos, de forma a garantir maiores facilidades em suas implantações.

Fontes term nucleares que se utilizam do urânio enriquecido como combustível também estão sendo previstas para o futuro próximo e estudos iniciais de definição de sítios para novas usinas nas regiões Nordeste/Sudeste foram iniciados no ano de 2009.

No segmento da expansão do sistema de transmissão de energia os leilões tem demonstrado forte interesse dos agentes setoriais e os novos empreendimentos apresentam-se com tarifas bastante competitivas.

d) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais **b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico**

As ações de supervisão/acompanhamento, inclusive no âmbito do PAC e Proinfa, os produtos têm, em geral, ciclos mensais, exigem uma dinâmica maior, porquanto cabe à SPE, como a outras áreas do MME, acompanhar o andamento dos projetos e atualizar quadros informativos de cada empreendimento monitorado. Nas demais atividades, inclusive as relacionadas aos leilões de energia, a SPE atua no sentido de produzir insumos indispensáveis às ações de outras entidades, em geral externas ao MME, o que amplia o compromisso com os prazos de execução.

Igualmente, alguns aspectos merecem atenção. Como todos os empreendimentos novos a serem licitados demandam o licenciamento ambiental prévio para irem a leilão, as suas Licenças Prévias (LP's) têm relativo grau de incerteza e em muitos casos acabam comprometendo os cronogramas. Isto porque além do órgão ambiental competente, estadual ou federal, inserem-se no processo os Ministérios Públicos, cada vez mais exigentes, pressionados que são por entidades da sociedade civil organizada. Nestas questões a SPE tem atuado em conjunto com a Área de Meio Ambiente do MME, visando minimizar os obstáculos para a obtenção das licenças.

Na mesma linha do exposto no parágrafo anterior, embora ainda não se apresentando com a mesma severidade, incidem as ações com vistas à obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, como antecedente da outorga de uso dos recursos hídricos, junto à Agência Nacional de Águas – ANA, ou órgão estadual equivalente, submetidas que são a vários instrumentos do setor de águas, previstos na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e as decisões dos Comitês de Bacias Hidrográficas, dos Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Merece também destacar as dificuldades que estão surgindo para harmonizar os interesses dos setores elétrico e de navegação interior, como dois grandes usuários dos recursos hídricos, em

especial devido a níveis de planejamento diferenciados, mas com grande necessidade de integração, em particular para a Bacia dos Rios Tapajós e Teles Pires. Outra bacia que se destaca neste cenário é a do Rio Parnaíba. Posteriormente estas ações deverão alcançar para todas as bacias das regiões Norte e Centro-Oeste onde se concentram os grandes potenciais hidrelétricos não aproveitados.

As ações mais relevantes com que se encarrega a Secretaria de Planejamento Energético direcionam-se para produtos que se repetem em determinados ciclos temporais. Parte das atividades desenvolvidas na Secretaria são executadas por diversas entidades sob acompanhamento ou mesmo supervisão da SPE, com vários destes produtos carentes de análise técnica e aprovação, inclusive mediante atos oficiais.

Isto certamente requer uma estratégia de atuação elaborada, na qual a ênfase se dá em torno dos objetivos e metas setoriais, qual seja o atendimento das demandas por energia, dentro de parâmetros de qualidade e economicidade, assim como de requisitos tecnológicos.

Esta estratégia induzida pela própria dinâmica das políticas e diretrizes setoriais, ditadas por resoluções do CNPE ou pelo aparato legal e normativo, e até mesmo por ajustamentos intrassetoriais, estes mais raros, mas de impactos relevantes, como pode ser exemplificado com o novo arranjo orçamentário dedicado à Empresa de Pesquisa Energética – EPE no ano de 2008, com reflexos no conjunto das atividades SPE/EPE ainda não totalmente estabilizados.

Complementarmente, como resultado de recente concurso público, foi possível um considerável reforço à equipe técnica da SPE, propiciando melhor operacionalizar sua estrutura funcional e assumir ou expandir a realização de atividades conferidas por norma legal a esta unidade.

Embora se reconheça o aspecto positivo supracitado, é adequado ressaltar que as condições operacionais da SPE ainda não alcançaram um estágio superior, no qual seria possível eliminar restrições remanescentes e permitir a implementação de novas ações que, sem dúvida, tornariam ainda mais efetiva a função de planejamento energético.

O governo brasileiro dentro da estratégia política de integração energética com os países da América do Sul, principalmente aqueles que compõem o MERCOSUL, tem participado de diversas comissões com os países membros para o delineamento de estudos que permitam avançar nos projetos de integração. Neste contexto, vale mencionar que a SPE se faz representar nas comissões de energia com os seguintes países: Venezuela, Argentina, Bolívia, Peru, Uruguai, Chile, Paraguai e Colômbia. Ademais, ressalte-se o envolvimento desta Secretaria na atuação brasileira na União das Nações Sul-Americanas – UNASUL, esforço de integração regional fundado na Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado, em Brasília no dia 23 de maio de 2008, quando se subscreveu o Tratado Constitutivo da organização. A UNASUL tem forte apelo de integração energética e, portanto, é esperado a elaboração de um tratado nesse molde, no qual a SPE tem participado.

A SPE presta apoio às iniciativas do Governo voltadas à cooperação internacional na área do planejamento energético, empreendidas em especial junto a países em desenvolvimento na América do Sul e Central e África. Ademais, iniciativas de cooperação junto à Agência Internacional de Energia, abrangendo a participação da SPE no tocante à elaboração do relatório World Energy Outlook.

b.II) Análise do Plano de Ações

No que diz respeito à expansão e adequação das instalações de transmissão integrantes à Rede Básica (RB), o Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de desenvolver ações estruturantes e

de assegurar a integração setorial no âmbito do próprio Ministério, promove a compatibilização do Plano de Ampliações e Reforços - PAR e do Programa de Expansão da Transmissão - PET produto este denominado “Consolidação de Obras da Rede Básica”, documento com horizonte de 3 anos.

A partir de abril de 2011, foram realizados três leilões de transmissão, totalizando 4674 km de linhas de transmissão e uma potência de transformação de 14587 MVA, distribuídos pelas cinco regiões geográficas do país, sendo 33 % na Região Norte, 33% na Região Nordeste, 3% na Região Centro-Oeste, 8% na Região Sudeste e 23% na região Sul.

Para tanto, foram elaborados por solicitação da SPE cerca de 165 relatórios contendo estudos e informações necessárias para subsidiar a ANEEL no processo de elaboração dos editais de leilão, contemplados nos Relatórios de Detalhamento de Alternativa de Referência (R2), Caracterização e Análise Socioambiental (R3) e Caracterização da Rede Existente (R4).

Do total de empreendimentos planejados para serem leiloados, apenas dois não tiveram sucesso, um por falta de proponentes e o outro retirado do leilão por questões técnicas, devendo ser leiloados no primeiro trimestre de 2012.

Nesse período foram leiloadas também as obras de Rede Básica necessárias ao escoamento de energia provenientes das Centrais de Geração localizadas nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará, por meio das Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada – ICG.

Dentre os proponentes vencedores destacam-se 6 Concessionárias de Transmissão tradicionais (COPEL, CHESF, CTEEP, FURNAS, ELETRONORTE, ELETROSUL); 2 Empresas estrangeiras ou suas parceiras brasileiras (ELEC NOR ISOLUX e STATE GRID BRASIL HOLDING); 7 empresas privadas nacionais e 3 consórcios.

No tocante ao acesso a sistemas de transmissão de energia elétrica, o DPE elaborou o Guia de Procedimentos para Acesso ao Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica e Conexão à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, atualmente em análise interna das contribuições da audiência pública, que estabelece as diretrizes para o enquadramento de consumidores livres e parcialmente livres nos termos do Decreto n.º 5.597 de 2005, que regulamenta o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica.

Este Guia de Procedimentos tem grande importância no sentido de fornecer as orientações necessárias aos consumidores livres e parcialmente livres na elaboração de seus estudos de acesso aos sistemas de transmissão, os quais serão submetidos ao MME para a emissão de Portaria Ministerial, fundamentada em parecer técnico deste Ministério, que deverá reconhecer a alternativa de conexão que implica o Mínimo Custo Global de Conexão e reforços nas redes. No ano de 2011 o DPE conduziu 25 processos relativos a acesso, dentre dos quais 10 resultaram na emissão de portarias reconhecendo o mínimo custo global de conexão. A previsão para o próximo ano é de abertura de 7 novos processos ainda no primeiro trimestre de 2012.

O Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2020 foi submetido a processo de audiência pública em 2011 por meio das Portarias n.º 344, de 1º de junho de 2011 e n.º 441, de 18 de julho de 2011, e aprovado por meio da Portaria de n.º 689, de 27 de dezembro de 2011. Este documento é fruto de trabalho conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e explicita de forma indicativa o programa de obras de geração e de forma determinativa o de transmissão de energia elétrica, criando as bases indispensáveis para os leilões de novos empreendimentos nestes dois segmentos.

O PDE 2020 constitui uma referência importante para o setor energético nacional. A incerteza do ambiente externo ressalta o papel do planejamento decenal no auxílio à formação das expectativas dos agentes do setor energético brasileiro, no sentido de buscar a utilização mais adequada dos recursos nacionais.

Num horizonte mais amplo, com vistas a subsidiar novos Planos Decenais, e estabelecer uma base para estudos de projetos estruturantes, foram realizados estudos focados na expansão energética no período pós-decenal, até 2050.

Planejamento da Expansão da Geração de Energia:

Além das ações e atividades atinentes ao PDE outras foram desenvolvidas pela SPE no segmento da geração de energia elétrica. Merece destacar os trabalhos para fundamentar a determinação das garantias físicas de energia das novas fontes de geração bem como das revisões destas características, quando demandado. Além disso, estudos foram iniciados no ano de 2011 visando o estabelecimento de metodologia de cálculo de garantia física de potência.

Dentro do esforço empreendido pelo MME no sentido de regulamentar os procedimentos para a realização do recálculo da garantia física de empreendimentos do setor elétrico, destaca-se que foram estabelecidas metodologias para os seguintes casos:

- Metodologia de cálculo de garantia física de energia de Usina Termelétrica - UTE que tenha autorizada a mudança de combustível, nos termos do Decreto nº 7.523, de 8 de julho de 2011 – Portaria MME nº 7, de 5 de janeiro de 2012; e
- A Portaria MME nº 8, de 5 de janeiro de 2012, colocou em consulta pública uma minuta de portaria que estabelece a metodologia de revisão dos montantes de garantia física de energia das UTEs totalmente inflexíveis com Custo Unitário Variável – CVU nulo. Esta consulta pública teve por objetivo aperfeiçoar a aplicabilidade da Portaria MME nº 735, de 17 de agosto de 2010.

Em função das análises técnicas realizadas no período de 2011, foram alcançados os seguintes resultados:

- Cálculo e recálculo (com base em alteração de projeto básico) de garantia física de PCHs e CGHs. Garantia física publicada: 16 usinas;
- Revisão da garantia física com base na geração média de energia elétrica verificada de PCHs e CGHs
 - Em janeiro de 2011
 - Número de usinas analisadas: 148
 - Usinas com aumento de garantia física: 6
 - Usinas com diminuição de garantia física: 67
 - Em julho de 2011
 - Número de usinas analisadas: 163
 - Usinas com aumento de garantia física: 1
 - Usinas com diminuição de garantia física: 42
- Revisão extraordinária dos montantes de garantia física de energia de Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, com capacidade superior a 30 MW.
 - Em março de 2011

- Número de usinas analisadas: 2
- Em setembro de 2011
 - Número de usinas analisadas: 6
- Leilão A-3 e do Leilão de Reserva de Energia – 2011. Garantias físicas publicadas:
 - PCH: 14
 - UTE a Gás Natural: 24
 - UTE a Biomassa: 52
 - Eólicas: 323
 - UHE: 1
- Leilão A-5 – 2011. Garantias físicas publicadas:
 - PCH: 8
 - UTE a Biomassa: 11
 - Eólicas: 296
 - UHE: 8
- **Relacionamento com a Empresa de Pesquisa Energética- EPE**

A Lei 10.847, de 15/03/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de setembro de 2004, criou e definiu as atribuições da EPE, com a finalidade de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, que pela Constituição Federal é função de governo, de forma indelegável.

O Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, no artigo 9º, Anexo I, definiu as competências da SPE do MME, de assegurar a integração intersetorial no âmbito do Ministério e coordenar os estudos de planejamento energético setorial.

Como já observado nos últimos Relatórios de Gestão, com o intuito de programar a execução das ações de desenvolvimento de estudos de Inventário e Viabilidade de diversas Bacias Hidrográficas e de estudos para subsidiar a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia e a projeção da Matriz Energética Nacional, foram utilizados instrumentos de contratos e convênios entre o MME e a EPE. No entanto, em março de 2008 com a publicação da Lei nº 11.647, que estima as receitas e despesas da União para o exercício financeiro de 2008, a EPE foi incluída no Orçamento Fiscal da União. Com essa inclusão, tornou-se necessária a sua adaptação às normas que regem o Orçamento Público Federal, como por exemplo, a necessidade de utilização da Conta Única do Tesouro Nacional. Dessa forma os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de apoio ao planejamento energético nacional, que anteriormente eram repassados por meio de contratos de prestação de serviços firmados entre o MME e a EPE, passaram a ser consignados em rubricas orçamentárias próprias da EPE, dispensando a formalização da parceria contratual até então praticada.

Em consequência disso, foram criadas ações sob a responsabilidade da EPE, sendo os recursos e os produtos, anteriormente programados nos instrumentos supracitados, transferidos inteiramente para a EPE.

e) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE) é composta por 3 Departamentos:

- Departamento de Planejamento Energético - DPE;
- Departamento de Desenvolvimento Energético - DDE e
- Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações - DOC.

No decorrer de 2011 foi criado o Núcleo de Estudos Estratégicos de Energia – N3E, subordinado ao Gabinete da SPE e com a incumbência de suprir a crescente demanda de informações energéticas, bem como para subsidiar as ações e políticas de planejamento energético de longo prazo da Secretaria.

A Gestão de Programas e Ações efetuada pela SPE está dividida nesses três Departamentos conforme descrito nos itens a seguir:

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPE

Tabela LXXX - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0276

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0276		Denominação: Gestão da Política de Energia			
Tipo do Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países					
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia					
Gerente: Altino Ventura Filho			Responsável: Paulo Cesar Magalhães Domingues		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 2.530.000,00	R\$ 2.530.000,00	R\$ 242.495,91	R\$ 199.356,40		R\$ 199.356,40
Fonte: Sigplan					
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data			
1	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (MW)	31/12/2011		20285	24375
Fórmula de Cálculo do Índice					
Acumulado anual do total da capacidade instalada de geração elétrica, para a fonte termelétrica, excluindo a biomassa e incluindo usinas termonucleares.					
Análise do Resultado Alcançado					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data			
2	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (MW)	31/12/2011		2464	8875
Fórmula de Cálculo do Índice					

Total acumulado da capacidade instalada de geração de energia elétrica, proveniente da biomassa, expresso em MW.					
Análise do Resultado Alcançado					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data			
3	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (MW)	31/12/2011		320	1425
Fórmula de Cálculo do Índice					
Total acumulado da capacidade de geração de energia elétrica, para a fonte eólica, expresso em MW.					
Análise do Resultado Alcançado					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data			
4	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (MW)	31/12/2011		89325	82458
Fórmula de Cálculo do Índice					
Total acumulado da capacidade instalada de geração de energia elétrica, expresso em MW, para a fonte hidráulica.					
Análise do Resultado Alcançado					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência		Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data			
5	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as fontes (MW)	31/12/2011		112394	117135
Fórmula de Cálculo do Índice					
Total da capacidade acumulada anual de geração de energia elétrica no País, considerando todas as fontes.					
Análise do Resultado Alcançado					

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência	Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data		
6	Consumo de Energia Elétrica no País (GWh)	31/12/2011	470.009	501.422

Fórmula de Cálculo do Índice

Total do consumo anual de energia elétrica no País, expresso em GW.

Análise do Resultado Alcançado

Fonte: ONS e Eletrobras. Dados estimados pela Secretaria de Energia Elétrica, tendo em vista que a consolidação dos dados será realizada em 15.02.12 após o recebimento dos dados pela EPE.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência	Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data		
7	Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (KM)	31/12/2011	99503	104005

Fórmula de Cálculo do Índice

Acumulado anual do total de linhas de transmissão instaladas, com tensão igual ou superior a 230 KV, expresso em KM. São dados preliminares a serem consolidados com a Aneel e ONS no final de janeiro de 2012. Os valores acima referem-se à rede básica mais os ativos de conexão das usinas e interligações internacionais ligados diretamente à rede básica e as instalações de sistemas isolados.

Análise do Resultado Alcançado

Os Valores constantes nesta tabela referem-se ao somatório das ações sob a Responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE). No âmbito do Programa 0276 – Planejamento do Setor Energético, a SPE tem sob sua responsabilidade as seguintes ações:

- 4897 - Planejamento do Setor Energético (Nacional);
- 6907 - Planejamento do Setor Elétrico (Nacional) ;
- 2272 - Gestão e Administração do Programa (apenas os valores de Diárias e Passagens destinados à SPE).

Por meio do Memorando nº 35/2011-SPOA/SE-MME, de 5 de abril de 2011, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011 e na Portaria nº 23, de mesma data, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), os valores autorizados para movimentação e empenho das dotações desta Secretaria, constantes da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2011), foram os seguintes:

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE		
Grupo de Despesa	LOA 2011	Limite até Dezembro
Outras Despesas Correntes	7.315.000	1.674.843
Investimentos	500.000	0
Total	7.815.000	1.674.843

Tendo em vista o contingenciamento orçamentário disponível para esta Secretaria, o limite orçamentário ficou definido em R\$ 1.674.843,00, ou seja, uma redução de 78% no limite de empenho total.

Dentre isto, o valor disponível para diárias orçamentárias foi de R\$ 254.775,00 e o montante de R\$299.080,00 para a ação 6907 – Planejamento do Setor Elétrico.

Sobre o programa 6907, a implementação da ação inicialmente previa a contratação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para a realização de estudos e levantamentos necessários ao planejamento do setor elétrico. Em 2008 a EPE foi incluída no Orçamento Fiscal com a publicação da Lei nº 11.647, permitindo que os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de apoio ao planejamento do setor elétrico, anteriormente captados por meio de contratos de prestação de serviços firmados com o MME, fossem despendidos diretamente pela unidade orçamentária referente à EPE. A execução da ação, portanto, não foi prejudicada, tratando-se de uma modificação de caráter administrativo na relação entre a EPE e o MME. As despesas no âmbito do Convênio n.º 706321, firmado junto ao Cepel, foram incluídas na ação 4897 (Planejamento do Setor Energético) no exercício anterior. Devido às alterações nas práticas orçamentárias, os recursos programados para o Convênio foram inseridos na ação 6907 (Planejamento do Setor Elétrico).

Conforme Nota Técnica nº 29/2010/DPE/SPE, elaborada em resposta à Solicitação de Auditoria nº 245.818/01, de 25 de fevereiro de 2010, os indicadores considerados para as ações 4897 e 6907 tem como objetivo a aferição da efetividade das atividades de planejamento energético, considerando em que medida os resultados da ação trazem benefícios ao público-alvo. Entretanto, a responsabilidade direta pelas políticas que, no intervalo anual, determinam a evolução dos indicadores selecionados, não pertence à SPE, encontrando-se no escopo das atividades da Secretaria de Energia Elétrica, conforme o Decreto n.º 5.267/2004: “monitorar a expansão dos sistemas elétricos para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda, em consonância com as políticas governamentais” (Art. 13, I).

Tabela LXXXI - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0476

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0476	Denominação: Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional	
Objetivos Específicos: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países	
Gerente: Altino Ventura Filho	Responsável: Hamilton Moss
Público Alvo: Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.850.000,00	1.850.000,00	129.320,00	129.320,00	0,00	129.320,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Incorporação de Tecnologia (%)	31/12/2003	10	0	0	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre os projetos incorporados pelo setor produtivo e os projetos apoiados pelo Programa						
Análise do Resultado Alcançado						
Os recursos disponíveis no referido exercício foram destinados para promover a participação brasileira no grupo técnico de bioenergia da Agência Internacional de Energia. Esta participação permite a troca de informações e experiências com outros países, internalizada pelo Ministério e replicada pelos centros de referências apoiados por meios da realização de seminários, debates e publicações técnicas. O indicador utilizado não é passível de apuração uma vez que envolve metodologia complexa, que leva em conta dados de mercado, critérios de degradação e distribuição regional.						

Tabela LXXXII - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 1044

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1044		Denominação: Energia Alternativa Renovável				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional						
Objetivos Específicos: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países						
Gerente: Altino Ventura Filho			Responsável: Hamilton Moss			
Público Alvo: Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
850.000,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	01/01/2004	3	0	0	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Porcentagem de FARs na matriz elétrica = Potência Instalada de FARs (Mw) / Potência Total Instalada (Mw).						
2	Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (%)	31/12/2007	0,91	1,1	1,1	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Porcentagem de FARs na matriz energética = Potência Instalada de FARs (Mw) / Potência Total Instalada (Mw).						
Análise do Resultado Alcançado						
Neste exercício não foram realizadas projetos demonstrativos (projetos-piloto). O DDE reavaliou internamente os critérios de análises de novos projetos optando em não promover a execução de projetos pilotos, considerando a disponibilidade orçamentária do exercício, a natureza de despesas previstas e os incrementos às normativas legais referentes à celebração, acompanhamento e análise da prestação de contas de convênios de cooperação técnica financeira (Decreto n.º 7.592/2011).						

Tabela LXXXIII - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 1046

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1046		Denominação: Eficiência Energética				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional						
Objetivos Específicos: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países						
Gerente: Altino Ventura Filho				Responsável: Hamilton Moss		
Público Alvo: Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.110.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Energia Elétrica Economizada (GWh)	31/12/2003	1.270,00	3.550,00	3.550,00	0
2	Quantidade de Petróleo Conservada (m³)	30/11/2006	280.000,00	550.000,00	550.000,00	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório das estimativas de energia elétrica e óleo diesel economizados em todos os setores da economia decorrentes das ações do programa.						
Análise do Resultado Alcançado						
Assim como no Programa 1044, em função da disponibilidade orçamentária do exercício, da natureza de despesas previstas e dos incrementos às normativas legais referentes à celebração, acompanhamento e análise da prestação de contas de convênios de cooperação técnica financeira (Decreto n.º 7.592/2011), o DDE optou em não executar ações neste programa no exercício de 2011. Os resultados dos indicadores utilizados não são passíveis de apuração no mesmo ano, uma vez que envolvem metodologia complexa, que leva em conta dados de mercado, critérios de degradação e distribuição regional. Por conta disso, ao final do ano são conseguidos os resultados do ano anterior. Cumpre destacar que no caso do indicador (1) a meta estabelecida para 2011 já foi atingido em 2008. No caso do indicador (2) são utilizados os valores referentes ao aumento de eficiência do uso de GLP nos fogões a gás, transformado em m³ de Diesel. Como já mencionado o valor referente ao exercício de 2011, em função da metodologia empregada, só estará disponível no final de 2012. Ano a ano a média de consumo tem diminuído, fruto da maior penetração de equipamentos eficientes..						

c.II) Execução Física das Ações

Tabela LXXXIV - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DPE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	121	0276	6907	Atividade	1	Documentos/ Estudos	5	5	0
25	121	0276	4897(*)	Atividade					
25	122	0276	2272(**)	Atividade					

Fonte: SIGPLAN

(*) A ação 4897 - Planejamento do Setor Energético passou a receber tramitação burocrática do PAC e os recursos resultaram indisponíveis para a SPE

(**) A ação 2272 – Gestão da Administração do Programa é utilizada pela SPE para alocar os recursos de Passagens e Diárias de toda a Secretaria.

Tabela LXXXV - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DDE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	572	0476	20AA	A	1	Unidade	3	1	2
25	751	1046	4870	A	2	Unidade	5	0	1
25	752	1044	8122	A	3	Unidade	1	0	1
25	752	1044	7050	P	4	Unidade	2	0	0
25	572	0476	2299	A	5	Unidade	0	0	0

Fonte: SIGPLAN

Análise Crítica

Ações Sob a Coordenação do DPE:

A celebração de convênios de cooperação técnica e financeira é um dos mecanismos adotados. Os convênios são celebrados de acordo com as premissas do programa 0276 – Gestão da Política de Energia. A implementação da ação prevê, além da execução direta, o estabelecimento de convênios, com abertura para o recebimento de propostas a partir de junho de 2009, por meio do Portal de Convênios – SICONV. No exercício de 2011, para essa ação, não foi admitida nenhuma proposta por meio do Portal de Convênios.

No Convênio 706321/2009 foram concluídos os estudos materializados em seus respectivos relatórios:

- (1) Estados da Arte de Sistemas em Extra Alta Tensão em Corrente Alternada - EATCA
- (2) Concepção de configurações de Linhas de Transmissão em EATCA,
- (3) Estudos de Regime Permanente,
- (4) Estudos Dinâmicos,
- (5) Estudos Transitórios Eletromagnéticos.

A ação 2272 – Gestão da Administração do Programa é utilizada pela SPE para alocar os recursos de Passagens e Diárias de toda a Secretaria, portanto, não pode ser mensurada sua execução física conforme descrito no Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SPE.

A ação 4897 – Planejamento do Setor Energético passou a receber tramitação burocrática do PAC e os recursos resultaram indisponíveis para a SPE, o detalhamento da ação está descrito no Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Ação por Programa de Governo.

Ações Sob a Coordenação do DDE.

O DDE gerencia três Programas de Governo voltados às áreas de Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia (0476), Energia Alternativa Renovável (1044) e Eficiência Energética (1046) com objetivo de promover a inserção de alternativas energéticas respeitando o princípio da modicidade tarifária, segurança energética e sustentabilidade ambiental.

Com base nessas prerrogativas, o DDE busca apoiar ações desenvolvidas por centros de referência nesses assuntos, buscando, além da execução dos objetivos propostos nos programas, a valorização das capacidades regionais de desenvolvimento e a replicação da produção científica e tecnológica para outras comunidades.

Durante o exercício do ano 2011, 4(quatro) convênios estavam em vigência, sendo que 2(dois) foram prorrogados em função de atrasos nas atividades previstas. Tratam-se dos convênios:

- ✓ Convênio n.º 721606/2009 – MME/CENBIO
- ✓ Convênio n.º 721906/2009 – MME/CEPEL
- ✓ Convênio n.º 721743/2009 – MME/CERPCH
- ✓ Convênio n.º 18/2004 – MME/CEPEL

Apenas os dois primeiros tiveram seu prazo de vigência prorrogado para 2012. A prorrogação do Convênio n.º 721606/2009 – MME/CENBIO ocorreu em função do atraso nos processos licitatórios referentes aos serviços relacionados à Revista Brasileira de Energia e ao Atlas de Bioenergia.

Em março de 2011 foi realizada visita técnica para verificar o andamento das atividades, sendo constatada que as atividades relacionadas às publicações e participação em eventos, além da atualização do Atlas de Bioenergia e o estudo do potencial de produção do etanol de segunda geração estavam em andamento conforme o cronograma de trabalho.

A prorrogação do Convênio n.º 721906/2009 – MME/CEPEL ocorreu em função da dificuldade encontrada pela equipe executora para o acesso remoto aos dados coletados da Ilha de Trindade (radiação solar, velocidade do vento e consumo de energia), devido à inviabilidade apresentada pelo sistema de comunicação de internet via rádio.

Em agosto de 2011 foi realizada visita técnica para verificar o andamento do convênio, sendo constatado que as todas as atividades estavam em andamento.

Os convênios n.º 18/2004 – MME/CEPEL e n.º 721743/2009 – MME/CERPCH encerram seu prazo de vigência, em junho e dezembro respectivamente. O convênio n.º 721743/2009 – MME/CERPCH promoveu o desenvolvimento de pesquisa e difusão de informação sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), com a produção de artigos, dissertações e teses, além da realização e participação em eventos e publicação de revistas e livros.

O convênio n.º 18/2004 – MME/CEPEL promoveu o desenvolvimento de estudos e material de suporte técnico para atendimento às necessidades dos programas LUZ PARA TODOS, PRODEEM e PROINFA. Além disso, permitiu a participação de especialistas nas discussões relacionadas à estruturação de políticas públicas relacionadas às energias renováveis.

Não foram celebrados novos convênios neste ano. O decreto n.º 7.592, de 28.10.2011 incrementou as normativas legais referente à celebração, acompanhamento e análise das prestações de contas de convênios de cooperação técnica financeira. Houve a necessidade de uma reavaliação interna dos critérios de análises que demandou a alocação de pessoal para revisitar todos os processos de convênios. Neste sentido para que a análise fosse concluída e que todos os procedimentos internos fossem ajustados, optou-se em não celebrar novos convênios neste exercício.

Embora não tenha celebrado novos convênios, foram repassados R\$ 129.320,00 (cento e vinte e nove mil, trezentos e vinte reais) do programa 0476 – Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, na ação 20AA - Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia, para promover a participação brasileira no Grupo Técnico de Bioenergia da Agência Internacional de Energia. Esta participação permitiu a troca de informações e experiências com outros países, internalizada pelo Ministério e replicada pelos centros de referências apoiados por meios da realização de seminários, debates e publicações técnicas.

Em atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União-CGU, O Departamento adotou diversas medidas para atender as propostas estabelecidas no Plano de Providências da Unidade.

Uma das iniciativas foi a formulação de uma proposta de roteiro de acompanhamento para a celebração, execução e análise das prestações de contas dos convênios de cooperação técnica e financeira.

Também foram realizadas fiscalizações in loco no intuito de subsidiar o Departamento nas análises técnicas parciais e finais dos convênios sob sua responsabilidade.

No caso do Convênio nº 26/1999-MME/CEPEL foi solicitada glosa de despesas que não apresentaram vínculo com o objeto do convênio. No tocante também à prestação de contas, os convenientes foram informados quanto a obrigatoriedade de identificar a despesa e melhor relacioná-la com o convênio a qual está vinculada. Todos os convenientes foram orientados para abster-se de apostar carimbo com mais de um número de Convênio numa mesma nota fiscal.

No intuito de garantir a correta utilização dos recursos repassados, o Departamento solicitou o detalhamento do plano de aplicação do convênio nº 721906/2009-MME/CEPEL. Os demais convênios (nº 721743/2009-MME/CERPCH e nº 721606/2009-CENBIO) em andamento já estavam com o plano de aplicação detalhado de forma adequada.

Iniciou-se o mapeamento dos macroprocessos existentes no DDE para identificação das atividades críticas e dos riscos inerentes a cada atividade. Também está em análise a implementação de indicadores de gestão institucionais para auxiliar no processo de decisão gerencial.

Além disso, foi promovida uma série de ações que não tiveram alocação direta de recursos, mas contribuíram para a consolidação das estratégias dos Programas gerenciados por este Departamento, por meio de suas Coordenações Gerais, destacando-se dentre essas ações:

- ✓ Implementação do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf – Detalhamento do Plano de Ação);
- ✓ Coordenação do Segundo Grupo de Trabalho para Estudo de Geração Distribuída com Sistemas Fotovoltaicos conectados à rede – GT-GDSF 2ª fase;
- ✓ Análise dos estudos realizados pelos centros de referência de viabilidade técnica-econômica de sistemas de geração heliotérmica e de sistemas distribuídos fotovoltaicos;
- ✓ Análise do estudo realizado pela PUC/RS para implementação do processo para fabricação de células solares no Brasil;
- ✓ Atuação permanente na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC;
- ✓ Atuação permanente no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima– CIM;
- ✓ Atuação permanente no Grupo Executivo sobre Mudança do Clima – GEx.
- ✓ Atuação permanente no Fundo Clima;
- ✓ Atuação permanente no Fórum Brasileiro sobre Mudança Climática;
- ✓ Participação na inserção de sistemas de Aquecimento Solar de Água no programa “Minha Casa, Minha Vida”.

O Departamento gerencia também o CGIEE - Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética, destacando-se as seguintes realizações:

- ✓ Regulamentação específica para os Programas de Metas para Aquecedores de Água a Gás, Fornos e Fogões a Gás, Condicionadores de Ar e Refrigeradores e Congeladores;
- ✓ Etiquetagem de Edificações Residenciais (Revisão);
- ✓ Ampliação do rol de produtos cobertos pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE; e
- ✓ Avaliação dos 10 anos de implementação da Lei 10.295/01, a “Lei de Eficiência Energética”, com a divulgação do Relatório de Atividades do CGIEE 2009/2010 e realização de evento (em 17/10/2011) para apresentação dos principais resultados obtidos desde a promulgação da lei.

Por último, apresentam-se os resultados do grupo de monitoramento do PROINFA gerenciado pelo DDE.

O PROINFA foi criado em 26 de abril de 2002, pela Lei nº 10.438, e complementado pelas Leis nº 10.762, de 11 de novembro de 2003 e nº 11.075, de 30 de dezembro de 2004 e regulamentado em 2004 pelo Governo Federal, através do Decreto 5.025/04. O Programa encerrou-se em 30 de dezembro de 2011, conforme estabelecido na Lei n.º 12.431/2011.

No ano de 2011, o PROINFA implantou 397,23MW sendo 109,5MW de pequenas centrais hidrelétricas e 287,73MW de empreendimentos eólicos. Deste modo, o PROINFA implementou 132 empreendimentos desde o início do Programa, o que representa uma inserção de 2.888,71MW de potência instalada na matriz elétrica nacional.

Tabela LXXXVI - CRONOGRAMA DA ENTRADA EM OPERAÇÃO

FONTE		EXPANSÃO								RESCISÃO	TOTAL GERAL
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	Sem previsão	TOTAL		
PCH	Quantidade Usinas	8	7	24	8	6	7	2	62	1	63
	MW	132,34	151,00	483,60	188,60	91,61	109,50	22,00	1.178,65	10,00	1.188,65
BIOMASSA	Quantidade Usinas	15	3	2	0	1	0	0	21	6	27
	MW	414,44	84,90	15,00	0,00	36,00	0,00	0,00	550,34	134,90	685,24
EÓLICA	Quantidade Usinas	5	1	5	15	14	11	0	51	3	54
	MW	208,30	10,20	93,45	260,63	321,41	287,73	0,00	1.181,72	241,20	1.422,92
TOTAL CONTRATADO	Quantidade Usinas	28	11	31	23	21	18	2	134	10	144
	MW	755,08	246,10	592,05	449,23	449,02	397,23	22,00	2.910,71	386,10	3.296,81

TOTAL ACUMULADO	Quantidade Usinas	28	39	70	93	114	132	134
	MW	755,08	1.001,18	1.593,23	2.042,46	2.491,48	2.888,71	2.910,71

Obs.: Todos os valores de Potência (MW) indicados se referem a Potência Contratada pelo PROINFA

Fonte: Eletrobrás

Tabela LXXXVII - PROINFA TOTAL

Fonte		Empreendimentos em operação comercial		Em construção		Em processo de rescisão contratual		TOTAL contratado
PCH	Qde	60	95,2%	2	3,2%	1	1,6%	63
	MW	1.156,65	97,3%	22,00	1,9%	10,00	0,8%	1.188,65
BIOMASSA	Qde	21	77,8%	0	0,0%	6	22,2%	27
	MW	550,34	80,3%	0,00	0,0%	134,90	19,7%	685,24
EÓLICA	Qde	51	94,4%	0	0,0%	3	5,6%	54
	MW	1.181,72	83,0%	0,00	0,0%	241,20	17,0%	1.422,92
TOTAL CONTRATADO	Qde	132	91,7%	2	1,4%	10	6,9%	144
	MW	2.888,71	87,6%	22,00	0,7%	386,10	11,7%	3.296,81

Sub total PCH	Qde	62		98,4%	1	1,6%	63
	MW	1.178,65		99,2%	10	0,8%	1.188,65
Sub total BIO	Qde	21		77,8%	6	22,2%	27
	MW	550,34		80,3%	135	19,7%	685,24
Sub total EOL	Qde	51		94,4%	3	5,6%	54
	MW	1.181,72		83,0%	241	17,0%	1.422,92
Sub total Geral	Qde	134		93,1%	10	6,9%	144
	MW	2.910,71		88,3%	386	11,7%	3.296,81

Obs.: para o PROINFA foi considerado a potência contratada

Fonte: Eletrobrás (dezembro de 2011)

Atividades Sob a Coordenação do DOC.

A instrução de processo de outorga de geração resultante do Leilão de compra de energia elétrica compreende a análise técnico-regulatória e a verificação da regularidade fiscal dos empreendedores, consubstanciada em nota técnica, e elaboração das minutas de ato de outorga e de contrato de concessão.

Para seu desenvolvimento são realizadas interações com a EPE, ANEEL, ONS, e, quando necessário, com os empreendedores.

Após a publicação dos atos de outorga e assinatura do contrato de concessão, os processos são remetidos à ANEEL para proceder à fiscalização do cumprimento das obrigações dos agentes outorgados.

No ano de 2011, foram concluídas 79 análises de processos de outorga, decorrentes dos seguintes leilões de compra de energia elétrica:

a) Leilão ANEEL nº 3/2008 - A-5

O leilão foi realizado em 30 de setembro de 2008. Entretanto, a edição da outorga da UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro só ocorreu em 2011, após o empreendedor ter obtido a renovação da licença prévia de instalação.

b) Leilão ANEEL nº 05/2010 - Leilão de Energia de Reserva (LER).

O leilão foi realizado em 25 de agosto de 2010, e 27 processos de outorga foram encaminhados ao MME em 2011, que tiveram as análises técnico-regulatórias concluídas em 2011, sendo emitidas 24 outorgas.

As outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Cristal, Primavera e São Judas não foram emitidas, em razão dos licenciamentos ambientais não terem sido renovados. Os processos foram concluídos no âmbito do MME e devolvidos para ANEEL.

O prazo médio para edição das outorgas foi de 255 dias, sendo 188 utilizados pela ANEEL e 67 pelo MME (37 dias foram utilizados pelo DOC)..

c) Leilão ANEEL nº 07/2010 – Leilão Fontes Alternativas (LFA)

O leilão foi realizado em 26 de agosto de 2010, e 52 processos de outorga foram encaminhados ao MME em 2011, que tiveram as análises técnico-regulatórias e outorgas concluídas em 2011, exceto a Central Geradora Eólica Casa Nova, em razão de pendência judicial, cujo processo foi concluído no âmbito do MME e devolvido à ANEEL.

O prazo médio para edição das outorgas foi de 240 dias, dos quais 172 foram consumidos pela ANEEL e 68 pelo MME (38 dias foram utilizados pelo DOC).

As 77 outorgas de geração publicadas em 2011 totalizaram 4.158,07 MW de potência instalada e 2.061,02 MW médios de energia elétrica, dos quais 1.835,80 MW médios foram contratados para o ACR, conforme tabela a seguir.

Tabela LXXXVIII- Resumo das Outorgas de Geração - Ano 2011

Leilão	Outorgas em 2011	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Comercializada no ACR (MW médios)
07/2010 (LFA A-3)	51	1.423,60	657,66	612,60
05/2010 (LER)	24	738,68	387,40	348,20
04/2010 (A-5)	1	1.819,80	915,40	778,00
03/2008 (A-5)	1	176,00	100,56	97,00
TOTAL	77	4.158,07	2.061,02	1.835,80

Fonte: DOC/SPE

Gestão de Outorgas de Concessões de Geração

Compreende as atividades de acompanhamento, regularização e alteração das outorgas de empreendimentos existentes, tais como: prorrogação de prazo, extinção de concessão etc.

Prorrogação de prazo de Concessão

A prorrogação de prazo de concessão é requerida pelo concessionário à ANEEL, que se manifesta sobre o pleito do interessado e encaminha o processo para decisão do MME.

A decisão sobre a prorrogação de prazo de concessão de geração de energia elétrica é objeto de Portaria do Ministro de Estado de Minas e Energia, cujo processo é instruído neste Departamento.

No ano de 2011 foram prorrogados os prazos das concessões das seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Tabela LXXXIX - Concessões de Geração Prorrogadas em 2011

Concessão de Geração	Ato de Prorrogação	Data de Publicação
UTE Campos	Portaria MME nº 30	28/01/2011
UHE Jurupará	Portaria MME nº 521	05/09/2011
UHE Antas II	Portaria MME nº 629	03/11/2011
UHE Santo Antônio do Jari	Portaria MME nº 646	30/11/2011
UTE Campos	Portaria MME nº 30	28/01/2011

Ao final de 2011, os seguintes processos de prorrogação de prazo de concessões de serviços de energia elétrica se encontram em andamento no MME:

Tabela XC - Situação dos Processos de Prorrogação de prazo de Concessões de Geração.

Concessão de Geração	Situação do Processo
UHE's Neblina e Sinceridade	Após retornar da ANEEL em 9 de novembro de 2011, o processo encontra-se em análise técnica no DOC, para analisar a influência dos Contratos Bilaterais nos preços de compra de energia das distribuidoras, para posterior avaliação da SPE e da Secretaria Executiva do MME.
UHE Cachoeira da Fumaça	Análise técnico-regulatória concluída.

	O processo encontra-se na ANEEL desde 13 de janeiro de 2011 (Ofício nº 02/2011-DOC/SPE-MME) para manifestação da Procuradoria Federal da Agência, em atendimento a solicitação da CONJUR/MME (Nota CONJUR nº 001/2011, de 6 de janeiro de 2011), em razão da recuperação judicial da Usina Jaciara S.A..
UHE Serra da Mesa	Análise técnico-regulatória concluída. Em 29 de setembro de 2011, o processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica do MME para emissão de parecer jurídico, onde se encontra.
PCH San Juan	Análise técnico-regulatória concluída. Em 10 de outubro de 2011, o processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica do MME para emissão de parecer jurídico, onde se encontra.
UHE Dona Rita	Realizada a análise técnico-regulatória, não tendo sido concluída. Aguarda-se manifestação da ANEEL quanto à tempestividade do requerimento da prorrogação do prazo da concessão. O processo foi devolvido à ANEEL em 14 de setembro de 2011 (Ofício nº 162/2011-DOC/SPE-MME), onde se encontra.
UHE Brecha	Processo recebido no DOC em 27 de dezembro de 2011, onde se encontra em análise técnica.

Extinção de Concessão de Geração

Esta atividade compreende a instrução de processos que tratam da extinção de concessão.

Os processos são iniciados na ANEEL, e, após manifestação da Diretoria, são encaminhados para decisão do MME.

Ao final de 2011, os seguintes processos de extinção de concessão de energia elétrica se encontram em andamento no MME.

Tabela XCI - Processos de Extinção de Concessão de Geração.

Central Geradora	Situação do Processo
UTE São Gonçalo	Concluída a análise técnico-regulatória. Em 17 de agosto de 2011, o processo foi submetido à apreciação da Consultoria Jurídica do MME, onde se encontra.
UTE Carioba	Concluída a análise técnico-regulatória. Em 30 de maio de 2011, o processo foi submetido à apreciação da Consultoria Jurídica do MME, que devolveu o processo para o DOC em 7 de agosto de 2011, sem manifestação jurídica, tendo orientado aguardar por posicionamento dessa Consultoria quanto à uniformização dos procedimentos relativos às extinções de concessões.
UHE Jurumirim	Concluída a análise técnico-regulatória (Nota Técnica nº 103/2011) Em 27 de outubro de 2011, o processo foi submetido à apreciação da Consultoria Jurídica do MME, onde se encontra.

Instrução de Processos para Outorga de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica

Esta atividade tem por objetivo as outorgas de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica necessárias para o desempenho adequado do SIN, compreendendo duas etapas: i) acompanhamento dos leilões de transmissão de energia elétrica; e ii) instrução dos processos das outorgas resultantes desses leilões.

- Acompanhamento dos Leilões de Transmissão de Energia Elétrica

No ano de 2011 foram realizados três leilões de transmissão de energia elétrica, que contrataram 4.965 km de linhas de transmissão e 30 subestações, com 14.587 MVA de capacidade de transformação, relacionados a seguir:

a) Leilão ANEEL nº 001/2011, realizado em 10 de junho de 2011.

- Foram licitados 489,5 km de linhas de transmissão e 6 subestações, compreendendo 3.050 MVA de capacidade de transformação, nas tensões de 230 e 500 kV, para expansão da Rede Básica do SIN nos Estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, incluídas as Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG que possibilitarão a conexão de Centrais Geradoras eólicas que comercializaram energia elétrica nos Leilões de Energia de Reserva nº 05/2010 e de Fontes Alternativas nº 07/2010, realizados nos dias 25 e 26 de agosto de 2010, respectivamente.
- Os investimentos são estimados em R\$ 756 milhões, base em 2011, e deverão gerar cerca de 4.500 empregos diretos durante a fase de construção.

b) Leilão ANEEL nº 004/2011, realizado em 2 de setembro de 2011.

- Foram licitados 2.976 km de linhas de transmissão e 12 subestações, que acrescentarão 6.900 MVA de capacidade de transformação ao SIN, abrangendo os sistemas de 230, 345 e 500 kV, a serem construídos nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo. Nesse leilão foi contratado o sistema de transmissão Boa Vista-Manaus (715 km de circuito duplo em 500 kV), que interligará a última capital estadual ao SIN e reduzirá o consumo de combustíveis fósseis na Região Norte do Brasil.
- Os investimentos para a construção das instalações são estimados em R\$ 2,8 bilhões, base em 2011, e deverão gerar 11.600 empregos diretos durante a fase de construção.

c) Leilão ANEEL nº 006/2011, realizado em 16 de dezembro de 2011.

- Foram licitados 1.499,5km de linhas de transmissão e 12 subestações com 4.637 MVA de capacidade de transformação, nas tensões de 230, 500 e 525 kV, que atenderão à expansão da Rede Básica do SIN nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

- Os investimentos para a construção das instalações são estimados em R\$ 1,6 bilhão, e deverão gerar 8.400 empregos diretos durante a fase de construção..
- Instrução de Processos de Outorgas de Transmissão

A instrução de processo de outorga resultante de Leilão de serviço público de transmissão de energia elétrica compreende a análise técnico-regulatória e a verificação da regularidade fiscal dos empreendedores, consubstanciada em nota técnica, a elaboração das minutas de ato de outorga e exposição de motivos.

Para seu desenvolvimento são realizadas interações com a ANEEL e empreendedores.

Após a publicação da outorga de concessão, os processos são encaminhados à ANEEL, para assinatura do Contrato de Concessão e Fiscalização do cumprimento das obrigações do concessionário.

Durante o ano de 2011 foram outorgadas 21 concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica decorrentes dos Leilões ANEEL nº 008/2010, nº 001/2011 e nº 004/2011, que totalizaram 2.867,3 km de linhas de transmissão e 25 subestações, com 10.797 MVA de capacidade de transformação, conforme tabela a seguir:

Tabela XCII - Resumo das Outorgas de Transmissão Publicadas em 2011.

Leilão	Objeto	Outorgas em 2011	LT (km)	SE (MVA)
08/2010	Expansão da Rede Básica do SIN	7	832	1.647
01/2011	Expansão da Rede Básica do SIN e ICG	3	489,5	3.050
04/2011	Expansão da Rede Básica do SIN	11	1.545,8	6.100
TOTAL		21	2.867,3	10.797

Fonte: ANEEL

Os processos de outorga do Leilão nº 006/2011, realizado em 16 de dezembro, serão instruídos no 1º trimestre de 2012, após a adjudicação do resultado do certame.

c.III) Indicadores Institucionais

Com o objetivo de estabelecer indicadores institucionais que possam auxiliar de forma adequada o processo de decisão gerencial, a Secretaria Executiva e as Secretarias Finalísticas se empenharam em criar e desenvolver tais indicadores.

Foi então implementado o SIG – Sistema de Informações Gerenciais, com 35 indicadores, que atualmente se encontra em produção. Ultimamente, estamos reavaliando alguns indicadores, de forma a refinar os dados fornecidos e os gráficos gerados, para melhor apoiar o processo decisório das autoridades do Ministério.

Os indicadores incluídos no SIG são os seguintes:

Secretaria de Planejamento Energético – SPE

1. Verificação de meta descrita no PDE em vigor, para Expansão de Geração de Fontes Alternativas.
2. Verificação de meta descrita no PDE em vigor, para a Expansão de Geração Total.
3. Verificação do Balanço Energético Nacional.

f) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

Tabela XCIII - Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320010

d.I.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

d.I.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

Tabela XCIV - Quadro A.2.4. - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Originários da SPE

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-

Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	136.268,32	121.842,66	136.268,32	121.842,66
Outros				

Fonte: SPOA

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPE

Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPE por Movimentação

7. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica nessa SPE. A Secretaria-Executiva e SPOA apresentam em seus Relatórios essa informação.

8. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela XCV - Quadro A.4.1. - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	38.684,84	35.440,43	3.244,41	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	49.100,00	49.100,00	0,00	0,00
Observações:				

Os Restos a Pagar de 2010 no valor de R\$ 38.684,84 refere-se às seguintes Notas de Empenho:

2010NE000002 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENV. ENER	R\$	2.486,33
2010NE900001 - AIRES TURISMO LTDA	R\$	18.951,85
2010NE900002 - AIRES TURISMO LTDA	R\$	<u>17.246,66</u>
Total	R\$	38.684,84

O montante de R\$ 38.684,84 foi inscrito para atender despesas com diárias e passagens da SPE. A NE000002 para pagamento de diárias teve seu saldo integralmente cancelado em 17 de maio de 2011 devido a não ocorrência deste tipo de despesa conforme anteriormente previsto.

Os empenhos 2010NE900001 e 900002, emitidos para pagamento de passagens, tiveram seus saldos inscritos para pagamento de faturas relativas às despesas demandadas durante o mês de dezembro. A Cláusula Quarta, do Contrato nº 02/2010-MME, Subcláusula Primeira, estipula que o faturamento da despesa se dará mensalmente, devendo ser apresentada ao Órgão até o 5º dia útil do mês subsequente. Neste caso, coincidindo com o exercício seguinte e a consequente necessidade de inscrição em restos a pagar.

Os saldos remanescentes também foram cancelados no dia 17 de maio de 2011.

Os Restos a Pagar de 2007 no valor de R\$ 49.100,00 refere-se às seguintes Notas de Empenho:

2007NE900013 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO	R\$	12.400,00
2007NE900028 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO	R\$	7.200,00
2007NE900029 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO	R\$	3.000,00
2007NE900030 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO	R\$	<u>26.500,00</u>
Total	R\$	49.100,00

Essas Notas foram emitidas no âmbito do Convênio nº 13/2005 firmado com a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE), c SPE o objetivo foi a implementação de um Núcleo de Referência Tecnológica em Energias Alternativas. Em 2007, foram empenhados os recursos descritos para atendimento ao estabelecido no plano de trabalho, conforme as premissas da Instrução Normativa STN n.º 01/97. Entretanto na época, acordado com o Conveniente, optou-se em prorrogar apenas o prazo de vigência para continuidade das atividades de acordo com o novo cronograma de execução física apresentado.

Todo o saldo do empenho inscritos em Restos a Pagar foi regularizado no dia 4 de fevereiro de 2011 pela SPOA.

a. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica nessa SPE.

9. Recursos Humanos da Unidade

Não se aplica nessa SPE. Essa informação está apresentada no Relatório de Gestão da SPOA/MME.

6. Informação sobre Transferências.

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

Tabela XCVI – A.6.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2011

QUADRO A.6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2011.										
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético										
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320010/00001					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim		
1	706321/2009	42.288.886/0001-60	R\$ 1.200.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ 0,00	R\$ 630.000,00	14/12/2009	22/12/2011	1	
1	037/2005	42.288.886/0001-60	R\$ 935.000,00	R\$ 850.000,00	R\$ 0,00	R\$ 850.000,00	27/12/2005	26/12/2013	1	
1	18/2004	42.288.886/0001-60	R\$ 5.309.700,00	R\$ 1.152.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.157.700,00	22/12/2004	28/06/2011	1	
1	721606/2009	68.314.830/0001-27	R\$ 715.200,00	R\$ 115.200,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	28/12/2009	15/06/2012	1	
1	721743/2009	21.415.112/0001-83	R\$ 720.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	28/12/2009	28/12/2011	1	
1	721906/2009	42.288.886/0001-60	R\$ 2.068.000,00	R\$ 768.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.300.000,00	28/12/2009	28/12/2012	1	
1	18/2004	42.288.886/0001-60	R\$ 5.309.700,00	R\$ 1.152.000,00	R\$ 0,00	R\$ 4.157.700,00	22/12/2004	28/06/2011	1	

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

(*) recursos repassados para o CNPJ: 88.630.413/0001-09

Tabela XCVII – A.6.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ:	37.115.383/0001-53					
UG/GESTÃO:	320010/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em cada Exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	4	R\$ 129.320,00	R\$ 1.730.000,00	R\$ 1.400.000,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais:	-	-	4	R\$ 129.320,00	R\$ 1.730.000,00	R\$ 1.400.000,00

Fonte: SIAFI

Tabela XCVIII – A.6.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	3	R\$ 935.000,00	R\$ 2.750.000,00	R\$ 0,00	100%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	3	R\$ 935.000,00	R\$ 2.750.000,00	R\$ 0,00	100%

Fonte: SIAFI

6.2. Transferências Efetuadas no Exercício

Tabela XCIX – A.6.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético				
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Contas prestadas	Quantidade	3	-
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 5.308.115,00	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	5	-
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 4.349.025,00	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 792.750,00	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte: SIAFI

Tabela C – A.6.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			3	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)	R\$	-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade	2	-	
	Montante Repassado (R\$)	R\$	5.057.700,00	-	
2010	Quantidade de contas prestadas			6	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		6	-
Montante Repassado (R\$)		R\$	5.123.025,00	-	
2009	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	-
Montante Repassado (R\$)		R\$	792.750,00	-	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		6	-
		Montante Repassado (R\$)		R\$	4.949.444,00

Fonte: SIAFI

6.3. Análise Crítica

- **Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere;**

Não houveram transferências efetuadas no exercício em questão, tendo em vista que todos os Convênios sob a gestão do DPE já tiveram 100% do valor de participação do MME repassados ao Convenente.

No âmbito do DDE não ocorreu o empenho de despesa não liquidada durante o exercício de 2011. Foi realizado um empenho e efetivado o pagamento de R\$ 129.320,00 (cento e vinte e nove mil, trezentos e vinte reais) no programa 0476 – Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, na ação 20AA - Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia, para promover a participação brasileira no Grupo Técnico de Bioenergia da Agência Internacional de Energia. Esta participação, permitiu a troca de informações e experiências com outros países, internalizada pelo Ministério e replicada pelos centros de referências apoiados por meios da realização de seminários, debates e publicações técnicas.

- **Estrutura de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.**

O Convênio 706321/2009, celebrado com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), foi o primeiro Convênio que teve sua gestão independente pelo Departamento de Planejamento Energético (DPE), por meio do SICONV, sendo de responsabilidade do Departamento a sua análise técnica e financeira.

A análise financeira é realizada por um colaborador com as atribuições para tal atividade internamente no DPE com a aprovação por meio de Nota Técnica feita em conjunto com o Gestor Financeiro e o Diretor da unidade, sendo este, o Gestor do Convênio.

As análises técnicas são subdivididas conforme o objeto do Convênio e competência por cada Coordenação dentre as atribuições do Departamento. O corpo técnico acompanha o desenvolvimento do Convênio por meio de reuniões para apresentação dos estudos especificados no Plano de Trabalho do Convênio e relatórios técnicos encaminhados pelo Convenente.

Com a alteração da normativa de celebração e acompanhamento de convênios de cooperação técnica financeira, o Departamento de Desenvolvimento Energético (DDE) assim como o DPE, incorporou em suas atividades a análise financeira dos documentos comprobatórios da prestação de contas dos convênios que estão sob a égide do Decreto n.º 6.170/07 e das portarias que o regulamentam. No caso do DDE são três convênios: n.º 721743/2009-CERPCH, n.º 721906/2009-CEPEL e n.º 721606/2009-CENBIO.

Esses três convênios permitiram ao DDE, durante sua execução, avaliar e aprimorar continuamente o processo de acompanhamento e avaliação técnica financeira. Mantiveram-se as prerrogativas quanto à periodicidade e formatação das informações estabelecidas na Instrução Normativa n.º 1/97 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e que já eram adotadas pelos convenentes. O sistema SICONV obriga que os documentos comprobatórios de gastos estejam vinculados às atividades

previstas no plano de trabalho. Foi solicitado um detalhamento do plano de aplicação dos recursos para verificar se a correta utilização dos recursos de acordo com a sua natureza das despesas.

Assim como no DPE, a execução do convênio é acompanhada por meio dos relatórios de atividades encaminhados trimestralmente (juntamente com a prestação de contas do respectivo período). Os convênios promovidos pelo DDE possuem uma particularidade, pois promovem atividades de centros de referência em energias renováveis e estudos em suas respectivas áreas de conhecimento. As atividades realizadas neste tipo de convênio são sempre associadas a publicações, realização de seminários, participação em workshops e estudos técnicos. Em função desta configuração de plano de trabalho, a execução é comprovada com o envio das publicações, artigos técnicos publicados, atas de participação em seminários e os estudos realizados.

As visitas técnicas ocorrem de acordo com a evolução das atividades previstas e em consonância com a disponibilidade da equipe técnica do Departamento. No exercício de 2011 foram feitas visitas nos centros de referência, registradas em Atas e apensadas aos respectivos processos.

○ **Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume dos recursos transferidos.**

Nos três últimos exercícios, o volume de recursos transferidos totalizou o montante de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), totalizando dessa forma, 100% do valor de repasse do MME, que serão detalhados posteriormente.

Foram realizadas cinco transferências no exercício de 2010, sendo a 1ª parcela distribuída nos valores de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) e R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), totalizando um montante de R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais), distribuídas por meio do documento Notas de Empenho (NE), identificadas como 2009NE900016, 2009NE900017 e 2009NE900018 (ano base 2009).

Na 2ª parcela do referido Convênio, foram realizadas duas transferências, nos valores de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), reunindo o valor de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), autorizadas pelas NEs: 2010NE900036 e 2010NE900037 (ano base 2010). Ambas as parcelas foram pagas pelo documento: “Relação das Ordens Bancárias Externas” dos meses de fevereiro e dezembro de 2010 respectivamente.

Destaca-se que na 1ª parcela mencionada anteriormente, os valores foram empenhados no ano de 2009 e repassados ao Cepel em 2010. Tal fato ocorreu devido a uma falha de comunicação entre o Portal de Convênios (SICONV) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), devido à adaptação às novas medidas administrativas de gestão de convênios, o que resultou em que todo o valor pactuado do Convênio fosse transferido no mesmo ano. Por conseguinte, a 1ª parcela foi liberada sem qualquer prejuízo ao objeto do convênio e conseqüentemente para a realização dos estudos, tendo em vista o cumprimento da execução física apresentada quadrimestralmente a esta Secretaria.

No âmbito do DDE, foram repassados, no período citado, montante de R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais) sendo R\$ 600.000 (seiscentos mil reais) para o convênio n.º 721743/2009-CERPCH, R\$ 600.000 (seiscentos mil reais) para o convênio n.º 721606/2009-CENBIO e R\$ 1.300.000 (um milhão e trezentos mil reais) para o convênio n.º 721906/2009-CEPEL. Todos os planos de aplicação previram o repasse em 2 parcelas. Quando da celebração dos convênios foram repassados R\$ 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil reais), sendo R\$ 200.000 (duzentos mil

reais) para o convênio n.º 721743/2009-CERPCH, R\$ 200.000 (duzentos mil reais) para o convênio n.º 721606/2009-CENBIO e R\$ 1.000.000 (um milhão reais) para o convênio n.º 721906/2009-CEPEL. O restante foi repassado em 2010, da seguinte forma: R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais) para o convênio n.º 721743/2009-CERPCH, R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais) para o convênio n.º 721606/2009-CENBIO e R\$ 300.000 (trezentos mil reais) para o convênio n.º 721906/2009-CEPEL.

- **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

No ano de 2011 foram realizadas as análises das prestações de contas parciais com elaboração de Notas Técnicas (NTs) e posteriormente comunicadas ao Convenente, visando solucionar preliminarmente aos apontamentos realizados por esta Secretaria. Essas NTs estão disponíveis para consulta no Siconv, método esse que já vem sendo adotado pelo Cepel para agilidade nas respostas referentes às análises da prestação de contas do Convênio.

O mesmo procedimento foi adotado pelo DDE para as análises de prestações de contas. Dos três convênios em execução no período, dois foram aditados (n.º 721606/2009-CENBIO e n.º 721906/2009-CEPEL). Assim como o Convênio n.º 706321/2009, responsabilidade da DPE, o convênio n.º 721743/2009-CERPCH, teve sua vigência encerrada em dezembro de 2011, e os Departamentos aguardam a prestação de contas final do Convênio para análise.

No âmbito do DDE, os convênios n.º 5/2005-APROER e n.º 8/2005-PUC/RS tiveram suas análises técnicas e financeiras concluídas. Assim como o Convênio 025/2004 foi aprovado por meio do Memorando n.º 11/2012-SPE-MME e atualizado status no SIAFI por intermédio da Nota Técnica n.º 3/2012-CGOF/SPOA.

Os Convênios 027/2004 e 028/2004 celebrados juntamente com o Cepel estão com vigências expiradas, porém já foram encaminhadas pelo Convenente as prestações de contas finais dos Convênios a esta Secretaria, e todos esses já tiveram sua análise inicial realizada pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e comunicadas ao Cepel.

O Convênio 037/2005 por meio de termo aditivo foi prorrogado até 26 de dezembro de 2013.

É atividade costumeira da SPE o acompanhamento da documentação relacionada aos convênios e o atendimento aos prazos e normas vigentes legais.

10. Declaração da Área Responsável.

DECLARAÇÃO

Eu, Altino Ventura Filho, CPF nº 002.089.224-15, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, exercido na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília 29 de fevereiro de 2012.



ALTINO VENTURA FILHO

CPF nº 002.089.224-15

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

8. Declarações de Bens e Rendas

Não se aplica

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos.

Tabela CI - Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da SPE

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da SPE percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela SPE são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da SPE é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da SPE na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da SPE.				X	

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela SPE.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da SPE, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da SPE, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela SPE são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela SPE possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela SPE são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para SPE é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela SPE são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à SPE é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da SPE, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da SPE, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da SPE é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da SPE tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da SPE tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
1- A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE está sujeita às normas, procedimentos e orientações do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia – MME, por meio de sua Secretaria Executiva. Em relação aos recursos financeiros, a SPE segue as orientações do Orçamento Fiscal e Seguridade Social e do Ministério de Minas e Energia – MME (Secretaria Executiva). Portanto, a atuação dessa Secretaria está vinculada diretamente as orientações da Secretaria Executiva do MME;					

- 2- Em relação ao item 4, a SPE não tem um código de ética próprio, segue a legislação federal sobre ética e conduta dos servidores federais;
- 3- Em relação ao item 17, entendemos que a instauração de sindicância é de competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, vinculada à Secretaria Executiva, após a solicitação formal da UJ;
- 4- A metodologia empregada para responder esse questionário foi, conforme Nota do item 9.1, da Portaria TCU nº 123 de 12 de maio de 2011, a realização de reunião e debates, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, com pessoas que tem conhecimento amplo das atividades da Secretaria e do Ministério.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da SPE.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da SPE, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da SPE.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da SPE, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da SPE.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Não se aplica

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SPE

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SPE

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Não se aplica

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica

14. Renúncia Tributária

Não se aplica

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve determinação a essa SPE nesse exercício.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve determinação a essa SPE nesse exercício.

15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Tabela CII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245306 (201109027)	17	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que se proceda a fiscalizações efetivas com visitas in loco e solicitação de documentos e informações, tais como relatórios, pareceres e outros, como forma de dar mais transparência e facilitar o controle e acompanhamento por parte do Ministério e dos Órgãos de controle.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Foram realizadas visitas técnicas in loco, baseada em programação prévia estabelecida, em 06 (seis) convênios de cooperação técnica de responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento Energético. Foram vistoriados os convênios em andamento (n.º 721743/2009-CERPCH e n.º 721906/2009-CEPEL) e os concluídos (n.º 4/2005-FINATEC, n.º 13/2005-UFAC, n.º 8/2005-PUC-RS, n.º 11/2005-CENEA e n.º 12/2005-FAPEPE). Foram emitidas Atas das reuniões realizadas, todas acordadas e assinadas pelos convenientes. Nos convênios n.º 11/2005-CENEA, n.º 12/2005-FAPEPE e n.º 13/2005-UFAC, que foram projetos demonstrativos, também foi incluído registros fotovoltaicos das respectivas plantas/projetos pilotos. Nos convênios n.º 721906/2009-CEPEL e 721743/2009-CERPCH, que envolve metodologias, estudos prospectivos e as atividades dos centros de referência, foram debatidas as atividades em andamento focando no plano de trabalho sob a ótica da natureza dessas atividades. Nestes casos não houve necessidade, no momento da visita, de registros fotográficos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foram feitas as visitas técnicas, registradas em ata e arquivadas em seus respectivos Processos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CIII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109027	20	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que o gestor proceda à glosa de despesas que não apresentam vínculo com o objeto do Convênio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
No sentido de analisar as despesas que não guardam relação com o objeto proposto e nem estão previstas no plano de trabalho dos Convênios celebrados com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), o Departamento de Planejamento Energético (DPE), em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento Energético (DDE) encaminhou o Ofício nº 001/2011/DDE/SPE-MME de 20 de maio de 2011, ao Conveniente, solicitando sua obrigatoriedade no tocante ao cumprimento da legislação relacionada aos Convênios.			
Síntese dos resultados obtidos			
Em 30 de maio de 2011, o Cepel por meio da Carta DP-17156/2011, se manifestou no que foi solicitado no Ofício acima mencionado, glosando despesas dos Convênios n.º 26/1999 e n.º 28/2004 e informando que estão sendo adotados procedimentos quanto às despesas que não fazem referência ao objeto do Convênio, conforme o recomendado por essa equipe de Auditoria.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CIV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109027	24	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que seja exigida dos convenentes a obrigatoriedade do cumprimento do disposto no art. 30 da IN/STN nº 01/97, de modo a identificar a despesa e melhor relacioná-la com o convênio a qual está vinculada			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
No tocante ao Convênio nº 721606/2009 – CENBIO, citado na referida constatação, foi enviado Ofício nº 011/2011-DDE/SPE-MME, de 18.04.2011, solicitando esclarecimentos quanto às irregularidades verificadas em algumas notas fiscais. Em resposta, o convenente encaminhou o Ofício FUSP/AFC/P2085/166011, de 19.04.2011, com cópias autenticadas das notas fiscais e os devidos esclarecimentos. As informações já foram disponibilizadas pelo convenente no sistema SICONV que exige o registro dos documentos comprobatórios, conforme estabelecido na Portaria Interministerial MP/MF/MCT n.º 127/2008. Vale ressaltar que o SICONV inibe a duplicidade de registro de documentação de prestação de contas. O Departamento analisou as informações enviadas pelo convenente, tanto no SICONV quanto as contidas no processo físico, conforme o Parecer Técnico n.º 50/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201109027	24	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) seja orientado para não mais adotar a prática utilizada, abstendo-se de apostar carimbo com mais de um número de Convênio numa mesma nota fiscal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
O DPE em conjunto com o DDE encaminhou o Ofício nº 001/2011/DDE/SPE-MME de 20 de maio de 2011, ao Conveniente, solicitando sua obrigatoriedade de atendimento ao disposto na IN/STN 01/1997, conforme texto: “Que o procedimento de apostar carimbo em documentos fiscais com o intuito de associá-lo a um determinado Convênio é de vital importância para evitar que um dado documento seja utilizado em diversos Convênios como prova de execução ou aquisição e com isto propicie a apropriação indevida de recursos públicos”.			
Síntese dos resultados obtidos			
O Cepel, por meio da Carta DP-17166-2011 de 30 de maio de 2011, entre outras informações, destaca: “Quanto à recomendação de não mais adotar a prática de apostar carimbos com mais de um número de Convênio numa mesma nota fiscal, informamos que já está sendo adotada para os novos contratos”.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CVI - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201109027	26	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Considerando que os Convênios são recentes, o detalhamento dos planos de aplicação de recursos deve ser incluído nos planos de trabalho de forma a permitir o fiel cumprimento dos gastos previstos para o Convênio e a eficiente análise e aprovação das despesas nas prestações de contas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
<p>O DDE entende que, para os convênios n.º 721743/2009 e n.º 721606/2009, firmados respectivamente com o CERPCH e com o CENBIO, o detalhamento dos planos de trabalho dos convênios em vigência está adequado, pois os itens estão quantificados em números de publicação, quantidade de eventos que serão realizados (incluindo previsão de número de participantes). Os estudos realizados são claramente definidos e quantificados em produtos (relatórios).</p> <p>Para garantir o atendimento à recomendação, o DDE encaminhou o Ofício n.º 41/2011-DDE/SPE-MME ao CEPEL solicitando maior detalhamento das ações especificadas nos respectivos planos de aplicações de recursos para o convênio n.º 721906/2009.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Em resposta, o CEPEL enviou Carta n.º 32432/11 com o detalhamento solicitado. A documentação foi inserida no processo e utilizada na análise da prestação de contas realizada por este Departamento, conforme o Parecer Técnico n.º 50/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CVII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201109027	29	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se que os processos licitatórios realizados no âmbito dos convênios celebrados pelo MME sejam elaborados de forma isenta de direcionamento, permitindo a livre concorrência.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Neste sentido, a SPE reforçou a necessidade de cumprimento às normativas legais estabelecidas na Lei n.º 8.666/93 aos convenientes por meio de Ofício, solicitando adicionalmente documentação comprobatória dos processos licitatórios citados (Ofícios nº 011/2011-DDE/SPE-MME, 18.04.2011, para o Convênio nº 721606/2009 – CENBIO e nº 012/2011-DDE/SPE-MME, 25.04.2011, para o Convênio nº 721743/2009 – CERPCH). Quanto à condição de qualificação técnica exigida no âmbito do convênio com o CENBIO, o conveniente enviou esclarecimentos por meio do Ofício nº FUSP/AFC/P2085/207211, de 12.05.2011. Todas as informações enviadas foram cheçadas e analisadas pelo Departamento de Desenvolvimento Energético durante as análises técnica e financeira.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não houve ocorrência que possibilitasse a verificação do cumprimento da recomendação pelo conveniente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

Tabela CVIII - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109027	16	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Implemente rotinas administrativas que possibilitem um acompanhamento oportuno e tempestivo da execução dos convênios firmados e propiciem uma adequada análise das prestações de contas parciais			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
O Departamento de Desenvolvimento Energético, com base nas normativas estabelecidas na Portaria n.º 494/2009, está elaborando um roteiro (check-list) para o acompanhamento dos Convênios de Cooperação Técnica e Financeira em vigência. A análise técnica ocorrerá trimestralmente com base nos relatórios técnicos encaminhados pelo convenente. A análise financeira, referente à comprovação dos gastos e verificação da correta utilização dos recursos, também será feita trimestralmente baseada nas informações do relatório de execução financeira encaminhado pelo convenente e nos dados registrados no sistema SICONV.			
Síntese dos resultados obtidos			
Devido a Portaria Interministerial n° 507, de 24 de Novembro de 2011, publicada no D.O.U. em 28/11/2011, que regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, o DDE está avaliando para ajustar o roteiro (check list) nas novas diretrizes estabelecidas visando adequá-lo à legislação vigente. Desta forma a finalização está programada para o final do primeiro trimestre de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CIX - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109027	19	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Implemente medidas administrativas no intuito de concretizar o disposto na legislação pertinente a transferências voluntárias, em especial, ao exarado na Portaria SE-MME nº. 494/2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Conforme já mencionado no item referente à constatação n.º 16, o DDE está elaborando um roteiro (ckeck-list) baseado na Portaria n.º 494/2009. O objetivo é estabelecer uma rotina administrativa para o acompanhamento dos convênios de cooperação técnica em vigência, utilizando o sistema operacional SICONV. Neste período para garantir o atendimento ao disposto na referida Portaria no tocante às fiscalizações, foram realizadas visitas técnicas in loco, baseada em programação prévia estabelecida, em 06 (seis) convênios de cooperação técnica de responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento Energético (conforme citados no Plano de Providências Permanente referente à constatação n.º 16). As informações coletadas nessas visitas e as análises das informações no SICONV estão em análise pelo Departamento para elaboração do citado roteiro.			
Síntese dos resultados obtidos			
O prazo de conclusão da providência para atender esta Recomendação é até junho de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CX - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109027	27	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Mapear os macroprocessos existentes no Departamento de Planejamento Energético - DPE e no Departamento de Desenvolvimento Energético - DDE, e identificar os riscos inerentes da Secretaria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
<p>Os Departamentos irão realizar estudos dos procedimentos internos com objetivo de identificar as atividades que possam ser classificadas como macroprocesso. Serão definidas as atividades passíveis de serem classificadas e posteriormente transformadas em macroprocessos, com o foco na lógica geral de seu funcionamento.</p> <p>O DDE pretende após a elaboração do Relatório de Atividades do Exercício de 2011 (documento que descreve as principais ações realizadas neste ano), identificar as ações críticas que terão uma rotina sistêmica de gerenciamento e acompanhamento periódico.</p> <p>Entende-se como necessário esta identificação inicial para que sejam estabelecidos mecanismos de controle em atividades relevantes que poderão compor um macroprocesso. Algumas atividades como a celebração e acompanhamento dos convênios de cooperação técnica financeira, por exemplo, possuem normativas legais já estabelecidas por meio de Portarias Ministeriais e Decretos. Esses instrumentos legais por si só estabelecem a rotina de gerenciamento necessária, e como foram recentemente reformuladas, estão sendo avaliadas para que ocorram os ajustes necessários nos futuros planos de ação.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
O prazo de conclusão da providência para atender esta Recomendação é até junho de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CXI - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109027	28	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Atualizar a Portaria nº 144, de 23.06.2011, excluindo o inciso V do art. 5º, por não compor o rol de competências do Departamento de Planejamento Energético, aproveitando para atualizar as estruturas regimentais dos departamentos de modo que reflitam a atual organização implementada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
<p>Em relação à recomendação do Regimento Interno e atuais competências deste Departamento, com base no Inciso V, Artigo 5º, da Portaria nº 144 de 23 de junho de 2011, estabelece-se:</p> <p>V- supervisionar os procedimentos de concessão de recursos energéticos e subsidiar as secretarias finalísticas do setor energético, na implementação de seus sistemas de concessão;</p> <p>Esclarecemos que a alteração no Regimento Interno não é só de competência desta Secretaria, contudo, informamos que o referido artigo, assim como o regimento interno do DPE será avaliado em conjunto com o gabinete da SPE, a qual decidirá se o Inciso deverá ser mantido na estrutura regimental do Departamento, ajustado ou retirado de suas atribuições.</p> <p>Posterior a esse procedimento, esta Secretaria encaminhará a proposta de ajuste do Regimento Interno para a área competente deste Ministério.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
O prazo de conclusão da providência para atender esta Recomendação é até agosto de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

Tabela CXII - Quadro a.15.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109027	36	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Implementar indicadores de gestão institucionais que auxiliem o processo de decisão gerencial.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
A implementação de indicadores institucionais depende da conclusão do trabalho de identificação e mapeamento das atividades críticas. O DDE pretende após a elaboração do Relatório de Atividades do Exercício de 2011 (documento que descreve as principais ações realizadas neste ano), identificar as ações críticas que terão uma rotina sistêmica de gerenciamento e acompanhamento periódico. Entende-se como necessário esta identificação inicial para que sejam estabelecidos mecanismos de controle em atividades relevantes que poderão compor um macroprocesso. Este sequenciamento de ações é necessário para que se garanta a correta identificação dos processos críticos que deverão ser associado a indicadores gerenciais			
Síntese dos resultados obtidos			
O prazo de conclusão da providência para atender esta Recomendação é até junho de 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)


Não se aplica nessa SPE. Na estrutura do MME não existe Unidade dessa natureza.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

Foi realizado um empenho e efetivado o pagamento de R\$ 129.320,00 (cento e vinte e nove mil, trezentos e vinte reais) no programa 0476 – Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, na ação 20AA - Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia, para promover a participação brasileira no Grupo Técnico de Bioenergia da Agência Internacional de Energia. Esta participação, permitiu a troca de informações e experiências com outros países, internalizada pelo Ministério e replicada pelos centros de referências apoiados por meios da realização de seminários, debates e publicações técnicas.

Parte B – Item 1.

Declaração do Contador:

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR
UJ: Secretaria Executiva - SE/MME UG: 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.</p> <p> Elizane Velozo Costa Guedes Contadora Responsável CRC –DF nº 018138/O-2</p>

1

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília, março de 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria CGU nº 2546/2010.

Brasília, março de 2012.

SUMÁRIO

Introdução.....	382
1. IDENTIFICAÇÃO	383
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	384
a) Responsabilidades institucionais.....	384
a.I) <i>Competência Institucional</i> 384	
a.II) <i>Objetivos Estratégicos</i> 385	
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	386
b.I) <i>Análise do Andamento do Plano Estratégico</i> 386	
c) Programas de Governo sob a responsabilidade da SGM	387
c.I) <i>Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da SGM</i> 387	
Programa e Ações sob a responsabilidade da SGM.....	387
Relação do Programa.....	388
Principais Ações do Programa.....	388
c.II) <i>Execução física das Ações</i> 390	
Análise crítica.....	390
c.III) <i>Indicadores Institucionais</i> 417	
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	418
d.I) <i>Programação Orçamentária das Despesas</i> 418	
d.II) <i>Execução Orçamentária das Despesas</i> 418	
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	418
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	418
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	418
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	418
4. 1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores	418
5. Recursos Humanos da Unidade.....	419
6. Transferências	420
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	420
6.1.1. <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício</i> 420	
6.1.2. <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i> 421	
6.1.3. <i>Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes</i> 421	
6.1.4. <i>Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse</i> 422	
6.1.5 <i>Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse</i> 423	
6.2. Análise Crítica.....	424
7. Declaração da Área Responsável	425
7.1 - Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	425
8. Declaração de Bens e Rendas.....	425
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	425
9.1. Estrutura de Controles Internos da SGM	426
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade.....	434
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ.....	434
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	434

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	434
14. Renúncia Tributária.....	434
15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	435
15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	435
15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao final do Exercício.....	435
15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	435
15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	438
16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (OCI).....	439
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.....	439
PARTE B – ITEM I	441
<i>I - Declaração do Contador</i>	<i>441</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Identificação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	383
Tabela II: Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	387
Tabela III: Dados Gerais do Programa.....	388
Tabela IV: Dados Gerais da Ação 4871	388
Tabela V: Dados gerais da Ação 4887	389
Tabela VI: Execução Física das Ações Realizadas pela SGM.....	390
Tabela VII: Atividades Realizadas em 2011	391
Tabela VIII: Atividades Realizadas em 2011.....	393
Tabela IX: Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SGM	418
Tabela X: Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	418
Tabela XI: Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011.....	420
Tabela XII: Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	421
Tabela XIII: Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes	421
Tabela XIV: Prestações de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	422
Tabela XV: Visão geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	423
Tabela XVI: Tabela XVI: Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao Macroprocesso “Atendimento das Políticas Públicas do Governo Federal na área Socioambiental para o Setor Mineral”	426
Tabela XVIII: Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao Macroprocesso “Promoção do conhecimento, avaliação dos recursos minerais, estímulo ao setor produtivo e apoio às políticas estaduais de mineração”	430
Tabela XVIII: Tabela XVIII: Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao Macroprocesso “Incentivo e apoio à modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral”.....	432
Tabela XIX: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	435
Tabela XX: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	438

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio
ABC – Associação Brasileira do Alumínio
ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração
ABPC – Associação Brasileira dos Produtores de Cal
ADIMB – Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira
ANICER – Associação Nacional da Indústria Cerâmica
(Instituto Brasileiro de Siderurgia – IBS,
ANM – Agência Nacional de Mineração
APL – Arranjo Produtivo Local
APP – Área de Preservação Permanente
ATN – Associação Telecentros de Informação e Negócios
BIOMAR - Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCZEE - Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional
CEGEO – Centro de Geotecnia – Instituto Superior Técnico
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CGFLOP – Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGPCS - Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis
CGU – Controladoria Geral da União
CIPAMIN – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração
CIRM - Comissão Interministerial de Recursos do Mar
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPM – Conselho Nacional de Política Mineral
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAGEM – Conselho Nacional de Geologia e Mineração
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONJUR – Consultoria Jurídica do MME
COP 5 - Convenção de Roterdã
COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CPMSIGE - Comitê Permanente de Monitoramento do SIGE
CPPCS - Comitê Executivo de Produção Sustentável do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
CPRM – Serviço Geológico do Brasil
CSD – Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável
CSPK – Sistema de Certificação do Processo de Kimberley
CT – Câmara Técnica
CTAS – Câmara Técnica Águas Subterâneas
CTCOST - CT Integração de Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuários e Zonas Costeiras
CTGA - Comitê Técnico de Gestão Ambiental do MME
CT Mineral – Fundo Setorial Mineral
CTIL - Câmaras Técnicas Institucionais e Legais
CTPOAR - CT Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras

DDSM – Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração
DGPM – Departamento de Geologia e Produção Mineral
DN – Decisão Normativa
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU – Diário Oficial da União
DPGM – Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
DTTM – Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético
ETR - Elementos Terras Raras
FACC – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica
FEOP – Fundação Educativa de Ouro Preto
FIA/MEMORA – Fundação Instituto de Administração/Processos Inovadores
FIDESA – Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FUVATES – Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social
GEOBANK – Banco de Dados CPRM
GIEC – Grupo Internacional de Estudos do Cobre
GIECZ – Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco
GIEN – Grupo Internacional de Estudos do Níquel
GRANMar - Projeto Granulados Marinhos
GSI – Gabinete de Segurança Institucional
GT – Grupo de Trabalho
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável
IBICTI - Instituto Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação
IBS – Instituto Aço Brasil
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICZ – Instituto de Metais Não-Ferrosos (Chumbo e Zinco)
IN – Instrução Normativa
IRD - Institut de Recherche pour le Développement
ISBA – International Seabed Authority (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos)
LEPLAC – Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MacroZEE – Macro Zoneamento Ecológico Econômico
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MCTer – Museu de Ciências da Terra
MD – Ministério da Defesa
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
META - Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral
MF – Ministério da Fazenda
MIN – Ministério da Integração Nacional
MJ – Ministério da Justiça
MME – Ministério de Minas e Energia
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE – Ministério das Relações Exteriores
NRCan - Setor de Minerais e Metais, Recursos Naturais Canadá
OB – Ordem Bancária
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCI – Órgão de Controle Interno
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não-Governamental
OTGM - Projeto Ordenamento Territorial Geomineiro
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAN Cavernas do BHSF - Plano de Ação Nacional Cavernas da Bacia Hidrográfica do São Francisco
PAOF - Plano Anual de Outorga Florestal
PBACV - Comitê Gestor do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida de Produtos
PCJB – Plataforma Continental Jurídica Brasileira
PDAC – The Annual Convention of the Prospectors and Developers Association of Canadá
PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos
PI – Portaria Interministerial
PL– Projeto de Lei
PLG – Permissão de Lavra Garimpeira
PNUMA - Grupo Intergovernamental de Negociação junto ao Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA– Plano Plurianual
PPCaatinga - Comissão de Acompanhamento do Plano de Prevenção e Combate ao desmatamento da Caatinga
PPCerrado - Comissão de Acompanhamento do Plano de Prevenção e Combate ao desmatamento do Cerrado
PPGMar - Comitê Executivo para Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências do Mar
PNM-2030 – Plano Nacional de Mineração – 2030
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNOT– Política Nacional de Ordenamento Territorial
PNRM– Política Nacional para os Recursos do Mar
PNSC – Plano Nacional da Serra da Canastra
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PORMIN – Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral
PROANTAR - Programa Antártico Brasileiro
PROAREA – Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial
PROARQUIPELAGO - Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo
PROMAR - Programa de Mentalidade Marítima
PROSUB - Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear
PROTRINDADE - Programa de Pesquisas Científicas da Ilha da Trindade
PSRM – Planos Setoriais para os Recursos do Mar
RAP – Restos a Pagar
RDC - República Democrática do Congo
REMPLOC – Recursos minerais da Plataforma Continental
SCPK - Sistema de Certificação do Processo de Kimberley
SECIRM – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SE – Secretaria Executiva

SETEC/MCT – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Ministério da Ciência e Tecnologia
SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SGT 15 – Subgrupo de Trabalho 15 – MERCOSUL
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas
SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGE - Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNIC – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
SNIEE – Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Cimento
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAH - Taxa Anual por Hectares
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
UC – Unidade de Conservação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

Introdução

A apresentação do Relatório de Gestão da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral relativo ao exercício de 2011, tem por objetivo cumprir disposição constitucional quanto à prestação de contas dos gestores públicos aos órgãos de controle e à sociedade em geral. Foi elaborado em conformidade com as orientações expedidas pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – IN/TCU nº 63, de 1 de setembro de 2010, pela Decisão Normativa – DN/TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, pela Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, além das orientações emanadas pelo órgão de controle interno, a Controladoria Geral da União – CGU, sobretudo por meio da Portaria nº 2.546 de 27 de dezembro de 2010. Este documento constitui-se, ainda, em uma importante ferramenta para divulgação das atividades da SGM, bem como das ações conjuntas realizadas com os órgãos vinculados ao MME com competências operacionais de geologia e mineração: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Serviço Geológico do Brasil. – CPRM.

Os itens 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente o subitem d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação; 3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 8 - Declaração de Bens e Rendas; 10 - Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade; 11 - Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ; 12 - Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ; 13 - Cartões de Pagamento do Governo Federal e 14 - Renúncia Tributária, não se aplicam à natureza jurídica da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e por esse motivo as informações relativas a esses temas não estão contemplados no presente Relatório de Gestão. As informações relativas ao item 5 - Recursos Humanos da Unidade, são responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME.

As informações referentes ao item 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente o contido na letra d) Desempenho Orçamentário e Financeiro; d.I) Programação Orçamentária das Despesas, bem como o contido na letra d.II) Execução Orçamentária das Despesas; d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários (Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa), serão prestadas pela unidade agregadora.

O ano de 2011 foi marcado pela finalização e lançamento do Plano Nacional de Mineração – PNM-2030, o qual serviu como referência para as discussões e redação do Plano Plurianual – PPA-2012-2015, demonstrando assim sua vital importância para o planejamento setorial. Outra importante realização da SGM foi o encaminhamento das três propostas de Projetos de Lei – PLs, que compõem o novo modelo para a mineração brasileira: o PL de criação do Conselho Nacional de Mineração – CNPM e mudanças na outorga mineral, o PL para a criação da Agência Nacional de Mineração – ANM e o PL de Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela CXIII: Identificação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 02852
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação Abreviada: SE			
Código SIORG: 03245	Código LOA: 32101	Código SIAFI: 320011	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 2032-5211		
E-mail: secex@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br/se			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 7º Andar, CEP 70065-900, Brasília/ DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			
Denominação abreviada: SGM			
Código SIORG: 80058	Código LOA: 32101	Código SIAFI: 320012	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Serviços técnicos em Geologia			Código CNAE: 7119-7/02
Telefones/Fax de contato:	(061) 2032-5175	(061) 2032-5949	
E-mail: mineracao@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br/sgm			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 4º Andar, CEP 70065-900, Brasília/ DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I – geologia, recursos minerais e energéticos; II – aproveitamento da energia hidráulica; III – mineração e metalurgia; e IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, publicado no DOU de 10 de novembro de 2004, institui as competências regimentais da SGM.			

Fonte: SGM

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

a) Responsabilidades institucionais

a.I) Competência Institucional

Em 2011 a SGM manteve sua atuação como órgão gestor de políticas públicas do setor mineral brasileiro, buscando a participação de estados e municípios para as questões setoriais, bem como o planejamento de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento ambiental e socioeconomicamente sustentável dos setores de geologia, mineração e transformação mineral.

O Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União – DOU – de 10 de novembro do mesmo ano, traz em seu bojo as competências da SGM, órgão do Ministério de Minas e Energia – MME, quais sejam a implementação, orientação e coordenação política para o setor mineral, desenvolvendo suas atividades por meio de ações de fomento ao desenvolvimento sustentável, da articulação institucional e de estudos de planejamento e de capacitação de agente setoriais.

Assim, a SGM atua como órgão central para o fortalecimento da geologia, ampliando o conhecimento do meio físico nacional, da atividade minerária, induzindo a descoberta de novas jazidas e possibilitando o aumento da produção mineral, além de incentivar à inovação tecnológica e a agregação de valor por meio da indústria de transformação mineral.

O Decreto nº 5.267/2004 vincula ao MME a Empresa Pública CPRM e a Autarquia Federal DNPM, entidades de geração de conhecimento e de gestão do patrimônio mineral brasileiro, respectivamente. Dessa forma, o Decreto aborda o controle finalístico ao qual se submetem estas entidades ao MME sem, contudo, interferir em sua autonomia administrativa.

Compete à SGM, em conjunto à CPRM, a formulação e implementação de políticas públicas de geração de conhecimento geológico do território brasileiro, inclusive em áreas emergentes, o que significa contribuir para o ordenamento territorial, minimização dos efeitos de desastres naturais, aumento na oferta de áreas potenciais para a exploração mineral e consequente ampliação da produção minerária brasileira.

A SGM atua conjuntamente ao DNPM com políticas para a promoção de atividades de gestão do patrimônio mineral brasileiro e fomento ao setor, possibilitando a maximização da produção de forma sustentável, a formalização da atividade minerária, bem como sua consolidação como um dos principais setores para a economia e desenvolvimento do país. Além disto, A SGM atua conferindo a outorga de títulos minerários necessários para o aproveitamento de bens minerais segundo o Código de Mineração, Decreto-lei nº 227/1967.

Tendo em vista que somente entidades privadas e/ou particulares podem extrair bens minerais no país, o Decreto nº 5.267/2004 traz ainda a possibilidade de atuação da SGM, da CPRM e do DNPM atuarem conjuntamente com este segmento, visando a otimização dos processos produtivos. Aliado a isso, a SGM age ainda como interlocutora frente aos órgãos ambientais das diferentes esferas federativas.

Além do exposto, a SGM, em sua função de planejamento, acompanha as tendências setoriais econômicas, sociais e ambientais ligadas à atividade produtiva. Para isso propõe, quando necessário, revisões e atualizações de ações, para a completa consecução dos objetivos estipulados pelas políticas de governo.

a.II) Objetivos Estratégicos

A SGM busca atingir, por meio do desempenho de suas atividades, as competências que lhe são delegadas pelo Decreto nº 5.267/2004 e alcançar as metas estipuladas pelo Programa Gestão da política de geologia, mineração e transformação mineral, bem como por meio das duas Ações inseridas nesse Programa, quais sejam a Ação Capacitação e difusão de informações técnico-gerenciais para a mineração sustentável e a Ação Estudos para o planejamento dos setores de geologia, mineração e transformação mineral.

A atuação da SGM em 2011 foi baseada na premissa de que o conhecimento geológico é fundamental para o desenvolvimento nacional, seja por meio de informações utilizadas para o ordenamento territorial, seja por viabilizar o conhecimento geológico e a identificação de novas jazidas minerais.

Nesse sentido, a SGM busca formular políticas públicas de desenvolvimento setorial sustentável por meio de projetos de incentivo as cadeias produtivas, ampliação do conhecimento do meio físico, indução da atividade minerária, incentivo à formalização de pequenos produtores e à promoção do uso de tecnologias para a transformação mineral.

Para que essa atuação seja eficiente, a SGM atua permanentemente alinhada com as entidades vinculadas, CPRM e DNPM, para que juntos façam uma adequada gestão do patrimônio mineral brasileiro. Isso pode ser verificado principalmente por dois pontos fundamentais: o expressivo aumento do conhecimento geológico nacional verificado nos últimos anos; e a modernização dos procedimentos de outorga de títulos minerários e melhor fiscalização do setor produtivo. Esses dois avanços permitiram ao Brasil atrair inúmeros investidores, que possibilitarão o aumento da exploração mineral com a consequente descoberta de novas jazidas e a implementação de novos projetos minerários no futuro.

Esses avanços demonstram a preocupação que a SGM tem com o futuro do setor, o que foi confirmado pela apresentação, em fevereiro de 2011, do Plano Nacional de Mineração – PNM-2030, cujo objetivo central é o planejamento das políticas públicas para o setor mineral brasileiro nos próximos 20 anos. Esse projeto, elaborado pela SGM com a participação de diferentes agentes ligados ao setor, contempla as diversas cadeias produtivas nacionais e servirá como linha mestra para as ações públicas.

Ainda no que diz respeito à atuação conjunta SGM, CPRM e DNPM, os três órgãos atuaram em 2011 na ampla divulgação de atividades realizadas. Essa ação de divulgar produtos ocorreu por meio da participação em eventos nacionais, a exemplo do Congresso Brasileiro de Mineração – *Exposibram*, e internacionais, como o *The Annual Convention of the Prospectors and Developers Association of Canadá* - PDAC. A atuação junto ao setor produtivo permitiu, além da divulgação do potencial geológico e da indústria mineral brasileira importante para atrair cada vez mais investidores, a troca de informações técnico-científicas e econômicas do setor mineral mundial.

A atuação da SGM para capacitação de agentes setoriais teve como foco, pequenos e médios produtores minerais. Nessa ação, os profissionais contaram com o Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral – PORMIN, vinculado à Rede APL, além de Telecentros Minerais e de Inclusão Digital que ensinaram aos agentes como gerir negócios, as vantagens de organizarem-se em segmentos produtivos, além de buscarem a agregação de valor para geração de emprego e renda em comunidades locais e adequadas práticas de produção ambientalmente corretas.

Cabe mencionar a atuação da SGM no fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao setor mineral e também o estímulo à agregação de valor das substâncias minerais. A SGM participou do Fundo Setorial Mineral – CT Mineral, o qual visa a difusão do conhecimento de tecnologias para transformação mineral e o aumento da competitividade de projetos produtivos verticalizados.

Finalmente, merece destaque o fato de que as ações da SGM são pautadas no ideal de bem aproveitar os recursos minerais, contudo pensando na possibilidade de sua utilização por gerações futuras, o que caracteriza o desenvolvimento sustentável buscado pela SGM. Isso pode ser verificado por meio de atividades de estímulo à sustentabilidade da atividade minerária e de otimização do aproveitamento de recursos naturais.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

A limitação de movimentação das dotações orçamentárias ocorrida no exercício de 2011, explicitada por meio do Decreto nº 7.445, de 1 de março de 2011 e da Portaria nº 23, de mesma data, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, estimulou SGM a mudar o foco de ação, dando ênfase para o desenvolvimento de ações orgânicas. Com isso, o planejamento estratégico da SGM foi realizado com foco em atividades em fase final de execução, tais como o planejamento setorial de longo prazo, realizado por meio do PNM-2030, elaboração do PPA 2012-2015 e à finalização dos projetos de lei que visam atualizar a nova legislação mineral brasileira.

A SGM concentrou esforços ainda na maturação de projetos futuros, dos quais merecem destaque 9 atividades de modernização dos órgãos setoriais e de estudos estruturantes para o setor mineral. Essas atividades inserem-se no âmbito do Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral – Projeto META / Banco Mundial, e fazem parte do escopo de financiamento para o progresso do país realizado por meio do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

O Projeto META foi coordenado pela Diretoria de Programas do MME, tendo a SGM como coordenadora dos projetos de assistência técnica ao setor mineral, no qual estão inseridas atividades da própria SGM, além de ações voltadas para o fortalecimento institucional do DNPM e da CPRM.

Merece destaque ainda a articulação institucional promovida pela SGM com diversos representantes do setor mineral brasileiro, inclusive representantes da iniciativa privada. Para isso, atuou conjuntamente com outros Ministérios, entre eles o de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, tendo em vista a importância das *comodities* para a balança comercial brasileira; o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e o de Trabalho e Emprego – MTE, devido à importância do setor mineral para geração de emprego e renda; o de Meio Ambiente – MMA, considerando as complexas relações entre a atividade minerária e o meio ambiente; o de Ciência e Tecnologia – MCT, devido ao desenvolvimento de tecnologias de exploração, produção e transformação mineral; da Integração – MIN, levando desenvolvimento para regiões interiores; da Defesa – MD, pois é sabido que as fronteiras marinhas, onde hoje são realizadas pesquisas minerais, fazem parte da segurança nacional; e da Educação – MEC, sobretudo pelo ensino superior ou de nível técnico, imprescindível para o desenvolvimento minerário do país.

Nota-se, ainda, a atuação da SGM para o desenvolvimento regional realizada a partir de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral – APLs Minerais – e para a capacitação de profissionais que atuam no setor, sobretudo pequenos e médios produtores.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da SGM

c.I) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da SGM

Tabela CXIV: Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1069		Denominação: Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento geológico.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral.						
Gerente: Claudio Scliar			Responsável: Claudio Scliar			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.000.000,00	6.000.000,00	169.400,13	139.235,30	0	139.235,30	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Este Programa não possui Indicadores					
O programa 1069 é considerado programa de gestão de políticas públicas e por essa razão não possui indicadores de gestão estabelecidos no Plano Plurianual, apenas metas quantitativas que objetivam aferir o alcance dos resultados das ações implementadas.						
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
O exercício em análise foi marcado por expressiva limitação de movimentação das dotações orçamentária da SGM, o que fez priorizar os projetos macroestruturantes e de maior abrangência para o desenvolvimento das cadeias produtivas do setor mineral de forma a alcançar as metas estabelecidas no PPA. Além disso, as ações coordenadas com os estados se deram no contexto político, sem repasse de verbas para realização de estudos específicos por parte destes entes federados. Destaca-se o contínuo aperfeiçoamento do sistema interno de gestão de convênios e a política de capacitação e formalização considerada como prioritária pela SGM. Outro fator que merece ser citado foi o início da gestão de novos procedimentos, acarretando a mudança de dirigentes tanto no MME, DNPM e CPRM, como em outros ministérios, ocorrida no exercício.						

Fonte: SIGPLAN e SGM

Programa e Ações sob a responsabilidade da SGM

O Programa 1069 – Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, está voltado para a coordenação do planejamento setorial e para a formulação de políticas setoriais, bem como a avaliação e o controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral. Esse Programa possui duas ações: “Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral” e “Capacitação para a Mineração Sustentável”. Essas ações visam formular políticas de geologia, mineração e transformação mineral

com foco na promoção da cultura empreendedora e na capacitação do minerador, sobretudo o pequeno produtor, visando ao desenvolvimento sustentável para atendimento das demandas atuais e de gerações futuras. As ações com suas respectivas competências e realizações ocorridas durante o ano de 2011 estão descritas a seguir.

Relação do Programa

Tabela CXV: Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento geológico.
Objetivos Específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral.
Gerente do Programa	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral: Cláudio Scliar
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral: Cláudio Scliar
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para Avaliação do Programa	Os indicadores utilizados são aqueles constantes no Plano Plurianual - PPA, ou seja, indicadores físicos e financeiros das ações.
Público Alvo	Governo.

Fonte: SIGPLAN

Principais Ações do Programa

Dados Gerais da Ação 4871 - Capacitação e Difusão de Informações Técnico-Gerenciais para a Mineração Sustentável

Tabela CXVI: Dados Gerais da Ação 4871

Tipo de Ação	Atividade Orçamentária.
Finalidade	Promover a cultura empreendedora do minerador, qualificando-o para a gestão de negócios, incentivando a organização dos diversos segmentos da indústria mineral; promover a capacitação dos trabalhadores e gestores de unidades mineradoras e de transformação mineral para a atuação em bases sustentáveis nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, lavra, beneficiamento e transformação mineral, principalmente aqueles que atuam nas micro e pequenas unidades de produção e em arranjos produtivos locais.
Descrição	Realização de cursos de gestão empresarial para mineradores. Capacitação técnica-operacional para trabalhadores e gestores de unidades mineradoras nas atividades de pesquisa, de lavra e de beneficiamento, incluindo normas de segurança do trabalho, legislação mineira e ambiental. Os cursos serão ministrados através de convênios com entidades públicas e privadas

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração – DDSM.
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Cláudio Scliar.
Unidades Executoras	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral por meio do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração – DDSM.

Fonte: SIGPLAN

Essa ação tem como finalidade promover a cultura empreendedora do minerador, qualificando-o para a gestão de negócios, por meio do incentivo a organização dos diversos segmentos da indústria mineral. Além disto, visa à capacitação dos trabalhadores e gestores de unidades mineradoras e de transformação mineral para a atuação de forma sustentável desde a atividade de pesquisa, passando pelas fases de desenvolvimento, lavra, beneficiamento e comercialização, voltado principalmente àqueles que atuam nas micro e pequenas unidades de produção e em arranjos produtivos locais.

Com esse objetivo definido, foram realizados diversos cursos de curta e longa duração, promoção de campanhas de sensibilização e motivação, trabalhos na área de Extensionismo Mineral e outras formas de capacitação técnico-gerencial para trabalhadores e gestores de unidades mineradoras (empresas, cooperativas, associação de produtores) para a atuação em bases sustentáveis nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, lavra, beneficiamento e transformação mineral, incluindo normas de saúde, segurança e higiene ocupacional, além de legislação mineral e legislação ambiental. A capacitação dos mineradores foi alcançada por meio da realização de convênios com diversas entidades, públicas e privadas.

Dados Gerais da Ação Ação 4887 - Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Tabela CXVII: Dados gerais da Ação 4887

Tipo de Ação	Atividade Orçamentária.
Finalidade	Formular políticas de geologia, mineração e transformação mineral para desenvolvimento sustentável na mineração, tecnologia mineral, cenários econômicos do setor mineral e temas correlatos.
Descrição	Realização de estudos, planos, anuários, sinopses, seminários, oficinas, audiências públicas para: modernização dos marcos legais minero-ambientais; fomento a políticas e levantamentos de geologia - geofísica, geoquímica, geodiversidade, hidrogeologia, geotecnologia; mineração; integração dos sistemas de informação de geologia e mineração; ordenamento territorial geomineiro; conhecimento geológico no Mar Territorial e na Amazônia, aproveitamento de água subterrânea no semi-árido; extensionismo mineral; orientação aos pequenos produtores minerais para práticas sustentáveis e de saúde e segurança do trabalhador; fomento ao cooperativismo e associativismo; desenvolvimento de tecnologias e inovação na cadeia produtiva mineral; incentivo a inovações tecnológicas pelo setor produtivo; ampliação da participação do setor nacional de bens e serviços na indústria mineral; informações estatísticas, incentivo à produção mineral e ao planejamento do setor privado mineral.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Cláudio Scliar.
Unidades Executoras	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral por meio dos seguintes setores: Departamento de Geologia e Produção Mineral – DGPM Departamento de Gestão de Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – DPGM Departamento de Tecnologia e Transformação Mineral – DTTM Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração – DDSM Assessoria de Gabinete

Fonte: SIGPLAN

A formulação de políticas na área de mineração e transformação mineral, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a análise de cenários econômicos do setor e de áreas correlatas, são finalidades da Ação “Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral”, que até 2008 respondia pelo nome “Estudos para o Planejamento do Setor Mineral” tendo sua nomenclatura mudada devido ao fato de que esta Ação engloba todos os elos da cadeia produtiva.

c.II) Execução física das Ações

Tabela CXVIII: Execução Física das Ações Realizadas pela SGM

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
Indústria Código 22	Formação de Recursos Humanos Código 128	1069	4871	Atividade	3	Pessoa capacitada	400	5021	60
Indústria Código 22	Mineração Código 663	1069	4887	Atividade	3	Estudo realizado	10	12	2

Fonte: SIGPLAN e SIOF

Análise crítica

A exemplo de anos anteriores, as ações inseridas no Programa Gestão da Política Mineral atingiram seus objetivos estipulados no PPA 2008-2011. Na Ação 4871 (Capacitação) o expressivo aumento do número de profissionais alcançado comparativamente à meta, ocorreu devido à expertise acumulada em anos anteriores com o desenvolvimento do projeto de capacitação à distância. Por sua vez, a Ação 4887 (Estudos) alcançou a meta estabelecida mesmo com a expressiva limitação de movimentação das dotações orçamentária da SGM.

Importante mencionar que em 2011 concluiu-se o quadriênio compreendido pelo PPA-2008-2011. Destaca-se nesse período que o Programa Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, composto por suas duas Ações, Capacitação e Estudos, possibilitou à SGM fortalecer seu papel institucional e atuar em conjunto com suas vinculadas para uma melhor gestão do meio físico (englobando todas as nossas atividades finalísticas, tais como ampliação do

conhecimento geológico, incentivo a pesquisas minerais, ordenamento territorial e prevenção a desastres naturais) e dos recursos minerais brasileiros.

As ações mencionadas atingiram, durante todo o período de validade do PPA, as metas estipuladas quando de sua confecção, tendo sido verificado um contínuo aumento no número de estudos executados e das capacitações realizadas, a exceção do ano de 2011 que sofreu leve queda.

Em todo o período a Ação 4871, de Capacitação, possibilitou que fossem capacitados 12.729 profissionais, número que corresponde a mais de 12 vezes o previsto inicialmente (995), o que demonstra o amadurecimento das atividades desenvolvidas pela SGM e suas parceiras executoras.

Nessa Ação também merece atenção uma importante ferramenta tecnológica disponibilizada para profissionais do setor e que funciona permanentemente para atender demandas de pequenos produtores minerais, a qual consiste no PORMIN.

Na Ação 4887, de Estudos, foram realizadas diversas atividades, ultrapassando mais de 40 projetos no período cuja meta era de 39 estudos. Desses, destacam-se dois projetos prioritários encampados desde o início do PPA, que foram consolidados e concluídos ou encaminhados às instâncias superiores. Trata-se do projeto de novo marco regulatório para o setor mineral e o PNM-2030.

Ainda compondo a Ação 4887, no período 2008-2011, foram executados diagnósticos em 3 estados: Sergipe, Amapá e Amazonas, o que corresponde a um terço do total realizado desde o começo dos anos 2000. Além disso, vários estudos de cadeias produtivas, publicações e divulgação setorial foram considerados nesta Ação.

Finalmente, o Relatório de Gestão evidencia que todos os objetivos previstos foram parcial ou totalmente alcançados. Esses objetivos englobaram principalmente aspectos regulatórios, planejamento setorial, estudos conjuntos com estados federados, ações de infraestrutura geológica, assistência técnica a pequenos e médios produtores e formalização da atividade mineral.

As ações do Programa Gestão da Política Mineral não só atingiram seus objetivos em 2011, como superaram as expectativas, sobretudo para a Ação 4871, de capacitação, tendo em vista que os cortes orçamentários não a atingiram. Devido a isso, foram capacitados cerca de 17 vezes mais profissionais que o previsto no PPA, o que só foi possível graças ao acompanhamento de servidores da SGM e a agilidade dos executores ocorrida pelo conhecimento acumulado com o desenvolvimento do projeto em anos anteriores. Por outro lado, embora tenha sofrido significativa redução orçamentária, os estudos realizados pela SGM quanto à Ação 4887, voltada ao planejamento e gestão setorial, englobaram projetos em distintas áreas da cadeia produtiva, o que permitiu alcançar a meta traçada pelo PPA.

Atividades vinculadas à Ação 4871 - Capacitação e Difusão de Informações Técnico-Gerenciais para a Mineração Sustentável

Tabela CXIX: Atividades Realizadas em 2011

Atividade	Descrição / Justificativa	Realizado em 2011
Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral	Descrição: Ação voltada à difusão de informações e acesso a serviços digitais para o pequeno minerador. Justificativa:	<ul style="list-style-type: none">• O PORMIN (www.pormin.gov.br), implantado em 2008, foi alimentado em 2011 pela equipe da SGM com novas informações técnicas, gerenciais e de legislação e notícias semanais do setor. Iniciou-se, também, a sua adaptação à nova

	<p>O acesso a informações para agentes econômicos atuando no segmento mais pobre da ação produtiva ainda é um problema no Brasil. Assim, visando aumentar o acesso a informações tecnológicas, gerenciais e de mercado sobre bens minerais, legislação ambiental, mineral e de saúde e segurança e a inclusão digital, foram criados o Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral – PORMIN – e o meio físico de acesso ao PORMIN e outras sites na Internet: os Telecentros Minerais e Centros de Inclusão Digital do pequeno produtor Mineral.</p> <p>TELECENTROS MINERAIS – são compostos por 10 computadores em rede e 1 servidor, operado de forma sustentável pela instituição beneficiada: associações, cooperativas, prefeituras, entre outras entidades sem fins lucrativos.</p> <p>CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL – concebidos para serem instalados em prefeituras de pequenos municípios, nos quais a organização produtiva dos pequenos mineradores é praticamente ausente, impossibilitando a implantação imediata de Telecentros Minerais. O centro é dotado de 1 computador e 1 impressora.</p> <p>Observações: O processo iniciado em 2006, onde foram implantados 37 Telecentros em Prefeituras, Universidades, Sindicatos, Cooperativas e Associações, além de 17 Centros de Inclusão Digital, promovido pelo acordo de cooperação técnica entre a SGM/MME e a Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, iniciou o Projeto Telecentros Minerais e criou o Portal da Pequena Mineração (PORMIN). Em 2008 foi assinado um Termo de Parceria com a ATN, visando principalmente o monitoramento dos Telecentros de base mineral com vistas ao fomento do desenvolvimento sustentável da mineração em pequena escala e ainda a inclusão digital, que visou ampliar os mercados de atuação dos pequenos mineradores. Em 2010 houve a ampliação da Rede Telecentros de Apoio à Mineração para 1.728 Telecentros. Até 2011 foram contabilizados 31 treinamentos presenciais para dirigentes do setor mineral; 10.330 treinamentos à distância em empreendedorismo e 2.132 treinamentos à distância no curso de Cerâmica Vermelha.</p>	<p>formatação do site do MME, para sua migração das bases de infraestrutura (servidor) do DNPM para a do Ministério. As informações contidas no PORMIN propiciaram um acesso direto à página ou indireto de 5000 usuários/mês.</p> <ul style="list-style-type: none"> • TELECENTROS MINERAIS E CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL • Finalização do Termo de Parceria 001/2008, com a Associação de Telecentros de Informação e Negócios – ATN, Proc. 48000.001704/2008-91, visando o treinamento e monitoramento dos Telecentros Minerais. As ações da ATN incluíram a capacitação de 5.021 usuários dos Telecentros e Centros de Inclusão Digital em empreendedorismo, gestão, inclusão digital básica e uso do PORMIN.
--	---	--

Fonte: SGM

Atividades vinculadas à Ação 4887 - Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Tabela CXX: Atividades Realizadas em 2011

Atividade	Descrição / Justificativa	Realizado em 2011
Projeto de ato normativo Marco Regulatório do Setor Mineral	<p>Descrição: Necessidade de modernizar a legislação brasileira permitindo maior segurança jurídica, atração de investimentos, bem como diminuir a especulação improdutiva e permitir adequada atuação do DNPM como órgão regulador do patrimônio mineral da União.</p>	<p>Em 2011 a proposta de Marco Regulatório, que foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República em março de 2010, foi discutida e ajustada. A citada proposta deverá ser encaminhada no 1º semestre de 2012 ao Congresso Nacional.</p> <p>A proposta encaminhada tem como base um sistema regulatório mais eficaz para a indústria mineral brasileira, removendo os obstáculos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos minerais do território brasileiro. A introdução de critérios específicos para a emissão dos direitos minerários permitirá incentivar um contínuo aproveitamento da jazida, coibindo a chamada especulação improdutiva de títulos minerários. Também serão reforçados os papéis institucionais dos agentes públicos do setor, representados pelo MME e CPRM, além da transformação do DNPM em uma Agência Reguladora, a Agência Nacional de Mineração – ANM e a criação do Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM.</p>
Projeto de ato normativo de criação da Agência Nacional de Mineração – ANM em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM	<p>Descrição: Com as modificações propostas pelo novo Marco Regulatório do Setor Mineral as atribuições da Autarquia serão ampliadas e se faz necessário uma maior autonomia do órgão que compatibilize com suas maiores competências.</p> <p>Justificativa: A modernização e autonomia do órgão gestor possibilitará a maior segurança jurídica e adequada atuação da entidade para a regulação do patrimônio mineral da União.</p>	Proposta submetida à análise do MPOG e da Casa Civil da Presidência da República.
Projeto de ato normativo Marco Legal – CFEM	<p>Descrição: Ação destinada à melhoria da metodologia de cálculo, ponto de incidência de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), com vistas à elaboração de proposta de mudança das Leis 7.990 e 8.001 que normatizam a CFEM.</p> <p>Justificativa: Ação institucional voltada para mudança do marco legal sobre</p>	<p>Em 2011 foi encaminhado para a Casa Civil da Presidência da República para análise do Projeto. Para finalização do texto foram continuados os estudos de cadeias produtivas com o objetivo de identificar as atuais fragilidades do modelo da CFEM dentro de uma proposta de aprimoramento do Marco Regulatório para o Setor Mineral Brasileiro.</p> <p>A proposta tem como base a elaboração de um modelo que propicie maior segurança e eficiência, tanto para quem recolhe como para quem fiscaliza, a partir da indicação de parâmetros tais como “produto mineral padrão” e “preço de referência”.</p>

	os royalties da mineração no Brasil.	
Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral – Projeto META	<p>Descrição: A atuação do MME junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial) resultou na aprovação do Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral (Projeto META), que consiste na execução de diversos subprojetos que visam à modernização tecnológica e organizacional dos setores de energia e mineral.</p> <p>Justificativa: O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial contribui para diferentes setores da economia dos países, visando o desenvolvimento dos países com ampliação de tecnologias, geração de emprego e renda, diminuição das desigualdades entre outras importantes funções. Devido a isso, em 2011 o BIRD contemplou vários projetos de assistência técnica aos setores de energia e mineral que deverão se prolongar nos próximos 4 ou 5 anos.</p>	Em 2011 a SGM, em conjunto com a Diretoria de Programas, vinculada à Secretaria Executiva – SE/MME, o DNPM e a CPRM, confeccionou os Termos de Referência para todos os 13 subprojetos. Esses subprojetos compreendem a construção de laboratórios, aquisição de modernos equipamentos e a capacitação das instituições, SGM, DNPM e CPRM para as novas atribuições e desafios advindos do Novo Marco Regulatório do Setor. As atividades de assistência ao setor mineral serão divididas em duas etapas a um custo aproximado de US\$ 25 milhões, dos quais 4 projetos terão início já em 2012 e totalizarão mais de US\$ 5,6 milhões.
Plano Plurianual – PPA 2012-2015	<p>Descrição: O Plano Plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos. O programa “Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral”, que integra o PPA 2012-2015, contém os desafios e compromissos de governo para com o setor mineral brasileiro no período.</p>	<p>Elaboração do Programa “Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral”, conduzida pela SGM/MME e SPI/MPOG, com participação das entidades vinculadas CPRM e DNPM.</p> <p>O programa é composto por 9 objetivos, aos quais estão associadas metas e previstas ações. Os objetivos contemplam, dentre outras atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamentos geológicos, geofísicos e temáticos; • Zoneamento mineral do País; • Ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos; • Cooperação internacional para exploração, processamento e transformação mineral; • Estudos para implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral; • Fortalecimento de atividades de P,D&I no setor; • Melhoria nas atividades de regulação e fiscalização do setor; • Assegurar a governança pública eficaz do setor.
PDAC	Descrição:	O PDAC é uma importante vitrine do setor para os

	<p>Evento internacional The Annual Convention of the Prospectors and Developers Association of Canadá – PDAC – realizado anualmente em Toronto, Canadá. É um fórum de oportunidades de negócios no setor mineral, cabendo às empresas e instituições participantes a apresentação de projetos específicos com o objetivo de atrair potenciais investidores, bem como, no nível macro, salientar as vantagens comparativas dos diversos países representados, num clima saudável de competição.</p> <p>Justificativa: Neste evento, representantes de diversos países tem contato com o que há de mais moderno em termos de tecnologias, investimentos e atividades voltados ao setor mineral no mundo.</p>	<p>diferentes representantes estrangeiros. No Pavilhão Brasil, uma área de exposição dentro do PDAC, se busca atrair investimentos voltados à exploração mineral no país. Neste sentido a SGM atua ativamente organizando e promovendo este pavilhão, em conjunto com representantes de órgãos vinculados ao MME, bem como expressivos representantes do setor mineral privado, os quais participam por intermédio de estandes e apresentação de palestras e/ou conferências, procurando divulgar o avanço tecnológico no domínio da mineração e das geociências, bem como divulgar oportunidade minerais brasileiras, atraindo novos investidores.</p>
<p>Projeto de Lei mineração em Terra Indígena</p>	<p>Descrição: Ação para propor a regulamentação do Art. 231 de Constituição Federal, normatizando o processo de exploração mineral em Terras Indígenas, em conjunto com o Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.</p> <p>Justificativa: As terras indígenas correspondem a 12% do território nacional e a 25% da Amazônia, sendo que os títulos minerários já outorgados nestas áreas encontram-se sobrestados desde a promulgação da Constituição de 1988, bem como não há possibilidades de novas outorgas, causando incertezas, conflitos e prejuízos a todos os envolvidos. Embora a CF 88 tenha acolhido a possibilidade de mineração nestes locais, condicionou-a a regulamentação em lei específica, motivo da proposta de PL elaborado pelo Grupo Interministerial coordenado pelo Ministério da Justiça e formado pelo MME, DNPM, FUNAI e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República –</p>	<p>A subcomissão especial sobre exploração de recursos minerais em Terras Indígenas, integrada à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, encaminhou para análise substitutivo do PL nº 1.610/1996 que dispõe com exclusividade sobre a exploração de recursos minerais em Terras Indígenas. Por meio do PL, propõe-se a regulamentação do § 1º do Art. 176 e do § 3º do Art. 231 da Constituição Federal.</p> <p>Situação em fins de 2011: Aguarda aprovação no Congresso Nacional.</p>

	<p>GSI. Em 2006 foi proposta uma primeira minuta de PL, que recebeu sugestões das Comunidades Indígenas e do Setor Mineral e atualmente foi proposto substitutivo ao PL nº 1.610/1996.</p>	
<p>Projeto de Lei regulamentando a mineração em faixa de fronteira.</p>	<p>Descrição: Ação para propor Projeto de Lei visando à alteração da Lei nº 6.634, a fim de autorizar a operação de projetos de mineração por empresas com mais de 51% de capital internacional na faixa de fronteira, desde que acompanhada de projetos que agreguem valor ao produto mineral.</p> <p>Justificativa: A legislação brasileira atual impede o exercício da atividade de mineração por empresas cuja composição de capital seja majoritariamente internacional na faixa de fronteira, uma vasta área correspondente à faixa contínua de 150 km de largura existente ao longo dos 15.719 km de fronteira seca do País, o que tem restringido o investimento mineral e industrial produtivo em uma área geográfica de quase 30% do território nacional, que se estende por 11 Estados e 588 Municípios nas fronteiras com 10 países da América do Sul. Visando resolver a questão, a SGM coordenou uma ampla discussão com os ministérios competentes, que resultou na elaboração de uma proposta preliminar de PL.</p>	<p>Discussões técnicas ocorridas entre SGM com os procuradores federais e representantes do MD, GSI, DNPM e CONJUR/MME para elaboração do PL.</p> <p>Situação em fins de 2011: Aguarda aprovação formal da minuta submetida à CONJUR do Ministério da Defesa</p>
<p>Projeto de Lei sobre a constituição do título de lavra como garantia real de financiamento</p>	<p>Descrição: Projeto de lei que dispõe sobre a constituição de penhor e propriedade fiduciária de títulos de concessão de lavra e de manifesto de mina como garantia de financiamento de atividades de pesquisa, lavra e transformação mineral.</p> <p>Justificativa: Apresentar soluções para a obtenção de crédito para investimentos produtivos no setor mineral tem sido motivo de estudos pela SGM, situação que afeta, sobretudo, as micro,</p>	<p>Em fase de elaboração de minuta final entre os órgãos envolvidos (MME e DNPM) e inclusão no Marco Legal do Setor Mineral.</p>

	pequenas e médias empresas de mineração, que não dispõem de recursos próprios ou de acesso a financiamentos para a aquisição e/ou reforma de máquinas e equipamentos e, mais importante, para modernização do seu processo produtivo, tornando-as mais competitivas.	
Projeto de ato normativo sobre a exploração e a proteção de fósseis em território nacional.	<p>Descrição: Proposição de ato normativo (Lei ou Decreto), em conjunto com os demais órgãos federais competentes para disciplinar a exploração e a proteção fossilífera no País.</p> <p>Justificativa: Necessidade de regulamentação mais objetiva para a proteção ao patrimônio científico nacional.</p>	Projeto de proposta de lei em estudo visando andamento, com discussões internas na SGM e DNPM.
Acompanhamento e avaliação de projetos.	<p>Descrição: Gestão dos projetos realizados pela SGM.</p> <p>Justificativa: A SGM utiliza-se das ferramentas dos sistemas estruturantes do governo (SIASG, SIAFI, SICONV, SIORG e SIGPLAN) e de sistemas internos (planilhas Excel e bancos de dados ACCESS), cujo objetivo é reunir informações e avaliações do andamento de convênios, contratos e ações específicas da SGM.</p>	A gestão e acompanhamento de ações da SGM foram realizados periodicamente.
Ação Nacional de Apoio às Políticas Estaduais de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.	<p>Descrição: Ação de fomento à realização de estudos e diagnósticos do setor mineral dos Estados brasileiros.</p> <p>Justificativa: A razão para esta ação direta de apoio aos Estados é o fortalecimento do suporte institucional para o desenvolvimento da geologia, mineração e transformação mineral no âmbito regional/estadual. Por meio de projetos conjuntos de diagnóstico e avaliação das atividades minerais nos estados, pretende-se influir no fortalecimento ou constituição de instituições governamentais</p>	Em 2011 ocorreu a prestação de contas dos convênios finalizados em 2010 com os estados do Amapá, Amazonas e Sergipe. O diagnóstico setorial do estado do Maranhão foi cancelado, a pedido, devido a ordens técnicas.

	estaduais para ação local complementar à SGM, DNPM e CPRM, além de se ampliar, de forma sensível, o conhecimento da economia mineral, da geologia básica e da capacidade técnica presente nos estados.	
Projeto de revitalização e restauração do Museu Ciências da Terra- RJ.	<p>Descrição: Restauração e revitalização do Museu de Ciências da Terra por meio de intervenções físicas no imóvel situado à Av. Pasteur, Rio de Janeiro, com a proposição de novo formato museológico.</p> <p>Justificativa: O Museu de Ciências da Terra, localizado nas instalações da CPRM no Rio de Janeiro, caracteriza-se como um centro de pesquisa e de difusão do conhecimento da Geologia e da Mineração no País, abriga a maior coleção de fósseis do Brasil (um milhão de exemplares) e um valioso acervo de amostras de rochas (quinze mil), minerais (sete mil) e meteoritos (doze), bem como sedia uma biblioteca com noventa mil volumes de publicações periódicas, representativa da evolução histórica da mineração e da pesquisa geológica brasileiras. Visando restaurar e revitalizar o Museu, visto como espaço privilegiado de educação científica e cultural, a SGM tem atuado na busca de soluções, parceiros e financiamentos desde 2003. No início de 2006, no Seminário Nacional de Geologia, foi constituída uma Comissão Conjunta SGM/CPRM/DNPM, que se propôs como primeira tarefa viabilizar a elaboração de um projeto executivo, contendo diversos projetos específicos, tais como Científico, Museológico, Museográfico, Expográfico, o qual já foi concluído.</p>	<p>A revitalização e restauração do Museu de Ciências da Terra (MCTer) do DNPM, localizado no Rio de Janeiro, teve sua origem no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, órgão criado em 1907. Hoje o Museu se constitui especificamente num local de salvaguarda de seu acervo, sendo necessária a implantação da reserva técnica do Museu e o prédio necessita de premente intervenção física para reconstituição de parte incendiada na década de 1980. Em 2007 foi celebrado convênio entre a Petrobras e a Fundação Educativa Rádio e Televisão Ouro Preto (FEOP) com interveniência da SGM, DNPM e CPRM, os quais ficaram responsáveis pela elaboração de um projeto macro de revitalização das atividades de pesquisa e exposição, além de renovação das instalações para a guarda e conservação do acervo, empreendendo forte intervenção conceitual e física na edificação da instituição, no sentido de se preparar o MCTer para os novos desafios dos Museus contemporâneos e também ser um espaço de educação e divulgação das geociências para a sociedade.</p> <p>Finalizado o projeto de engenharia, arquitetura e restauração do MCTer, há expectativa que, em 2012, seja contratada a empresa que realizará a execução das obras.</p>
Plano Nacional de Mineração – PNM-2030.	<p>Descrição: O PNM-2030 se constitui em um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor mineral, sendo a base para a formulação de</p>	<p>Em 8 de fevereiro de 2011 o PNM-2030 foi lançado oficialmente e foi utilizado como linha-mestra para a definição de programas e ações para o PPA-2012-2015.</p>

	<p>políticas públicas visando ao seu desenvolvimento. O Plano terá revisões quadrienais e detalhamento coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, obedecendo às premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da informação e na divulgação dos produtos e continuidade de recursos humanos e financeiros.</p> <p>Justificativa: O Brasil, após décadas de crescimento econômico pouco expressivo, encontra-se em novo ciclo de crescimento sustentado, com investimentos expressivos em infraestrutura e habitação oriundos do PAC e do Programa Minha Casa – Minha Vida, o que desencadeou uma série de investimentos privados em exploração mineral, mineração e transformação mineral (siderurgia, não-ferrosos, cimento, cerâmica etc.), porém com os custos de exploração mineral e de implantação de projetos sofrendo aumentos entre 30 e 50% em face do crescimento da demanda por bens de capital e serviços, além de escassez de recursos humanos qualificados. O PNM-2030 destinado a atender esta situação, terá um horizonte de 20 anos, coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, com premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da informação e na divulgação, continuidade de capacitação de recursos humanos e continuidade de recursos financeiros. Vale mencionar que a etapa de transformação será, pela primeira vez, considerada explicitamente no planejamento do Setor Mineral Brasileiro.</p>	
Implantação da Agenda 21 no Setor Mineral.	<p>Descrição: Ação voltada ao desenvolvimento de metodologias e procedimentos de fomento e apoio à implantação da Agenda 21</p>	<p>Em 2011 foram realizados contatos com representantes para estabelecer parcerias para capacitação de agentes setoriais visando em um futuro próximo aplicações no ordenamento territorial. Esse projeto conta com representantes da</p>

	<p>Local no Setor Mineral em localidades onde predominam a pequena e média mineração.</p> <p>Justificativa: A Agenda 21 é um programa internacional, do qual são signatários mais de 170 países, e que, no Brasil, vem sendo conduzida pelo MMA. Este programa traduz exatamente o tipo de desenvolvimento que se quer reproduzir no setor mineral. Nesse sentido, a SGM iniciou ações de mobilização e fomento à implantação de Agenda 21 do Setor Mineral em alguns municípios mineradores.</p>	<p>sociedade, universidades, centros de pesquisa, associação de produtores minerais e sindicato dos trabalhadores do setor mineral.</p>
<p>Participação em Conselhos, Comitês e Comissões.</p>	<p>Descrição: Ação institucional, ligada à competência de Estado, nas discussões e parametrização de questões ambientais.</p>	<p>Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA: A SGM participa como membro titular no Plenário do Conselho. Em 2011 foram realizadas atividades de acompanhamento, participação e articulação nos Grupos de Trabalhos – GTs e Câmaras Técnicas – CTs; contribuições às propostas apresentadas; discussões e articulações internas e externas sobre os temas apresentados.</p> <p>Participação nos seguintes GTs e CTs: CT Biodiversidade, Fauna e Assuntos Pesqueiros; CT Controle e Qualidade Ambiental; GT Dragagem; CT Gestão Territorial e Biomas; GT Metodologia de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs; GT Definição dos Conceitos de Topo de Morro e Linha de Cumeada; GT Monitoramento 369/06; CT Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas; GT Restauração e Preservação de Áreas de Preservação Permanente – APP.</p> <p>Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH: participação como representante do MME; articulação nos GTs, CTs e Câmaras Técnicas Institucionais e Legais - CTIL; contribuições às propostas apresentadas; discussões e articulações internas e externas sobre os temas apresentados.</p> <p>Participação nos seguintes GTs, CTs e CTILs: CT Águas Subterâneas – CTAS; CT Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR; CT Integração de Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuários e Zonas Costeiras – CTCOST; Coordenação do GT Segurança de Barragens; Coordenação do Subgrupo de Resíduos na Mineração; Membro do GT Resíduos Perigosos e Áreas Contaminadas Órfãs.</p>

		<p>Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos: atividades de acompanhamento, participação e articulação nos GTs; contribuições às propostas apresentadas; articulações e discussões internas e externas sobre os temas apresentados.</p> <p>Comitê Gestor do Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida de Produtos – PBACV: o comitê tem como finalidade executar a gestão do PBACV, bem como articular e coordenar ações para a sua implantação, reportando-se ao Conmetro. A SGM atua como representante do MME.</p> <p>Comitê Executivo de Produção Sustentável do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – CPPCS: contribuições às propostas apresentadas; discussões e articulações internas e externas sobre os temas apresentados.</p> <p>Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis – CGPCS: a SGM participa como representante do MME neste Comitê, o qual é um instrumento de gestão socioambiental que tem por finalidade definir diretrizes, prioridades, metas e o plano anual de ações constantes desse, e acompanhar a implementação das ações e avaliar os resultados alcançados.</p> <p>Comitê Executivo para o Programa de Mentalidade Marítima – PROMAR: participação como representante do MME.. O Programa faz parte da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e visa aumentar a consciência da sociedade para as questões marinhas e divulgar atividades para a comunidade científica.</p> <p>Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional – CCZEE: participação como representante do MME nas reuniões; análise do ZEE Zona Leste e Calha Norte no Pará; ZEE Goiás; ZEE PURUS AM; e ZEE Mato Grosso com contribuições aos textos apresentados e reuniões internas de articulação.</p> <p>Comissão de Acompanhamento do Plano de Prevenção e Combate ao desmatamento da Caatinga – PPCaatinga: atividades de acompanhamento, discussões e articulações internas e externas sobre os temas apresentados.</p> <p>Comissão de Acompanhamento do Plano de Prevenção e Combate ao desmatamento do Cerrado – PPCerrado: participação como representante do MME e articulações e discussões</p>
--	--	--

		<p>internas e externas sobre os temas apresentados.</p> <p>Grupo de Trabalho Interministerial – GTI da Bacia Carbonífera de Santa Catarina: participação como representante do MME no GTI em reuniões de trabalho sobre as ações mitigadoras para a recuperação das áreas de carvão em Santa Catarina. GTI encerrado.</p> <p>Política Nacional de Mudanças Climáticas: participação em reuniões setoriais e eventos sobre o tema e contribuições ao plano setorial de controle de emissões de CO2 na mineração.</p> <p>Política Nacional de Biodiversidade: participação nas reuniões para discussão da proposta de Projeto de Lei e sobre a temática; realização de reuniões internas, para posicionamento do MME e adequação das propostas.</p> <p>Plano de Ação Nacional Cavernas da Bacia Hidrográfica do São Francisco – “PAN Cavernas do BHSF”: participação nas Oficinas de Brasília, Belo Horizonte e Final do PAN Cavernas do “BHSF” e indicação de representante do MME para a Comissão de Acompanhamento do Plano de Ação Nacional Cavernas da Bacia Hidrográfica do São Francisco – “PAN Cavernas do BHSF”.</p> <p>Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade e Degradação Ambiental: participação em CTs.</p> <p>Política Nacional de Florestas Plantadas: participação no GT com discussões internas e externas sobre o tema apresentado.</p> <p>Grupo Intergovernamental de Negociação junto ao Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA: elaboração de um instrumento global, juridicamente vinculante, sobre mercúrio.</p> <p>Comitê Técnico de Gestão Ambiental do MME – CTGA: participação de reuniões internas sobre temáticas ambientais para elaboração de Notas Técnicas conjunta dos três setores e articulações entre os setores de energia elétrica, mineração e petróleo.</p>
--	--	---

		<p>GT Conselho Estadual de Geodiversidade do Amazonas – CEGEO: participação no GT sobre a geodiversidade do Amazonas.</p> <p>Comissão de Gestão em Florestas Públicas – CGFLOP: participação na comissão como convidada. A Comissão é o órgão de natureza consultiva do Serviço Florestal Brasileiro e tem por finalidade assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas brasileiras, e manifestar-se sobre o Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF.</p> <p>GT de Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT: está em análise pela Casa Civil.</p>
Ordenamento e Desenvolvimento Sustentável da Extração de Rochas Ornamentais no Noroeste do Espírito Santo.	<p>Descrição: Diagnóstico das atividades de mineração de Rochas Ornamentais no noroeste do Espírito Santo, num universo de 105 pedreiras ativas, distribuídas nas unidades geológicas que abrangem os municípios de Águia Branca, Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Baixo Guandu, Ecoporanga, Mantenópolis, Nova Venécia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Pavão.</p>	<p>Celebração do Convênio 100138/2009 com a Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB, Proc. 48000.002221/2009-95. Iniciadas em 2009, serão finalizadas em 2012 as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • levantamento geológico das frentes de lavra num universo de 105 pedreiras; • diagnóstico da atividade extrativa, contemplando os aspectos técnicos, econômico, social e ambiental; • consolidação do conhecimento e das práticas existente sobre o setor de Rochas Ornamentais no noroeste do Espírito Santo; • avaliação da recuperação na lavra e aproveitamento dos resíduos da lavra.
Unidades de Conservação – UCs	<p>Descrição: Análise de propostas de criação, redefinição ou recategorização de Unidades de Conservação – UCs, bem como sobre projetos de Lei e seus impactos na atividade mineral.</p>	<p>Elaboração, consolidação e emissão de diversas notas técnicas para 24 propostas Projetos de Lei e de UCs, incluindo atividades e reuniões internas realizadas para gerir conflitos.</p>
Oficina sobre Desastres Naturais	<p>Descrição: Todos os anos diversas regiões do Brasil sobre com diferentes tipos de desastres naturais que causam, além de expressivas perdas materiais, perdas de vida de inúmeras pessoas. Devido a isso, o Governo Federal tem atuado para mitigação desses fenômenos naturais, sobretudo enchentes e deslizamentos.</p> <p>Justificativa: Mitigar impactos causados por fenômenos naturais destrutivos tais como enchentes, deslizamentos, seca extrema, terremotos, entre outros.</p>	<p>Preparação da Oficina sobre a temática com vistas a estabelecer procedimentos metodológicos sobre mapeamentos em regiões de risco, realizada no MME em 24 de fevereiro e de reuniões posteriores com o MCidades, Casa Civil e outros agentes. Período: 10/02 a 29/07.</p>
Plano Nacional de Agregados	<p>Descrição:</p>	<p>Em 28 de março de 2011 ocorreu o arquivamento</p>

<p>para a Construção Civil (PNACC)</p>	<p>O PNACC visa preencher lacuna no planejamento do setor de agregados para a construção civil, envolvendo desde a etapa de prospecção até a fase de transformação e utilização destes minerais primários ao desenvolvimento da sociedade.</p> <p>Justificativa: Necessidade de organizar e planejar o setor de agregados para a construção civil, de forma a permitir adequado ordenamento territorial e impedir a falta de suprimento de materiais básicos tais como areia, brita e cascalho.</p>	<p>do processo nº 48000.000886/2010-06 que trata da contratação de estudos para cadeias produtivas de agregados minerais nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil, sem ônus para o MME;</p> <p>Construção do projeto “Agregados minerais para obras de construção civil e infraestrutura no Brasil: cenários da cadeia produtiva, desafios e oportunidades”, inserido no âmbito do Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral – META.</p>
<p>Dados da mineração e da transformação mineral</p>	<p>Descrição: Levantamento de informações e dados do setor mineral e publicação, nos seguintes periódicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinopse da Mineração & Transformação Mineral: Publicação destinada a divulgar o desempenho setorial e de segmentos considerando dados estatísticos e socioeconômicos. • Informativos Trimestrais do Setor Metalúrgico: Informativos disponibilizados no site do MME. <p>Justificativa: Ação institucional que visa à constituição de fonte de consulta diferenciada para a análise de tendências e tomada de decisões no setor minero metalúrgico nacional.</p>	<p>Sinopse da Mineração & Transformação Mineral – Em 2011 a SGM publicou a 6ª Edição da Sinopse, dando continuidade à ação iniciada em 2006 com a 1ª edição de um folder. A Sinopse 2011 contou com o resumo do desempenho industrial da mineração e transformação mineral no País, com dados estatísticos socioeconômicos sobre Mineração, Metalurgia (siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não-ferrosos e fundição) e Não-Metálicos (cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, vidro, cal, gesso e fertilizantes), além de consumo de energia, indicadores ambientais e de reciclagem de produtos.</p> <p>Prévia da Indústria Mineral – Realizada no início de cada ano (em 2011 no mês de março), contempla uma publicação preliminar de estatísticas estimadas do Setor Mineral e alguns indicadores brasileiros de economia, objetivando servir como fonte de consulta para análise de tendências e contribuir na tomada de decisão por analistas do governo, técnicos, empresários e estudiosos do Setor de Transformação dos Metálicos (Metalurgia) e Não-Metálicos.</p> <p>Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico – em janeiro de 2011 foi publicada a 17ª edição do produto derivado da articulação da SGM com empresas, associações e órgãos oficiais vinculados ao setor. O Anuário contém informações e dados estatísticos e socioeconômicos relevantes sobre a siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não ferrosos e fundição do país, referentes ao período 2003-2010.</p> <p>Anuário do Setor de Transformação de Não Metálicos – Em janeiro de 2011 foi publicada a 6ª edição do Anuário dando continuidade à ação iniciada em 2006. As séries estatísticas são referentes ao período de 2003 a 2010, com dados relevantes sobre o desempenho das áreas de cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, louças sanitárias e de mesa, vidros,</p>

<p>Acompanhamento do Programa Geologia do Brasil.</p>	<p>Descrição: Ação para acompanhamento, monitoramento e avaliação de ação externa e dos produtos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, bem como aqueles não relacionados ao Programa, elaborados pela CPRM, empresa pública vinculada ao MME.</p> <p>Justificativa: Levantamentos geológicos e aerogeofísicos geram informações fundamentais para a pesquisa e prospecção de recursos minerais, já que geram diminuição do risco exploratório e favorecem a atração de investimento por parte de empresas privadas. Diante das dimensões do país e da falta de investimentos de anos anteriores, gerar informações geológicas e geofísicas ainda se constitui em ponto fundamental para o crescimento do setor mineral brasileiro.</p>	<p>cal, e fertilizantes.</p> <p>Em 2011, a SGM monitorou o desenvolvimento dos levantamentos executados pela CPRM. Nesse período destacou-se a ampliação da disponibilização dos dados geológicos pelo Geobank, base de dados implementada na CPRM, que se constitui hoje no acervo mais completo de informações geológicas e geofísicas do País, permitindo o acesso aos interessados via Internet. Esta situação de disponibilização de informações geológicas tem sido motivo de esforço conjunto da SGM, DNPM e CPRM, com o fim de atrair novos investimentos para o setor, inclusive com ações de divulgação técnica, científica e comercial em fóruns científicos, tecnológicos e feiras nacionais e internacionais.</p> <p>Os resultados obtidos em 2011 mostram que o Programa Geologia do Brasil ao estar vinculado ao PAC consegue avanços significativos no aumento do conhecimento geológico do país. Neste ano foram mapeados 113.926 km², dos quais 70% em escala 1:100.000 e 30% em escala 1:250.000. Para a Ação de Aerogeofísica foram levantados 236.580 km², que correspondem a 7% do território ou 19% da área de terrenos cristalinos do país. Nas outras Ações da CPRM/PAC, o avanço físico realizado de 2009 a 2011 está assim definido: Recursos Minerais 52% da meta total, Geoquímica 52% da meta total, Geologia Marinha 67% da meta total.</p> <p>Em relação à atuação conjunta da SGM e CPRM, destaca-se o fato de que em 2011, as diretrizes e prioridades para levantamentos geológicos básicos e estudos geocientíficos resultantes do PNM-2030 e do Projeto Ordenamento Territorial Geomineiro - OTGM, foram lançadas no Plano Plurianual 2012-2015.</p>
<p>Hidrogeologia e Gestão Territorial.</p>	<p>Descrição: Ação institucional para acompanhamento, coordenação e avaliação da área de Hidrologia e Gestão Territorial.</p> <p>Justificativa: A CPRM desenvolve estudos e projetos relacionados ao conhecimento e à gestão dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e ao conhecimento geológico aplicado à gestão do território.</p>	<p>Em 2011 foram realizadas atividades de acompanhamento da CPRM que desenvolveu estudos e projetos relacionados ao conhecimento e à gestão dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e ao conhecimento geológico aplicado à gestão do território, bem como a participação institucional no Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e em Câmaras Técnicas específicas. Houve interesse particular no acompanhamento das atividades executadas no desenvolvimento do mapeamento SIG Geoambiental do Brasil (1:1.000.000) para divulgação na Internet (GEOBANK), considerando Mapas Estaduais de Geodiversidade; Gestão de Riscos Geológicos; Zoneamentos Ecológico-Econômicos; Passivos Ambientais da Mineração (Bacia Carbonífera de SC); Estudos Geotécnicos; Levantamento de Recursos Hídricos Subterrâneos (Cadastramento, Recuperação, Revitalização e Instalação de Poços de Águas Subterrâneas); Gestão de Informações de Águas Subterrâneas e Estudos e Cartografia Hidrogeológica.</p> <p>Quanto aos estudos geotécnicos de áreas de risco, desde janeiro, a CPRM efetuou o mapeamento de</p>

		<p>suscetibilidade de 254 setores de riscos remanescentes em Nova Friburgo-RJ, um dos municípios atingidos pela tragédia do início do ano na região serrana do estado do Rio de Janeiro. No final de 2011, com vistas a uma Ação Emergencial visando prevenir e alertar para os desastres naturais que ocorrem com maior frequência no início de cada ano, foi montada uma força-tarefa, coordenada pela Casa Civil e capitaneada pela CPRM, para atuação nos municípios críticos de maior risco ainda sem o mapeamento geológico-geotécnico, em número de 24, nas regiões sul e sudeste. No início de dezembro, com a conclusão dos trabalhos, foram incluídos mais três municípios: Encantado/RS, Angra dos Reis/RJ e Ouro Preto/MG.</p>
Outorga Mineral.	<p>Descrição: Ação institucional da SGM de análise técnica e jurídica dos processos de outorga e concessão de lavra, caducidade e nulidade das concessões de lavra, indeferimento e bloqueio de áreas.</p> <p>Justificativa: Competência delegada à SGM pela Portaria Ministerial nº 425, de 8/09/05, fundamentada nos Arts. 7º e 43 do Decreto-Lei nº 227, de 28/02/67, com redação dada pela Lei nº 9.314, de 14/11/96, cabendo à SGM analisar, instruir e outorgar os direitos minerários para efeito de lavra, de indeferimento de lavra, de caducidade de lavra e de respectiva nulidade.</p>	<p>Em 2011 foram analisados na SGM 321 processos. Destes, foram publicadas 205 Portarias de Lavra, 42 Retificações, 09 Caducidades, 62 indeferimentos e 03 revogações. Além disso foi realizada:</p> <p>(1) Análise dos procedimentos de outorga dos títulos minerários quanto aos prazos e demanda de tempo das fases processuais, onde se estabeleceu o estudo de medidas estatísticas da demanda de tempo atualmente existente, quanto ao cumprimento de prazos das fases processuais, vislumbrando-se perspectivas de otimização e melhor desempenho institucional;</p> <p>(2) Avaliação técnica dos relatórios finais de pesquisa juntados aos processos enviados a SGM/MME, quanto à documentação e demanda de tempo no cumprimento das fases de instrução;</p> <p>(3) Análise para as principais substâncias metálicas quanto ao número de títulos por empresa, composição acionária/cotista grupos empreendedores, reservas minerais, processo avaliação econômica e parâmetros utilizados e produção. Verificaram-se a concentração de títulos em algumas empresas, concessões sem exercício regular da atividade. Avaliou-se, ainda, a relação existente da atividade regular da lavra em relação ao pagamento de CFEM.</p>
Ações para gestão dos direitos minerários e dos recursos minerais	<p>Descrição: A outorga de títulos minerários é, legalmente, atribuição conjunta do DNPM e do MME. Visando dar celeridade ao andamento dos processos em tramitação no MME, a SGM realiza estudos para otimização do tempo de análise destes processos e desenvolve metodologias para analisar a gestão dos direitos minerários que serão outorgados. Além disso, não somente a outorga é contemplada pelas atividades desenvolvidas, mas também mecanismos para a gestão dos recursos minerais, considerando a necessidade de</p>	<p>Em 2011 a SGM atuou intensivamente na gestão de outorgas de títulos minerários, realizando diversas atividades, descritas a seguir:</p> <p>Análise da Qualidade dos Planos de Aproveitamento Econômico – PAEs – em tramitação no MME e análise do fluxo e do tempo de tramitação dos processos minerários para Relatório Final de Pesquisa (RFP) e Concessão de Lavra nas diversas instâncias do DNPM, SGM e MME. Para isso foi proposta a criação do GT Outorga SGM de análise de fluxo de processos minerários.</p> <p>Análise da concentração de mercado no setor mineral por meio do Cálculo dos Índices IHH Produção e IHH Títulos. O índice de Herfindahl-Hirschman ou IHH (Herfindahl-Hirschman index ou HHI) é um método de avaliação do grau de</p>

	<p>se ampliar o conhecimento geológico sem deixar de lado a resolução de questões que envolvam conflitos entre a mineração e outras atividades fundamentais para o país.</p> <p>Justificativa: Maximizar o tempo de tramitação de processos de outorga de títulos minerários e gerir o patrimônio mineral brasileiro. Além disso, uma adequada gestão dos recursos minerários deve levar em conta hipóteses de áreas que tenham conflito de interesse entre a produção mineral e outra importante atividade para o desenvolvimento do país.</p>	<p>concentração num mercado, e é tecnicamente usado por entidades reguladoras da concorrência. Específicante para gestão dos direitos minerários e dos recursos minerários, o estudo teve o objetivo de analisar a concentração da produção e de títulos minerários dos principais bens minerários explorados no país por parte das empresas produtoras e/ou detentoras.</p> <p>Destaca-se a participação da SGM para gestão de conflitos de interesse entre atividade minerária e de geração hidroelétrica, bem como avaliação da preponderância entre atividade de mineração ou reforma agrária em vários estados (PI, MG, MT, entre outros) e de preponderância da atividade minerária ou do Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear – PROSUB/MB no Rio de Janeiro, atividade minerária e o estaleiro Jurong/ES.</p> <p>Análise do mercado de minerários estratégicos, considerando a dependência externa. Destaque para o acompanhamento da evolução dos processos/títulos minerários para potássio (reservas limitadas) nos vários ambientes geológicos (por empresas, fase, estado, empresa, etc.).</p> <p>Análise de documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE para “Suprimento de minerários em áreas de conflito e alto risco”.</p> <p>Levantamento de informações e atualização de projetos de geologia e mineração nos estados do Maranhão e Ceará.</p>
<p>Recursos minerários da Plataforma Continental – REPLAC.</p>	<p>Descrição: Ação de articulação e coordenação interinstitucional interna ao Governo Federal.</p> <p>Justificativa: A Plataforma Continental Jurídica Brasileira – PCJB – é uma imensa área de mar raso que apresenta potencial econômico biológico e mineiro de grande importância. O conhecimento aprofundado da estrutura geológica e do potencial econômico de reservas mineiras submersas é estratégico para o País.</p>	<p>Ação de política de gestão de recursos minerários realizada diretamente pela SGM, com acompanhamento da estruturação e manutenção de um módulo do Banco de Dados de Informação Geocientífica do CPRM - GEOBANK para dados de geologia e geofísica da PCJB e também acompanhamento institucional do Projeto Granulados Marinhos - GranMar, voltado para identificar os recursos minerários marinhos potenciais estratégicos e gerar subsídios técnicos para formulação de políticas públicas relativas a recursos marinhos não vivos.</p> <p>Em 2011 houve participação técnica da SGM na Comissão Interministerial de Recursos do Mar – CIRMM, Plano Setorial de Recursos do Mar – PSRM e respectivos comitês (Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerários da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial. - PROAREA, Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade - PROTRINDADE, Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo - PROARQUIPELAGO, Biotecnologia Marinha - BIOMAR, Programa de Mentalidade Marítima - PROMAR, Comitê Executivo para Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências do Mar - PPGMar, etc.), sendo Coordenador do Comitê Executivo do</p>

		<p>Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da PCJB (REMLAC); Além disso, a SGM participou nas discussões do VII Plano Setorial para os Recursos do Mar – PSRM.</p> <p>Todas as ações para a Plataforma Continental tem ainda o objetivo de: (a) avaliar a potencialidade mineral; (b) desenvolver e aprimorar técnicas de reconhecimento geológico e geofísico; (c) contribuir para a formação de pessoal especializado; (d) elaborar modelos sobre a gênese de depósitos minerais; (e) fornecer informações técnicas aos órgãos reguladores e de controle da atividade minerária e ambiental.</p>
Coordenação de estudos de planejamento setorial	<p>Descrição: Atividade de estudos para cadeias específicas e de importância estratégica para o setor mineral brasileiro.</p> <p>Justificativa: Tendo em vista a importância de algumas substâncias minerais para o país e a consequente necessidade de geração de políticas específicas, a SGM elaborou proposta de estudos para minerais críticos e estratégicos.</p>	<p>Em 2011 a SGM executou estudos das cadeias minerais de Nióbio, Ferro, Fosfato, Manganês, Níquel, Alumínio, Cobre, Urânio, Tântalo, Grafita, Elementos Terras Raras – ETRs, agrominerais, rochas ornamentais e água mineral. Nestes estudos foram consideradas questões produtivas, importância da atividade informal e de pequenos mineradores, economia mineral, dependência externa, participação no saldo comercial, escassez, dentre outros aspectos.</p> <p>Também foram executados levantamentos de dados, análises e acompanhamento de tendências de mercado e da atuação das <i>junior</i>s (empresas voltadas principalmente à pesquisa mineral) e <i>major</i>s <i>companies</i> (geralmente empresas produtoras de médio a grande porte) no setor mineral brasileiro (Títulos, projetos, investimentos, etc.).</p> <p>Finalmente, como atividades e estudos de planejamento setorial foram analisados documentos e projetos para estabelecer estratégias para incremento do uso do carvão e redução das emissões de gases do efeito estufa.</p>
Séries Históricas do Setor Mineral.	<p>Descrição: Desenvolvimento de banco de dados de produção, consumo, exportação, importação etc. de substâncias minerais e produtos metálicos e não-metálicos, tão retroativo quanto a disponibilidade de dados no país.</p> <p>Justificativa: Objetiva a constituição de fonte de consulta diferenciada para a análise de tendências e tomada de decisões no setor minero-metalúrgico nacional.</p>	<p>É uma atividade realizada por meio de descentralização de crédito a entidade da administração indireta (Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT) pela Portaria 276/2006, Processo 48000.2074/2006-19. Em 2008 foram validados pela SGM os dados coletados pelo CETEM/MCT, conformando uma base de dados preliminar para o setor mineral.</p> <p>Em 2010, visando à atualização do projeto, foram contratados os serviços da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC que procedeu a atualização e revisão dos dados existentes, além da introdução de novas séries históricas, melhorias e manutenção da base de dados no sítio eletrônico do CETEM tendo finalizada a atualização em janeiro de 2011.</p>
Fomento ao desenvolvimento tecnológico no setor mineral.	<p>Descrição: Ação institucional voltada para o apoio ao desenvolvimento de tecnologias minerais e de transformação mineral.</p> <p>Justificativa:</p>	<p>A SGM apoia a organização, desenvolvimento e consolidação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral, desde 2004, por meio da atuação na Rede APLmineral; na realização de seminários nacionais de APLs minerais e encontros da RedeAPLmineral; oficinas de trabalho em APLs de base mineral; na integração</p>

	<p>Melhoria da competitividade setorial das áreas abrangidas pelo fundo setorial CT-Mineral.</p>	<p>da Rede APLmineral ao Observatório Nacional de APLs do Grupo de Trabalho Permanente – GTP APL/MDIC; na criação e implantação do Comitê Temático de APL de Base Mineral no âmbito do GTP APL/MDIC; com a incorporação do Portal de Apoio ao Pequeno Minerador – PORMIN ao portal da Rede; e a sinergia obtida através da parceria com o CETEM/MCT e Instituto Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação – IBICTI/MCT nas ações de Coordenação Geral da RedeAPLmineral e do Comitê Temático APL de Base Mineral. Atualmente 58 APLs são mantidos pela Rede APL.</p>
<p>Difusão de tecnologia mineral.</p>	<p>Descrição: Ação voltada para difundir tecnologias em mineração e transformação mineral</p> <p>Justificativa: Ação institucional destinada a atender atribuição regimental da SGM, visando a melhoria da competitividade setorial, cujos projetos em andamento são: Manual de Agregados para Construção Civil; Estudo sobre Flotação; Tecnologia de Rochas Ornamentais; Apoio Técnico e Metodológico ao PNM-2030; Estudo de comunidades mineiras; e Estudo da Indústria Mineral na Amazônia.</p>	<p>Manual de Agregados para Construção Civil – Fase 2 Ação realizada pela FACC, Processo 48.000.2272/2009-17, com repasse de verbas ocorrido em 2010, visa realizar um trabalho inédito no país de elaboração e editoração de um Manual de Agregados para a Construção Civil. A edição do Manual representa a conclusão de trabalho anterior contratado pela SGM, que foi a elaboração da primeira parte do Manual, em forma de livro constituindo os oito capítulos iniciais. A segunda fase do projeto consta em escrever os 15 capítulos restantes e a edição e formatação de todo o Manual, com seus 23 capítulos e anexos. O Manual deverá ser finalizado no início de 2012.</p> <p>Usinas de Flotação no Brasil Estudo envolvendo o levantamento das potencialidades de aumento da abrangência e a recuperação dos processos empregados em usinas de flotação visando o aumento da eficiência e a recuperação de outros minerais valiosos presentes em minérios brasileiros, contratado com a COPPETEC/UFRJ, Processo n° 48.000.2567/2008-11, e finalizado em julho de 2011. O projeto contemplou a realização de estudos diagnósticos de possibilidades de melhoramento no desempenho das usinas de flotação do País e na flotação seletiva de outros minerais associados ao mineral principal.</p> <p>Tecnologia de Rochas Ornamentais Trata-se de elaboração editoração e publicação do livro “Tecnologia de Rochas Ornamentais - pesquisa mineral, lavra e beneficiamento”. Será uma obra inédita sobre o tema no Brasil e servirá de instrumento de consultas para os que atuam ou tenham algum interesse voltado ao setor de rochas ornamentais. Projeto está sendo executado pela FACC por meio de Convênio 723611/2009 a um custo de R\$ 136.500,00, repassados em 2010 e tem término previsto para 2012.</p> <p>Projeto "As grandes minas e as APLs versus a comunidade local", Convênio 723598/2009, no valor de R\$ 315.000,00, firmado com a FACC em 2010, visa estudos sobre o desenvolvimento econômico e social das comunidades e regiões</p>

		<p>onde está localizada a grande mineração ou uma relevante APL, tendo como escopo variáveis tangíveis (desenvolvimento humano: econômico, social, educacional, saúde, ambiental, perfil local) e intangíveis (cultura local, comportamento da sociedade civil, organização institucional), para serem identificados os seus impactos na qualidade de vida das pessoas e das comunidades. Um Seminário denominado “Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: Grandes Minas e APLs x Comunidades”, foi realizado nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011, no Auditório do MME, ocasião em que foram apresentados 20 estudos de caso e discussões sobre os resultados do projeto contratado pela SGM ao CETEM, assim como o lançamento de livro com os resultados alcançados, que contou, para sua realização, com o concurso de diversas instituições de pesquisa do país. Esse projeto está em fase final de execução, em conformidade com a vigência do convênio que foi prorrogado para fevereiro de 2012.</p>
<p>Institucionalização das relações com os segmentos de transformação mineral nacionais.</p>	<p>Descrição: Ação de articulação com as associações representativas dos setores de Transformação de Metálicos e de Não-Metálicos</p> <p>Justificativa: Ação institucional destinada a atender atribuição regimental da SGM, voltada para a cooperação técnica setorial.</p>	<p>Continuidade do processo institucional de articulação técnica da SGM visando à colaboração mútua, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, com associações nacionais representativas de segmentos de Minerais Metálicos (Instituto Brasileiro de Siderurgia – IBS, Associação Brasileira do Alumínio – ABAL, Associação Brasileira de Cooperação – ABC, Instituto de Metais Não-Ferrosos – ICZ, Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Estanho – SNIEE) e Não-Metálicos (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC, Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER, Associação Brasileira dos Produtores de Cal – ABPC).</p> <p>Apoio na realização do 66º Congresso Anual da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração – ABM, maior fórum de relacionamento e de debates do setor minero-metal-mecânico da América Latina, realizado no período de 18 a 22 de julho de 2011 em São Paulo.</p> <p>Apoio à realização do 41º Seminário de Redução de Minério de Ferro e Matérias-Primas e 12º Simpósio Brasileiro de Minério de Ferro, realizado em Vila Velha – ES, no período de 12 a 15 de setembro de 2011.</p> <p>Constituído por um grande fórum de debates, busca a cada edição aprimorar e qualificar suas atividades, buscando apresentar de forma privilegiada uma maior divulgação da atividade mineral e metalúrgica, assim como proporcionar a duplicação de contatos, juntamente com o fortalecimento profissional. Os eventos contaram com o apoio da SGM no valor total de R\$ 25.000,00.</p> <p>Realização do VIII Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e V Encontro da</p>

		<p>RedeAPLmineral, eventos organizados em conjunto pela SGM, SETEC/MCT, IBICT, CETEM, GTP APL/MDIC e MI, tendo recebido o apoio do SEBRAE Nacional, SEBRAE/PB, Sistema CNI/SENAI/FIEP/SENAI-PB, do BRB e do Governo Estadual da PB. O primeiro deles é voltado para inovar e aumentar a competitividade das empresas no que diz respeito à sustentabilidade da mineração, à eficiência energética e a busca de alternativas. Já o segundo, voltado para disseminar os conhecimentos tecnológicos, a divulgação das potencialidades da RedeAPLmineral, o Plano de Desenvolvimento da Rede, as competências e os trabalhos em andamento, tendo os participantes a oportunidade de apresentar sugestões, propostas e planos para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral. Realizados de 04 a 07 de outubro de 2011, em Campina Grande – PB.</p> <p>Comitê Executivo de Metalurgia do Plano Brasil Maior Participação com a finalidade de subsidiar a composição do Conselho de Competitividade de Metalurgia e apresentar propostas de integração, coordenação e aprimoramento das políticas, diretrizes e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da Metalurgia.</p> <p>Oficinas de Trabalho e Reuniões sobre Minerais de Elementos Terras Raras Participação com a finalidade de elaborar propostas de integração, coordenação e aprimoramento das políticas, diretrizes e ações voltadas para o aproveitamento de minerais de elementos terras raras. Em 2011, técnicos do SGM participaram de oficina de trabalho e reuniões técnicas, além do I Seminário de Terras Raras, ocorrido no dia 07 de dezembro de 2011, no Rio de Janeiro/RJ.</p> <p>Comitê Temático de APLs de Base Mineral – CT APL mineral Participação com a finalidade de constituir o CT APL mineral no âmbito do GTP APL/MDIC; subsidiar a composição dos Comitês Setoriais com a indicação de entidades afins com os respectivos setores, passíveis de colaborarem com o desenvolvimento sustentável de APLs de base mineral; apresentar propostas de integração, coordenação e aprimoramento das políticas, diretrizes e ações voltadas para a 2ª geração de políticas públicas em APLs no setor mineral, notadamente os de pequena escala.</p>
<p>Grupo Internacional de Estudos do Níquel, Grupo Internacional do Chumbo e Zinco e Grupo Internacional do Cobre.</p>	<p>Descrição As atividades internacionais conduzidas pela SGM têm como objetivo coordenar e acompanhar as diretrizes instituídas pelo Ministro de Minas e Energia referente às ações internacionais</p>	<p>O Brasil, com a aprovação do Congresso Nacional em 2006, tornou-se membro do Grupo Internacional de Estudos do Níquel – GIEN – e em 2008 tornou-se membro do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ. A SGM vem envidando esforços para que o País também participe do Grupo Internacional de Estudos do Cobre – GIEC, que já foi aprovado</p>

	<p>concernentes ao MME. Essas atividades são geralmente apoiadas pelo Ministério das Relações Exteriores e desenvolvidas conjuntamente ao DNPM e a CPRM.</p> <p>No entanto, no ano 2011, devido à limitação de movimentação das dotações orçamentárias, as missões e viagens internacionais de representantes da SGM reduziram-se somente a duas missões. Uma delas foi a participação na Reunião Anual dos Grupos Internacionais do Níquel, do Cobre e do Chumbo e Zinco.</p>	<p>pelo Congresso Nacional, bastando somente a sua homologação pelo Senhor Presidente da República.</p> <p>A participação do Brasil nesses grupos de estudos, que foram criados pelas Nações Unidas, é importante sob o ponto de vista das relações intergovernamentais, assim como para atender aos interesses do Setor Brasileiro de Metais Não-Ferrosos.</p> <p>Esses grupos têm por objetivos principais oferecer esforços para as consultas intergovernamentais regulares sobre o comércio desses bens minerais; realizar estudos sobre a situação mundial; propor soluções para os problemas ou as dificuldades enfrentadas pelos países membros.</p> <p>Representante da SGM participou da Reunião Anual de todos os grupos, que ocorreu entre os dias 26 e 28 de setembro de 2008 em Lisboa, Portugal.</p>
Atuação junto ao MERCOSUL.	<p>Descrição</p> <p>A Coordenação Nacional Brasileira do Subgrupo de Trabalho 15 (Mineração e Geologia) não participou das reuniões semestrais do SGT 15 referentes a 2011, que ocorreram no Paraguai e Uruguai, respectivamente.</p>	<p>O Brasil foi representado nas reuniões semestrais do SGT 15 por diplomatas enviados pelo Ministério das Relações Exteriores, residentes nos respectivos países.</p> <p>Infelizmente não foi possível a participação de representante do corpo técnico brasileiro do SGT.</p>
Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Metais, Minerais e Desenvolvimento Sustentável.	<p>Descrição</p> <p>O Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável teve início como uma iniciativa conjunta entre a África do Sul e o Canadá durante a Convenção Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo em 2002. O Fórum foi inicialmente lançado em 2005.</p> <p>O Fórum é um ponto de encontro entre os Membros participantes (atualmente possui 43 países como Membros) acerca de temas relacionados ao gerenciamento sustentável do setor mineral.</p> <p>O Fórum também promove o diálogo entre os membros de governos, as empresas de mineração e as associações das indústrias.</p> <p>Justificativa</p> <p>Trata-se de uma iniciativa de caráter voluntário e de auto-</p>	<p>A SGM participa como representante do governo brasileiro nas reuniões anuais do Fórum Intergovernamental. Em novembro de 2011 participou da VI Reunião Anual do Fórum Intergovernamental, que ocorre em Genebra, no Palácio das Nações Unidas.</p> <p>Cabe salientar que a participação brasileira foi custeada pelos governos canadense e francês (passagens aéreas, diárias para hospedagem e custos para alimentação).</p> <p>Foram disponibilizadas pela parte brasileira cópias do Sumário do Plano Nacional de Mineração 2010-2030 aos participantes, que elogiaram a iniciativa.</p> <p>O Brasil pleiteou, para a próxima reunião anual, o agendamento de apresentação sobre o Setor Mineral Brasileiro e as Políticas Governamentais – O Plano Nacional de Mineração 2010 – 2030. A respectiva apresentação foi agendada pelo secretariado do Fórum.</p> <p>A representante brasileira na reunião foi convidada para ser presidente da Força-tarefa para o Financiamento de Longo Prazo do Fórum.</p>

	<p>organização, baseada no respeito mútuo e na responsabilidade das partes integrantes. Foi construída considerando que as atividades a serem empreendidas seriam beneficiadas pela relevante participação de atores da indústria, organismos internacionais e a sociedade civil organizada.</p> <p>Tem o propósito de servir de mecanismo para o cumprimento de compromissos assumidos pela comunidade mundial, funcionando como uma extensão de outros foros, promovendo um diálogo global não só intergovernamental como também com a comunidade, verificando a interligação no contexto do desenvolvimento sustentável.</p>	
<p>Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK.</p>	<p>Descrição A SGM, juntamente com representantes do MRE, do MDIC, do Ministério da Fazenda – MF e do Ministério da Justiça – MJ, incluindo representantes da Polícia Federal, tem participado ativamente das reuniões realizadas no Brasil e no exterior, visando solucionar o problema dos chamados “Diamantes de Conflito”, que referem-se aos diamantes brutos que estavam e/ou estão sendo utilizados por forças rebeldes e agentes de governo para financiar atividades militares, promover a derrubada de governos legítimos, alimentar o tráfico ilegal de armamentos e subverter os esforços internacionais para a consecução da paz e da estabilidade.</p> <p>Justificativa Para tanto, ficou estabelecido que todas as remessas de importações e exportações de diamantes brutos só poderão ser efetivadas quando acompanhadas dos respectivos Certificados de Kimberley, os quais atestam a origem legal desses diamantes. No Brasil, o órgão responsável</p>	<p>A SGM é coordenadora e ponto focal brasileiro do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK. Acompanhada de representantes do DNPM, MRE, MDIC, desde a sua aprovação oficial, como membro efetivo do SCPK (outubro de 2003), participou de todas as reuniões interseccionais e plenárias.</p> <p>Como coordenador de monitoramento da produção e comércio de diamantes brutos de origem aluvionar na América do Sul, o Brasil desempenha hoje um papel fundamental na consolidação e no fortalecimento do Processo Kimberley após ter se organizado para combater ilícitos de forma eficiente e agir no sentido de proporcionar maior integração entre o governo e a sociedade civil, criando o Fórum Brasileiro do Processo Kimberley, instrumento amplamente reconhecido pela comunidade internacional como exemplo de fortalecimento da democracia.</p> <p>A Reunião Plenária do Processo Kimberley ocorreu em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, no período de 31 de outubro a 4 de novembro de 2010.</p> <p>Embora seja coordenadora-geral e ponto focal do SCPK no Brasil, a SGM não participou das reuniões seccional e plenária.</p> <p>A delegação brasileira foi composta por representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Ministério das Relações Exteriores – MRE e da Polícia Federal – PF.</p> <p>No entanto, a SGM intermediou o agendamento de apresentação do projeto da Polícia Federal</p>

	<p>pela emissão desses diamantes é o DNPM, que vem envidando esforços, juntamente com a Polícia Federal, no sentido de coibir o contrabando dessas gemas, bem como impedir que a extração das mesmas sejam efetuadas ilegalmente.</p>	<p>denominado “DNA” do Diamante, que tem por objetivo desenvolver uma metodologia de análises mineralógicas descritivas e a criação de bancos de dados para análises estatísticas comparativas entre os principais depósitos diamantíferos brasileiros, de modo a definir a origem dos lotes de diamantes brutos comercializados pelo Brasil.</p> <p>Durante a reunião Plenária, o representante do DNPM participou de reunião com o membro representante do Ministério de Minas da República Democrática do Congo – RDC – solicitada durante a reunião da Comissão Mista Brasil-RDC que ocorreu em 10 agosto de 2011, organizada pelo MRE. O governo da RDC havia solicitado nessa ocasião ao governo brasileiro o apoio para o desenvolvimento de projeto de cooperação técnica na área de mineração, com o treinamento de técnicos congolezes por técnicos brasileiros acerca da metodologia de certificação internacional de diamantes.</p>
<p>ISBA – International Seabed Authority (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos).</p>	<p>Descrição: A Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM – responde pela implementação de várias atividades voltadas ao mar, destacando-se principalmente as relacionadas aos fundos marinhos, participando como colaboradora e membro da ISBA, que é uma organização autônoma internacional que administra os recursos minerais dos fundos marinhos.</p>	<p>A reunião da 16ª Sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) ocorreu em Kingston, Jamaica, em julho de 2011 e foi representada por participante do Serviço Geológico do Brasil – CPRM.</p>
<p>Barreiras Não-Alfandegárias.</p>	<p>Descrição: Barreiras não-alfandegárias são medidas impostas à comercialização de determinados produtos que não envolvem diretamente tributos ou tarifas. Os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento encontram-se submetidos a esses posicionamentos, impostos por países desenvolvidos, que podem ser de natureza técnica, trabalhista, de saúde pública, ambiental e dificultam as negociações internacionais.</p> <p>Justificativa: A Organização Mundial do Comércio – OMC, fundada em 1995 na Rodada de Uruguai, é de fundamental importância para a manutenção dos acordos econômicos internacionais, pois constitui a atual base jurídica e institucional do</p>	<p>A SGM, em conjunto com o MRE, o MDIC, além de instituições privadas e entidades representativas dos setores interessados, participaram de discussões internas e internacionais, incluindo as discussões junto à OMC que dizem respeito às barreiras não-alfandegárias impostas aos bens minerais, com destaque para o amianto tipo crisotila, mercúrio, rochas ornamentais e substâncias químicas.</p> <p>A SGM participou das reuniões preparatórias para a V Conferência das Partes na Convenção de Roterdã – COP-5, que teve por objetivo delinear uma ação preparatória coordenada entre os ministérios sobre o documento de Procedimento de Consentimento Prévio Informado aplicado a determinados agrotóxicos e substâncias químicas perigosas objeto de comércio internacional.</p> <p>Durante as reuniões foram expostas as discussões internacionais acerca da possível inclusão do Amianto-Crisotila, substância categorizada como Industrial, na lista de substância perigosas a serem sujeitas ao consentimento prévio informado entre os países comercializadores.</p>

	<p>sistema multilateral de comércio. Atua de modo a promover e acompanhar a inserção dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento à economia global.</p> <p>As barreiras que incidem sobre o comércio internacional de bens minerais são fiscalizadas e acompanhadas por organismos e fóruns internacionais. Essas medidas encontram-se também baseadas em instrumentos normativos que seguem as resoluções e decisões tomadas em órgãos internacionais ligados à OMC.</p>	<p>Os representantes da SGM informaram que existe um consenso com relação às normas para o uso controlado dessa substância no Brasil, qual segue legislação rigorosa, elaborada em consonância com as diretrizes apresentadas pela Organização Internacional do Trabalho (Convenção nº 162 da OIT). Desse modo, o MME apresentou parecer oficial desfavorável à inclusão dessa substância no documento internacional da Convenção de Roterdã.</p> <p>A reunião COP-5 ocorreu em Genebra entre os dias 20 e 24 de junho de 2011 e os representantes brasileiros foram enviados pelo Ministérios do Meio Ambiente – MMA – e MRE.</p> <p>A substância Amianto-Cristotila não foi incluída no documento de Procedimento de Consentimento Prévio Informado da Convenção de Roterdã.</p>
<p>Cooperação Técnica Internacional - ABC</p>	<p>Descrição: De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, a cooperação técnica internacional configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países.</p> <p>Trata-se de um eficiente instrumento que contribui para o processo de desenvolvimento socioeconômico, ensejando a transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançarem-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes, em um tema específico. A Cooperação Técnica recebida deve contribuir significativamente não só para o desenvolvimento socioeconômico do nosso País, como também para a construção da autonomia nacional nos temas abrangidos.</p> <p>Justificativa: Por outro lado, a cooperação técnica prestada a outros países contribui para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, ampliando os seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, bem como para a capacitação de</p>	<p>Seguem as participações de técnicos e representantes da CPRM em projetos de cooperação técnica internacional:</p> <p>Junho 2011 – Belém, Brasil. Cooperação técnica entre Brasil e Suriname. Objetivos: curso de treinamento de técnicas padronizadas da ferramenta de produção de mapas na plataforma ESRI ArcGis, ministrado por técnicos da CPRM para técnicos do Serviço de Geologia e Mineração do Suriname. O curso constitui na fase inicial do Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Suriname, financeiramente apoiado pela Agência de Cooperação Brasileira do MRE. O projeto tem por objetivo o mapeamento geológico da área de fronteira entre ambos os países e na uniformização das informações em plataforma GIS.</p> <p>Setembro de 2011 – Lima, Peru. 4ª Reunião Científica do Ore-Hybam (Observatório de Pesquisa Ambiental da Bacia Amazônica). Objetivos: participação dos pesquisadores da CPRM membros da equipe responsável pela execução do projeto Dinâmica Fluvial do Sistema Negro – Solimões – Amazonas, realizado em parceria com o “<i>Institut de Recherche pour le Développement – IRD</i>” da França. A missão brasileira teve por objetivo debater e encaminhar a proposta de renovação do acordo de cooperação entre a CPRM e o IRD para a realização do projeto Dinâmica Fluvial das Bacias do Rio Amazonas e Paraguai.</p> <p>Outubro 2011 – Rio de Janeiro, Brasil. 1º Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico Objetivos: promover a integração entre as equipes técnicas do Brasil e Cuba, que executarão o Projeto de Apoio à Declaração do Patrimônio Geológico e Mineiro da República de Cuba, previsto pelo Programa da Comissão Mista Brasil – Cuba, financiado e apoiado pela ABC/MRE.</p>

	<p>seus recursos humanos e o fortalecimento de suas instituições.</p>	<p>Outubro 2011 – Roraima, Brasil e Lethem, Guiana. Projeto de Mapeamento Geológico e de Geodiversidades na Fronteira entre Brasil e Guiana. Objetivos: mapeamento Geológico na região fronteira entre Brasil e Guiana para a amostragem de dados geológicos, identificação e correlação de dados, e realização de análises geoquímica de amostras.</p> <p>Novembro 2011 – Havana, Cuba. X Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica entre Brasil e Cuba. Objetivos: avaliação e aprovação dos projetos concluídos (“<i>Proyecto Soporte Técnico y Extensión Institucional del Sistema de Información de Aguas Subterráneas</i>” e “<i>Proyecto Modelo Conceptual de Estructura del Banco de Datos Geológicos de la República de Cuba</i>”), bem como a avaliação dos projetos em andamento (“<i>Conservación de Testigos, Muestras y Materiales Documentales Relacionados con las Investigaciones Geológicas para Desarrollo de una litoteca em Cuba</i>” e o projeto “<i>Apojo a la Declaración del Patrimonio Geológico y Minero de Cuba</i>”).</p>
<p>Cooperação Técnica Internacional – Brasil – Canadá</p>	<p>Descrição Conforme consta no Memorando de Entendimento entre o Setor de Minerais e Metais, Recursos Naturais Canadá (NRCan) e a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, assinado em julho de 2009, as áreas iniciais de atividades se concentrariam, mas não limitadamente, nas seguintes áreas: (1) Responsabilidade social das empresas; (2) Pesquisa Mineral e Inovação, incluindo tecnologias verdes na mineração; (3) Acesso a mercados, incluindo cooperação bilateral e multilateral nas iniciativas internacionais de gestão de produtos químicos; (4) Manter um diálogo e um compromisso global e regional sobre a mineração, por intermédio, principalmente, do Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável, e da Comissão das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável; e (5) Apoio ao desenvolvimento sustentável de</p>	<p>Em 2011 foram realizadas duas teleconferências entre a SGM e o NRCan que tiveram como objetivo conduzir a discussão acerca dos temas prioritários de cooperação entre ambos países.</p> <p>Em dezembro de 2011 foi acordado entre ambos países iniciar em 2012 a organização da oficina de trabalho com o tema: “Responsabilidade Social da Mineração: Saúde e Segurança dos Trabalhadores”. A oficina irá reunir representantes dos governos brasileiro e canadense, representantes da iniciativa privada, representantes dos sindicatos de trabalhadores e membros da academia. A oficina deverá ocorrer no primeiro semestre de 2012.</p>

	pequenas unidades produtivas de bens minerais, incluindo as questões de gênero.	
Elaboração de Notas Técnicas sobre Projetos de lei.	Descrição: Análise e elaboração de Notas Técnicas sobre projetos de Lei e seus impactos na atividade mineral	Análise e elaboração de diversas Notas Técnicas referentes à análise de Projetos de Lei e de Unidades de Conservação – UC.

Fonte: SGM

c.III) Indicadores Institucionais

O Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, definiu critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações das secretarias finalísticas do MME, bem como da instituição.

Esses critérios foram criados com o intuito de estabelecer indicadores de auxílio ao desenvolvimento da missão institucional e ao processo de decisão das autoridades do MME por meio do Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIGE. Atualmente o SIGE encontra-se em produção, porém em fase de testes para avaliação de todos os indicadores.

Outra fundamental importância do SIGE será para avaliação dos programas em andamento no âmbito do MME, estipulando metas e possibilitando mudanças na atuação das Secretarias. Neste sentido, a SGM participa no SIGE com indicadores estratégicos que permitem o fomento e o planejamento de políticas públicas voltadas ao setor mineral, bem como à fiscalização, proteção e conhecimento do patrimônio mineral brasileiro.

Os macroindicadores são:

- Geração e Difusão de Informações Geológicas
- Produção de Minério de Ferro, Aço e Cimento;
- Arrecadação de CFEM e Taxa Anual por Hectares - TAH;
- Desempenho da Fiscalização Mineral;
- Comércio Exterior do Setor Mineral (US\$);
- Capacitação e Mobilização para a Mineração Sustentável;
- Formalização da atividade mineral.

O SIGE pretende avaliar a percepção da sociedade quanto à atuação do MME a partir da quantificação de denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios ou consultas sobre as atividades e serviços de competência do Ministério, das pessoas e instituições, por intermédio da Ouvidoria-Geral, visando uma interface entre a instituição e seu público-alvo, objetivando aprimorar ou corrigir a prestação dos serviços.

Os dados que dependem exclusivamente da SGM para entrada no SIGE estão atualizados até dezembro de 2011.

Atualmente o SIGE encontra-se em procedimento de validação da consistência dos dados, tendo sido criado para esta finalidade o Comitê Permanente de Monitoramento do SIGE – CPMSIGE, composto de 3 subcomitês, sendo um de Avaliação, outro de Monitoramento e o terceiro Subcomitê Técnico, que irão executar os procedimentos finais para completa utilização do Sistema.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

Informação a ser prestada pela unidade agregadora.

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Tabela CXXI: Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SGM

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Diárias	43.681,07	106.998,47	43.681,07	106.998,47

Fonte: SPOA/MME

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Informação a ser prestada pela unidade agregadora.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Informação a ser prestada pela unidade agregadora.

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

4. 1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores

Tabela CXXII: Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos	Pagamentos	Saldo a Pagar em

		acumulados	acumulados	31/12/2011
2010	32.349,16	17.603,95	14.745,21	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica

Em 2011 foi mantida a tendência dos últimos anos de não impactar a gestão financeira do atual exercício com Restos a Pagar – RAP de exercícios anteriores. Em 2011 não houve a ocorrência de RAP Processados.

A permanência de valores de Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2010, sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto, não foi registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Fonte: SPOA/MME

5. Recursos Humanos da Unidade

Informação a ser prestada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME.

6. Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício

Tabela CXXIII: Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral								
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320012			
Informações sobre as transferências								
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados			
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o Exercício	Vigência	Sit.
1	SICONV - 723611/2009	FACC	136.500,00	20.000,00	-	136.500,00	Dez/09 a Fev/11	1
1	SICONV – 723590/2009	FUJB	300.000,00	33.000,00	-	300.000,00	Dez/09 a Dez/12	1
1	SICONV – 723106/2009	FACC	136.500,00	15.200,00	-	136.500,00	Dez/09 a Jan/11	1
1	SICONV - 723598/2009	FACC	35.000,00	30.000,00	-	35.000,00	Dez/09 a Mar/11	1
1	SICONV - 723091/2009	FACC	35.000,00	6.000,00	-	35.000,00	Fev/10 a Jan/11	1
1	SICONV – 756085/2011	ABM	25.000,00	3.000,00	-	25.000,00	Set/11 a Dez/11	4
3	48000.001713/2009-63	ATN	380.000,00	37.560,00	-	380.000,00	Nov/09 a Mai/11	1
1	SICONV - 704913/2009	MARANHÃ O	250.000,00	30.000,00	-	250.000,00	Dez/09 a Dez/11	6
1	SICONV – 701162/2008	COPPETEC	180.000,00	20.000,00	-	180.000,00	Dez/08 a Jul/11	1
4	48000.001623/2011-97	CPRM	80.000,00	-	-	80.000,00	Out/11	6
LEGENDA								
Modalidade:					Situação da Transferência:			
1 -	Convênio				1 -	Adimplente		
2 -	Contrato de Repasse				2 -	Inadimplente		
3 -	Termo de Parceria				3 -	Inadimplência Suspensa		
4 -	Termo de Cooperação				4 -	Concluído		
5 -	Termo de Compromisso				5 -	Excluído		
					6 -	Rescindido		
					7 -	Arquivado		

Fonte:SGM

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Tabela CXXIV: Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral						
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 320012		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	11	01	01	1.496.428,82	50.000,00	25.000,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	01	-	-	280.000,00	-	-
Termo de Cooperação	03	03	01	110.000,00	190.481,10	80.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	15	04	02	1.886.428,82	240.481,10	105.000,00

Fonte: SGM

6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes

Tabela CXXV: Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO:320012		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	04	-	888.000,00	-	100
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-

Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	04	-	888.000,00	-	100

Fonte: SGM

6.1.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Tabela CXXVI: Prestações de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320012		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		5	-
		Montante Repassado		3.621.570,00	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2010	Contas prestadas		Quantidade	8	-
			Montante Repassado (R\$)	1.161.858,82	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	3	-
			Montante Repassado (R\$)	99.800,00	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-

		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	4	-
		Montante Repassado (R\$)	1.361.932,00	-

Fonte: SGM

6.1.5 Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Tabela CXXVII: Visão geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral						
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320012			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasses	
2011	Quantidade de contas prestadas			05	-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			-	-
		Montante repassado (R\$)			3.621.570,00	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			04	-
Montante repassado (R\$)			2.921.570,00	-		
2010	Quantidade de contas prestadas			08	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			-	-
		Quantidade Reprovada			-	-
		Quantidade de TCE			-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			08	-
Montante repassado (R\$)			1.161.858,82	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			03	-	

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	01	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	02	-
		Montante repassado	30.000,00	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	04	-
		Montante repassado	1.361.932,00	-

Fonte: SGM

6.2. Análise Crítica

As transferências de recursos orçamentários ocorridas no exercício de 2011 totalizaram R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), dos quais R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na modalidade Convênio e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na modalidade Termo de Cooperação, repasse efetuado à CPRM em setembro de 2011. Porém, tal transferência foi cancelada por motivos técnicos e o recurso devolvido pela entidade.

Ressaltamos, mais uma vez, que a forte limitação de movimentação das dotações orçamentárias ocorrida no exercício de 2011, explicitada por meio do Decreto nº 7.445/2011 e da Portaria nº 23/2011, do MPOG, estimulou a SGM a mudar o foco de ação, com ênfase a atividades não orçamentárias como a finalização do PNM-2030 e dos Projetos de Lei de regulação setorial.

O quadro “Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse” demonstra os quantitativos de processos de Prestações de Contas que carecem de análise. Em 2011, a exemplo do exercício anterior, as equipes da SGM e da CGOF permaneceram com o ânimo de esforço concentrado objetivando diminuir o passivo de convênios com análises financeiras atrasadas. Merece registro a conclusão da análise da prestação de contas dos convênios celebrados com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP/2007, com a Fundação Sônia Ivar – FUSI e a Associação Brasileira de Metalurgia – ABM/2010.

Quanto ao disposto no art. 35, do Decreto nº 93.872/86, não houve nenhum caso na SGM de empenho de despesa não liquidada e considerado anulado em 31 de dezembro. No exercício não houve ocorrência de convênios inadimplentes no âmbito da SGM.

7. Declaração da Área Responsável

7.1 - Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

O Convênio firmado no exercício de 2011 pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, está disponível e atualizado no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

De acordo com informação constante no Portal dos Convênios, na opção “Perguntas e Respostas Frequentes - Operacional”, no item 1.5 – “O que é Termo de Cooperação?” os Termos de Cooperação não serão registrados no SICONV.

8. Declaração de Bens e Rendas

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Por meio da Portaria MME nº 144, de 23.06.2006, foi aprovado o Regimento Interno da SGM, no qual estão estabelecidas a estrutura e as competências desta Secretaria. As atividades realizadas foram mapeadas por meio da realização de reuniões com as equipes com o objetivo de identificar os principais macroprocessos desenvolvidos no âmbito desta Secretaria.

Seguindo orientações da Controladoria Geral da União – CGU, bem como da Secretaria-Executiva/MME, foram escolhidos os macroprocessos considerados representativos das atividades desta Secretaria, que serão utilizados para fins de preenchimento do Quadro A.9.1 - Estrutura dos Controles Internos da UJ.

O macroprocesso “Atendimento das Políticas Públicas do Governo Federal na área Socioambiental para o Setor Mineral” foi submetido aos cinco aspectos que compõem o quadro de Controles Internos, composto por aspectos como Ambiente de Controle; Avaliação de Risco; Procedimentos de Controle; Informação e Comunicação e Monitoramento.

Quanto aos macroprocessos “Promoção do conhecimento, avaliação dos recursos minerais, estímulo ao setor produtivo e apoio às políticas estaduais de mineração” e “Incentivo e apoio à modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral”, foram submetidos aos aspectos de Ambiente de Controle e Avaliação de Risco.

A metodologia empregada para responder o questionário de cada macroprocesso escolhido foi a realização de reuniões e debates, no âmbito dos Departamentos envolvidos de maneira mais preponderante com a atividade.

Para algumas perguntas do questionário foram considerados os controles internos referentes ao macroprocesso em análise. Para as outras perguntas foram considerados, de forma geral, os controles da Secretaria ou do próprio Ministério de Minas e Energia, a exemplo da pergunta 4 - Existência de código de ética. Os esclarecimentos sobre cada resposta encontram-se registradas nas Considerações Gerais ao final dos quadros.

9.1. Estrutura de Controles Internos da SGM

Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao macroprocesso Atendimento das Políticas Públicas do Governo Federal na área Socioambiental para o Setor Mineral.

Tabela CXXVIII: Tabela XVI: Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao Macroprocesso “Atendimento das Políticas Públicas do Governo Federal na área Socioambiental para o Setor Mineral”

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas					X

para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar					X

as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais:</p> <p>Para fins de resposta aos questionamentos, foram considerados o Regimento Interno do MME, o Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos - DocFlow, o Código de Ética do MME e o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas - SIGE, bem como todos os procedimentos adotados internamente com o Núcleo Estratégico Socioambiental – NESA (Secretaria Executiva) e em parceria com Ministério de Meio Ambiente – MMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e/ou Casa Civil da Presidência da República.</p> <p>Itens:</p> <p>1: foi considerado o controle interno da UJ no contexto do macroprocesso.</p> <p>2 e 3: idem, consideração acima (Pergunta 1).</p> <p>4: foi considerado o controle interno no contexto do MME.</p> <p>5: a graduação “3” foi colocada pois os procedimentos e instruções operacionais não estão totalmente formalizadas ou descritas em normas. Além disso, existe a possibilidade de mudança nos procedimentos pelo Ministério de Meio Ambiente - MMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio ou a Casa Civil da Presidência da República, à revelia do MME.</p> <p>6 e 7: idem, consideração da pergunta “4”, referente ao código de ética ou conduta.</p> <p>8 a 14: idem, consideração da pergunta “1”.</p>					

15: idem, consideração da pergunta “4”. A pontuação 5 foi dada quando se tem os riscos identificados.

16 a 18: idem, consideração “4”.

19: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) em razão da necessidade de descrever formalmente os procedimentos e pelo fato da possibilidade de mudança nos procedimentos pelo Ministério de Meio Ambiente - MMA, Instituto Chico Mendes - ICMBio ou a Casa Civil da Presidência da República, à revelia do MME.

20: idem, consideração “1” – a avaliação foi feita como nota 1, pois o macroprocesso tem seu controle de curto prazo (no exercício).

21: idem, consideração “4”. A UJ não possui sistema de custo.

22 a 24: idem, consideração “1”.

25: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) pois nem sempre a informação é tempestiva. Existem dificuldades na chegada de dados das empresas, devido às características das estruturas empresariais, bem como tempo hábil para a contribuição do Serviço Geológico do Brasil – CPRM ou o Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM.

26: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) pois a divulgação interna das informações ainda pode ser melhorada.

27: idem, consideração “4”. A avaliação foi feita (nota 1) tendo em vista que as informações deste macroprocesso não tem o objetivo de ser universalizada.

28: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) tendo em vista que o sistema de controle interno pode ser melhor descrito e com melhor fluxo.

29 e 30: idem, consideração da pergunta “28” (acima).

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao macroprocesso “Promoção do conhecimento, avaliação dos recursos minerais, estímulo ao setor produtivo e apoio às políticas estaduais de mineração”.

Tabela CXXIX: Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao Macroprocesso “Promoção do conhecimento, avaliação dos recursos minerais, estímulo ao setor produtivo e apoio às políticas estaduais de mineração”.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos					X

operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>Para fins de resposta aos questionamentos, foram considerados o Regimento Interno do MME, o sistema corporativo <i>DocFlow</i>, o Código de Ética do MME e a legislação federal que orienta os procedimentos envolvidos no macroprocesso.</p> <p>Itens:</p> <p>1: foi considerado o controle interno da UJ no contexto do macroprocesso.</p> <p>2 e 3: idem, consideração acima (pergunta 1).</p> <p>4: foi considerado o controle interno no contexto do MME.</p> <p>5: idem à consideração da pergunta 4, adicionando os normativos existentes no âmbito do Serviço Público Federal.</p> <p>6 e 7: idem à consideração do item 4, referente ao código de ética e ao Regimento Interno.</p> <p>8 a 14: idem, consideração da pergunta 1.</p> <p>15: idem, consideração da pergunta 1.</p> <p>16 a 17: idem, consideração 1. Nunca houve identificação de casos de fraudes, perdas ou desvios.</p> <p>18: foi considerado o controle interno no contexto do MME.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p>					

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao macroprocesso “Incentivo e apoio à modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral.

Tabela CXXX: Tabela XVIII: Estrutura de Controles Internos da SGM referente ao Macroprocesso “Incentivo e apoio à modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral”.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>Para fins de resposta aos questionamentos, foram considerados o Regimento Interno do MME, o sistema corporativo <i>DocFlow</i>, o Código de Ética do MME e a legislação federal que orienta os procedimentos envolvidos no macroprocesso.</p> <p>Itens:</p> <p>1: foi considerado o controle interno da UJ no contexto do macroprocesso.</p> <p>2 e 3: idem, consideração acima (pergunta 1).</p>					

4: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

5: idem à consideração da pergunta 4, adicionando os normativos existentes no âmbito do Serviço Público Federal.

6 e 7: idem à consideração do item 4, referente ao código de ética e ao Regimento Interno.

8 a 14: idem, consideração da pergunta 1.

15: idem, consideração da pergunta 1.

16 a 17: idem, consideração 1. Nunca houve identificação de casos de fraudes, perdas ou desvios.

18: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

No exercício em análise não houve ocorrência de recomendações ou determinações por parte da Egrégia Corte de Contas para a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao final do Exercício

No exercício em análise não houve ocorrência de recomendações ou determinações por parte da Egrégia Corte de Contas para a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Tabela CXXXI: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 201109029	1.2.4.3 Constatação 010	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação:			
Recomendação: 01 <i>“Criar rotinas e definir recursos humanos adequados para análise das Prestações de Contas das transferências voluntárias concedidas pela UJ.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF			46227
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			80058
Síntese da providência adotada:			
Conforme informado anteriormente, a SGM seguiu a rotina estabelecida por intermédio da Portaria nº 494/2009 e adotou providências para reforçar a equipe que trabalha com os convênios da Secretaria, especialmente na área de prestação de contas dos convênios.			
Síntese dos resultados obtidos			

A análise financeira da prestação de contas final dos convênios nºs 526362 e 600200 foi concluída e a situação no sistema SIAFI foi ajustada para “concluído”. A documentação da prestação de contas final dos convênios nºs 626368, 626377 e 638878 estão em análise.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências:

- **esforço concentrado das equipes envolvidas:** citamos como fator positivo que facilitou a conclusão da análise das prestações de contas destes convênios, o esforço concentrado das equipes implementado nesta SGM e na CGOF.

Fonte: SGM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria nº 201109029	1.2.4.3 Constatação 010	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação:			
Recomendação: 02 “Avaliar a possibilidade de inclusão em inadimplência as convenientes que não apresentam prestações de contas final, nos prazos estabelecidos em normativos.”			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF			46227
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			80058
Síntese da providência adotada:			
A SGM adotou como procedimento o diálogo e a negociação com os convenientes, estabelecendo prazos definitivos para o envio de documentos. Ressaltamos que após o envio da documentação relativa à prestação de contas, quando da análise por parte do concedente, há necessidade de agregar maiores informações e documentos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os convenientes atenderam à norma legal quanto à apresentação dos documentos e a análise financeira da prestação de contas final dos convênios está em andamento, sendo que 40% dos instrumentos apontados nesta Constatação tiveram a análise encerrada e os convênios foram concluídos no sistema SIAFI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências:			
- esforço concentrado das equipes envolvidas: citamos como fator positivo que facilitou a conclusão da análise da prestação de contas deste convênio, o esforço concentrado das equipes implementado nesta SGM e na CGOF.			

Fonte: SGM

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 201109029	1.2.4.6 Constatação 044	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação:			
<i>“Criar rotinas e definir recursos humanos adequados para análise das Prestações de Contas das transferências voluntárias concedidas pela UJ.”</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			46227 80058
Síntese da providência adotada:			
Conforme informado anteriormente, a SGM seguiu a rotina estabelecida por intermédio da Portaria nº 494/2009 e adotou providências para reforçar a equipe que trabalha com os convênios da Secretaria, especialmente na área de prestação de contas dos convênios.			
Síntese dos resultados obtidos			
A análise financeira da prestação de contas final do convênio nº 526362 foi concluída e a situação no sistema SIAFI foi ajustada para “concluído”. A documentação da prestação de contas final do convênio nº 638878 está em análise.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências: - esforço concentrado das equipes envolvidas: citamos como fator positivo que facilitou a conclusão da análise da prestação de contas deste convênio, o esforço concentrado das equipes implementado nesta SGM e na CGOF.			

Fonte: SGM

15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Tabela CXXXII: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 201109029	1.1.2.2 Constatação 021	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação:			
<i>"Recomenda-se efetuar estudos com vistas a instituir novos indicadores de gestão da SGM tendo em vista suas diversas atividades institucionais, além da operacionalização daqueles que já estão em fase de validação."</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Secretaria Executiva			03245
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>Conforme descrito anteriormente, a consolidação das bases de dados e discussão e desenvolvimento de uma série de indicadores, que permitam que os programas e ações ou mesmo a gestão possam ser avaliadas quanto à Eficácia, Eficiência, Economicidade, Qualidade e Efetividade se encontra em desenvolvimento. Adicionalmente, foi elaborado um Diagnóstico de Macroprocessos e Elaboração de Indicadores de Desempenho SGM/MME, que está na fase das discussões internas, também para validação dos indicadores. Tais indicadores, em número superior a 30, abrangem indicadores de gestão e setoriais. Esta atividade ainda não está concluída em virtude da prioridade dada às discussões do "Plano Nacional de Mineração 2030" e "Novo Marco da Mineração" que ocupam grande parte do pessoal técnico da Secretaria. Necessário esclarecer que o novo Marco da Mineração reestrutura institucionalmente o setor mineral e ocasionará uma séria de alterações nas atribuições desta SGM, trazendo alterações de processos e de indicadores e, conseqüentemente, sua reestruturação. Tal reestruturação será fruto de estudo incluído dentro do Projeto META, Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral, celebrado entre o MME e o Banco Mundial.</p> <p>Face ao exposto, esta Secretaria entende que o atendimento integral só seria possível após a reestruturação definitiva da SGM. Apesar dessa perspectiva de mudanças, um mapa com a proposta destes indicadores baseados nos princípios da Eficácia, Eficiência, Economicidade, Qualidade e Efetividade (de gestão e setoriais) foi efetuado e aqueles passíveis de serem implantados estão em discussão com as equipes de cada Diretoria.</p> <p>Em fevereiro de 2012 foi publicada a Portaria SE/MME nº 1, que reforça a questão dos três indicadores já discutidos no âmbito do Ministério.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências: - participação ativa dos envolvidos no processo: a participação do corpo técnico nas etapas do trabalho realizados e apoio das partes interessadas.</p>			

Fatores negativos que prejudicaram a adoção de providências:

- **Tempo necessário para concluir todas as etapas:** para concluir todo o processo de mapeamento de macroprocessos, construção de indicadores, validação preliminar, construção de fórmulas, estabelecimento de metas e notas, validação final e implementação é necessário tempo, levando-se ainda em consideração que são muitos os atores envolvidos.

Fonte: SGM

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (OCI)

Não se aplica

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício

Entre as atividades realizadas pela SGM em 2011 merecem destaque:

1. Novo Modelo Para a Mineração, por meio da finalização de 3 Projetos de Lei, atualmente em discussão na Casa Civil da Presidência da República;
2. Planejamento setorial de longo prazo, com o lançamento em fevereiro de 2011, do Plano Nacional de Mineração – PNM-2030;
3. Atuação junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial para o desenvolvimento e aprovação de projetos de apoio ao setor mineral, inseridos no contexto do Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral – Projeto META.

No que diz respeito à atualização normativa, o novo Marco Regulatório do setor visa alterar a legislação mineral brasileira vigente, considerada ultrapassada, visto que o atual Código de Mineração data de 1967. Com o intuito de modernizar os processos de outorga de títulos minerários e a melhoria da governança pública, foram elaboradas pela SGM três Projetos de Lei – PLs: 1) regulação e gestão estratégica para as atividades de pesquisa e lavra de bens minerais e criação do Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM; 2) criação da Agência Nacional de Mineração – ANM, em substituição ao atual Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; 3) revisão da política de participação governamental, com mudanças no atual modelo de Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.

O PNM-2030, lançado em fevereiro de 2011 pela SGM, propôs três diretrizes básicas: governança pública eficaz, agregação de valor e sustentabilidade. O documento aponta o planejamento de longo prazo do setor e apresenta políticas públicas que visam otimizar o aproveitamento sustentável dos bens minerais.

O Plano Plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas 2012-2015 do governo, definindo objetivos e metas da ação pública. O programa “Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral”, que integra o PPA 2012-2015, contém os desafios e compromissos de governo para com o setor mineral brasileiro no período. A elaboração do Programa foi conduzida pela SGM/ DNPM/ CPRM e SPI/MPOG e o PNM-2030 teve importância crucial em seu desenvolvimento. Os objetivos que compõem o referido Programa contemplam, dentre outras atividades:

- Realização de levantamentos geológicos do Brasil e de províncias minerais e a difusão do conhecimento gerado;

- Implementação do zoneamento mineral do país que permitirá identificar áreas de interesse mineral;
 - Promoção da ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos;
 - Estabelecimento de parcerias e cooperação entre países, especialmente da América do Sul e da África;
 - Realização de estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) associadas a Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs);
 - Fortalecimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no setor mineral;
 - Otimização do aproveitamento dos recursos minerais;
 - Governança pública eficaz para o setor mineral; e
- Ampliação dos programas de formalização da atividade minerária e do fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor.

Complementando a importância da atividade minerária e do conhecimento do meio físico nacional, verifica-se a atuação do MME, bem como de suas secretarias finalísticas e entidades vinculadas, junto ao Banco Mundial, o que resultou na aprovação do Projeto META. Este Projeto consiste na execução de diversos subprojetos que visam à modernização tecnológica e organizacional dos setores de energia e mineração. As atividades voltadas para o setor mineral compreendem a construção de laboratórios, aquisição de modernos equipamentos e a capacitação das instituições, SGM, DNPM e CPRM. São 13 subprojetos que serão divididos em duas etapas a um custo aproximado de US\$ 25 milhões, dos quais 4 projetos terão início em 2012 e totalizarão mais de US\$ 5,6 milhões e os demais a partir de 2013.

Dentre outras atividades realizadas pela SGM que merecem destaque estão à divulgação de dados estatísticos do setor mineral, por meio de publicações e a atuação da unidade no desenvolvimento e implementação de projetos de capacitação.

Assim como em anos anteriores, as publicações de dados estatísticos do setor mineral foram amplamente divulgadas pela SGM em 2011, tais como: Prévia da Indústria Mineral, Sinopse da Mineração e Transformação Mineral, Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico e Anuário do Setor de Transformação de Não Metálicos.

Em 2011 a SGM esteve à frente do desenvolvimento de atividades de capacitação e inclusão digital de pequenos e médios produtores, tendo alcançado mais de 5.000 profissionais capacitados por meio de ferramenta de ensino à distância. Esses números foram possíveis com a parceria entre a Secretaria e a Associação Telecentros de Informação e Negócios – ATN, que possibilitou a difusão de informações técnicas e gerencias para o aprendizado e aperfeiçoamento das atividades produtivas da mineração, incluindo noções de responsabilidade ambiental, economia mineral e aspectos legais da atividade. Soma-se a essas ações o apoio aos 58 Arranjos Produtivos Locais de base mineral que compõem atualmente a Rede APL Mineral.

Além da atuação direta da SGM, conforme estabelecido em seu regimento interno, o desenvolvimento do setor mineral brasileiro requer a geração de conhecimento geológico pelo Serviço Geológico Brasileiro – CPRM. A ação conjunta para esse fim foi uma das prioridades da SGM.

Em 2011 ações da CPRM estiveram inseridas no PAC, o que reforça a visão da geologia como parte da infraestrutura nacional. Destaque para as atividades de levantamentos geológicos, aerogeofísicos, hidrológicos e geoquímicos sistemáticos, que permitiram avanço no conhecimento do meio físico brasileiro.

Além da atuação em terra, foram executados levantamentos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira – PCJB, realizados pela CPRM com o acompanhamento da SGM. Os estudos da parte imersa do território visam ampliar o conhecimento das potencialidades minerais.

A gestão de riscos geológicos e desastres naturais inclui a execução, pela CPRM, de levantamentos geotécnicos, geofísicos visando à prevenção, sobretudo de enchentes e deslizamentos. Além disso, foram realizados estudos de ordenamento territorial em cerca de 30 municípios, equivalente a 19% da meta inicialmente prevista em dezembro de 2011 de mapear em detalhe 170 municípios até 2014, com o intuito de mitigar os impactos sociais e econômicos ocorridos nos últimos anos. A essas ações soma-se a disponibilização na internet de “Mapas Previsionais a Movimentos de Massa em Municípios Brasileiros”, onde foram selecionados por estado 251 Municípios que apresentam suscetibilidade a deslizamento classificada com “Alta” a “Muito Alta”, bem como 213 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas (ANA).

Ainda em relação a este tema, foram ministrados pela CPRM cursos de capacitação de técnicos da Defesa Civil na gestão dos riscos geológicos e desastres naturais em 5 estados (RS, RJ, BA, ES e AM), contemplando aproximadamente 280 servidores. Por sua vez a SGM promoveu debate sobre o tema, através de Oficina temática, visando estabelecer procedimentos metodológicos para mapeamentos em regiões de risco.

PARTE B – ITEM I

I - Declaração do Contador

A declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17.03.64), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da SGM está anexada ao Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MME, unidade agregadora.

A apresentação da declaração do contador tem como objetivo evidenciar a responsabilidade do Contador quanto às informações contábeis relativas à execução desta Unidade Gestora - SGM e foi apresentada de forma individual, por Secretaria Finalística.